

4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

RIO DE JANEIRO - 16 a 17/06/2015

Comida de verdade no campo e na cidade:
por direitos e soberania alimentar



Local : UERJ - Rua São Francisco Xavier , 524 - Maracanã
Horário: 9h às 17h

FORMATAÇÃO



Rua Júlio Moura, 176 – Centro – 88.020-150 Florianópolis SC - 48 3024.4090

C748a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, (4. : 2015 : Rio de Janeiro, RJ)

Anais [recurso eletrônico] / 4ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional: Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar, 16 e 17 jun no Rio de Janeiro, RJ: Anais / formatação: Foco Opinião e Mercado – Florianópolis: Foco Opinião e Mercado, 2015.

163p. : il.

Evento realizado pela: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Rio de Janeiro-RJ.
CD-ROM

1. Segurança Alimentar. 2. Segurança Nutricional. 3. Conferência. I. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/RJ. II. Título.

CDU: 364.6

Esta publicação (*) faz parte da 4ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com formatação de conteúdo por Foco Opinião e Mercado, conforme Pregão Eletrônico nº 0318/2015 e Contrato nº 080/2015, firmado com a **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da cidade do Rio de Janeiro/RJ.**

Realização

Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Cidade do Rio de Janeiro
Consea-Rio

Créditos

Eduardo Paes
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

Adilson Pires
Vice-Prefeito e Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

Olga Maria Salgado
Subsecretária de Proteção Social Básica

Rodrigo Abel
Subsecretário de Proteção Social Especial

Jurema Batista
Subsecretária de Inclusão Produtiva e Segurança Alimentar

Ernesto Braga
Subsecretário de Direitos Humanos

Hélio Aleixo
Subsecretário de Gestão

José Ribamar Pereira Filho
Chefe de Gabinete

Tereza Maria da Silva
Ouvidora

Conselheiros da Gestão 2014-2016

Francisco Caldeira de Souza
Presidente

Júlio César Lacerda Monteiro de Barros
Secretário Geral

Mônica Chiffolleau
Coordenadora da Câmara Temática Permanente 1 (CTP1)
Segurança Alimentar e Nutricional nas Estratégias de Desenvolvimento

Ana Paula Pinto de Souza
Coordenadora da Câmara Temática Permanente 2 (CTP2)
Direito Humano a Alimentação Adequada/
Segurança Alimentar e Nutricional para Grupos Populacionais Específicos

Márcia Valéria Oliveira Nascimento
Coordenadora da Câmara Temática Permanente 3 (CTP3)
Política, Sistema e Plano Municipal de Segurança Alimentar/
Mecanismos de Avaliação, Monitoramento e Combate a Insegurança Alimentar

**Representantes da Sociedade Civil
Agrovargem**

Maraci dos Santos Soares
Jorge Cardia Valois

TECAF

Anderson Ferreira Teixeira Nunes
Meri Ignácio da Silva

UNACOOP

Claudio Henrique Dias da Cruz
Margarete Carvalho Teixeira

Rede de Agricultura Urbana

Francisco Caldeira de Souza
Dalila Sylvia de Oliveira Silva

Organização Religiosa Ile Ashe Aira Serenti

Rinaldo Gonçalves Araujo
Carlos Henrique Teixeira Britto

Associação de Mulheres e Amigos de Cavalcanti e adjacências - AMUCANTI

Margarida Maria A. Frouf
Jussara José da Silva

Ação da Cidadania Comitê- Centro

Ana Paula Pinto de Souza
Amanda dos Santos Francisco

Ser Alzira de Aleluia

Marly as Silva Moura
Elma Maria da Silva de Alleluia

Rede Ecológica

Monica Chiffolleau
Juliana Medrado Tângari

Convivium Slow Food

Juliana Dias Rovari Cordeiro
Ingrid Hoppe

AEARJ

José Leonel Cortez Diniz Rocha Lima
Elpídio Cronemberger Júnior

ANERJ

Márcia Valéria Oliveira Nascimento
Kelly Cristine Oliveira Gonzaga

FIOCRUZ- Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz da Mata Atlântica. - PDCFMA

Robson Patrocínio de Souza
Flavia Passos Soares

Instituto de Nutrição/ UERJ

Jorginete de Jesus Damião Trevisani
Susana Moreira Padrão

Mesa Brasil/ SESC

Cláudia Márcia Ramos Roseno
Karime Cader Ribeiro Queiroz

AFARJ – Associação dos Falcêmicos e Talassêmicos do Rio de Janeiro

Zaíra Vânia Gomes da Costa
Fábio Bittencourt Xavier dos Santos

Representantes da Bancada Governamental

SMDS- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Aydée Valério de Souza Albino
Mara Lucia Argento Tinoco Bastos

SESQV – Secretaria Especial de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida
Shirley Magalhães Constâncio
Adriana de Amorim Lucena

SEDES- Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Solidário
Katia Perobelli da Rosa Ferreira
Ana Larronda Asti

SMS- INAD - Secretaria Municipal de Saúde – Instituto Annes Dias
Juliana Paula e Silva
Monica Teixeira Ferreira

SMS - VS Secretaria Municipal de Saúde – Vigilância Sanitária
Maria José de Almeida

SME – Secretaria Municipal de Educação – Gerência de Alimentação Escolar
Darcy Tadeu Xavier Campos
Aline Bruno Velasco

SMAC – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Júlio César Lacerda Monteiro de Barros
Aline Barreto Santos Meira

CVL – Casa Civil
Antônio Joaquim Aires Filho
Katia Cristina Esteves de Mendonça

Equipe da Secretaria Executiva

Glauce Amaral de Magalhães – Secretária Executiva
Adriano Henrique Ferreira Rodrigues – Assessor Técnico
Marly Honório Buffell – Administrativo

Agradecimentos

Pastoral do Menor – Mitra Arquidiocesana do Rio de Janeiro

Abrigo Cristo Redentor

Nave do Conhecimento - Padre Miguel

Fiocruz – PDCFMA

FAMA – Faculdade Machado de Assis

Maria de Fátima Costa

1ª Coordenadoria de Desenvolvimento Social

Nadjara Luana Gonçalves Prado

2ª Coordenadoria de Desenvolvimento Social

Devanir Corrêa

3ª Coordenadoria de Desenvolvimento Social

Quésia Betânia de Almeida

4ª Coordenadoria de Desenvolvimento Social

Claudia de Paiva de Castro Costa

5ª Coordenadoria de Desenvolvimento Social

Jocimara Theodoro da Silva Cardoso

6ª Coordenadoria de Desenvolvimento Social

Nadia Caetano Ribeiro

7ª Coordenadoria de Desenvolvimento Social

Glória Cristina Silveira

8ª Coordenadoria de Desenvolvimento Social

Rose Claudia Doria

9ª Coordenadoria de Desenvolvimento Social

Cristina Vasconcelos

10ª Coordenadoria de Desenvolvimento Social

1. Apresentação

A 4ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional do Município do Rio de Janeiro (4ª.COMSAN-Rio), também com o tema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, foi realizada, nos dias 16 e 17 de junho, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como etapa preparatória para a 4ª CESANS/RJ e 5ª CNSAN. A organização deste processo conferencial carioca, incluiu cinco pré-conferências regionais, realizadas nos bairros de Padre Miguel, Bonsucesso, Jacarepaguá, Campo Grande e Glória, as quais tiveram como objetivo a democratização do acesso às discussões sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para a cidade. Face à extensão e diversidade sociocultural e econômica do nosso território, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade do Rio de Janeiro, CONSEA-Rio, identificou um enfoque diferenciado em cada uma das pré-conferências. Os temas abordados foram: Avanços e obstáculos para a comida de verdade; O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com foco na compra direta de 30% de alimentos da agricultura familiar, com recursos do PNAE; Impactos causados pelo uso de agrotóxicos; Desafios em relação à epidemia da obesidade e Agricultura Urbana.

As discussões das pré-conferências formaram a base para os debates na 4ª COMSAN. Dentre os temas emergentes do encontro ganharam destaque a questão da agricultura urbana e periurbana na cidade, o combate ao uso e ao consumo indiscriminado de agrotóxicos e os obstáculos para que a compra, com recursos do PNAE, de 30% dos alimentos utilizados na alimentação escolar sejam provenientes da agricultura familiar. Considerando um momento em que metade da população mundial é moradora das cidades, a agricultura urbana carioca desponta no debate sobre abastecimento alimentar na cidade, fazendo emergir a discussão de produção local de base agroecológica, orgânica.

A 4ª COMSAN-Rio buscou a ampliação e fortalecimento de compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, respeito, proteção e garantia ao direito humano à alimentação adequada (DHAA) e saudável, para a implantação e implementação de um Sistema municipal intersetorial de SAN, que vise assegurar a participação social e a gestão intersetorial no Sistema, na Política e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A difusão e democratização do debate sobre soberania alimentar favorece a possibilidade da cidade do Rio de Janeiro, por meio dos movimentos sociais, se posicionar em relação à produção, distribuição e consumo de alimentos na cidade. Neste sentido, coloca-se também em discussão qual a proposta da cidade que queremos. Um tema recorrente na Conferência Municipal diz respeito ao Plano Diretor do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº111/2011), que considera o município “inteiramente urbano”, apesar de, segundo dados do censo Agropecuário do IBGE, de 2006, existirem 1.055 estabelecimentos agrícolas na cidade, 790 dos quais pertencentes à agricultura familiar (MASELI, 2015).

Esta invisibilidade da agricultura na cidade se reflete na insuficiente atuação do poder público neste setor econômico. Em relação à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, à medida que o espaço ocupado pela agricultura foi sendo reduzido, o papel do Estado neste setor também foi diminuindo. Um indicador importante dos limites desta atuação é a inexistência de uma Secretaria de Agricultura na Prefeitura, embora hajam diferentes ações relacionadas à agricultura urbana na cidade.

Nesse contexto, um movimento contrário tem despontado na cena política carioca, de modo, a refletir na eleição de um agricultor familiar para a presidência do CONSEA-Rio, com a escolha, de um representante da tradicional região do maciço da Pedra Branca, Francisco Caldeira, para ocupar a presidência desse conselho.

O combate ao uso e ao consumo de agrotóxicos e a pressão pelo cumprimento da obrigatoriedade de destinação de 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE) para compra direta da agricultura familiar no município, somaram-se às reivindicações presentes nos debates da 4ª COMSAN, relacionadas ao sistema agroalimentar.

Da mesma forma, as propostas da 4ª COMSAN favoráveis à implementação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA), assim como o posicionamento de que este deveria ser o primeiro passo em direção ao banimento total do uso de agrotóxico, demonstram a rejeição ao atual modelo agroalimentar global, explicitada nos debates da conferência.

Por último, vale enfatizar a discussão ocorrida durante o 4ª COMSAN sobre os desafios apontados para a adesão do município ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Este é um sistema intersetorial, que reúne diversos setores de governo e da sociedade civil e tem “por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional da cidade do Rio de Janeiro, bem como de todo o País”.

Faz-se necessário a formalização de um SISAN municipal, que reconheça o CONSEA e a COMSAN-Rio como instâncias de planejamento e acompanhamento da Política e do Plano de SAN para essa Cidade; e que articule com o governo estadual e federal, consolidando o SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). A proposta de Lei Orgânica municipal de segurança alimentar e nutricional (LOSAN-Rio) que tramita desde a gestão anterior do CONSEA-Rio, ainda não foi aprovada e publicada.

Com este cenário o Consea-Rio realizou mais uma Conferência Municipal com a certeza que muito já foi feito e acumulado. Todo este acúmulo é fundamental para que os atores do Poder Municipal e a Sociedade Civil Organizada encarem os grandes desafios postos para a garantia da Soberania Alimentar em nossa cidade.

Francisco Caldeira de Souza

Francisco Caldeira de Souza
Presidente do Consea Rio

4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	08
2. Sonelidade de Abertura.....	11
3. Leitura e aprovação do regimento interno.....	21
4. Painel de abertura.....	27
5. Grupos de trabalho.....	55
5.1 - Eixo 1 - Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da Soberania alimentar.....	55
5.1.1 - Eixo 1 - 1º Dia	55
5.1.2 - Eixo 1 - 2º Dia.....	62
5.2 - Eixo 2 - Estratégias em andamento para a conquista da comida de verdade no âmbito local, estadual, regional, nacional e internacional.....	80
5.2.1 - Eixo 2 - 1º Dia	80
5.2.2 - Eixo 2 - 2º Dia	94
5.3 - Eixo 3 Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)	110
5.3.1 - Eixo 3 - 1º Dia	111
5.3.2 - Eixo 3 - 2º Dia	123
6. Propostas	134
6.1 - Propostas Eixo 1	134
6.2 - Propostas Eixo 2	135
6.3 - Propostas Eixo 3	137
7. Plenária Geral	139
8. Plenária Final	146
9. Moções	160

2. Solenidade de Abertura

MESTRE DE CERIMÔNIA: Muito bom dia. Pede-se a gentileza de desligarem os telefones celulares ou mantê-los no modo silencioso. Sejam todos bem-vindos à 4ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro, cujo tema é: Comida de verdade, no campo e na cidade: por direitos e soberania. A Conferência foi instituída pelo Decreto Nacional 8.416, de 5 de março de 2015, e pelo Decreto Municipal Rio 39.892, de 30 de março de 2015. A 4ª Conferência desenvolverá seus trabalhos tendo como objetivo construir compromisso para efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável, previsto no Artigo 6º da Constituição, e promover a implementação da política e do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, o SISAN, nas esferas de governo, com a participação da Sociedade. Instituído com o objetivo de apoiar políticas públicas, programas e ações que assegurem a todos o direito à alimentação adequada, o CONSEA-Rio tem como competência propor e acompanhar ações do Governo Municipal na área de Segurança Alimentar e Nutricional, articular áreas do Governo e de organizações da Sociedade Civil para a implementação de ações de combate às causas da miséria e da fome no âmbito da Cidade do Rio de Janeiro, incentivar parcerias que garantam mobilização e racionalização no uso dos recursos disponíveis e apoiar campanhas de conscientização da opinião pública. Neste momento assistiremos a um pequeno vídeo do CONSEA Nacional.

[Vídeo] [Aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Daremos início à Cerimônia de abertura da 4ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no Rio de Janeiro. Faremos a composição da Mesa de Honra do evento. Convidamos o Sr. Francisco Caldeira de Souza, Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar do Rio de Janeiro. [Aplausos] Convidamos o Ex.mo Sr. Adilson Pires, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Vice-Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. [Aplausos] Convidamos a Srª Maria Emília Pacheco, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar. [Aplausos] Convidamos o Sr. Elcio de Souza Magalhães, Coordenador Geral de Apoio à Implantação e Gestão do SISAN. [Aplausos] Convidamos a Srª Miriam Francisca da Silva, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar do Rio de Janeiro. [Aplausos] Convidamos a Srª Inês Rugani Ribeiro de Castro, Diretora do Instituto de Nutrição da UERJ. [Aplausos] Convidamos a Srª Kátia Cardoso, Secretária Executiva do Conselho Estadual de Segurança Alimentar. [Aplausos] Teremos agora a apresentação de uma esquete teatral apresentada pelos jovens da Rede Carioca de Agricultura Urbana do CRAS Cecília Meireles de Campo Grande. [Apresentação] [Aplausos]

Solicito a gentileza de que todos se coloquem de pé para a execução do Hino Nacional Brasileiro.

[Hino Nacional] [Aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Registramos ainda a presença das seguintes autoridades no recinto: Srª Jurema Batista, Subsecretária de Inclusão Produtiva da Secretaria de Desenvolvimento Social. Sr. José Leonel Rocha Lima, Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos, muito obrigada pela presença e pela participação no evento.

[Apresentação teatral] [Aplausos]

SR. DANIEL DOUGLAS: Bom dia a todos. Me chamo Daniel. Daniel Douglas. Faço parte do CRAS Cecília Meireles e queria ler um negócio aqui pra vocês. Soberania alimentar. Soberania alimentar tem a ver com o direito à preservação dos recursos naturais [ininteligível]. Cultura camponesa, sistemas e locais de produção, industrialização e comercialização, necessidade de políticas públicas e apoio à produção e abastecimento de alimentos. Para que o povo seja livre, ele precisa ser soberano. Por isso nosso Plano Camponês defende a soberania alimentar, genética e térmica. Bom dia e muito obrigado por sua atenção. [Aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Nossos sinceros agradecimentos à esquete teatral desenvolvida pelos jovens da Rede Carioca de Agricultura Urbana, o CRAS Cecília Meirelles de Campo Grande que, mais uma vez, recebe o nosso caloroso... Aquela calorosa salva de palmas pra eles. [Aplausos] Muito obrigado. Registramos também a presença da Sr^a Aydee Valério, Gerente de Segurança Alimentar da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Muito obrigado pela presença. [Aplausos] Neste momento abriremos espaço para que os membros da Mesa de Honra façam uso da palavra, socilitando aos senhores e senhoras brevidade em vossos pronunciamentos, de modo a não comprometer a programação da Conferência. Desta forma, convidamos a Sr^a Kátia Cardoso, Secretária Executiva do Conselho Estadual de Segurança Alimentar, a fazer uso da palavra.

SR^a KÁTIA CARDOSO: Bom dia a todos, bom dia a todas. Componho esta mesa de abertura da Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Cidade do Rio de Janeiro... Está com defeito? [Inaudível] Muito bom dia Inês, prazer encontrar você na Mesa. Secretário Adilson, prazer. Emília, Elcio, companheiro. Francisco, Miriam. Cumprimentado a todos, eu cumprimento a toda esta plateia e... Venho aqui numa missão, Sr. Secretário, de tentar, nesta Conferência, sensibilizar a cidade do Rio de Janeiro para a implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade. Temos um objetivo, uma proposta nacional, de que os municípios do estado do Rio de Janeiro que ainda não fizeram adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, possam fazê-lo na 5^a Conferência Nacional em Brasília. Tenho levado esse discurso aos diversos municípios do estado que, tanto quanto a cidade do Rio, ainda não fizeram adesão. E eu acho isso um desafio pra cidade do Rio. Com tantos implementos, com tanto desenvolvimento, um CONSEA tão atuante, com um trabalho tão vibrante como é o do Conselho da Cidade do Rio de Janeiro, com tantos exemplos, inclusive, passados, ainda não ter se mobilizado, efetivamente... Isso, a gente sabe que tem mobilização, mas precisa ainda de um passo. Pra fazer essa adesão, Sr. Secretário, há necessidade da aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do Município. E eu sei que o passo é curto, agora, pra conquistar. O CONSEA aprimorou muito bem essa lei, desenvolveu, discutiu em suas plenárias e, agora, tem a expectativa de que tenha a aprovação do Prefeito da Cidade pra estar implementando, de fato, o Sistema na Cidade do Rio. Segurança alimentar tem muitos vieses e que precisam ser feitos de forma intersectorial, articulada, participativa, com a Sociedade Civil, e tudo isso, todo esse movimento, a gente vê a expectativa de que, de fato, venha a acontecer. Então, o passo é muito pequeno pra que, de fato, a cidade consiga essa perspectiva de estarmos indo, Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, na Conferência Nacional, de 3 a 6 de novembro, pra fazer essa adesão ao Sistema de Segurança Alimentar, porque um sistema único, como ele é pretendido, um sistema universal, ele não faz só com a intenção nacional e a estadual, que está tentando se encaminhar pra essa intenção, ainda com uma certa lentidão, na nossa expectativa, porque o estado já tem pacto, ou melhor, já fez adesão a esse Sistema desde 2011, na última conferência, na 4^a Conferência Nacional, e ainda estamos implementando as instâncias de trabalho desse sistema. No Rio, na cidade do Rio, o que eu vejo é a expectativa da instalação pra se fazer a institucionalização dessa política. Já foi instalada desde 2003, através de decreto, o CONSEA municipal. As conferências são feitas regularmente, de acordo com orientação do CONSEA Nacional, portanto, duas instâncias do sistema já funcionam na sua plenitude e, como eu disse, com muita organização, como a gente está vendo, com muito empenho da Sociedade Civil e com muito empenho dos setores governamentais que também participam desse CONSEA. Tá faltando a CAISAN. Eu venho falando isso com a Jurema, eu venho falando isso com a equipe da Aydee, que também já pude conversar isso com ela. E essa mobilização... Com o Júlio também, grande articulador no CONSEA, dessa política... E essa instância precisa ser instalada através de decreto. E existe um fluxo pra que se faça a adesão a esse sistema. Esse fluxo também já foi

repassado para as gerências responsáveis, para a Subsecretária, então eu acho que, agora, é amadurecer essa conferência, ela vai dar oportunidade disso, vamos discutir num dos eixos a implementação do SISAN, e eu acho que o caminho tá bem próximo, Sr. Secretário. Então, eu gostaria de deixar aqui a nossa expectativa, nessa Conferência, de pactuarmos que a cidade do Rio de Janeiro faça adesão ao Sistema pra que, de fato, possa participar plenamente como instituição, como órgão local, pra que essa política aconteça. Então eu desejo a todos um momento espetacular de conferência, onde a gente possa discutir temas dos mais diversos que envolvem Segurança Alimentar e Nutricional, na garantia de direito humano, alimentação adequada pra todos os cidadãos da cidade do Rio de Janeiro. Tenham todos um bom dia de trabalho. Obrigada. [Aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos a Sr^a Inês Rugani Ribeiro de Castro, Diretora do Instituto de Nutrição da UERJ, a fazer uso da palavra.

SR^a INÊS DE CASTRO: Vou fazer como a Kátia e ficar de pé, porque essa cadeira é muito baixinha, a gente fica com a sensação de que está escondido numa trincheira, não é Kátia? Então, primeiro dizer que, como cidadã carioca, como Professora dessa Casa e como ex-profissional da Prefeitura do Rio, do qual eu fui, por muitos anos, e participei da fundação do CONSEA Municipal, é com muita emoção que eu dou boas vindas a vocês aqui na UERJ. É um prazer e uma honra acolher esse evento tão importante pra [inaudível] públicas na área de Segurança Alimentar e Nutricional, aqui pra nossa cidade e pro país, né? A gente tá aqui discutindo, vai discutir, coisas pra cidade e levar propostas pro estado, pro país, é de uma importância enorme o que a gente está fazendo aqui. Dizer que essa agenda de Segurança Alimentar e Nutricional é muito cara aqui pra UERJ, a gente acompanha, a gente tem representação do nosso Instituto no CONSEA Municipal, CONSEA Estadual, tem participado da formulação, avaliação de políticas nessa área. A gente leva muito a sério essa agenda, quer muito ajudar a consolidar. Dizer que é um orgulho enorme, uma alegria ver a sociedade aqui dentro, né? Movimentos sociais, gestores públicos discutindo essa agenda, é uma alegria ver alunos nossos de graduação, de pós-graduação aqui, testemunhando esse momento e participando desse debate. Dizer, assim, que a UERJ tem essa trajetória, né? Vários movimentos sociais contam isso, a gente está num enésimo evento de um movimento social e ele fala: Nossa, o primeiro foi aqui! O terceiro foi aqui! O quinto foi aqui! E pra gente isso é uma alegria muito enorme porque essa é uma das funções sociais da universidade, né? Abrir espaço, acolher, apoiar e ajudar a fazer os debates acontecerem. Então eu desejo sinceramente que esses dois dias de trabalho sejam muito ricos, que a gente aprofunde o diálogo, que a gente mapeie as nossas controversas e construa consensos e caminhe para a consolidação de políticas públicas consequentes na área de Segurança Alimentar e Nutricional na nossa cidade, no nosso estado e no nosso país. Obrigada. [Aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos a Sr^a Miriam Francisca da Silva, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar do Rio de Janeiro, a fazer uso da palavra.

SR^a MIRIAM FRANCISCA DA SILVA: Bom dia a todos os presentes no auditório, às autoridades presentes na Mesa. Gostaria de registrar que é um prazer estar presente nesse evento. Em primeiro lugar, eu quero agradecer o convite feito pelo Conselho Municipal. Registrar que, infelizmente, a nossa Presidente Rosa Alvarenga, por um outro compromisso, também importante, não pode estar aqui mas me pediu pra representá-la. Em nome dos nossos amigos, Conselheiros do Conselho Estadual, também quero agradecer e levar a mensagem... Serei breve, como o Rogério pediu. Um pouco difícil porque eu falo muito, porém... A nossa mensagem, do Conselho Estadual, é que o evento desses dois dias sejam profícuos, né? As demandas e o que sair daqui para serem levados à Conferência Estadual que, queremos fazê-la no dia 13 a 15 de agosto. Infelizmente ainda não a convocamos, por trâmites internos do estado, mas o recado da nossa Presidente Rosa é que, com a adesão

ou não do estado, a Sociedade Civil fará a Conferência sim, inclusive [aplausos] já marcado aqui para esta casa, viu, Inês? Certo. [Risos] No caso, então, até poderíamos fazer em dois dias, o terceiro dia seria em função de uma participação maior. Mas, se não for o caso, ela, em dois dias, será realizada. E aí, eu gostaria até, replicando o que as meninas, os jovens, fizeram aqui, nesse esquete, “Da comida de verdade, no campo e na cidade”, fortalecer que devemos, nós, Conselheiros da Sociedade Civil... Porque, antes de tudo, nascemos Sociedade Civil para, depois, seguirmos várias trilhas por esse mundo social. Eu acho que a gente tem que fazer um trabalho digno, não demonstrar desânimo diante dos obstáculos que se apresentam. Eu acho que o Francisco, como Presidente deste Conselho, não diferente de nós, do Conselho Estadual, deve ter tido bastante desafios pra poder concretizar este evento hoje, né? E reproduzir todas as ações que aqui forem trabalhadas, forem pensadas, no intuito de fortalecer o que a Kátia acabou de falar, o Sistema de Segurança Alimentar. Porque eu acho que não há mais como segurar os nossos anseios e o nosso desejo de ver esse Sistema implantado. Eu penso que, infelizmente, não conseguimos sensibilizar ainda as autoridades, tanto do Estado, numa parte, quanto a do país, porque, se pararem pra avaliar a proposta desse Sistema, eu acho que eles deveriam correr à frente da Sociedade Civil para implantá-lo. Então eu só desejo que nós tenhamos, nesses dois dias, senso, consenso, para que possamos levantar os dados mais preciosos pra serem levados para a Conferência Estadual--se Deus quiser, sairão Delegados daqui para representar o CONSEA Municipal--e, bem como, levar à Instância Maior que é a Conferência Nacional. Então eu só desejo a todos e a nós mesmos que tenhamos, nesses dois dias, muita iluminação pra que a gente possa fazer um trabalho proativo e bem marcante no município do Rio de Janeiro. Ok? Muito obrigada. [Aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos o Sr. Elcio de Souza Magalhães, Coordenador Geral de Apoio à Implantação e Gestão do SISAN, a fazer uso da palavra.

SR. ELCIO MAGALHÃES: Bom, bom dia a todos e todas. Gostaria de agradecer o convite, né? Em nome do Secretário Arnaldo de Campos, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e secretário Executivo da CAISAN Nacional. Por problema de agenda, infelizmente, não pode estar presente. Mas eu venho representar e com muita honra. Aproveito pra agradecer o Presidente Francisco, pelo convite. Gostaria de cumprimentar a todos da mesa em nome da nossa Presidenta do CONSEA Nacional, Maria Emília, e parabenizar a todos pela participação, de estar aqui hoje pra discutir algo que é cotidiano da nossa vida, que é a comida, a alimentação, e que, por muitas vezes, a gente deixa de pensar, refletir, discutir, brigar por esse ponto. Então, pra nós que estamos no Governo Federal, às vezes isola... Centralizado, no Planalto Central, é muito importante estar nos espaços onde o debate mais profícuo na sociedade aparece. E é muito bom ver o espaço lotado pela Sociedade Civil. A batalha da Segurança Alimentar e Nutricional, ela é extensa. Nós conseguimos formalizar, institucionalizar, na política nacional, não há muito tempo. Nós temos um Sistema Nacional de Segurança Alimentar muito novo, surgiu em 2006. Nós temos um CONSEA que surgiu em 93, mas que foi, por um tempo, deixado de lado e retornou, em 2003, com tudo. Temos uma construção no nível nacional, muito rica, de debate com o Conselho Nacional, CAISAN Nacional. Nós temos uma CAISAN Nacional que a Câmara Intersectorial que avança na coordenação da política. Nós temos um desafio, de construir a Política de SAN, que não é um desafio tão fácil porque tem dois princípios que, em geral, vai de encontro à nossa cultura política. Um deles é a intersectorialidade, que envolve diferentes saberes, pra você pensar em alimentação, tem que pensar lá da produção, da distribuição até o consumo. E os diferentes atores, na máquina de governo, que atuam nesse debate. E também a participação social, porque a nossa cultura política também não é de valorizar a participação social. E esses são dois princípios ricos pra nossa Política Nacional de Segurança Alimentar. Então é um desafio grande, nesse desafio nós conseguimos avançar com a adesão dos

estados, nós temos todos os estados brasileiros e o Distrito Federal que aderiam ao SISAN. Alguns estados mais avançados no debate, outros menos avançados, ainda se incorporando na política, mas todos os estados tem CONSEA, nós temos Conselhos estaduais de Segurança Alimentar e nós estamos num processo avançado de construção das Câmaras, né? Intergovernamental de Segurança Alimentar. No processo municipal, nós conseguimos fazer a adesão de oitenta e nove municípios. Sabemos que é pouco, mas nós começamos uma campanha muito recente, nós vamos intensificar esse processo após a Conferência, após o debate da Conferência. É um dos desafios que nós nos colocamos. No nível estadual, aqui, do Rio de Janeiro, ontem nós tivemos uma conversa com a CAISAN Estadual, com a Presidenta da CAISAN Estadual, ela se comprometeu a fazer a convocação da Conferência e também aportar recursos para a realização da Conferência. Acho que é importante a Sociedade Civil se colocar e cobrar esse posicionamento do Governo, porque o momento que o Governo adere ao SISAN, ele tem compromissos. O momento que o Governo tem uma Lei Estadual de Segurança Alimentar, ele tem compromissos, então é importante a ação civil estar presente nessa cobrança, se não fizer o que a Sociedade Civil acha melhor pra que o debate não se perca no Estado do Rio de Janeiro. Eu acho que é fundamental a organização de vocês para tanto. No nível municipal, nós incentivamos os municípios a fazer o processo de adesão. É um município que, pela história, pela luta da Segurança Alimentar, nós não estamos falando dos últimos seis meses mas de anos de luta de Segurança Alimentar aqui, décadas, né Maria Emília? De luta pela Segurança Alimentar. Nós estamos com um trabalho de incentivar que as capitais realizem a adesão pra que possam ser até referência para os municípios menores. Nós acreditamos que vamos conseguir fazer a adesão de São Paulo e Curitiba num curto prazo e acho que é importante o Rio de Janeiro acompanhar esse processo. Nós temos um CONSEA atuante, como bem colocou a Kátia, reforço as palavras da Kátia, né? E temos que estar organizando o estado, o Governo numa câmara e legislação necessária pra aderir. Bom, fechar minha fala, nós temos um lema muito rico de debate, que é o debate sobre a comida de verdade, no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar. Nós... Eu não tenho muito tempo pra falar, mas, rapidinho, eu gostaria de focar então do ato político de comer. Nós temos massificações, todo dia, de informação sobre a alimentação na televisão, né? O programa da Globo, que começa, agora, por volta das oito e meia, ele, geralmente, é um difusor de opiniões sobre alimentação, sobre gourmetização e, em geral, a gente consome essas informações, seja no programa da Rede Globo, seja no supermercado, seja nas propagandas de televisão, e não refletimos, não debatemos sobre eles. Acho que é um momento rico pra gente discutir qual é a alimentação que nós comemos. Qual é a riqueza ou a pobreza da alimentação que nós comemos. No foco individual, da pessoa, pensar qual é o... Eu devo escolher um alimento A ou B, um alimento rico em veneno, um alimento produzido pela agricultura familiar da minha cidade? E, também, no político, cobrar que os nossos órgãos de estado tenham políticas pra valorizar a alimentação. Ou seja, ser um ato político, a alimentação, um ato político do indivíduo, que tem a minha presença nessa decisão, mas, também, cobrar dos governantes que eu elejo. Dos governantes municipais, estaduais, federais. O que o senhor está fazendo para que a população tenha uma comida de verdade? Quais são as ações concretas que os governos, que o Estado está executando pra que a população tenha acesso a um alimento de verdade? Há muitos anos nós não temos uma política de abastecimento, nenhum nível, federal, estadual, municipal. Agora nós temos que discutir uma política de abastecimento de alimentação saudável. Ou seja, o desafio é ainda maior do que o que foi colocado, do que estava dado no passado. Então, alguns elementos pro debate, eu acho que vocês tem mais a contribuir e trazer e levar pro nível estadual e, depois, nível nacional, contribuições da Sociedade Civil. Então eu agradeço, novamente, o convite e vamos ao debate. [Aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos a Sr^a Maria Emília Pacheco, Presidente do

Conselho Nacional de Segurança Alimentar, a fazer uso da palavra.

SR^a. MARIA EMÍLIA PACHECO: Um bom dia a todas e todos. Muito obrigada por esse honroso convite de vir aqui hoje na abertura desta importante conferência. Meus cumprimentos ao Sr. Adilson, ao Francisco, a todos, todas que estão aqui na Mesa, a vocês, meus cumprimentos aos jovens, que aqui nos trazem uma mensagem que, por si só, é uma expressão clara do que queremos, do que estamos defendendo como comida de verdade, no campo e na cidade. A linguagem do teatro às vezes fala mais alto, de forma mais clara, do que uma longa exposição. Muito obrigada pela presença de vocês e, sobretudo, por serem jovens, porque isso é um sinal extremamente positivo, que vão se renovando por outras gerações essa adesão à causa política que nos é tão cara, da soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional e do direito humano à alimentação. O lema que nós escolhemos pra essa 5^a Conferência é extremamente importante, como já ouvimos no esquete e, também, nas pessoas que me antecederam. É uma oportunidade de nós aprofundarmos o nosso entendimento sobre alimentação adequada e saudável, é uma oportunidade de aprofundarmos, de forma crítica, a leitura que temos sobre a crise do sistema alimentar, o plano mais global também, no nosso país. Nós tivemos, nos últimos anos, algumas conquistas, mas permanecemos com enormes desafios, porque temos uma concentração progressiva no sistema alimentar, desde a produção até o consumo. Os dados, no caso, do consumo brasileiro, mostram que nós estamos optando, não só por consumir os produtos alimentícios industrializados, extremamente artificializados, como há também uma tendência à medicalização do alimento, por isso que nós estamos muito atentos e preocupados em debater o que significa a iniciativa de biofortificação dos alimentos, especialmente num país que tem uma mega biodiversidade, nós precisamos conhecer esse potencial e fazer uso dele. Porque nós temos os nossos biomas, e são alimentos muito distintos, são vários frutos, leguminosas e tubérculos que nós precisamos conhecer e valorizar. Por isso que é importante também, a reflexão sobre o Guia da Alimentação do Povo Brasileiro, recentemente lançado pelo Ministério da Saúde, e também o livro sobre alimentos regionais. É um convite pra gente conhecer e debater em todos os espaços que estejamos, nas escolas, nos bairros, nos encontros de amigos e amigas. Enfim, temos esse desafio de chegarmos, de realizarmos, efetivamente, o direito a consumir uma alimentação adequada e saudável, sem contaminação. Precisamos urgentemente sair deste lugar de maior produtor e consumidor de agrotóxicos, que é o caso brasileiro hoje, e também dos transgênicos. O consumo dos agrotóxicos aumentou porque aumentou, acelerou a liberação dos chamados transgênicos. Então, são desafios muito grandes que precisam ser traduzidos e enfrentados no plano federal, estadual e municipal. Mas também quero dizer que este é o momento de fazermos, portanto, uma avaliação dos rumos das ações estratégicas que temos conseguido influenciar como sociedade e realizar, nas políticas e ações do governo, mas também é hora de avançarmos em inovações. As sociedades sempre se reinventam, mesmo em momentos de crise e, este momento que nós vivemos no Brasil, hoje, é um momento que precisa nos impulsionar a pensar, desde o que representam os impactos das medidas de ajuste econômico sobre direito humano à alimentação... Eu estou vindo da Amazônia e vi o quanto os ribeirinhos estão preocupados com o impacto sobre o direito ao seguro de defeso, com as novas medidas que estão sendo tomadas. Portanto eu faço uma instigação a vocês que a gente também analise possíveis impactos porque não é hora de retroceder, é hora de avançar, porque nós temos conquistas importantes, como a saída do mapa da fome do Brasil, que é indicada pelos nossos índices de melhoria de Segurança Alimentar e Nutricional, e é isso que nós precisamos avançar. Mas também é hora de aperfeiçoar, de construir, efetivamente, esse Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A Kátia já fez referências, também a Miriam, e nós precisamos dar passos e acreditamos que, nesse sentido, a participação social, o controle social, são fundamentais. Essas são marcas desse processo

histórico no Brasil, que muitos países que vem nos visitar, vem conhecer a experiência do CONSEA no plano nacional, ficam muito interessados. Porque temos várias iniciativas de espaços de controle social, de participação. E, quando falamos de sistema, falamos então deste princípio, como também já disse o Elcio, do princípio da intersectorialidade. Mas fazemos, então, uma leitura sobre os passos já dados aqui. Porque a existência de ações políticas, de programas, como temos aqui no Rio de Janeiro, já indicam os passos da construção desse Sistema. Ele não é, apenas, um formato institucional, ele é recheado das políticas, das ações que aqui já se desenvolvem e de tantas outras novas que, aqui este debate trará. Eu queria fazer uma breve reflexão nesse momento, porque estamos reunidos aqui num grande centro urbano, é que nós estamos convidados a aprofundar essa visão sobre as cidades que se alimentam. Acho que essa é uma ideia muito importante e isso significa que nós precisamos enfrentar algumas grandes questões políticas. Uma delas é entender o que é o ambiente alimentar. Nós temos ditos que, em muitos casos... A esquete mostrou um ambiente que podemos chamar de obesogênico, porque a oferta da pessoa foi, primeiro, perguntar se queria alguma fritura. Repararam? Bom, então nós precisamos de pensar ambientes, mas ambientes populares, precisamos enfrentar a situação de que muitas vezes encontramos os desertos alimentares. Ou seja, nos bairros populares, a população quer ter o direito de acesso a um alimento de qualidade, de saudável, e não tem. Não tem um pequeno varejo, às vezes não tem um sacolão, não tem uma feira de alimentos orgânicos. Mesmo sabendo que o Rio tem uma importante rede de feiras de orgânicos e, também, tem muitas iniciativas de hortas comunitárias. Mas é preciso, então, clarear, avançar nesse diagnóstico e ver, lá, onde existem, ainda, situações em que o acesso e a distribuição desses alimentos de qualidade precisa ainda ser enfrentada. Mas também precisamos, por isso, pensar numa distribuição de equipamentos públicos, nos restaurantes populares, cozinhas comunitárias. Aqui também, no Rio, tem experiências dessa natureza, isso é importante nesse debate agora sobre as políticas. E um terceiro aspecto é o seguinte: precisamos compreender que é uma inovação, nos últimos tempos, no Brasil, a incorporação da agricultura urbana e periurbana nos debates sobre a gestão da cidade. Ou sobre o planejamento urbano. Essa é uma importante inovação porque isso nos ajuda a deixar de pensar na cidade apenas como espaço construído, ou um lugar de consumo de recursos e de expulsão dos resíduos. A cidade também é um lugar de produção de alimentos. E as experiências que se dão no plano das famílias, comunitárias, de forma articulada, em forma de associações, como a Rede que, inclusive, tem aqui no Rio de Janeiro, é extremamente importante porque ajuda-nos, também, a dialogar com outras... Uma plataforma, por exemplo, do direito da cidade, da reforma urbana. E pensar que iniciativas no campo da agricultura urbana e periurbana são extremamente importantes pra refletir, criticamente, sobre esses instrumentos de gestão urbana. No caso do Rio de Janeiro, o nosso Plano Diretor não fala de área rural. Talvez devamos nos inspirar e seguir o debate que ocorre, neste momento, na grande metrópole de São Paulo, que está revendo o Plano Diretor e incluindo uma área de produção de alimentos como área rural. Também quero dizer que nós, ao pensar no planejamento urbano, na gestão da cidade, é preciso refletir sobre as chamadas Unidades de Conservação. Nossos centros urbanos tem muitas delas, aqui no Rio tem. Aqui, eu quero lembrar um grande escritor, que se chama Professor Diegues, que nos diz que nós precisamos ter cuidado com o mito da natureza intocada. Porque a natureza também é socialmente construída. Por que é que eu digo isso? Porque, muitas vezes, os parques, as Unidades de Conservação afastam, não conseguem ver, na sua formulação de política, o papel que as comunidades tradicionais, que as populações tem [aplausos] de conservar a biodiversidade. E as cidades, os centros urbanos são, também, o lugar da biodiversidade. Este é um apelo que gostaria de insistir, nesta Conferência, fosse refletido. E a maior expressão, a expressão viva desse papel da cidade, é termos à frente de um Conselho Municipal, exatamente, um

agricultor periurbano que vem de uma área de uma Unidade de Conservação. São essas expressões vivas, são essas dinâmicas sociais, são os papéis políticos que esses sujeitos que constroem a cidade, como as comunidades tradicionais, os jovens, comunidades nos bairros, as pessoas com necessidades alimentares especiais. Pensar os sujeitos que constroem a cidade, que dão sentido a ela, é extremamente importante articular com a nossa pauta da soberania, da segurança alimentar e com a comida de verdade, no campo e na cidade. Peço desculpas por não poder ficar na Conferência até o final, porque daqui vou pra Recife, que também vai realizar a sua Conferência Municipal. Agradeço e desejo a todos e todas um debate com muitas ideias, com uma pulsação muito positiva pra levarmos pra Conferência Estadual, que tenho certeza que o compromisso do Governo vai se concretizar, e que, também, cheguemos na Conferência Nacional com várias propostas daqui emanadas. Muito obrigada. [Aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos o Sr. Francisco Caldeira de Souza, Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar do Rio de Janeiro, a fazer uso da palavra.

SR. FRANCISCO CALDEIRA DE SOUZA: Bom dia, bom dia. O pessoal parece que tá com um pouco de sono, né? Bom dia, pessoal. [Inaudível] Ah, agora melhorou um pouco. É de extrema importância esse momento de abertura de uma Conferência Municipal. Lembrando que isso é uma ação continuada. As Conferências não são momentos isolados, isso é uma construção permanente que tem, como base, as Conferências passadas. No nosso caso, na 4ª Conferência, é de extrema importância que façamos a releitura da 3ª Conferência. E, também, o trabalho que tem sido feito pelo CONSEA nos últimos quatro anos, desde a 3ª Conferência, muitos dos desafios que tinham, das dificuldades, foram vencidas. E outras apareceram, nessa caminhada, e algumas ficaram esquecidas. E nesse momento a gente tem a oportunidade de retornar a esse pensamento e construir novos pensamentos. É importante que a gente, nesses últimos quatro anos, nas conversas, no próprio exercício do CONSEA, nas idas e vindas pela cidade do Rio de Janeiro, tivemos apontadas algumas pautas que tem sido, já, desenvolvidas pela sociedade e pelo CONSEA. Dentre essas pautas, talvez as mais principais sejam agricultura urbana. Muitos, a pouco tempo atrás, não gostariam nem de ouvir falar nisso. Hoje já é uma conversa praticamente permanente, nas questões de segurança alimentar e nutricional. E, dentro desse tema, temos aí as questões de Plano Diretor, como a Maria Emília, muito bem, já falou aqui. Produção e comercialização de produtos com base agroecológica. Recursos hídricos. Se nós não tivermos o pensamento de como equacionar essa questão, em breve estaremos todos a seco, mesmo, de verdade. E também, outras questões que vem aí é a questão dos circuitos curtos e o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, hoje em expansão. Já começando a fazer sentido na Zona Oeste, essa ação das feiras orgânicas. Zona Oeste, Zona Norte da cidade. Então, é um circuito em expansão. E também as questões de oferta de produto, as questões de preço. Produto orgânico ainda precisa de uma longa discussão, uma longa caminhada para que possa todos terem acesso a uma alimentação de tamanha importância pra todos. E nessas pautas também a gente discute a questão da obesidade, destinação de lixo. É impossível, num centro urbano de qualquer tamanho, não considerarmos as questões de destinação de resíduos. O combate permanente aos impactos do uso de agrotóxicos. É impossível pensar em Segurança Alimentar sem pensar nessa questão, que talvez seja a mais impactante das questões alimentares hoje no país. Como já foi dito aqui, somos acho que heptacampeões em consumo de agrotóxicos. Então, é impossível pensar em Segurança Alimentar e Nutricional sem ter um olhar muito atento sobre essa questão. E outra coisa que vem sendo muito discutida na cidade é a questão de alimentação escolar. A agricultura e o CONSEA vem discutindo alimentação escolar, não só como comercialização mas, principalmente, na questão pedagógica da questão. É na primeira infância onde se adquire os hábitos alimentares. E isso precisa ser muito atentado pra que as pessoas

comecem a educação, realmente, nessa fase de primeira infância. E isso é uma pauta que já vem caminhando aí pela cidade. E as pessoas tem começado essa discussão... É preciso ampliar, cada vez mais, o círculo de discussões, de palestras, seminários, pra que possamos, cada vez mais, ter clareza do que fazer, de como encarar essas questões. E, só pra finalizar aqui, bem rápido, políticas públicas. Eu não tenho muito a acrescentar ao que já foi dito aqui por Kátia, Miriam e Maria Emília a respeito desse tema. Realmente a sociedade precisa, cada dia mais, exercer a sensibilidade sobre o Poder Público, no sentido de que as discussões saiam do círculo social e entrem nos gabinetes pra que possamos, finalmente, regulamentar o setor. Ter a nossa discussão regulamentada e, nessa caminhada, fazer as adesões necessárias até chegarmos a aderir ao SISAN. Porque é impossível uma pretensa oitava, sétima ou sexta economia capitalista ter o IDH de octogésimo quinto lugar, permanentemente. É uma coisa que, quando sem todos os índices, falam de tudo, menos do IDH. E o Brasil continua lá no final da fila. Então é isso, senhores. Bom dia a todos, boa conferência. Com certeza desafios não nos faltarão nesses dois dias. Muito obrigado. [Aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Convidamos o Ex.mo Sr. Adilson Pires, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Vice-Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, a fazer uso da palavra. [Aplausos]

EX.mo SR. ADILSON PIRES: Bom dia a todas e todos. Queria cumprimentar os componentes aqui da Mesa. A Kátia, a Miriam, o Francisco, a Maria Emília, a Inês e o Elcio. Queria cumprimentar a todos em meu nome, em nome do Prefeito Eduardo Paes. Vou procurar ser breve porque acho que já foi dito praticamente tudo que eu considero ser importante ser dito nessa abertura. Primeiro, cabe aí um mea culpa da nossa parte porque nós viemos tratando já há alguns meses esse tema que se refere a adesão da cidade do Rio de Janeiro. Eu acredito que nós estejamos já numa fase, do ponto de vista do Governo, uma fase final de negociações, tanto com a área técnica do Governo, para que possa chegar às mãos do Prefeito, e a gente possa tomar uma decisão... Porque eu trabalho sempre com a meta da Conferência Nacional como o limite nosso, para garantir a adesão da cidade do Rio de Janeiro. Segundo lugar: eu acho que essa Conferência tem uma tarefa muito importante, vai tratar de muitos temas, mas é sempre bom a gente... Na abertura de conferências eu procuro sempre fazer isso, olhar pra trás. É sempre bom olhar pra trás um pouco. A gente sempre, claro, tem que ter a expectativa de futuro, de avançar, de continuar avançando, de novas conquistas, mas é sempre bom a gente parar um pouquinho e olhar pra trás. Eu considero que nós avançamos muito no Brasil. Nós avançamos tanto que, eu me recordo que, no início do mandato do Presidente Lula, em 2002, o discurso mais importante feito pelo Presidente foi aquele discurso em que ele dizia que, a principal meta do Governo dele seria a de que cada brasileiro, e isso era o compromisso dele, cada brasileiro pudesse fazer, ao menos, três refeições por dia. E, a partir dali, várias políticas públicas foram implantadas, talvez a mais importante delas seja o Bolsa Família, que depois passou a gerar programas complementares dos governos estaduais e municipais. No caso do Rio de Janeiro, o Governo do Estado tem um programa chamado Renda Melhor, que atende a noventa e um municípios do estado. Menos a capital, porque a capital tem o seu programa próprio, que é o programa de complementação de renda ao Bolsa Família, para que nós possamos chegar àquela meta de nenhum cidadão carioca vivendo com menos de dois dólares per capita por família. Então, a partir dessas iniciativas, é claro que tem todo um desafio pela frente, acho que tem muita coisa a ser avançada. A gente quando olha outras culturas, outras economias do planeta, vê que nós estamos muito atrasados em boa parte dos temas que tratamos nessa discussão de Segurança Alimentar, mas nós saímos de um estágio, eu diria, de pouco mais de treze anos atrás, início de 2002, que era um período que, talvez, fosse até medieval na discussão desse tema. Porque era o período da fome de uma parte de milhões de brasileiros.

Nós temos agora outros desafios porque... A Prefeitura tem uma secretaria chamada de Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Solidário. O novo Secretário, que tomou posse agora, há poucos dias, numa reunião que nós fizemos de governo, apresentou uma proposta, um projeto da criação, na cidade do Rio de Janeiro, do que eles estão chamando de armazéns, eu não saberia explicar exatamente o nome, mas a ideia é que tivessem prédios públicos, na cidade do Rio de Janeiro, para abrigar as feiras de orgânicos que hoje se fazem nas praças, que se fazem em espaços alternativos. Mas a Prefeitura estimular, com iniciativa e com recurso público, pra que essas feiras possam se difundir mais na cidade do Rio de Janeiro. O problema é que uma parte enorme da nossa população e a população mais pobre, que é a maioria, essa questão é ainda mais forte ... É evidente que essa população mais pobre, quando ela vai numa feira comum, de produtos com agrotóxicos, desse produto que nós... E ele vê lá... Vou falar um exemplo assim meio banal, talvez eu até esteja errado, mas só pra... E ele vê lá um mole de alface que custa um Real, ele vai pagar um Real naquele, e não dois Reais num orgânico, porque tem a ver com uma série de questões, que o Francisco aqui foi muito feliz quando ele falou, de que a gente precisa ter muitas iniciativas mais incisivas na área da educação. Nós temos, na cidade do Rio de Janeiro, quase setecentas mil crianças nas escolas do município. A maior rede municipal de ensino do Brasil é a do Rio de Janeiro. E essa rede, ela, na verdade, é uma rede importante porque ela pode formar toda uma geração nova com conceitos diferentes do que nós estamos tratando. O outro aspecto que eu atribuo também como muito importante é que é fundamental que o Poder Público assuma sua responsabilidade, seja cobrado por ela e, todas as vezes que fomos cobrados, por exemplo, por essa ainda não adesão, que não é só o Rio de Janeiro, quer dizer, outras cidades importantes também ainda não aderiram, mas, enfim, nós não estamos preocupados em usar o exemplo de outras cidades que ainda não aderiram, nós temos que nos preocupar conosco, então nós vamos, a parte que nos cabe enquanto Secretaria--tá aqui a nossa Subsecretária, Jurema--a gente tem tratado disso insistentemente pra viabilizar rapidamente a adesão da cidade do Rio de Janeiro. Mas, quando nós tratamos desse tema, é também muito importante que a gente traga um pouco a discussão praquilo que a gente chama de Sociedade Civil Organizada. Eu me lembro há trinta anos atrás, trinta e três anos atrás, quando eu me casei, que havia, por exemplo, na minha comunidade... Eu frequentava uma paróquia, eu era da Pastoral do Trabalhador da minha paróquia, e tinha lá uma pessoa, que era o coordenador da Pastoral, que, naquela época, trinta e três anos atrás, ele se ocupava de reunir casais da periferia do Rio de Janeiro, do bairro que nós morávamos, da Vila Aliança, moramos na Vila Aliança, e, vários casais novos, o que ele fazia? Nós fazíamos uma cotização de grana, e fazíamos aquela compra coletiva. Comprávamos sacas fechadas de feijão, de arroz, de óleo, de todos aqueles produtos, quer dizer, nós conseguimos reduzir muito o custo familiar de cada um daqueles casais novos... Não sei se conseguimos a qualidade do alimento que estamos tratando aqui, mas, assim, do ponto de vista da alimentação, era uma iniciativa muito importante da Sociedade Civil, sem interferência do Poder Público, e era objeto da ação obstinada de um senhor que nem mora mais aqui no Rio de Janeiro. Ele tinha aquela obsessão com essa discussão. Claro que trinta e três anos atrás, a história do Brasil era outra, não cabe comparação com os dias atuais, mas eu só busquei esse exemplo pra dizer que é também um desafio nosso expandir esse debate com a Sociedade Civil. É fundamental que a gente consiga seja através da rede de educação, seja através da rede pública, da Secretaria de Desenvolvimento, seja através das pessoas que atuam na área de Segurança Alimentar, seja através de tudo aquilo que a gente tem, de Sociedade Civil, buscar com que a Sociedade Civil, nos mais diversos cantos desse estado, dessa cidade, possam também se organizar. Seja pra o debate, pra discussão, mas seja também pra algumas ações concretas e práticas, porque às vezes nós temos a dificuldade de, numa área de periferia, reunir trinta pessoas pra fazer um debate teórico

sobre Segurança Alimentar. Mas, se for a partir de uma ação prática e concreta, que tenha incidência na questão econômica, nós vamos reunir, talvez, mais do que trinta pessoas. E, a partir daí, a gente pode fazer o debate de conteúdo da Segurança Alimentar que nós estamos falando aqui. Porque eu acho que a gente precisa romper um pouco essa... As discussões feitas pela Sociedade Civil, infelizmente, eu fico angustiado com isso, elas se restringem ainda a um círculo da Sociedade Civil mais politizado, mais informado, com mais escolaridade, com mais acesso aos meios e aos recursos. E essas pessoas conseguem ter uma alimentação até melhor, quer dizer, aquilo que o Francisco falou... Eu fui à feira, eu frequento a feira todo domingo há quarenta anos, a feira de Bangu, e compro aquelas coisas todas da feira de Bangu, cheias de agrotóxicos. Há, sei lá, trinta dias, eu estava na feira com um senhor que vende caqui, ele pegou um cartãozinho, me deu, falou: Adilson, você já conhece a nossa feira de orgânicos lá do Rio da Prata? Aí eu falei pra ele: Não, desculpe a ignorância. Não conhecia mesmo. Aí ele me deu um cartão e falou: vai lá, e tal, é todo... domingo? Sábado, né? É todo sábado de manhã e tal, eu peguei o cartãozinho dele. Infelizmente, do dia que ele me deu pra cá, todo sábado eu tô em algum lugar do Brasil que não é o Rio de Janeiro, viajando pra alguns compromissos, mas eu já me programei pra ir naquela feira. Evidente que para que nós possamos tornar isso de acesso possível à sociedade de forma mais ampla, nós precisamos, repito: cobrar ações do Poder Público, e eu quero assumir todas que me cabem nesse processo, e à Prefeitura do Rio de Janeiro, mas, também, ter uma visão de que é preciso abrir mais com ações práticas, concretas, que façam a sociedade como um todo entender o quanto é fundamental o debate que nós estamos fazendo. Por isso eu desejo uma boa conferência, que a gente tire daqui algumas, não só decisões, posições, mas algumas ideias, como foi dito aqui, acho que pela Maria Emília, ideias inovadoras que possam permitir que a gente crie acesso à população, em particular da cidade do Rio de Janeiro, para o tema da Segurança Alimentar, pra que a gente possa começar, de alguma forma, a acelerar mais o processo na cidade do Rio de Janeiro. Um bom dia, uma boa conferência e um abraço a todos. [Aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: E, neste momento, convidamos o Sr. Francisco Caldeira de Souza, Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar do Rio de Janeiro, para a declaração de abertura da 4ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

SR. FRANCISCO CALDEIRA DE SOUZA: Tendo como final de fala na mesa a fala do nosso Secretário Adilson, declaro aberta a nossa 4ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional do Município do Rio de Janeiro. Obrigado e um bom dia a todos. [Aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Agradecemos aos membros da Mesa de Honra pelas considerações e pela importância de suas presenças neste evento de grande representatividade para a Segurança Alimentar. Iremos, então, desfazê-la para, em seguida, darmos continuidade à Conferência. Muito obrigado a todos.

3. Leitura e aprovação do regimento interno

MESTRE DE CERIMÔNIA: [Início da gravação] De leitura e aprovação do Regimento Interno da 4ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Faremos a composição da Mesa Diretora. Para a leitura do Regimento Interno, convidamos a Srª Márcia Valéria, nutricionista da ANERJ, Associação dos Nutricionistas do Rio de Janeiro. [Aplausos] Para coordenar os destaques do Regimento Interno, convidamos o Sr. Júlio César Barros Monteiro, Secretário-Geral do CONSEA e Coordenador do Hortas Cariocas, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. [Aplausos] O apoio à leitura do Regimento Interno será feito pela Srª Mônica Teixeira, nutricionista do Instituto de Nutrição Annes Dias. [Aplausos] Antes da leitura do Regimento, gostaria de fazer alguns informes: Será feita a leitura de cada

artigo, parágrafo e inciso. Todos os inscritos poderão fazer destaque. Solicitamos a todos os inscritos que, em caso de destaque, acenem para a mesa diretora e compareçam à mesma para fins de registro do referido destaque. Ao término da leitura de todo o Regimento, será aberto espaço para a defesa dos destaques. Com a palavra a Sr^a Márcia Valéria.

SR^a MÁRCIA VALÉRIA: Bom dia a todos e a todas. Vamos dar início à leitura do regimento Interno da 4^a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro. Capítulo um, da finalidade. Este regulamento tem por finalidade a definição de regras de funcionamento para a 4^a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro, 4^a COMSAN-Rio, convocada por Decreto nº 39.892 de 30 de março de 2015, com regimento aprovado pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Município do Rio de Janeiro, CONSEA-Rio, e publicado no Diário Oficial Municipal em 11 de junho de 2015. Parágrafo 1º: A 4^a COMSAN-Rio será realizada nos dias 16 e 17 de junho de 2015, nas dependências da UERJ, situada à Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro. Parágrafo 2º: A 4^a COMSAN-Rio será presidida pelo Sr. Francisco Caldeira de Souza, Presidente do CONSEA-Rio, e, na sua eventual ausência, pelo Sr. Júlio César Monteiro de Barros, Secretário-Geral do CONSEA-Rio. Capítulo segundo: da participação. Artigo 2º: São participantes da 4^a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio: “A”, os/as participantes inscritos. “B”, convidados e convidadas, expositores e expositoras e palestrantes. “C”, observadores e observadoras. Artigo 3º: O credenciamento dos e das participantes da 4^a COMSAN-Rio será realizado no dia 16 de junho de 2015, das 8:30 às 9 horas, e no dia 17, no mesmo horário. Capítulo terceiro, da programação. Artigo 4º: A programação da 4^a COMSAN-Rio seguirá o formato constante na programação apresentada no Documento Orientador. Primeiro: A solenidade de abertura será realizada às 9 horas do dia 16 de junho de 2015, com a presença das autoridades e convidados pelo CONSEA-Rio. Segundo: Cada eixo temático será trabalhado por dois Grupos de Trabalho, Parágrafo 3º: Os Grupos de Trabalho tratarão dos Eixos Temáticos e serão compostos por representantes do Poder Público, Sociedade Civil Organizada, universidades, institutos de pesquisa, representantes do CONSEA-Rio e expositores convidados. Capítulo quarto, do temário. Artigo 5º: Nos termos do seu regimento, a 4^a COMSAN abordará o tema “Comida de verdade, no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, que será discutido a partir dos seguintes Eixos Temáticos: Eixo 1, comida de verdade, avanços e obstáculos para a conquista da alimentação. Eixo 2, estratégias em andamento para a conquista da comida de verdade no âmbito local. Eixo 3, aperfeiçoamento e ampliação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Capítulo 5, da organização. Artigo 6º: A 4^a COMSAN-Rio subdivide-se da seguinte forma: “Um”, solenidade de abertura. “Dois”, mesa redonda. “Três”, Grupos de Trabalho (GTs). “Quatro”, mini plenárias. “Cinco”, plenárias. Artigo 7º: Nos termos do seu regimento, a 4^a COMSAN-Rio terá as seguintes plenárias: “Um”, plenária de abertura. “Dois”, plenária de apresentação e aprovação do regulamento interno da 4^a COMSAN-Rio. “Três”, mini plenárias de apresentação dos relatórios dos Grupos de Trabalho. “Quatro”, plenária de deliberação sobre as propostas para a 4^a Conferência Estadual, CESANS-RJ. “Quinto”, plenária de eleição de delegados à 4^a CESANS-RJ e plenária final de encerramento. Capítulo seis, seção um, da plenária. Artigo 8º: A plenária é a instância máxima de deliberação da 4^a COMSAN-Rio, constituída pelos participantes, devidamente credenciados, com competência para discutir os temas propostos. Artigo 9º: Participação da plenária: “A”, todos os inscritos na conferência terão direito a voz e voto. “B”, convidados terão apenas direito a voz. “C”, observadores terão apenas direito a voz. Artigo dez: Assegura-se aos participantes com direito a voz o questionamento, pela ordem de encaminhamento à Mesa, sempre que a critério de qualquer um dos membros, não esteja sendo cumprido este regulamento. Parágrafo 1º: Durante o processo de votação serão vedados os levantamentos de questão de ordem. Artigo 2º: Nos processos de votação em plenária, somente será feita a

contagem de votos quando não for possível avaliar o resultado por contraste ou não houver acordo sobre o resultado da Mesa Coordenadora. Artigo onze: Na plenária de apresentação e aprovação do regulamento da 4ª COMSAN-Rio, a Mesa fará o seguinte encaminhamento: “Um”, durante a leitura do regimento interno, os participantes inscritos terão direito a fazer destaques aditivos, supressivos ou substitutivos que serão anotados pela Mesa. Finda a leitura, a Mesa abrirá dois minutos para a participação de cada autor de destaque. Durante a exposição de cada destaque, a Mesa aceitará somente uma inscrição a favor e uma contra o destaque, que terão, também, duração de dois minutos cada. Após a defesa e contra-argumentação de cada destaque, a Mesa encaminhará à votação do mesmo. Quinto: Será aprovado o destaque que obtiver consenso ou, no mínimo, aprovação de metade mais um dos participantes inscritos presentes na plenária. Eu vou fazer uma pausa pra ver se até agora alguém tem algum destaque que não tenha sido computado. [Inaudível] Artigo 12º: Na plenária de apresentação e deliberação dos relatórios dos Grupos de Trabalho, o texto consolidado em cada uma das mini plenárias relativas aos grupos de cada Eixo Temático não será submetido a nova votação, apenas referendado. Artigo 13º: Na plenária de eleição de delegados para a etapa estadual da 5ª CESANS, 4ª CESAN-RJ, serão eleitos doze delegados titulares, conforme previsto no inciso décimo terceiro do parágrafo único do Artigo 1º do regimento dessa conferência, sendo: “A”, dois terços de representantes de instituições, organizações da Sociedade Civil que correspondem a oito delegados titulares. “B”, um terço de representantes de instituições governamentais que correspondem a quatro delegados titulares. Parágrafo 1º: A delegação deverá ter o acréscimo da mesma proporção de delegados suplentes, no caso de ausência ou impedimento da participação do delegado titular. Parágrafo 2º: É recomendado garantir equidade de gênero na delegação eleita para a 4ª CESAN-RJ. Outro destaque aqui. Parágrafo 3º: Finda a eleição dos delegados/delegadas, a coordenação da conferência providenciará o imediato preenchimento da ficha de inscrição de cada um dos eleitos, a ser enviada ao CONSEA-RJ, contendo o nome completo da pessoa, números do seu RG e CPF, endereço completo, e-mail, número do telefone e dados da representatividade, Sociedade Civil ou Governo. Artigo 14º: No ato da votação, os delegados e/ou suplentes só concorrerão se estiverem oficialmente credenciados. Artigo 15º: No ato da eleição, as instituições, organizações concorrentes, delegados titulares e/ou suplentes deverão estar presentes na plenária. Artigo 16º: Na plenária final, ocorrerá aprovação das moções de âmbito municipal, estadual e nacional. Artigo 17º: As moções serão encaminhadas exclusivamente por participantes inscritos e devem ser apresentadas à comissão organizadora até o encerramento das mini plenárias dos GTs e redigidas em, no máximo, vinte linhas. Parágrafo único: Cada moção deverá ser assinada por, pelo menos, dez por cento dos/das participantes inscritos. Seção dois. Algum outro destaque? [Inaudível] Seção dois, dos Grupos de Trabalho (GTs). Artigo 18º: Nos termos do regimento da 4ª COMSAN-Rio, serão constituídos Grupos de Trabalho, GTs, a partir da inscrição dos/das participantes. Parágrafo único: Os GTs deverão abordar os temas com as perspectivas de gênero, raça e etnia e da intersectorialidade das ações em segurança alimentar e nutricional. Artigo 19º: Os GT's serão compostos por todos os participantes incluídos. “Um”, um facilitador, com as funções de conduzir as discussões, controlar o tempo e estimular a participação, de acordo com o roteiro previamente recebido. “Dois”, dois relatores, um eleito entre seus membros e outro indicado pela comissão organizadora, encarregados de relatar as conclusões do grupo, participar da consolidação dos relatórios do Eixo Temático e colaborar com a sistematização dos trabalhos em grupo, quando solicitado. Artigo 20º: As intervenções dos membros dos Grupos deverão ser pautadas: “Um”, pelo documento orientador. “Dois”, pelas exposições realizadas nos Eixos Temáticos. Parágrafo único: Os/As participantes dos grupos deverão tratar das questões municipal, estadual e nacional e atuar sobre elas, em caráter avaliador, formulador e propositivo, bem como sobre

as políticas de modo integrador e transversal. Artigo 21º: As votações dos grupos de trabalho ocorrerão em plenárias relativas a cada Eixo abordado, denominadas mini plenárias, e terão o seguinte encaminhamento: “Um”, durante a leitura dos relatórios pelo/pela facilitador/facilitadora, os/as participantes inscritos terão direito a fazer destaques aditivos, supressivos ou substitutivos, que serão anotados pela Mesa e serão encaminhados por escrito até o final da leitura das proposições apresentadas pela Mesa, constituindo-se em proposta de redação alternativa em relação ao item destacado. “Dois”, finda a leitura, a Mesa abrirá dois minutos improrrogáveis para cada inscrito fazer a defesa do seu destaque. “Três”, durante a exposição de cada destaque, a Mesa concederá somente a palavra, por igual tempo, ao participante inscrito que se apresente para defender a proposta original, sem permissão, em qualquer hipótese, réplica. [Inaudível] Quarto: Após exposição, será colocado em votação os destaques apresentados em relação à proposta original do relatório. “Cinco”, será aprovado o destaque que obtiver consenso ou, no mínimo, aprovação de metade mais um dos participantes inscritos presentes na mini plenária. “Seis”, os relatórios que não sofrerem destaques serão considerados aprovados por unanimidade. Capítulo sete, da eleição dos delegados à 4ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro. Um destaque... No título. Artigo 22º: A 4ª COMSAN-Rio enviará delegados para a 4ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, 4ª CESANS-RJ, eleitos pelos participantes inscritos da 4ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município do Rio de Janeiro, considerando os seguintes critérios: “Um”, ser conselheiro ou conselheira atuante no Conselho Municipal. “Dois”, participar de organizações e movimentos sociais relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional. “Três”, participar de organizações de agricultores. Quarto: Representar a diversidade de territórios e regiões no âmbito municipal. Quinto: Representar os portadores de necessidades alimentares especiais. “Seis”, representar organizações de movimentos de mulheres. “Sete”, representar organização do movimento de jovens. E “oito”, representar diversos setores do Governo. Artigo vinte e três: Os/As candidatos/candidatas a delegados/delegadas à 4ª CESANS-RJ serão apresentados pelos seguimentos referidos no Artigo 22 e eleitos na plenária final. Parágrafo único: Por ordem dos mais votados/votadas, serão eleitos titulares os/as candidatos/candidatas que obtiverem o maior número de votos e suplentes os que obtiverem menor número de votos. Artigo 24º: São critérios para desempate: Primeiro critério: prevalecerá o candidato do gênero com menor número de representação. Segundo critério: Prevalecerá o candidato da área das pré-conferências com menor representação. Terceiro critério: Não atendidos os critérios acima, deverá ser realizada uma votação de desempate entre os/as candidatos/candidatas empatados/empatadas. Artigo 25º: A plenária final elegerá um total de doze candidatos na proporção de dois terços de candidatos da Sociedade Civil e um terço dos diversos setores do Poder Público. Capítulo oitavo, das disposições gerais. Artigo vinte e seis: Serão conferidos certificados de participação na 4ª COMSAN-Rio aos membros da comissão organizadora, participantes inscritos, observadores e convidados, expositores e relatores, especificando a condição da participação na conferência. [Inaudível] Artigo vinte e cinco, deixa eu repetir aqui: A plenária final elegerá um total de doze candidatos na proporção de dois terços de candidatos da Sociedade Civil e um terço dos diversos setores do Poder Público. Capítulo oitavo, das disposições gerais. Artigo vinte e seis: Serão conferidos certificados de participação na 4ª COMSAN-Rio aos membros da comissão organizadora, participantes inscritos, observadores e convidados, expositores e relatores, especificando a condição da participação na conferência. Artigo vinte e sete: Como suprimento da etapa municipal da 5ª CESANS, será elaborado um relatório a ser encaminhado à comissão organizadora da etapa estadual destacando-se, entre as diretrizes aprovadas nessa conferência, as que subsidiarão a formulação de políticas de SAN municipal, estadual e nacional. Artigo 28º: Será assegurado pela mesa coordenadora em cada plenária o direito à manifestação,

questão de ordem, aos participantes inscritos sempre que qualquer um dos dispositivos deste regulamento não estiver sendo observado. Parágrafo 1º: A questão de ordem deverá ser feita, em primeira instância, à mesa diretora dos trabalhos, cabendo recursos ao plenário, se necessário. Parágrafo 2º: As questões de ordem não serão permitidas durante o regime de votação. Artigo 29º: Os casos omissos deste regulamento serão resolvidos pela comissão organizadora da 4ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro. Fim da leitura. Assim, só pra esclarecer que o destaque que eu fiz diz respeito à identificação da sigla da conferência estadual, que o estado tem sempre o S no final, que eles já conquistaram o âmbito da sustentabilidade, né? Então é Conferência CESAMS-RJ. Só pra alterar o texto nessa identificação.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Muito bem, bom dia a todos. Eu ainda não me apresentei, meu nome é Júlio César Barros, sou da Secretaria-Geral do CONSEA. E sou da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Gerente de Agroecologia e Produção Orgânica. Bom, então, de acordo com o nosso Regimento aqui, foi apresentada a questão de ordem que a Márcia colocou com relação a siglas. É um destaque, desculpe. Colocado pela Márcia com relação à sigla que parece que lá, no Governo do Estado, a Conferência tem um “Sustentável” no final. Então, inserir um essezinho no final da sigla, acho que é uma coisa que é coerente e acho que... E o segundo destaque foi colocado pelo Conti no Artigo 22. Com relação aos critérios dos delegados que vão ser enviados para a Conferência Estadual. Conti vem defender aqui? Me parece que o destaque é no sentido de inserir mais um inciso aí. [Inaudível]

SR. MARCELINO CONTI: Bom dia a todos, eu sou Conti. Eu tô aqui seguindo a orientação do Caderno de Orientação da 5ª Conferência Nacional. E a 5ª Conferência Nacional, ela fala também que a gente deve dar prioridade na formação dos Delegados, reafirmando os seguimentos da sociedade que são historicamente excluídos e mais vulnerabilizados na questão da Insegurança Alimentar. Então fala da cota por raça, etnia, povos e comunidades tradicionais. Então a nossa representação deve contemplar representantes da população negra, dos povos indígenas, da comunidade de quilombolas, dos povos tradicionais de matriz africana, povos de terreiro e dos demais povos e comunidades tradicionais que, aqui no nosso Rio, são os caiçaras e os ciganos. E a orientação que tem é que deva ser garantido, pelo menos, trinta e três por cento de representantes desse seguimento da população.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Então a objeção parece que ficou clara, alguém tem alguma objeção ao destaque feito pelo Conti no sentido de que não seja incluído esse novo inciso com mais esse aumento de representatividades?

SRª MARGARIDA FROUF: Mesa, bom dia. Diversidade não contempla todas essas ações? [Inaudível] Pois é, mas... Gente, olha só: diversidade, ela tá sendo uma ação ampla. E aí contempla os movimentos dos quilombolas, dos ciganos, isso aí é uma ação ampla.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Margarida, você quer fazer uma defesa do seu posicionamento aqui na frente, com relação a isso?

SRª MARGARIDA FROUF: Que no item 5, o item 4, representar a diversidade de territórios e regiões no âmbito municipal, contempla a solicitação... [Inaudível] Sim, mas aí bota o gênero lá em cima, gente. [Inaudível] Povos. Povos e território. [Inaudível]

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Alguém tem alguma sugestão de texto pra gente pensar num consenso ou a questão... [Inaudível] Bom, então me parece que a questão é botarmos a inclusão do texto pela pessoa que fez a defesa, pelo Conti. É essa a questão? [Inaudível]

SR. FÁBIO: Pessoas com necessidades alimentares especiais... De repente, só pra atender ao que a Margarida falou. Ele falou o seguinte: a diversidade, não poderíamos incluir exatamente o item que está aí contemplado da seguinte forma: representar a diversidade de territórios e regiões no âmbito municipal contemplando, aí sim, povos, tal, tal tal... Seria abrangente e você estaria contemplando o que o colega ali colocou.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Então, ao invés de criar um novo inciso, só complementar o inciso quarto, contemplando aí o que o Conti colocou, nessa diversidade? Então isso seria uma outra proposta, então? [Inaudível] Não? Inclusão? [Inaudível]

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Atende, Conti? [Inaudível]

SR. MARCELINO CONTI: Prezados, eu entendo que não. Nós estamos seguindo a orientação da 5ª Conferência Nacional. A 5ª Conferência Nacional, ela tá priorizando os povos que são excluídos, que estão em insegurança alimentar. E, para isso, ela determinou que trinta e três por cento seja destinado pra essa cota. É uma determinação, gente. Eu entendo... O Estadual, o Estadual vai cumprir isso. Eu entendo que nós, enquanto Município, também devemos cumprir isso. Ok? Mas é um indicativo muito forte, é um indicativo muito forte. E quando eu falo em território, diversidade de território, significa o seguinte: Eu devo ter representantes da Zona Oeste, da Zona Sul, da Zona Norte. Ok? Esses são os representantes, ali tá dizendo isso, nós estamos dizendo outras coisas. [Inaudível] Território ali é geografia.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Ok, então... [Aplausos] Parece que houve um entendimento e, como foi só um destaque, parece que o pessoal fez um regimento consensual lá dentro da construção do próprio CONSEA, já foi uma coisa que já deu bastante discussão, então o texto já veio arredondado aqui. Nós vamos então colocar em votação isso que o Conti apresentou aqui. A inclusão do inciso 9º com um texto que vai representar diversas raças, etnias e povos tradicionais. Então essa seria a redação. Então a sugestão é essa e a gente coloca em votação de fazer a inclusão desse inciso 9º. Quem concorda com a inclusão, por favor, levante o braço. [Pausa] Quem não está de acordo com a inclusão, por favor, então, levante o braço. [Pausa] Então, de acordo com a votação aqui, fica então incluído no Regimento esse inciso 9º com o texto "Representar as diversas raças, etnias e povos tradicionais", é isso? [Inaudível] Então, tudo transcorrendo sem problemas, parece que o nosso Regimento então, não existem mais destaques. [Aplausos] O destaque que a Márcia fez foi uma questão de sigla que não há o que discutir. Então eu pergunto a todos, formalmente, se todos concordam com esse Regimento, se o Regimento foi aprovado por essa plenária? [Inaudível] Não pode ser? Pode ser? [Inaudível] Pode ser aprovado então? Todo mundo concorda com o regimento? Quem concorda com o regimento, considera aprovado? Ok? Obrigado, está aprovado o Regimento Interno e o trabalho da Mesa se encerra aqui, obrigado a todos. Vamos ter bastante tempo pra poder conversar ainda esses dois dias, obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Obrigado aos representantes aí da mesa. Pessoal... Pessoal, mais alguns instantes aí da atenção de vocês, por favor. Por favor, pessoal. Um minutinho da compreensão, da atenção dos senhores, por favor. Agradecemos a todos que no período de pré-conferência se dispuseram a contribuir com sua parceria e suas experiências no fortalecimento do tema, em especial às CDSs da SMDS, ao Instituto de Nutrição da UERJ, à Fiocruz Mata Atlântica, à Pastoral do Menor da Arquidiocese do Rio de Janeiro, ao Abrigo Cristo Redentor, à Nave do Conhecimento de Padre Miguel, FEUC de Campo Grande, à Srª Luciana Maldonado, Srª Bernardete Montesano, Sr. Márcio Mattos de Mendonça, Sr. Alexandre Gonçalves, Srª Regina de Oliveira, Srª Annelise Fernandes, Srª Paula Britto, Sr. Felipe Rodrigues, Srª Juliana Casemiro, Sr. Ocimar Teixeira e Emília do PACS. Faremos um intervalo para o almoço, será servido aqui, no mesmo local onde fizemos o credenciamento. Só um minutinho mais da atenção dos senhores, solicitando a gentileza de retorno a este auditório impreterivelmente às 13:30 para darmos continuidade ao nosso evento. O almoço é aberto a todos. Bom almoço.

4. Painel de abertura

MESTRE DE CERIMÔNIA: Registramos a presença do Sr. José Otávio Câmara Fernandes, Delegado da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário. Muito obrigado pela presença no evento. [Aplausos] No próximo dia 17, 18 e 19 de julho de 2015 será realizada a 12ª Conferência Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. “Orgulho de ser SUS: saúde pública de qualidade na cidade do Rio de Janeiro.” Local: Centro de Convenções Sulamérica. Maiores informações: 2976-2269. Neste momento daremos início ao painel de abertura da Conferência. Convidamos para atuar como mediadora a Srª Márcia Valéria, Conselheira do CONSEA. [Aplausos] Convidamos a Professora Inês Rugani de Castro, da UERJ. [Aplausos] Bem, faremos uma alteração na mediação da Mesa. Márcia, muito obrigado. Nós convidamos o Sr. Robson Patrocínio, pesquisador da Fiocruz Mata Atlântica. [Aplausos] Convidamos a Srª Irma Maria Ferreira, da Feira Agroecológica de Campo Grande. [Aplausos] Convidamos o Sr. Ronaldo José Ribeiro, Chefe de Gabinete da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. [Aplausos] Convidamos a Srª Regina Oliveira, do Coletivo de Saúde Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro. [Aplausos] Lembramos que cada um dos palestrantes terá trinta minutos para exposição. Com a palavra o Sr. Robson Patrocínio. [Aplausos]

SR. ROBSON PATROCÍNIO: Boa tarde. Tudo bem, gente? [Inaudível] Eu acho que não. [Risos] Cheguei, né? Tá certo. Então, assim, a primeira coisa que a gente lembra, pra começar essa Mesa, é que nós estamos vindo de um processo e esse processo tem a ver com as pré-conferências. Nessas pré-conferências saíram um bocado de encaminhamentos. Talvez nem todos tiveram oportunidade de estar nas pré-conferências, mas foi um momento especial. Por quê? Porque se trata da gente estar discutindo, no mais local possível, a questão da soberania e Segurança Alimentar e Nutricional pro município do Rio de Janeiro. Daí a gente estanca pra municipal, estadual e nacional. Mas o que dá sentido a tudo isso é o mais local possível. É onde, domingo, me perguntaram se... Como é que a gente discute comida de verdade, segurança alimentar, pra quem não tem fogão? Foi uma pergunta que fizeram no domingo. Eu acho que são questões que parece que passam, mas que não podemos deixar passar. Então, agradeço muito, viu, Márcia? O pessoal, por estar aqui nessa mesa, o CONSEA. E queria já passar a palavra pra gente começar. Fiquei impressionado com o horário, certinho. Muito bom. E queria passar, então, a palavra, começando aqui... Pode ser pela apresentação. [Inaudível]

SRª REGINA OLIVEIRA: Primeiramente boa tarde a todos e a todas. Alguns aqui eu estou revendo, que eu estou voltando aos poucos pra discussão de Segurança Alimentar no estado Rio de Janeiro. E a gente fez uma apresentação, enquanto Coletivo de SAN, de todo esse processo, da importância da Segurança Alimentar no dia a dia de todos nós, enquanto cidadãos, enquanto sociedade e enquanto Estado. E, vamos dizer assim, uma provocação do que a gente está encontrando em 2015, ou seja, a gente tá na véspera das Conferências, essa acontecendo e outras. Mas o que é que a gente fez esse tempo todo. Então é uma provocação mesmo. Você pode passar pra mim, ô, Luiz? Eu vou ficar aqui em baixo que eu não gosto de apresentar... Eu não gosto de apresentar do alto não, eu me sinto melhor assim. Então, quando o CONSEA Municipal me convidou, eles pediram pra mim falar sobre o Eixo 3, que é o aperfeiçoamento e ampliação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar, o pacto federativo, a participação social e a intersetorialidade. Quando a gente pensa no histórico de SAN, a gente vai, desde a década de 40, década por década, a gente tem alguns marcos legais e algumas pessoas importantíssimas na Segurança Alimentar e que a gente nunca pode esquecer, que é o Patrono do CONSEA Nacional, que é Josué de Castro, que, lá em 40, já falava de tudo isso que ia acontecer se a gente não tivesse políticas públicas específicas pra acabar com a fome.

Então começa com ele. Depois a gente teve um vácuo. Entre 60 e 80, eu acho que todo mundo entende o que é que a gente teve no Brasil. A nossa famosa ditadura. E a gente teve algumas intercorrências aí que a gente ficou um pouco estagnado. Sendo que Josué de Castro morreu em 73, pedindo pra voltar pro Brasil e não aceitaram a volta dele. Quando ele volta, ele volta já no caixão, pra ser enterrado. Depois a gente teve em 80 a nossa Constituição Federal, em 88, e teve a Ação da Cidadania, que todo mundo também lembra, do nosso famoso Herbert de Souza, que é o Betinho. Quando a gente vê lá em Josué, a gente também teve, na mesma década, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que a alimentação também tá nesses direitos.

Aí a gente vai pra década de 90 e, é importante falar, 93 foi criado, a partir de um decreto, o primeiro CONSEA Nacional, cujo Presidente foi Dom Mauro Morelli, e que, graças a Deus, eu tive o privilégio de trabalhar com ele em Duque de Caxias por muitos anos e aprendi muito o que é que é Segurança Alimentar e direito humano à alimentação na prática, que é muito diferente da gente estar falando na teoria. Porque a gente tem que aproximar a teoria da prática.

Então a gente teve a 1ª Conferência Nacional em 94, quando chegou em 95 a gente teve uma quebra. Que também, não sei se as pessoas, talvez muito jovens, não se interessem da história, mas nós tivemos a entrada de um Presidente. Que tem três letrinhas famosas. E que acabou com a Segurança Alimentar, tentou acabar. E, nesse mesmo intervalo aí, a gente teve a Cúpula Mundial da Alimentação, que não foi aqui no Brasil, foi em Roma. Teve a formação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar, por conta das discussões que a gente tinha pra reaver o CONSEA, pra reaver a garantia do direito humano à alimentação. Um grupo de pessoas da Sociedade Civil se uniram pra fazer isso e, hoje, vocês conheceram uma delas, que é a Maria Emília, que hoje é Presidente do CONSEA Nacional. Em 99 nós tivemos o Fórum Fluminense, que eu participei.

Em 99 nós tivemos um marco legal, que também diz tudo sobre alimentação e nutrição, e que a gente não usa como a nossa caderneta de cabeceira, que é a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, que tem tudo a ver com o nutricionista, quem é nutricionista, mas tem tudo a ver com a garantia do direito humano à alimentação e com Segurança Alimentar. Quando a gente chegou nos anos 2000, a gente teve, em 2001 o Projeto Fome Zero; em 2003, o Programa Fome Zero...Ali a gente formatou um pouco... Mas, em 2003, a gente teve também a criação, aí sim, do CONSEA Nacional, veio outra vez o CONSEA Nacional, e que não sei se vocês conhecem, que ficou pouco espaço... Um dos presidentes foi o Chico Menezes, que é do IBASE, e o Renato Maluf. Nesse intervalo de tempo. Aí a gente teve a 2ª Conferência, em 2004, sempre pensando o que fazer.

Em 2004 a gente pensava o que fazer pra poder dar conta da garantia do direito humano. Então pensou-se em criar o Sistema de Segurança Alimentar, e que foi criado o que a gente chama de Lei Orgânica de Segurança Alimentar. Que cria o Sistema de Segurança Alimentar e diz o que cabe a cada um, e diz o que compete em termos de órgão, pessoas que se articulam num espaço.

Aí, em 2007, a gente teve a 3ª Conferência de Segurança Alimentar, em 2007 a gente teve também a criação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar, que é uma câmara formada só de governantes, não tem Sociedade Civil aí. São membros do Governo que ajudam a construir, vocês vão ver o quê depois, que não tem Sociedade Civil. CONSEA tem sociedade civil, Câmara Interministerial ou Intersecretarial, não tem. Em 2009 a gente teve uma lei importantíssima do a gente fala da Segurança Alimentar e Nutricional na prática, que é a Lei que determina que o RT, seja da alimentação escolar, seja nutricionista, que trinta por cento da compra, do recurso que passe direto, tem que ser da agricultura familiar, então a gente diz que é a lei da alimentação escolar e da agricultura familiar. Que não é da agricultura familiar está atrelada, existe uma lei da agricultura familiar. Quando a gente chega

na década de 10... Olha só, a gente já passou quase... De dez em dez, né? Quando a gente chega em 2010, a gente teve um decreto que regulamentou a nossa LOSAN. Aí as pessoas falam assim: O que vale mais, lei ou decreto? O que vale mais é lei, mas o decreto pode regulamentar. Aí eu posso dizer o que aconteceu porque eu estava, enquanto Conselheira Nacional na época. Foi feita uma discussão e, como estava em mudança, provável mudança de Governo, não sabia se ia continuar ou não, a gente precisava amarrar esse documento regulamentando a LOSAN e, como lei precisa do Legislativo, não teria tempo suficiente pra passar no Congresso e ser aprovada como uma Lei.

Então foi passado como Decreto. Mas tem o valor que regulamenta a lei. No mesmo ano, a gente teve um marco muito importante, que foi feito assinaturas, abaixo-assinados no Brasil inteiro, a gente levou mais de cinquenta mil abaixo-assinado... assinaturas, lá no Congresso pra institucionalizar o Artigo 6º como “alimentação é um direito fundamental do ser humano” na Constituição Federal. Isso também eu participei, levei assinatura de Caxias, a gente fez vários movimentos. Aí, quando foi em 2011, a gente teve o Plano Nacional de Segurança Alimentar. Porque, quando a gente cria o Sistema e cria a Política, a gente tem que ter um ano pra aderir e fazer esse Plano. Então o Plano Nacional de Segurança Alimentar.

Aí, quando a gente chegou em 2011 mesmo, no final do ano, a gente teve a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Eu vou pular só pra 2015, que vai ser a 5ª. Eu só queria, nesse intervalo aí, que são dúvidas minhas mesmo, o que é que a gente fez entre 2011 e 2015, nos municípios, pra se atualizar. Não pra modernizar, que modernizar é coisa de velho, eu me atualizo, não me modernizo. O que é que a gente fez pra se atualizar e poder ter mais conhecimento dos instrumentos e mecanismos que garantissem o direito humano à alimentação adequada para todos. O que é que a gente fez nos estados e municípios? Exceto que a gente tá se mobilizando agora pra vir nessa Conferência, daqui sai pra Estadual e, da estadual, alguns írem pra Nacional. Isso a gente faz. E, pra mim, o grande embargo desse, de todo o Sistema, ou a crise do Sistema, é, exatamente, o que a gente faz entre uma Conferência e outra, que a gente não faz. Capacitação permanente em Segurança Alimentar e, Segurança Alimentar, pra mim, é uma roda inclusiva que, a qualquer momento, recebe qualquer pessoa que esteja interessada. Sendo que essas pessoas ficam num desnível de conceitos, não é dizer que não saibam, elas sabem, mas não tem o nível mesmo de um conceito. Eu, por exemplo, estou a dois anos afastada mas eu estou vendo que não tá muito diferente do que eu vi.

Mas o que é que a gente fez enquanto cidadão, enquanto Conselho, enquanto coletivo de SAN, que o Coletivo tá se criando agora, pra que isso seja revisto e, quando a gente chegar nas Conferências, a gente chegue com peso mesmo, a gente chegue com material. Não só capacitação na Conferência tem que ser antes da Conferência. Então isso é um embargo. Pode passar. Aí, quando a gente fala: alimentação é um direito de todos, independente de cor, de idade, de região, é direito de todos. Pode passar. Aí a gente pensa: segurança alimentar é um dever do Estado. Aí não digo só Brasília, não. Estado como um todo, né? Estado, todos os governos, todas as instâncias, todos os poderes e tudo que refere a isso. Mas é um dever também, da Sociedade, na cobrança no que refere a essas políticas, e é um dever da Família, no seu dia a dia, nas práticas alimentares que garantam uma alimentação adequada e saudável. Porque tem que esquecer que Segurança Alimentar é estar livre da fome. Segurança Alimentar também é estar livre da fome, mas é ter a garantia de uma alimentação adequada e saudável. Quando a gente pensa na Segurança Alimentar, a gente, primeiro, tem que conhecer nossos direitos e nossos deveres, enquanto Segurança Alimentar. Quais são nossos direitos? Quais são os instrumentos, quais são as leis, quais são os marcos que a gente tem, que diz que a gente tem direito? E quais são os nossos deveres? Enquanto cidadão, enquanto Conselho, enquanto Coletivo? Quais

são os mecanismos que a gente pode cobrar esses direitos? Será que a gente sabe? Por isso tem ali, a gente tem que buscar. Porque a gente só busca, assim, muito próximo das Conferências.

Aí, quando a gente criou a LOSAN, a gente pensou na Lei 11.346. Olha só, 2006. Já tem um tempinho. Já vai fazer dez anos. A gente pensou no direito humano, na soberania e na Segurança Alimentar, a gente ainda tá nessa luta de garantir essas coisas. De ter instrumentos o suficiente e mecanismos o suficiente.

Na Lei tem quatro artigos importantíssimos. O 1º artigo e o 2º, da LOSAN, ele diz: alimentação adequada é direito fundamental do ser humano. A gente reporta lá que, em 2010, a gente acrescentou isso na Constituição Federal. Artigo 3º, a segurança alimentar consiste realização do direito de todos, aquele conceito todo que, às vezes, as pessoas sabem de cor e, às vezes, as pessoas incorporam no seu dia a dia. E, no 5º, a gente tem a questão da soberania alimentar. Será que a gente tem, tão melhor trabalhado, a soberania do que a Segurança Alimentar? Porque a Segurança Alimentar também vai depender do que a gente tem de instrumentos e mecanismos da soberania, e não é bem isso que a gente vê. Os eucaliptos da vida, os transgênicos da vida, os agrotóxicos e outras coisas mais. E outros insumos de fora que o nosso país é obrigado a engolir goela abaixo. E o Artigo 11, que é o Sistema de Segurança Alimentar, a gente vai entender um pouquinho agora, pode passar. Quando a gente pensa na Segurança Alimentar, a gente tem cinco pontos: disponibilidade, água e alimento em qualidade e quantidade suficiente para todos.

É um direito inalienável e intransferível, ninguém pode tirar esse direito seu, você tem direito a ter água e alimento, não adianta você pegar o do outro, é seu e acabou. Isso é de lei. Produção, promoção de forma social, equitativo, ambiental, sustentável de ocupação de espaço. Isso se chama sustentabilidade.

Terceiro: comercialização, estímulo ao desenvolvimento local e regional, tudo aquilo que a gente fala em favorecer a agricultura familiar e as frutas regionais, inclusive na alimentação escolar. Isso a gente fala é o quê? Agricultura familiar na base mesmo da nossa produção, do nosso dia a dia, na nossa mesa. Isso é comida de verdade, no campo e na cidade. Ou não? Acesso ao alimento, renda mínima suficiente. Quem é que garante que o salário mínimo é o suficiente pra comprar tudo isso, em detrimento de outras coisas. Que, às vezes, a gente até come, algumas pessoas, mas não tem outros direitos garantidos. E segurança alimentar é um conjunto de direitos. São as diversidades locais, regionais. E as práticas alimentares que é onde, quando e como nos alimentamos. Hoje nós comemos ali fora. Tem dia que comemos no boteco, tem dia que comemos no restaurante. Onde isso acontece? O que escolhemos? Tinha várias coisas ali.

Por exemplo, eu tenho uma amiga que está aqui presente que, por ter uma necessidade alimentar especial, não pôde comer ali. Ela teve que ir comer em outro lugar porque não tinha um alimento que ela pudesse escolher, que ela tivesse garantia que aquele alimento é um alimento adequado e saudável para uma pessoa com doença celíaca. Isso é garantia de direito, tá? Como preparamos, será que as nossas práticas alimentares em casa, na escola, nos hospitais, obedecem boas práticas de unidades de alimentação e nutrição voltadas pra promoção de saúde das pessoas? Isso a gente tem que pensar. E o que e quanto consumimos?

A gente vê que tá crescendo a obesidade, sobrepeso, porque a gente consome demais. Agora vamos ao que interessa: o que é que é o Sistema? [Inaudível] Vai ser rápido agora, quinze minutos. Quem diz o que fazer? Quem é que determina o que a gente faz na Segurança Alimentar, de onde saem as diretrizes? É a Conferência Nacional de Segurança Alimentar.

A gente tá falando na questão nacional, mas isso, em todas as instâncias. A gente tá preparando aqui com base da Segurança Alimentar Nacional. Então a gente vai discutir aqui

as mesmas coisas e levar pra lá. O que fazer? A Política Nacional de Segurança Alimentar. A Política é um documento que descreve o que é que tem que ser feito. Quem propõe? Os CONSEAs. Os CONSEAs... O CONSEA, no caso, Nacional, faz. Mas os CONSEAs é a instância que tem que fazer essa discussão, levar para o seu Gestor o que é que ele quer pra uma política estadual e municipal de garantia de direito humano à alimentação adequada. E não é isso que a gente consegue ver no dia de hoje ainda. E como fazer? A CAISAN vai escrever a política, né? E aí a gente também tem órgãos e instituições...

Quem já leu, eu acredito, quase todos, sobre esse sistema, órgãos e instituições e instituições sem fins lucrativos que estão nesse sistema, mas que não são Conselheiras. Porque, por exemplo, pode ter num a Pastoral e, no outro, não ter. Pode ter num a Associação de Comunidades de Terreiro, e, no outro, não ter. Mas não quer dizer que essas pessoas estejam fora das articulações e das discussões. Tem que incorporar todas as pessoas do município e do seu estado pra isso. Aí a gente constrói o Plano. Plano tem uma diferença: Política é o que tem que ser feito e Plano é o que a gente quer que seja feito nos quatro anos de governo. Então, para que o plano seja feito, de acordo com o que a gente pensa, em quatro anos de governo, como o Nacional fez e alguns municípios, não sei se fizeram, a gente tem que pensar no Plano Plurianual. Quem aqui já pensou no Plano Plurianual? Que é um plano que é feito de quatro em quatro anos do orçamento da União, do estado e do município, e que você inclui ali as ações, orçamentariamente, diz o que é que você quer ser feito, pra ter uma rubrica de dinheiro, dizendo assim: vai ser feito.

Então esse Plano Plurianual geralmente acontece em agosto, ano que vem é o novo ano de eleição Municipal. Se a gente não incluir nada, enquanto Município, nesse plano, não adianta, é o mesmo que galinha: vai ciscar e o galo canta. E, quando ele canta, ninguém segura, porque só ele canta mesmo. E a gente sabe o que é que tá falando. Então, quando a gente pensa nisso, tem a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que são as leis que definem essas diretrizes, que nem tudo pode ser feito, mas pode ser jogada daqui pra lá, e ajustada. Aí a gente tem ali Lei Orçamentária Anual que, ano a ano, é feito o orçamento anual pra esses ajustes dentro do orçamento do Governo. Aí eu pergunto: No estado a gente já sabe o que tá acontecendo. Nos municípios, eu não sei. Mas no estado, a gente está vendo um desgoverno geral. Então eu não sei se a gente participou, enquanto CONSEA, dessas coisas. Aí, quando a gente fala Pacto Federativo, a gente tem que pensar que são muitas mãos, União, estados e municípios, em todas as suas instâncias. CONSEAs, CAISAN, instituições, associações, todos os instrumentos que a gente tenha, todos os mecanismos e toda a nossa parte legislativa, que são as Assembleias, as nossas Câmaras dos Vereadores, que são as instâncias que tem que nos defender junto aos nossos governantes. Porque a Assembleia e as Câmaras, elas são isentas, elas não são pra defender o Governo, são pra defender a vontade do povo. Não é a Casa do Povo? Então a gente tem que pegar esse caminho aí. Então são muitas mãos, né? Pode ser lilás, quem queira, amarela, cor de abóbora, todas essas coisas. Pode passar. Aí, quando a gente pensa nessas políticas, a gente tem que fazer uma interlocução, Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Segurança Alimentar, todas essas dizem alimentação como direito. É só vocês pegarem ali... Pode passar. Aí vem, ali, o que fala: universalidade, participação da comunidade na política de saúde. Na de Alimentação e Nutrição: intersectorialidade, acesso universal. Então tem um pouquinho de cada coisa, depois vocês podem pegar apresentação.

Política Nacional de Segurança Alimentar, acesso universal à alimentação saudável. Pode passar. Todas na garantia do direito humano e alimentação adequada. [Inaudível] Agora vai ser rápido. Alimentação saudável, que teve um GT no CONSEA Nacional, que eu também participei, e que a gente fala o que cabe a cada um na promoção da alimentação saudável. Aí a gente pensa, todo mundo fala assim: a PNSAN é um grande guarda-chuva. Todas as outras políticas estão debaixo desse guarda-chuva, porque ela diz de tudo. Só

que o orçamento dela não é pras políticas, né? Ela tem as políticas por baixo dela, mas não tem o dinheiro da agricultura, ela não tem o dinheiro do meio-ambiente, da saúde. Então, quando a gente pensa nessa política, enquanto segurança alimentar, quer seja municipal, estadual ou nacional, a gente tem que estar inteirado tem todas as políticas públicas, programas e projetos e saber todos os conselhos e instituições sem fins lucrativos pra que, juntos, se possa dar conta das políticas da agricultura, cobrar o que é que está ou não sendo feito, alimentação escolar, assistência social, criança e adolescente, desenvolvimento rural sustentável, educação, igualdade racial, meio ambiente, segurança alimentar, saúde, trabalho e renda e transporte.

E tem uma, que hoje eu soube com o meu amigo aqui, que ainda não existe um conselho, que é a das comunidades tradicionais. Eu acho que é uma coisa a ser pensada porque são especificidades totalmente diferentes, as necessidades dessas pessoas. Eu acho que deva pensar em criar um conselho. Que talvez tenha mais força que outros conselhos. Porque comunidades tradicionais tem o 6040, que é um Decreto que define o que é comunidade tradicional, está bem definido numa lei nacional, e que não são respeitados nas suas necessidades. Eu acho que isso é importante, tá? Agora, quando a gente pensa nisso, a gente vê uma rede. Eu acho que a gente tem que pensar em rede mesmo, isso é um sistema. Rede é o quê? Todo mundo unido, sabendo o que o outro faz, indo e vindo, pra que a gente construa o sistema. Só que a gente tem uma diferença muito grande... Não é uma diferença, a gente tem um elo entre a teoria e a prática. Infelizmente, na Academia, eu estou falando hoje na Academia, na Academia existe teoria. Mas não existe prática, muitas das vezes. E a oportunidade que a Academia pode propiciar ao crescimento dos CONSEAs é os seus representantes levarem pra sala de aula a discussão de um senso crítico desses alunos em relação à nossa política-Brasil. Porque as pessoas saem pensando que estão em outro país. E, quando a gente fala isso, em todos esses projetos e programas de Segurança Alimentar, na própria comunidade tradicional não tem condição de escrever programas e projetos, muitas das vezes.

Aí, cabe aos Conselheiros da Academia decodificarem a necessidade desses povos e tudo que bata no CONSEA, decodificarem e escreverem mesmo, projetos a tempo hábil das pessoas conseguirem as coisas. Então eu acho que o que falta, pra mim, é exatamente esse elo que eu falo que é uma capacitação permanente em Segurança Alimentar, no que são instrumentos e mecanismos ora que a gente possa crescer e avançar na Segurança Alimentar como garantia do direito humano à alimentação adequada. Então vamos criar uma rede e obrigado.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Anunciamos a presença, na 4ª Conferência, da Srª Maria da Glória Figueiredo de Souza, da Ação da Cidadania, irmã de nosso querido Betinho. [Aplausos]

SR. ROBSON PATROCÍNIO: Então, pessoal, gostaria de convidar pra compor a Mesa Inês Ugani, Diretora do Instituto de Nutrição aqui da UERJ. [Pausa] Então, vou seguir aqui pela ordem: Vou passar então a palavra pra Inês, e depois a gente segue aqui a ordem.

SRª INÊS RUGANI: Boa tarde. Eu peço desculpas pois descii um pouco atrasada, estava tentando reproduzir o material já pra trazer pra vocês durante a minha fala, ele não ficou pronto, está ficando durante a minha fala. Eu pego lá e depois levo pros Grupos. Queria agradecer muito esse convite, essa oportunidade de partilhar algumas reflexões que são fruto de vários debates e experiências coletivas de várias pessoas que a gente vai poder, ao longo do percurso aí da fala, reconhecer. Eu falo do lugar da Saúde. Militei muitos anos, trabalhei muitos anos na Secretaria Municipal de Saúde do Rio e, aqui, no Instituto de Nutrição, estou dentro da área da saúde também. Foi bastante interessante fazer o exercício do que escolher falar nesses trinta minutos, alguns recortes foram feitos, talvez algumas pessoas sintam falta de alguns conteúdos, mas eu selecionei o que eu achei que

subsidiaria os debates que vão acontecer em seguida nos Grupos. [Inaudível] Só entender como pano de fundo essa ideia de que a gente vai estar entendendo a alimentação nessas diferentes dimensões, do direito humano, biológica, sociocultural, econômica e ambiental. Essa dimensões tão todas interconectadas e, o quadro que a gente tem quando a gente fala de questão alimentar, é um quadro de grande complexidade.

Então não existe solução única pra nenhum problema e isso pressupõe da gente uma maturidade enorme na hora de pensar políticas públicas, na hora de atuar na nossa agenda da Sociedade Civil, na exigibilidade dos nossos direitos. [Inaudível] Como o tema que me foi solicitado foi de eu apresentar reflexões sobre avanços e obstáculos, eu preferi chamar de desafios, e vou dizer, mais à frente, por quê... Em relação à alimentação adequada e saudável e à soberania alimentar, eu optei por ter, como ponto de referencia teórica, a definição de alimentação adequada e saudável que foi aprovada na 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, eu estou falando disso, pode parecer óbvio. Não é óbvio, a gente hoje tem três definições oficiais circulando, uma que é da PNSAN, da 2ª edição, essa da Conferência e a do Guia Alimentar, que é do Ministério da Saúde, mas que não segue a mesma definição da Política Nacional e se aproxima mais dessa, pra nossa alegria, porque a gente considera que essa é a que traz a definição mais... Traz elementos mais arrojados e mais próximos dos princípios que a gente acredita que convergem com o direito humano à alimentação adequada, porque explicita a questão da produção sustentável e explicita a questão dos contaminantes e dos organismos geneticamente modificados, que, pra gente, é uma questão central. Então, quando a gente pensa na alimentação, nessa complexidade toda, e tendo a alimentação adequada e saudável, densa, como definição, como essa que eu acabei de apresentar, o que tá colocado pra gente é esse desafio.

Uma resposta efetiva a essa questão alimentar, nesse contexto contemporâneo, passa por políticas públicas que integrem promoção da saúde, a sustentabilidade ambiental e o compromisso com a realização de direitos e justiça social. Não basta uma resposta técnica, puramente, pra um problema. Essa resposta tem que gerar um círculo virtuoso de diminuição de desigualdades, de aumento da democracia, de inclusão das pessoas, então, diante de um mesmo problema, a gente pode ter várias respostas. A gente tem que buscar aquela que potencializa, de maneira mais plena, toda a nossa agenda.

Então, em relação a avanços, eu vou passar muito rapidamente porque a gente vai ter uma outra fala que vai trazer, certamente, mais elementos concretos em relação a avanços. O que eu gostaria de destacar são quatro pontos. Um é a implementação, ampliação e consolidação de políticas públicas. A gente, já mais cedo, hoje, na Mesa de Abertura e agora, também, Regina mencionou o Programa Nacional de Alimentação Escolar como um exemplo emblemático, bem sucedido, de convergência de agendas.

Então, a gente tem isso, de fato, no Brasil. Se comparar qual era a nossa agenda de políticas, há vinte anos atrás e agora, há avanços concretos. Uma outra coisa que eu acho que é fundamental em termo de avanços, à sociedade e aos seus valores, é a questão da comida de verdade na nossa agenda. Esse assunto tá pautado, as pessoas estão interessadas em falar sobre isso. A outra questão é a articulação e convergência de movimentos sociais em várias frentes, em várias iniciativas. Redes se tornando mais sólidas. E outra coisa que eu gostaria de valorizar: o Brasil tem tido uma atuação importante nesse sentido, é nos processos de acordos internacionais. Queria valorizar um recentemente publicado agora em maio, que envolveu os Ministros da Saúde de países do Mercosul, e que explicita recomendação de políticas e medidas regulatórias pra prevenção e controle da obesidade e, nesse acordo que foi firmado, várias bandeiras que a gente vem batalhando há muito tempo, como a questão da rotulagem, publicidade, aparecem nesse compromisso entre Ministros.

Eu acho que isso é um passo importante que dá pra gente um elemento a mais no

sentido da gente exigir o cumprimento desses compromissos. Eu vou trazer uma sequência não muito grande de slides, trazer algumas reflexões sobre o Guia Alimentar pra população brasileira, eu queria trazer o Guia como um caso, um exemplo, bem concreto, de um avanço que aconteceu e de como que esse avanço pode ser potencializado ou como que ele corre o risco de não ser tão potencializado quanto ele merece. Como vocês sabem a gente teve, em 2014, final do ano passado, a publicação de uma nova edição do Guia Alimentar que compra uma briga muito clara com a indústria de alimentos porque problematiza a questão dos produtos ultraprocessados. Tanto é importante o que tá dito nesse Guia, que, às vésperas da sua publicação, a Associação Brasileira de Indústrias de Alimentos tentou embarreirar a sua publicação. Ele foi fruto de uma consulta pública ampla, muitas sugestões foram incorporadas, a gente gostaria que tivessem outros avanços nele, mas ele traz avanços muito, muito importantes. O Guia, ele tá dirigido à população, no sentido de orientar a prática das famílias, dos coletivos, e ele traz essas quatro recomendações: Fazer, dos alimentos in natura ou minimamente processados, a base da sua alimentação. Utilizar óleo, gorduras, sal e açúcar em pequenas quantidades. Limitar o uso de alimentos processados, misturados em receitas e evitar alimentos ultraprocessados. Explicitamente, desencorajar o consumo desses produtos.

Outra coisa importante do Guia, ele traz, pra quem já teve chance de ler, um capítulo dedicado à identificação e superação de obstáculos que estão presentes no nosso cotidiano. Ele fala que um obstáculo é informação, que a gente tem muita informação circulando, mas que muitas não são confiáveis, que confundem a gente, e aí valorizam o Guia como fonte de informação confiável. A questão da oferta dos alimentos, de que a gente tem mais facilidade de acessar esses produtos ultra processados mais do que produtos in natura. Os custos, o preço desses produtos, a importância da gente lidar no nosso cotidiano de forma a praticar preços mais baratos. A questão das habilidades culinárias, a valorização da importância desse resgate e da centralidade da questão da culinária no nosso dia a dia. A questão do tempo, organização do tempo como fundamental pra gente poder se alimentar melhor e a problematização da publicidade, como sendo uma prática muito, muito, muito perniciosa pra questão da alimentação, no sentido de que ela promove uma série de coisas: comer demais, comer a qualquer hora, achar que você vai ser feliz se você comer isso ou aquilo, enfim. É um debate que o CONSEA está fazendo, eu vou depois mostrar um documento pra vocês, é esse, assim: o Guia, ele acaba quando ele propõe as soluções para os obstáculos, ele propõe muito no âmbito individual.

E a discussão que cabe a gente fazer ao longo dessas conferências que estão em curso é: o quanto mais hábil e dedicado o indivíduo seja o quanto que tem um limite do que ele pode fazer, se você não está num contexto que favoreça a suas escolhas saudáveis. E que esses obstáculos não são obstáculos casuais, eles são expressões de um sistema alimentar que, na sua estrutura, geram essas realidades. Então a gente tá falando de um sistema alimentar hegemônico, que é o principal hoje em dia, não só no Brasil, mas em outros países também, e ele tem aspectos estruturais que fazem esses obstáculos se colocarem no nosso cotidiano. E aí eu queria partilhar com vocês isso, no começo de maio houve uma plenária do CONSEA em que houve a presença do Ministro da Saúde. Final do ano passado, ele foi que lançou o Guia e estava lá presente no CONSEA, e esse documento do CONSEA é muito inspirador pra gente conversar aqui, nessa Conferência, porque ele aponta a importância da gente olhar o Guia não como um instrumento de educação nutricional, ponto.

Mas como um patamar de onde a gente parte pra discutir políticas públicas intersetoriais. Se a gente levar às últimas consequências o que está escrito naquele Guia, uma série de medidas que a gente vem pleiteando e que não são implementadas, precisam ser implementadas. Então, o Guia alimentar ele não pauta só as políticas ou as abordagens educativas da Saúde, ele pauta políticas públicas intersetoriais. Foi nessa plenária do

CONSEA e esses dois pontos cruciais, a questão das políticas públicas intersetoriais e articulação daqueles princípios que tão lá com a prática mesmo das políticas públicas.

Quando a gente pensa no nas recomendações do Guia, em larga escala, na dimensão da sociedade, o seu conteúdo tem essas implicações, então a gente precisa ter política pública para estancar a tendência de aumento da participação desses produtos ultraprocessados na alimentação, independentemente da composição nutricional. Não importa se tem mais ou menos sódio, mais ou menos gordura. É ultraprocessado, é pra comer menos. Queria valorizar a questão dos momentos da vida e fazer um alerta, em relação às crianças. A gente vai começar um processo agora de revisão do Guia Alimentar para crianças menores de 2 anos, que vai ser muito bem, vindo à luz desse novo Guia. Isso é muito urgente, porque o debate sobre consumo de ultraprocessados nos dois primeiros anos de vida é completamente incipiente, no mundo e no Brasil. A Organização Mundial da Saúde não propõe indicadores claros em relação ao consumo desses produtos. Os estudos que a gente está desenvolvendo aqui na UERJ, em parceria com a prefeitura do Rio e outras instituições... A gente fez, por exemplo, um recordatório de 24 horas com crianças de 6 meses a 59 meses, usuários do Sistema Único de Saúde, e a gente entrevistou 536 crianças. Elas citaram 512 marcas de produto ultraprocessados, consumidos na véspera, 512 marcas. Muitas delas citaram várias marcas, comeram vários produtos. Então a gente está falando de uma coisa muito, muito grave porque essa é uma faixa etária muito vulnerável para formação do sabor, pra formação sensorial em relação à alimentação, pra seus hábitos, pra a saúde em geral, pra o seu crescimento.

Então, quando a gente fala de vulnerabilidade, quando a gente fala de garantia do direito, a fala de criança pequena, a situação é mais grave ainda. Uma outra implicação importante do Guia é promover, preservar e resgatar os hábitos e as práticas alimentares tradicionais. O Guia dá destaque muito importante a essa questão, ao nosso patrimônio alimentar e a importância da gente resgatar e preservar e valorizar. E a terceira implicação é o fortalecimento dos sistemas alimentares sustentáveis. Uma coisa que eu gostaria de valorizar, quando a gente pensa pras políticas e programas de Alimentação e Nutrição, particularmente, seja no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja em outros setores... Primeiro pensando no Sistema Único de Saúde, uma coisa fundamental que tá na nossa agenda, isso é muito importante numa conferência como essa, é a gente aprofundar a abordagem alimentar dentro do Sistema Único de Saúde. Quando a gente pensa como a gente vai manejar a prevenção e controle, por exemplo, de carências de micronutrientes, hoje o modelo do Ministério da Saúde é super medicamentoso, é com suplementação. A gente discute pouco comida. A gente tem um país que tem uma fartura de produtos que são fontes, por exemplo, de vitamina A, e a gente está fazendo prevenção de hipovitaminose A com medicamento. É isso que a gente quer, é isso que a soberania alimentar? É isso que promove soberania alimentar?

Então, a abordagem alimentar no SUS tem a ver com isso, é não é só na atenção básica. Isso é em todos os níveis de complexidade. Outra coisa importante, eu vou voltar a esse assunto porque ele é muito, muito central pra nossa agenda, é a questão da Agenda Regulatória. Seja da Anvisa, seja do Poder Legislativo, outras instâncias de governo, às vezes o Poder Executivo pode criar regras que favoreçam a alimentação adequada e saudável. E aqui tem um desafio enorme, o nosso Legislativo Federal, a composição atual é pior, é mais reacionária, é mais à direita do que a anterior. Coisas que a gente conquistou, a gente está ameaçado de perder, como é o caso do T dos transgênicos. Então, assim, a via da ação regulatória pelo Legislativo, ela exige de nós hoje mais criatividade, mais atuação, mais energia, porque é um interlocutor que está pior do que já foi. Isso é muito, muito desafiador, digamos assim.

Outra coisa importante é a interface entre os setores e os Ministérios com a pauta

que o Guia traz. E outra coisa que eu queria valorizar muito, na área de técnica, isso é muito importante, é a gente não abrir mão de politizar o debate sobre o assunto. É muito comum quando você está no debate, você ver: isso aqui é tecnicamente melhor, isso aqui é tecnicamente seguro... A discussão não é só técnica. Não é mesmo. A gente quer fazer uma discussão... Conhecer as questões técnicas e tecnológicas, mas a gente quer conhecer os interesses econômicos e políticos que estão por trás e a gente quer discutir soluções técnicas à base de princípios. Se uma solução técnica ameaça a soberania alimentar do país, muito obrigada, essa solução não me interessa. Então, os princípios estão antes de tudo. Então, quando a gente começa a fazer uma discussão que cai pro tecnicismo, a gente tem que puxar ela para o ambiente da política, porque não existe resposta pública a problema público que não passe pela política. Então a gente precisa ter isso muito claro e não ir no conto da sereia, fazendo discussão puramente técnica. Então, eu queria agora abordar um pouco mais sobre os desafios, fechando um pouco essa reflexão sobre o Guia e suas repercussões.

Eu organizei a minha reflexão sobre os desafios em dois eixos. Que eu acho que, às vezes, a gente se dedica a um, se dedica a outro, mas não mistura os dois. E eu acho que isso é muito importante. O primeiro grande Eixo é a gente partir da premissa de que a alimentação é uma prática social. Então essa prática, ela tá articulada com os padrões de consumo contemporâneos. E não é só o consumo do alimento, é a forma da gente estar na vida, é a forma que a gente estabelece com o que a gente consome na vida. E a gente vai voltar a falar disso já, já. E o outro Eixo é a mudança estrutural do sistema agroalimentar brasileiro, e aí não é só uma discussão do que é mais ou menos agressivo para o solo, pro território, pro meio ambiente. É uma discussão muito mais ampla... O que está posto, de fato, é o debate sobre qual é o modelo de desenvolvimento que a gente quer, porque as escolhas que a gente faz para o nosso sistema alimentar, elas favorecem um tipo de modelo de desenvolvimento. Que pode ser um modelo que aumente a desigualdade social, um modelo que privilegie o lucro em detrimento da vida... É esse o modelo de desenvolvimento que a gente quer? Se não é, a gente tem que, então, caminhar e superar esse desafio que é essa transformação estrutural do nosso sistema na direção de um modelo de desenvolvimento a favor da vida, da equidade, da democracia.

Então, em relação a essa primeira parte, que seria a alimentação como prática social, eu queria valorizar alguns elementos desse Eixo. O primeiro, como plano de fundo, seria essa ideia da gente... Essa é uma palavra meio papo-cabeça, assim, mas quando a gente para pra pensar nela, ela tem muita importância. Que é essa ideia do ressignificar. A gente dá outro sentido, um novo sentido, ou resgatar um sentido antigo que a gente deixou se perder no caminho. Então, a gente ressignificar a comida, o cozinhar, o comer, a comensalidade, que é o comer junto, que o Guia Alimentar também coloca como uma questão central, resgatando o sentido existencial profundo da comida e ampliando a consciência de sua dimensão política.

A gente, mais cedo, ouviu um dos membros da Mesa de Abertura falando da questão do comer como um ato político. Eu acho muito importante a gente ter essa tomada de consciência. Cada escolha que a gente faz a gente está fazendo rodar um modelo de sistema ou outro, mas, além disso, junto disso, e talvez por causa disso, uma coisa junto com a outra, é o sentido existencial da comida, que lugar ela ocupa na minha vida. Entender a comida com um momento de cuidado, de encontro, e não como uma etapa operacional do meu dia. Eu tenho que pagar contas, eu tenho que comer. Comer não é igual a pagar contas.

Então, como é que a gente reposiciona isso, como é que a gente muda os valores. Aí eu acho que vem aquela ideia, aquela primeira palavra ali, dos tópicos. A gente está falando de valores e os valores estão em disputa. Quando a gente acha que uma pessoa é menos que a gente porque ela tem menos dinheiro que a gente, porque ela é de uma cor diferente

da gente, porque ela tem uma opção sexual diferente da gente, isso são valores. Quando a gente acha que a comida, o produto ultraprocessado, é tão de verdade quanto o arroz com feijão, isso são valores. Então a gente tem uma tarefa enorme.

Eu fiquei muito surpresa, eu tive a sorte de estar num fórum, num seminário organizado pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, em fevereiro, sobre abastecimento, e eu vi, assim, os caras que pensam economia, macroeconomia, falando assim: Enquanto a gente não reposicionar e não resgatar o sentido da comida, a gente não consegue fazer as transformações profundas que a gente precisa. Então, essa questão dos valores é central. A culinária como prática emancipatória e de cuidado com outro e de autocuidado. E aí, uma questão central é a discussão de gênero. Como é que esse cuidado, como é que esse dia a dia doméstico se organiza e supera uma divisão sexual do trabalho em que a mulher fica mais sobrecarregada do que o marido, do que os filhos, do que os outros membros da família? Então não é discutir valorização da culinária à luz das relações que estavam estabelecidas desde sempre. É superar numa direção de solidariedade, de partilhamento, de companheirismo, pra que essa prática possa ser consolidada. E aí, tem uma outra coisa importante, que é o penúltimo pontinho ali. É a gente ter consciência de que essa prática alimentar saudável e adequada, que a gente está falando, é contra hegemônica, ela dá trabalho. Você fazer uma coisa que não é aquilo que já está instituído, que os grandes setores econômicos querem que você faça, dá trabalho. Remar contra a maré, dá trabalho, educar filho dá trabalho. Você pensa todos os desafios que a gente tem pra ter uma vida mais plena de sentido, mais humanizada, dá trabalho, porque não é esse o convite que interessa a quem tem lucro com a nossa forma de vida sem graça.

Então, dá trabalho, e se a gente não tiver consciência disso, a gente fica achando que a gente tá fraquejando. A gente fala: Ai, meu Deus, eu não tenho força suficiente. Mas eu tenho que ter consciência de que eu preciso ter mais força do que eu teria que ter se a gente vivesse numa sociedade mais justa, mais saudável, mais plena de vida. Então, ter consciência disso nos dá mais força pra conduzir o nosso dia a dia. E uma outra coisa, muito importante, que eu queria falar é que, quando a gente fala de construção de valores, reconstrução de valores, isso também precisa de política pública. Isso não acontece espontaneamente, nas rodas de conversa, nem acontece com um ou outro programa de educação, por exemplo. A gente tem a Educação Alimentar e Nutricional como eixo fundamental de todas as políticas, hoje, de alimentação e nutrição, promoção da saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, mas, uma política de educação alimentar e nutricional, uma abordagem de educação alimentar e nutricional muito diferente da que a gente fez historicamente.

Então, a gente tem que valorizar essa dimensão aí, da construção de valores, dentro das políticas públicas, alocar recurso pra isso, discutir qual é a abordagem, quais são as metodologias, pra que a gente possa avançar nessa agenda. E aí, indo pro outro desafio, que é a mudança estrutural do sistema, a gente está pensando, aí, que o que a gente precisa fortalecer são as políticas públicas que incentivem e facilitem as escolhas e práticas saudáveis e que protejam os indivíduos, os coletivos, a Sociedade como um todo, de situações que levem a escolhas e práticas não saudáveis. Aí, de novo, a questão de qual é o modelo de desenvolvimento que a gente quer. Quais são os problemas que a gente tem e quais são as soluções que agente dá. Alguém falou hoje, problematizou, a questão da biofortificação. É essa a solução pra pensar carência de micronutrientes no nosso país? Eu acho que não, eu acho que ela vem de uma outra lógica de modelos de desenvolvimento. E aí, eu vou passar muito rapidamente porque eu acho que isso é uma coisa bastante familiar pra maioria de vocês, mas eu senti necessidade de ter isso como elemento, pra poder falar de sugestões em seguida. Então, a gente tem que características nesse sistema agroalimentar atualmente. Premissas que não são mais aplicáveis, de que a gente tem água abundante, que o clima é estável, que a energia é barata.

A produção de alimentos, hoje, é isso, com componentes que não são alimentares, aditivos, agrotóxicos, antibióticos, uma forma de produção que leva à degradação de ecossistemas, a reprodução e aprofundamento de desigualdades em várias frentes. É um modelo que aprofunda essa desigualdade, ineficiência gerando desperdício, impactando preços, a enorme concentração de etapas da cadeia alimentar na mão de grandes corporações transnacionais. Não só de insumos e sementes de alimentos, mas também do comércio varejista. E a indução, por diversos mecanismos, do deslocamento do consumo de alimentos in natura para processados e ultraprocessados. É você ser convidado por diferentes formas da mídia, do que você não encontra na cantina da sua escola, do que você encontra no posto de gasolina, no sinal de trânsito, convidando a um consumo alimentar diferente. É verdade que a gente tem vários movimentos contra-hegemônicos, vários estão aqui representados, que estão cutucando esse sistema alimentar hegemônico, mas que a gente não conseguiu ainda fazer uma virada estrutural no sistema que está ainda vigente hoje.

Pra finalizar, eu aponto aqui, agora, alguns slides, qual é a nossa agenda para superar esses desafios. A Maria Emília fez alguns comentários hoje, na abertura, que eu faço coro aqui. O primeiro seria esse da gente redirecionar, revitalizar políticas e programas já existentes. Eles já estão lá e, se a gente traz a abordagem da Segurança Alimentar e Nutricional, eles continuam da mesma forma? Ou eles merecem ser reorientados. Então ali tem alguns exemplos: o controle da deficiência de vitamina A, que eu já comentei, a questão da assessoria técnica para pequenos agricultores, é uma coisa central. Hoje isso é uma grande barreira, uma grande barreira, pra gente consolidar a agricultura urbana e agricultura familiar em várias regiões, em vários municípios. A questão do programa de alimentação do trabalhador, que tem um contingente enorme de pessoas atendidas por ele e a gente trabalha pouco a questão da segurança alimentar dentro dele. E a outra frente seria implementar, ampliar e consolidar políticas já pactuadas, então já tem coisa pensada e pactuada mas que não tá plenamente implementada. Tem alguns exemplos. E o estabelecimento de novas políticas que ainda não estão pactuadas e que a gente precisa muito delas. Aí eu coloquei o Nacional entre parênteses porque, algumas políticas, elas são, de fato... Precisa que aconteça a nível nacional, mas algumas, a gente consegue ter, já, governabilidade para fazer em nível municipal.

E esses são dois exemplos, é muito importante que a gente tenha em escala nacional, mas como a gente avança a discussão da política de abastecimento e da política de agricultura urbana e periurbana nessa nossa cidade, com a massa crítica que a gente tem sobre esse assunto. Eu discuto abastecimento desde 1992, quando estava na Prefeitura do Rio. Como é que pode uma cidade como a nossa não ter uma política de abastecimento consistente.

E aí, o que essas políticas vão permitir, o que a gente tá querendo com elas é garantir oferta, preço e qualidade de alimentos in natura ou minimamente processados. Essa é a questão chave. O Paulo está aqui presente, ele é doutorando na Fiocruz, eu que oriento ele, ele tá estudando todos os estabelecimentos de comida na cidade do Rio. Quando a gente olha como que as feiras estão distribuídas, tem os vazios, assim, na cidade, que não tem nenhuma feira. Não estou falando de feira orgânica não, estou falando de feira tradicional. Então, existe uma desigualdade enorme de acesso físico a determinados alimentos. A gente precisa problematizar isso nessa Conferência. E aí eu falo da Agenda Regulatória, que eu acho que é uma coisa central, que permeia todas as políticas e alavanca determinadas políticas. E aí, eu estou falando da Agenda de novo, Anvisa, Legislativo, órgãos de governo, em três eixos. Medidas regulatórias para coibir práticas que são contrárias à garantia do direito humano à alimentação adequada, a questão da rotulagem, não vai dar tempo da gente se alongar aqui, mas ela é fundamental. Não é só o rótulo que está atrás, é o rótulo que está na frente, toda a publicidade que está naquele rótulo, confundindo o cidadão, a questão

da publicidade, a taxação de produtos ultraprocessados são temas, por exemplo, nesse âmbito da coibição. A outra frente, que seria a valorização de práticas que convergem com a garantia do direito humano, que seria a questão de subsídios para alimentos saudáveis. E o outro exemplo fundamental é o debate sobre a regulação sanitária incluyente, a gente sabe que teve um passo importante em 2013, da Anvisa, mas, conversando com os agricultores, a gente sabe que esse é um ponto crucial. A nossa legislação sanitária, ela é excluyente, ela é voltada pro grande, o pequeno fica de fora. Ele tem um produto de qualidade que ele não consegue colocar dentro daquelas normas, ele precisa de ajuda para colocar nas normas e ele precisa ser ouvido, para essas normas serem superadas num novo paradigma do que é que é a qualidade do alimento. Uma outra coisa que eu queria falar, que eu acho muito importante, é a questão da relação público-privado. Quando estou falando público, estou falando do interesse público, políticas públicas, quando estou falando privado, estou falando do setor comercial. Este é um debate que está acontecendo no mundo inteiro, e a gente aqui, no Brasil, hoje, tem uma relação muito, ainda... Um debate muito incipiente sobre isso. Como que os setores comerciais influenciam as políticas, embarraram as políticas, compram os deputados, como é que agente organiza... Uma frente fundamental é a gente estruturar códigos de conduta que organizem essa relação público-privado no âmbito das políticas públicas.

E pra fechar, eu só queria... Eu não vou percorrer todos os itens, mas só... Esse é o documento que eu tava reproduzindo. Eu sou aqui, da UERJ, sou também da ABRASCO, Associação Brasileira de Saúde Coletiva. A gente produziu um documento, de um grupo temático, alimentação e nutrição e saúde coletiva, que é um dos grupos temáticos da ABRASCO, com contribuição da Câmara Intersetorial de Alimentação e Nutrição do Conselho Nacional de Saúde e a Coordenação de Alimentação e Nutrição do que está sendo apresentado amanhã pras áreas técnicas estaduais num fórum que está acontecendo em Brasília, e é um documento que busca fazer esse debate, do fortalecimento da Agenda de Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde, e a gente percorre esse conjunto de proposições gerais, organização da atenção nutricional, promoção da alimentação saudável, medidas regulatórias, um elenco de medidas regulatórias prioritárias, educação continuada e pesquisa e ampliação da participação e fortalecimento das instâncias de controle social. E, só pra fechar, todo mundo aqui do Rio conhece essa imagem, mas ela é meu lema esse ano. Eu tenho o maior orgulho dessa imagem ter sido produzida no âmbito da Prefeitura do Rio. Aí já está a comensalidade, a comida de verdade, né? E é um convite à felicidade de partilhar a comida de verdade, que é um direito que a gente tem. Obrigada. [Aplausos]

SR. ROBSON PATROCÍNIO: Então vamos lá. Gostaria de, na sequência, convidar o Sr. Ronaldo José Ribeiro pra fazer a sua fala. [Aplauso]

SR. RONALDO RIBEIRO: Bom dia a todos, bom dia a todas. Boa tarde. Estava tão envolvido aqui, ouvindo a Professora que eu me perdi no tempo aqui. Bom, eu estou aqui representando o Secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Onaur Ruano. Ele pediu para que eu pedisse desculpas a todos vocês em nome dele, na verdade nós teríamos o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar na segunda-feira, agora, dia 15, mas a Presidente... [Inaudível] Mas o Plano Safra foi mudado, agora, para o dia 22, será lançado na próxima segunda-feira. E o Ministro Patrus Ananias pediu para que o Secretário ficasse em Brasília, por conta das últimas reuniões que estão decidindo e negociando os anúncios que serão feitos na próxima segunda-feira. Fundamental é que nós vamos saber o volume de recursos que a agricultura familiar vai ter esse ano, vamos saber como é que vai ficar a taxa de juros, vamos ficar sabendo se vai haver mudança na legislação do SUASA, que cuida da questão da legislação sanitária, das agroindústrias familiares e assim por diante. Nós ainda esperamos o lançamento de um programa especial de fortalecimento do cooperativismo pra agricultura familiar. São várias medidas que estão

sendo avaliadas e organizadas e que nós vamos saber a efetividade do anúncio somente na segunda-feira, na próxima segunda-feira. Isso fez com que o Secretário ficasse lá em Brasília. Vale lembrar, também, que o Secretário Onaur Ruano foi o Secretário de Segurança Alimentar de 2004 a 2007 e, depois, também foi o secretário executivo da CAISAN, então, é uma pessoa que estaria extremamente preparada para apresentar pra vocês aqui. Mas vamos tentar substituí-lo, até porque tivemos a oportunidade de trabalhar com ele, tanto na Secretaria, na SESAN, como agora, na chefia de gabinete, na Secretaria de Agricultura Familiar. Então ele pediu para que eu viesse. É claro que eu vou tentar substituí-lo da melhor forma possível, apresentando um pouquinho como é que estão as estratégias em andamento para conquista da comida de verdade. Vamos já fazer uma diferença aqui. Nós estamos falando de comida, não estamos falando de commodities, né? E, também, eu não teria condições de falar sobre todas as estratégias em andamento, nós vamos aqui ter condições de falar de qual é o papel, qual é a contribuição da agricultura familiar e das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, dentro desse contexto.

Só pra lembrar, este é o lema da 5ª Conferência: Comida de verdade, no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar, e o documento do CONSEA diz que o Brasil saiu do mapa da Fome. Talvez essa seja a nossa maior conquista nos últimos 10, 12 anos, mas nós ainda estamos muito longe de alcançar a garantia do direito à alimentação saudável. Esse passa a ser o nosso desafio. Mas a gente não pode deixar de chamar à atenção de que já é uma mudança de paradigma muito grande, se há 12 anos atrás nós nos debatíamos com a questão da fome e nós achávamos quase impossível que essa barreira poderia ser alcançada, superada, hoje, 12, 13 anos depois, apesar de uma conjuntura que nós estamos vivendo, de um ambiente de conservadorismo, de um Legislativo conservador, como foi colocado pela Professora. Mas nós estamos agora discutindo comida de verdade, que é muito diferente de discutir a fome. Mas nós temos que garantir que essa discussão continue avançando. Então eu vou falar um pouquinho aqui pra vocês sobre isso, um pouquinho a nossa apresentação, sobre a importância da agricultura familiar, sobre as principais políticas públicas para agricultura familiar.

Creio que vale a pena, já foi apresentado aqui, um pouquinho, quando foi apresentado a organização do SISAN, do CONSEA, da CAISAN. Mas a construção participativa das políticas públicas, a gente acredita que é importante falar sobre isso. Essa é a jabuticaba brasileira, como a gente costuma dizer. Não existe paralelo no mundo. Uma metodologia de construção de políticas públicas com caráter participativo, como nós temos feito no Brasil, nos últimos anos. Então, apresentar um pouquinho, muitos de vocês já conhecem a experiência do CONSEA, do CONDRAF e da própria CNAPO. Só a título de introdução, as estratégias pra garantir comida de verdade, elas são intersectoriais. Hoje a maior questão da saúde, a Professora me corrija, além de acidente de motocicleta, é a obesidade. São os dois grandes problemas, hoje, da saúde pública no Brasil, junto com a hipertensão, mas isso tá muito ligado ao padrão alimentar brasileiro. Aspectos relacionados com a educação, com a publicidade de alimentos, isso que foi falado aqui, agora, a respeito do Guia da Alimentação. Nós temos aspectos vinculados à tributação, quais são os impostos relativos à produção de alimentos. É incrível nós falarmos que o nosso país não tributa, por exemplo, agrotóxicos. Alíquota zero de tributos para agrotóxicos, é preciso pensar um pouquinho mais nisso. Pensar na própria questão da produção de alimentos, da garantia de acesso e do combate à pobreza. Quer dizer, são as várias políticas intersectoriais que trabalham nesse tema. Rapidamente, nós estamos falando aqui de um conceito que existe no Brasil, que é estabelecido pelo IBGE é e que é estabelecido pelos municípios, que diz o que é urbano e o que é rural. Aqui, por exemplo, nós estamos vendo uma situação de que o município do Rio de Janeiro é todo urbano, o que significaria dizer que não tem... [Inaudível]

O IBGE diz que é todo urbano, então significaria dizer que não tem... [Inaudível] Eu

sei. Eu sei, eu vou confirmar aquilo que a senhora está dizendo. [Inaudível] O IBGE diz que o município do Rio de Janeiro... Coloca ele como sendo urbano, então, que não tem agricultura no Rio de Janeiro. É isso que diz o IBGE. Mas a nossa realidade, a gente observa que não é isso. Quer dizer, mesmo naquelas áreas consideradas urbanas, você tem a presença da produção agrícola, você tem a presença da agricultura, você tem a produção rural. Então, diferente do conceito do IBGE, se a gente for pensar no Brasil de hoje, ainda segundo o IBGE, nós temos aí setenta por cento dos nossos municípios, quase, sendo municípios de até 20 mil habitantes, que não dá pra dizer que são municípios urbanizados, que são cidades. Existe, hoje, um outro conceito que mostra que, na verdade, a ideia de rural se estabelece, muito mais, como uma forma territorial da vida social, e não simplesmente por essa diferença básica, essa divisão estatística do IBGE: aqui é urbano, aqui é rural. Aqui tá o limite do que é urbano, aqui tá o limite do que é rural.

Se nós formos considerar esse outro novo pensamento, agora, que está sendo estabelecido, principalmente nos estudos da Professora Tânia Barcelar, nós vamos observar que, na verdade, podem ser caracterizado, como rural, no Brasil, quase quarenta por cento da população brasileira. E noventa por cento dos nossos municípios poderiam ser caracterizados como um modelo de organização territorial e de vida social muito mais ligado à ideia do rural do que do urbano. A ideia de rural e urbano nasce lá da Revolução Industrial, que quer fazer a diferença entre o rural e o urbano, que quer fazer a diferença entre agricultura e indústria. Que quer que a indústria subordine a agricultura, e, essa história, a gente já conhece muito bem. Não é disso... É justamente contra isso que nós estamos pensando em conversar. Aqui, pra ter uma ideia, essa ainda é a realidade do Brasil. Do total de estabelecimentos agrícolas no Brasil, nós temos aí que a agricultura familiar representa quase oitenta e cinco por cento dos estabelecimentos. Quinze por cento dos estabelecimentos seriam os estabelecimentos da chamada agricultura patronal, agronegócio e assim por diante.

E, em relação à área, esses números se invertem. A agricultura familiar, que tem oitenta e cinco por cento dos estabelecimentos, tem vinte e quatro por cento da área, enquanto que a agricultura patronal, que representa quinze por cento dos estabelecimentos, tem setenta e cinco por cento da área de terras. Esses dados são os dados do Censo do IBGE de 2006. Esperamos que, ano que vem, tenha o novo Censo agrícola e o novo Censo agropecuário, e nós vamos poder atualizar esses números.

Apesar de tudo isso, nós podemos verificar a importância da agricultura familiar. Trinta e cinco por cento do valor bruto da produção é de responsabilidade da agricultura familiar. A agricultura familiar representa quase um terço do valor daquilo que é produzido. A agricultura familiar é a grande responsável pela ocupação da mão de obra da população rural. É setenta e cinco por cento, o que representa mais de doze milhões de pessoas. E a agricultura familiar é a grande produtora de alimentos no Brasil. Aqui dá pra ter uma ideia dos principais alimentos cuja produção está sob a responsabilidade da agricultura familiar. Oitenta e três por cento da mandioca, setenta por cento do feijão, da produção de arroz, trinta e quatro por cento... O leite, cinquenta e oito por cento do leite produzido no Brasil ainda é produzido pela agricultura familiar, aves, suínos e bovinos também. A presença e a participação da agricultura familiar é muito grande, muito significativa. Isso aqui é um quadro mostrando como a agricultura familiar...

São dados mais recentes, os dados que eu mostrei anteriormente se referem ao censo de 2006, os números atualizados, a partir das estatísticas que nós temos, mostram que este quadro, entre 2006 a 2011, não se alterou de modo significativo. A agricultura familiar continua tendo uma participação importante na produção de alimentos, na produção agropecuária. Mas, estudos mais recentes, um estudo que foi feito recentemente pela Universidade de Piracicaba mostra, olhando para daqui a dez anos, dez anos à frente, 2022, que a participação... Continuando do jeito que estão as políticas públicas, seguindo

como elas estão, se nada for feito, a participação da agricultura familiar na produção de alimentos deve cair. Continuará sendo importante, mas deve cair. Nós precisamos pensar em maneiras de ajustar as nossas políticas públicas para que a participação e a importância da agricultura familiar na produção de alimentos continue e aumente a sua importância, o seu significado.

Mas estudos relacionados com o futuro apontam que continuará sendo importante, mas a participação relativa da agricultura familiar deve cair, apesar de ainda continuar significativa, no que se refere à produção de leite e assim por diante. Esse é um estudo bastante importante também, mostrando como a pobreza caiu no Brasil, como aumentou a classe média no campo. Isso são resultados da política de combate à pobreza, das políticas de transferência de renda, dos últimos 12 anos. E, aqui, a gente começa a falar um pouquinho mais significativamente sobre as políticas públicas para agricultura familiar. Hoje, as políticas públicas, no nível do governo brasileiro, elas se estabelecem a partir desses três pilares fundamentais: o crédito, a assistência técnica e a comercialização e mercado. Isso é pra gente ter uma ideia do volume de recursos disponibilizados para agricultura familiar.

É o PRONAF, é o crédito. Vejam que, em 2003 e 2004, esse valor era de 5 bilhões. Este ano nós estamos chegando a 24 bilhões e existem expectativas do anúncio da Presidente, na próxima segunda-feira, que variam entre... Os movimentos sociais estão pedindo 30 bilhões de reais para agricultura familiar, já existe o compromisso da Presidente em chegar a 25 bilhões e deverá ser um número entre esse piso e esse teto. Isso significa que o volume de recursos para agricultura familiar continua subindo, e subindo significativamente.

Quando a gente observa essa tabela, que é o valor disponibilizado, a gente observa que, em 2012 e 2013, houve uma inversão entre o volume disponibilizado e o volume utilizado. A partir de 2013, a agricultura familiar passou a utilizar muito mais recursos do que o que foi disponibilizado. Essas linhas ascendentes, elas se invertem. O próximo. O que caracteriza o principal instrumento para a agricultura familiar é um documento que a gente chama de DAP, que é a Declaração de Aptidão ao PRONAF. Quem é agricultor familiar conhece o documento. É o documento que dá acesso à agricultura familiar participar, por exemplo, do Programa de Aquisição de Alimentos, de acessar o PRONAF, de acessar o seguro agrícola, de acessar o Minha Casa Minha Vida rural, de acessar na condição de segurado especial do INSS.

Hoje são, no Brasil, dezessete políticas públicas que dependem da emissão da DAP... Uma outra política é o Proagro Mais, que garante o seguro agrícola. E o PGPAF, que é o programa de garantia de preços mínimos, ele é fundamental para a gente conseguir garantir segurança do abastecimento. A hora que os preços no mercado caem abaixo do preço de custo, o Governo tem condições de interferir, através dessa política, e garantir os preços para a agricultura familiar. Uma outra política que vocês devem ter conhecido, ela não beneficia diretamente o agricultor, mas a agricultura familiar, que foi o programa do PAC, que distribuiu patrulhas mecanizadas para prefeituras de até 50 mil habitantes, pra que sejam utilizadas na conservação de estradas rurais, que é fundamental quando a gente pensa em mercado e escoamento da produção e assim por diante. Uma outra política, a Professora lembrou bem aqui, a assistência técnica e extensão rural.

Quando o Governo popular assumiu, em 2003, os recursos geravam em torno de 40 milhões, era uma política... O sistema de extensão rural estava desmontado no país, não existia mais sistema de extensão rural. E, esses recursos aplicados em extensão rural vem subindo, durante esse período de tempo, de acordo com a disponibilidade orçamentária. Esses são o volume de recursos efetivamente utilizado. Adiante, por favor. Aqui é pra gente ter uma ideia de quantos agricultores estão sendo atendidos, hoje, pelas políticas federais de assistência técnica de extensão rural.

Nós já chegamos a quase 1 milhão de agricultores atendidos. Não estão contabilizadas,

aqui, a ação das agências estaduais de extensão rural, as Emateres. Hoje a gente tem, no nosso cadastro nacional, mais de setecentas entidades cadastradas, com corpo técnico, conhecimento, experiência pra fazer assistência técnica de extensão rural. Mais 700 entidades. Chama a atenção, ali, o número... Que, hoje, existe uma política de gênero pra extensão rural, então, todos os editais de extensão rural do governo federal, eles determinam que cinquenta por cento dos atendidos sejam mulheres.

Então a extensão rural tem que ter uma ação específica voltada para a mulher agricultora. Hoje nós já estabelecemos aí, já passamos da meta, mais de 50 por cento dos beneficiários são mulheres. Uma outra política que eu acho que é muito importante, é de bastante conhecimento de todos, são as políticas relacionadas aos mercados públicos, aos mercados institucionais. Eu tô falando aqui do PNAE, do Programa Nacional de Alimentação Escolar, estou falando do programa de aquisição de alimentos, estou falando de uma nova modalidade, que foi regulamentada agora, que é a compra institucional. Aquela que permite que prefeituras, estados e instituições públicas, como hospitais e assim por diante, comprem da agricultura familiar, dentro daquele percentual mínimo de 30 por cento.

Hoje, as avaliações demonstram que, um agricultor que conseguisse vender para todos esses mercados institucionais, teria uma renda anual de até 88 mil reais, por família. Essas são as três principais programas de compras públicas no Brasil, já acabei de me referir a elas. Aqui, mostrando como é que funciona e como é importante essa política de compras públicas, pra contribuir com a segurança alimentar, pra melhorar a questão do hábito alimentar na escola, para fornecer alimentos pros equipamentos de saúde da rede socioassistencial, pra promover alimentos saudáveis, pra trabalhar com uma perspectiva e uma estratégia, que são os circuitos curtos de produção e comercialização. E, fundamental de todas essas políticas, é a capacidade de promover renda para agricultura familiar. Aqui é só uma pequena linha do tempo, de como essas políticas, elas se desenvolveram, os marcos legais referentes a essas políticas, pra ter uma ideia.

Em função do tempo, a gente vai ter que ser um pouquinho mais rápido aqui. O Selo da Agricultura Familiar, que identifica o agricultor ou a cooperativa ou a organização familiar. As organizações de agricultura familiar ou os agricultores familiares entram em contato direto com o Ministério, com o MDA, com a SAF, a partir do preenchimento de um cadastro e da comprovação da produção e da obtenção da DAP, que é a Declaração de Aptidão agrícola. Os agricultores podem utilizar o selo que identifica a produção como sendo da agricultura familiar.

A construção participativa das políticas públicas, são três exemplos: O CONDRAF é o Conselho de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar. Uma característica do Conselho é ser paritário, com participação da Sociedade Civil e do Poder Público. Muito semelhante ao CONDRAF é o SISAN, é a CAISAN, é o CONSEA. Apesar de que o CONSEA tem uma diferença, ainda, positiva, dois terços dos membros do CONSEA são da Sociedade Civil. Um terço do CONSEA são representantes dos governos. Mas, o que caracteriza todas essas políticas, é o fato de que elas estão regulamentadas por lei, elas preveem a realização da Conferência, preveem a participação popular, seja através do próprio conselho ou dos grupos técnicos. Elas, durante quatro anos, de um modo geral, estabelecem a realização das Conferências Nacionais e dos Planos.

Os Planos Nacionais, ou resultado da Conferência, é aquilo que orienta a Política Pública, aquilo que dá significado concreto de orientadora às políticas públicas que são implantadas no Brasil. Então existe o CONDRAF, existem os comitês permanentes do CONDRAF. Temas como reforma agrária, cooperativismo, o desenvolvimento territorial, assistência técnica, povos e comunidades tradicionais, são discutidos dentro do CONDRAF.

Nós realizamos a 2ª Conferência de Desenvolvimento Rural e Sustentável Solidário, é esse documento que orienta a atuação do Ministério, da SAF. Mais adiante. Participaram

das conferências, no geral, mais de 40 mil pessoas, desde as conferências territoriais até a Conferência Nacional. Muito semelhante ao que nós estamos fazendo aqui, em relação à Segurança Alimentar e Nutricional. Mais adiante. Se consolidou, no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável, que é o documento que está orientando o nosso trabalho.

Aí estão os objetivos: o desenvolvimento socioeconômico, a reforma agrária, o desenvolvimento rural, a participação social, fortalecer os espaços regionais e multilaterais. E três públicos, que, pra nós, são prioritários. A autonomia das mulheres, principalmente a autonomia econômica, a emancipação da Juventude e etno desenvolvimento com especial atenção para as comunidades tradicionais. Uma outra política, que nós gostaríamos de mostrar para vocês que também segue o mesmo padrão, é a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, a PNAPO. Ela é um Decreto do Governo Federal, ela estabeleceu, também, uma câmara interministerial composta de representantes do Governo, também estabeleceu um Conselho, que tem a participação paritária de membros do Governo e membros da Sociedade Civil, e que estabeleceu, hoje, o PLANAPO, que é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Vale lembrar que é uma conquista da Sociedade, foi graças à mobilização da Marcha das Margaridas que essa política se tornou uma realidade. E vale ainda comentar que, segundo o Professor Miguel Altieri, que é o grande pesquisador e cientista da área de Agroecologia, o Brasil é o único país do mundo que elevou a Agroecologia como uma Política de Governo, uma Política de Estado. Não existe, no mundo inteiro, um país que tenha estabelecido que a Agroecologia deve ser um princípio para os sistemas de produção, como fez o Brasil. Só pra ter uma ideia do Programa, do objetivo e de quem são os beneficiários do programa. Quem faz parte da CNAPO, que é a Comissão Nacional de Agroecologia, ao contrário do que já foi feito pelo CONSEA e pela CAISAN, que é a construção do SISAN, que é um Sistema Nacional, os próximos desafios, agora, da PNAPO, da Política Nacional de Agroecologia, é construir o seu Sistema. É que esse modelo seja também estabelecido, ao nível de estados e municípios.

Só pra ter uma ideia das reuniões e das ações. Como é que os planos e as políticas são construídos e um pouquinho da história. Outra coisa que nós gostaríamos de chamar à atenção, já partindo quase que para o encerramento da nossa apresentação, é este fato, que é um fato histórico. Nós acabamos falando muito pouco sobre ele, mas é o fato de que o Brasil deixou de fazer parte do Mapa Mundial da Fome a partir do ano passado. Os investimentos no Brasil para redução da pobreza e para a garantia da alimentação fez com que o Brasil apresentasse, hoje, um limite inferior a cinco por cento, no estado de extrema pobreza, ou de pobreza, o que faz com que o Brasil seja considerado um país fora do Mapa da Fome. Isso não quer dizer que não exista pobreza, extrema pobreza, e ainda pessoas passando fome no Brasil. Mas, realmente, o que foi feito nesses últimos 12 anos deve ser um motivo de orgulho para todos nós. Isso é pra complementar esse estudo da FAO que demonstra o fato de que o Brasil saiu do Mapa da Fome e, ainda, mostrar que existe um percentual da população brasileira que vive com menos de 2 dólares por dia, oito por cento da população, isso é muito, nós precisamos continuar trabalhando, no sentido de diminuir esses números, de diminuir a extrema pobreza.

A gente volta lá ao início, a gente volta a esse desafio que nós vencemos nesses últimos 12 anos, de pensar numa alimentação para todos os brasileiros, três vezes por dia, como disse o Presidente, no seu discurso de posse. Para terminar, vou falar aqui de alguns desafios das políticas da agricultura familiar que podem favorecer esse esforço da gente garantir comida de verdade, no nível local, no nível internacional.

O primeiro deles, agora, no lançamento do Plano Safra, 15 a 16, nós temos certeza e é importante salientar, que o volume de recursos, apesar da crise econômica, da necessidade

do ajuste... É importante salientar que o volume de recursos para agricultura familiar não vai diminuir, ele vai ser ampliado. É importante salientar ainda que os juros para crédito da agricultura familiar continuarão sendo juros negativos. Tem juros de dois a cinco e meio por cento. Isso significa que são juros negativos, em relação aos juros da taxa SELIC e assim por diante.

O segundo desafio é avançar na reforma agrária, a reforma agrária é um desafio, também, do Plano Nacional de Segurança Alimentar, de 12 a 15, o acesso a terra, a reforma agrária, o direito das comunidades quilombolas, a demarcação de terras indígenas. Infelizmente só faz 500 anos que nós estamos tentando resolver esse problema e ainda não conseguimos, mas eu imagino que... Tomara que não seja preciso mais 500 anos. Mas além da reforma agrária, começa surgir um outro problema, muito significativo, agora, na agricultura brasileira, que é a questão da sucessão rural. Ou seja, a média de idade dos nossos agricultores já é uma média de idade avançada, cerca de 2 milhões de jovens saíram do campo nos últimos dez anos. Isso significa que nós temos aí um vazio geracional na nossa agricultura. Hoje a maioria dos agricultores, já são aí, agricultores com uma idade mais madura. E nós precisaríamos pensar em políticas que fossem eficazes no sentido de garantir autonomia, o direito à sucessão rural, um incentivo pra que a juventude voltasse pro campo e desse continuidade às atividades agrícolas da família. Ou, mesmo se não da família, mas dentro da ideia da reforma agrária, a juventude e a sucessão rural passa a ser, nos próximos anos, um assunto bastante importante. Precisamos pensar em mecanismos para ampliar o crédito.

Hoje, dos 4 milhões de agricultores familiares, nem a metade consegue acesso ao crédito do PRONAF. Nós teríamos que pensar em outros mecanismos, um sistema de crédito não bancarizado, ou sistemas que permitissem uma rota de entrada, como é o fomento, por exemplo, do programa Brasil Sem Miséria, que apresenta o agricultor às atividades de crédito e, em cima disso, ele consegue acessar o crédito em condições, claro, que sejam... Crédito deveria significar “acreditar” e, não, dívida. Quer dizer, temos que pensar num sistema de crédito que promovesse a promoção de alimentos. Quem sabe, até, pensar em diferenciar as linhas de crédito. Crédito para produção de alimentos, crédito para produção de comida, crédito para produção de commodities. E você pensar inclusive em juros diferenciados para uma situação ou outra. Esse é um debate que precisa ser feito.

O Governo deve anunciar, nos próximos dias, a efetivação da agência da ANATER, que é a Agência Nacional de Assistência Técnica Rural e à sua diretoria mas também o Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, e indicar sua Diretoria. Mas, também, o Sistema Nacional de Assistência Técnica e Rural, que foi... Esqueci a palavra agora... O SIBRATER, existiu até 92 e não existe mais, o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural. Nós precisamos pensar em recriar esse sistema, precisamos pensar nas responsabilidades dos municípios e dos estados e do Governo Federal na questão de assistência técnica e extensão rural.

Temos que devolver à assistência técnica a dimensão educadora que teve nos anos 70 e 80, inspiradas pelo Professor Paulo Freire e que foi abandonada no sentido de significar muito mais assistência técnica do que qualquer outra coisa. Bom, tem ali os outros desafios, mas, para terminar, a Professora já falou, mas o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos é um desafio.

O Brasil passou, esse ano, a ser o campeão mundial de consumo de agrotóxicos. Um terço da nossa produção, do nosso alimento, da nossa comida que vai para a mesa dos brasileiros, hoje, está contaminado com agrotóxicos. Dentro do CONSEA e da CNAPO, que discute o Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, está sendo elaborado o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos, o PRONARA, que significaria uma mudança muito significativa no paradigma da produção de alimentos. Nós temos, ao

lado dos transgênicos, da rotulagem de transgênicos, o uso abusivo de agrotóxicos passa a ser um problema bastante significativo e nós temos que criar as condições necessárias para que o Brasil institua, de maneira oficial, o PRONARA, que é o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos. Bom, era isso. Desculpe ter ultrapassado no tempo, espero ter contribuído para a realização aqui, da melhor maneira possível, dessa Conferência Municipal. Muito obrigado pelo convite. Obrigado a todos vocês. [Aplausos]

SR. ROBSON PATROCÍNIO: Na sequência eu passo a palavra pra Irma, agricultora, da Zona Oeste, de Campo Grande, da Rede Carioca de Agricultura Urbana. [Aplausos]

SR^a IRMA FERREIRA: Boa tarde pra nós, né? Claro, não só pra vocês, pra mim também. O que é que acontece? Eu achei muito bom eu ter ficado pro final. Por quê? Eu sou agricultora, vou falar do local onde eu moro, cidade do Rio de Janeiro. E a gente não tá incluído em praticamente nada disso que tá aí. É ou não é, Berna? Pra começar não reconhecem o Rio de Janeiro como área rural. Se não tem área rural, também não vamos estar incluídos nas políticas rurais. Eles não estão errados. Quem está errado somos nós. Que teima em continuar produzindo na cidade. Por pura maluquice ou prazer. Não dizem que os malucos é que são felizes? Então nós somos. [Aplausos]

Como é que a gente vai falar de alimento de verdade, de comida de verdade, no campo e na cidade, se ninguém mais quer ficar no campo. Então o certo é trazer o campo para cidade. Fazer todas as áreas possíveis, para quem ainda tem um pouquinho de agricultura, poder plantar.

A Rede de Agricultura Urbana conseguiu certificar, organicamente, quintais. Isso foi um grande avanço, por que isso não acontecia. Por que certificando um quintal? Essa pessoa que está produzindo ervas aromáticas, coisas que ocupam pequenos espaços e traz um bom retorno financeiro, estarem nas feiras. Senão elas iam continuar produzindo nos quintais mas não poderia levar pra feira, porque ela estaria fora da conformidade do estatuto das feiras.

Então, temos que repensar isso, se você quer continuar agricultor e está na cidade, vão ter que mudar isso. Isso tudo que ele falou aí sobre crédito, dinheiro, todo. Pergunta aqui, no Rio de Janeiro, quem é que acessa isso? Quem? Seu Francisco, quem? Temos uma porção de escolas aqui que poderiam estar comendo comida de verdade. Mas não tem. Por quê? Porque o agricultor, não tendo o bendito DAP, que é o documento de aptidão, PRONAF, a carteira de identidade do agricultor, ele não consegue vender para a escola. E aí, como é que fica? Porque seria a coisa mais democrática. Porque a feira orgânica e o circuito de feira orgânica é uma coisa, assim, que foi ótima para o agricultor, trouxe visibilidade à agricultura carioca, mas, por outro lado, é muito sacrifício para o agricultor. Por quê? Pra ele ter algum recurso, ele tem que estar em mais de uma feira.

Hoje não tem mão de obra no campo. Quando eu saio da minha propriedade, não tem ninguém lá. E, se o sol estiver muito quente, aqui no Rio de Janeiro é quente, eu moro em Campo Grande. Se eu chego lá 5 horas da tarde, estão todas desmaiadas lá. É. Esse é o grande problema, agora, se pudesse vender para escola, pros hospitais, para as creches, esse agricultor continuaria lá no campo, pois se criaria uma logística para se apanhar a mercadoria lá. E seria bem democrático, por quê? Essa criança que está em situação de risco, hoje, comendo esse monte de produtos processados, de produtos que não é alimento, só comida, poderia estar comendo. Pro agricultor seria ótimo, pra essa criança, que ela estaria com uma formação... Na hora em que está formando tudo nela: paladar, sabor, respeito, conhecimento... Ela conheceria o produto de verdade. Não ia pensar que, realmente, o leite sai de dentro da caixinha, que o frango vai ficar muito feliz quando ele cair dentro da panela.

Porque a indústria tem muito isso, enfeita muito, fica lá aquele franguinho, lá, pulando, feliz da vida. Quem é de vocês que iria ficar feliz da vida, pulando dentro de uma panela de água quente? Então, isso aí é a mídia, fazendo isso. Isso é muito triste, porque te dá um

conceito errado do que é um verdadeiro alimento. Porque comida pode ser qualquer coisa, se eu cismar de comer aqui... Eu posso comer. Mas isso não me alimenta.

Então essa é a grande diferença. Eu concordo plenamente que comer é uma escolha política. Na medida em que você não quer comer produto com veneno, você chega lá no mercado, quando fala que o morango é o campeão de agrotóxicos e o pimentão idem. Por que você tá comprando pimentão? Por que tá comprando morango? Não compra. Se não comprar, o que vai acontecer? Vão pensar em outra maneira de fazer. Há pouco tempo nós tivemos em São Paulo o problema da laranja. Rapidinho ficou todo mundo de cabelo em pé, porque foi devolvida toda a produção de suco de laranja, pelo excesso de veneno. Mas aqui a gente come com veneno e continua achando bom. Vamos culpar quem põe veneno? Não. Teve uma entrevista tão absurda, que o produtor chegou ao ponto... Isso é muito triste, dizer isso. Ele falou: Não, moço, eu não como isso, não. Isso tem muito veneno, eu compro daquele meu vizinho lá, que produz os morangos menorzinhos, mas não tem veneno. É triste você pensar que uma pessoa pode dormir sossegada, sabendo que está envenenando o outro. Muito complicado.

Então a gente quer comida de verdade e hoje está todo mundo correndo pra cidade. E ele acabou de dizer, agora, e a gente sabe muito bem disso. Temos que resgatar o orgulho de produzir, o orgulho de produzir alimento. Porque hoje em dia, com a questão da... Todo mundo quer fazer faculdade, todo mundo quer sair doutor, todo mundo quer saber. E você hoje vê, a pessoa fica com aquele orgulho, e perguntam: O que é que você é? Ah, eu sou engenheiro de rede. Aí o agricultor fica lá, todo encolhidinho, o que será um engenheiro de rede? O que é isso? Será que é rede de pesca? Será que é rede elétrica? É verdade, gente. Aí quando perguntam ao agricultor, lá no cantinho: E o Senhor, faz o quê? E ele lá, todo encolhidinho, coça a cabeça e fala assim: Eu tenho uma rocinha... Às vezes ainda tira o chapéu. Isso é verdade, aqui mesmo, no Rio de Janeiro. Aí tira o chapéu e fala assim: Eu tenho uma roça. Eu planto aipim, banana e vendo na feira. Cadê o orgulho dele de dizer que é produtor? O filho dele vai fazer o quê? Há pouco tempo mesmo eu estive com o filho de um agricultor que estava preenchendo uma ficha, colocou a ocupação. Pensa que ele colocou, lá, agricultor? Ele pôs lá... Ah, eu não sou estudante não, né? Mas, assim, eu vou botar estudante. Porque agricultor, não. E, como ele acabou de dizer, os filhos não querem repetir a história dos pais. Eu tenho esse exemplo na minha casa.

E tem de toda associação que a gente convive. Tem pouquíssimo filho de agricultor na agricultura. Não é porque não ganha, agricultura orgânica dá sustentabilidade. Mas não dá status. Como é que um garoto de 14, 15 anos, vai virar pra namorada, naquele paraíso de consumo que é o shopping. Você faz o quê? Trabalho na feira, com meu pai. Como? Ela vaza na hora. [Risos] Como é que você vai exigir de um filho seu que fique na roça? Ninguém tem orgulho disso.

Então a gente precisa resgatar o orgulho de produzir comida. É uma grande missão. Porque, um dia, eu falei isso pro meu filho. Meu filho se formou aqui, foi aluno dessa faculdade, hoje em dia ele é engenheiro eólico. Aí ele falou assim: Poxa mãe, é um absurdo você fica aí, nesse meio do mato, fica aí nesse sol e não sei o quê... Aí eu virei pra ele e falei: Filho, ainda bem que tem. Quero ver você amanhã, com fome, chupar parafuso. [Risos] [Aplausos]

E a gente não pode deixar que os outros decidam, também, aquilo que a gente vai comer. Por isso que comer é um escolha política. Não concorda, não gosta, passa sem aquilo, boicota mesmo, que vai mudar. Agora, se eles colocam lá, com veneno, a bendita... Tem batata doce à beça. O Brasil produz muito batata doce, que é pouco atacada, que é uma coisa quase espontânea, aqui. Mas, não, vai lá comprar uma batata inglesa, que nem inglesa ela é, cheia de veneno. Porque não é inglesa, todo mundo sabe da história da batata inglesa. Cheia de veneno. Você larga a batata doce lá e aprenda a fazer purê de batata doce, que é delicioso. Doce. Tudo de batata doce, que é delicioso. Por que é que

você tá querendo... Aí a batata inglesa, lá, vai encalhar. Vai apodrecer, que ela apodrece muito rápido e muito fácil, porque ela não é um alimento de verdade, com certeza, de tanto veneno que tem. Que, daqui a pouco, eles vão repensar essa história. Ou valoriza a batata doce ou aprende a plantar a batata inglesa com veneno. Isso é culpa de quem? Das nossas escolhas. Quando você chega hoje, lá...

Hoje em dia, quase ninguém tem quintal. Você não tem ideia do que dá num quintal. Porque o produto de verdade é também produto da época. É o sazonal, é aquele produto que está na época agora. Quem tem quintal, que produto que está dando muito agora? Que fruta é abundante agora? Tangerina. Abacate. [Inaudível] Caqui já está acabando agora, tá vindo a carambola. Por quê? Tem uma razão de ser.

A natureza pra aquela temperatura, para aquele pessoal que vive naquele ambiente, tem um produto adequado. Se falar assim: vou comprar porque esse tá mais barato. Não, é porque está dando em abundância, está na época certa. Pra você ter ideia dos absurdos que qualquer engenheiro agrônomo, que tem prática no campo... Coitado, ele está muito na teoria. Que vai pro campo, ele vai ver, por exemplo, não tem limão o ano inteiro. Mas, sabe como é que eles fazem limão na entressafra? Quando a árvore está lá, linda, um pé de limão é muito bonito e é muito cheiroso, carregada de florzinhas brancas, põe um produto químico lá e mata essas florzinhas todas. Sabe pra quê? Pra quê árvore, de certa maneira, posso entrar no cio novamente e produza frutos fora da época tradicional dela. Tem podas drásticas, tem um monte de coisas pra fazer com que ela se estresse e produza em tempo diferente.

Então, se você começa a entender a sazonalidade, começa também a comer um produto melhor e com menos veneno. Porque que o que dá na época certa, ele vai precisar de menos cuidado, menos manejo, tá? Então é importante isso, resgatar o orgulho de ser agricultor, de produzir alimento. Pra ver se os jovens ficam mais interessados, com a Agroecologia agora, puxando um pouquinho mais dos jovens, vamos ver se continua. E outra: respeito à terra. Ninguém tem respeito à Terra. Terra, pra mim, é igual a um ser humano. Inclusive, nós somos terra, se eu morrer, aqui e agora, me decompor, eu viro terra. Terrinha, perfeita. Perfeita. Não digo pra buscar terra do cemitério, porque ela está com tanto veneno das pessoas que bebem tanto remédio, tanto veneno, que a terra lá também está contaminada. Não presta não, tá? Mas é uma terra perfeita. Por quê? Porque a gente é igualzinho a terra.

E quem respeita a terra não fica enchendo a terra de veneno, para que ela produza mais, não fica enchendo a terra de adubos químicos, pra que ela se transforma naquilo que ela não é. Porque que uma agricultura, muitas vezes, não dá certo? Porque eu estava comentando aqui, eu sou da Feira de Campo Grande, Zona Oeste, e o pessoal chega lá querendo alface em pleno verão. Alface é de clima frio, ele não vai dar lá, ele [ininteligível] na mesma semana que você planta. Não adianta botar cobertura nem nada, porque não é para produzir alface, tem que ver o que está produzindo. E aquilo que você vai virar tua salada, mudar o conceito.

Outro de orgânico que é um calo: tomate. Tomate, o pessoal chega lá e fala: Como é que eu vou fazer a minha salada? Não tem cebola, não tem tomate, não tem alface. Aí é que tá, tem que mudar essa coisa, a criatividade, e ver o que está. Tem que criar alguma coisa. Mas aí, se criou muito isso, quando fala em salada a gente pensa logo o quê? Em alface, tomate e cebola. Então é mudando isso também. Outra busca também, porque, a feira tem muita coisa boa, que é o melhor espaço de troca que existe. Na feira se troca receitas, se troca conversa, se troca experiência isso vai enriquecendo muito. E a gente que está ali na feira tem a obrigação de resgatar uma comida de verdade, que eu não gostava muito desse nome, mas estou simpatizando, não sei se alguém aí conhece, que a gente fala P.A.N.C. (Plantas Alimentícias Não Convencionais).

As P.A.N.C.. Quem aí já comeu caruru? Bastante gente. Caramoela? João Bobo?

Maria Mole? João Bobo e Maria Mole é a mesma coisa, é porque muda de nome, em alguns lugares. Suco de tiririca? Dá um suco verde maravilhoso, um suco detox de clorofila de tiririca. Por quê? Porque ela é uma planta muito forte, ela resiste a tudo, a tiririca. Então, com certeza, ela vai passar isso pra gente também, quando a gente está ingerindo, aquela estória do índio, né? Quando você vai... O mais forte vai passar isso pra você.

Então, temos que começar isso, também, porque não tem no supermercado e ninguém mais conhece. Cadê a Taioba? Cadê? Não tem no supermercado, então não é de comer. Isso é uma ideia super errada. Porque, no mercado, oitenta por cento, até noventa por cento daquilo ali não é muito de comer. Como é que agente sabe que a comida é de verdade? Quando não tem muita explicação sobre ela. Se você pega uma alface. Olha, é uma alface. É uma laranja. Quando você pega lá, vamos lá, suco de laranja. Contém suco de laranja, tanto lá de laranja. Mas aí, você vai lá no rótulo. Se tiver três palavrinhas que você não conhece, com certeza aquele suco não vai ser bom pra você. Não é alimento de verdade. Que o pessoal chama muito de sopa de letrinhas, né? Que vem lá: F2, F3. Isso é coisa de nutricionista. [Risos] Mas vai ver... Mas eu não compro. Eu não conheço. Não é? Eu não conheço. Eu não levo pra casa as coisas que eu não conheço. Não ponho dentro da minha casa, muito menos dentro da minha geladeira, as coisas que eu não conheço. Não é muito seguro, não é verdade? Você pegaria uma pessoa que você não conhece e levaria pra casa? Como é que você leva pra casa e ainda dá pros seus filhos e ainda come? Não é uma escolha? Alimentação não é uma escolha política? Larga aquilo lá, quando começar a largar aquilo lá, eles vão repensar, porque só tem uma maneira da indústria mudar, é quando ela não estiver vendendo.

Então a gente tem a faca e o queijo na mão. Não tá comendo por quê? Não tá comendo comida de verdade porque não está sabendo fazer escolhas. E, outra coisa: apoia a agricultura urbana, para que mudem as políticas, porque a agricultura urbana não tem toda essa benesse da agricultura rural. Qualquer espaço que está produzindo agricultura, que está produzindo alguma coisa de comer, deveria ser considerado de prioridade.

Como é que você fala numa cidade sustentável se ela não produz comida? Quem é que não comeu nada hoje aqui? Quem é que aqui passa dois dias sem comer alguma coisa? Quem? Tem alguns que passam, mas é raro, não é verdade? Não é o geral, todos nós acordamos já pensando como é que vai ser o café da manhã. Porque a gente acorda correndo, vai trabalhar e, à noite, você já pensa: o que é que eu vou fazer amanhã pro café da manhã? O que é que já está pronto? Nem comprimido. A gente poderia tomar, era melhor não tomar, mas a pessoa fala assim: Se não tiver comida a gente poderia tomar as pílulas de vitamina. Mas de onde elas saem? Alguém aí me corrige se eu estiver mentindo, muitos comprimidos desse a base é feita de milho. É um produto transgênico. O talco que está por aí é feito de milho também, com outros componentes, mas também é feito de quê? Milho.

Então, a gente está mais envolvido, mais enrolado do que a gente pode imaginar. Se pensar em comer só pílula, também vai estar se dando mal. Então vamos repensar nisso, comida de verdade é aquilo, então, que eu não preciso de muita explicação sobre ela. Eu olho e já conheço na hora. Ou, se eu não conheço, tem umas outras pessoas ali que eles conhecem. Ah, essa fruta não dá aqui mas é uma fruta muito boa, é muito legal. Se tiver três coisas que você não conhece, não leve para casa.

Pra finalizar eu vou contar uma historinha, porque tem muito a ver com alimentos. Isso é uma história verdadeira. Eu acho, assim, que foi uma coisa muito linda. Tinha uma extensionista da Emater que ela tinha três filhos pequenos, naquela escadinha, e todos os dias aquela correria pra colocar mamadeira na boca dos três, enquanto a mãe dela chegava pra, depois, chegar a menina que trabalhava com ela. Aí, um dia, naquela correria de sempre, ela fez as 3 mamadeiras e enfiou na boca dos três meninos. Aí, daqui a pouco, vem o pequenininho de 3 anos, chorando segurando: Mãe, não quero, está muito ruim. E

ela: Que está ruim coisa nenhuma, menino, não enche o saco... Aquela história do nervoso de sair pra pagar as contas. Aí ele disse: Mas eu não quero mãe, tá ruim. Aí ela pegou e provou assim, na mão, e disse: Tá vendo? Está docinho, tá bom, tá a mesma coisa. E ele falou: Mãe, não tem amor. Aí, ela disse que, nessa mesma hora, ela chutou tudo, tomou mamadeira dos outros dois, que era mais morto de fome. Jogou fora, sentou e falou assim: Dane-se o emprego, dane-se tudo porque eu estou aqui. Se eu estou aqui, se eu tenho três filhos nessa idade que são dependentes de mim, das minhas decisões, eu vou sentar e vou fazer alimento para os meus filhos. Sentou e fez a mamadeira e nunca mais... Depois até escreveu um livro de receitas que ela sempre botava assim: tantas xícaras de açúcar, tanta xícaras disso e uma colher de sopa de amor. Uma colher de sopa de carinho. Uma colher de sopa... Então a gente deveria sempre pensar nisso. Alimentar, nos alimentar, alimentar o outro, é uma responsabilidade muito grande. Pensa nisso, além de não botar veneno, botar um pouco mais de carinho, de atenção, de tolerância. Por isso que todo mundo fala: aquele arrozinho da minha mãe, aquele bolinho, assim, da minha Avó. Por que? Porque ela fez pra você. É uma comida que tem o que a gente chama de alma. A gente pega aquela comida e fala assim: Nossa, o que tem de diferente? A mãe fala: Nada, meu filho. O mesmo de sempre. O mesmo de sempre, o que é? Amor. Valeu, obrigada. [Aplausos]

SR. ROBSON PATROCÍNIO: Então. [Inaudível] Pois é. Não teria como a agente fazer considerações finais, né? Não tem, eu não vou fazer nada de considerações finais, o que eu vou fazer é o seguinte: chamei Mônica aqui, vamos abrir pra quatro perguntas. Não dá pra gente não interagir. [Inaudível] Tá bom, cinco perguntas. De preferência por escrito. Porque aí a gente pode fazer. Porque aí eu vi gente coçando a cabeça, vi gente... O pessoal falava, interagira de alguma maneira. Então, cinco perguntas, de preferência por escrito. Aí, assim: eu estava calculando aqui, a Irma até encurtou o tempo dela, agora a agente só está atrasado cinco minutos, olha. Então dá, cinco perguntas. Gente, nada de discurso, assim, que a gente fica empolgado. Cinco perguntas, bem objetivas, pra gente poder... Aí, depois faz as considerações finais, tá bom? Quem quer? [Inaudível]

SRª CÂNDIDA: Ai, que coisa maravilhosa ouvir vocês, sabia? Renova as nossas energias. Eu sou Conselheira de Saúde, Distrital de Saúde da AP 5.2, Campo Grande, Guaratiba. [Risos] Olha, sinceramente, ninguém pode dormir, queridos. Todo mundo ligado, todo mundo te amando, amando todos eles. É uma integração. Mas a minha pergunta é essa: Eu vim aqui hoje muito mais como Conselheira do que como cidadã. Porque a nossa conferência vai estar às portas aí e, uma das diretrizes é: alimentação saudável. Aí eu disse pra mim, com esses anos todinhos que eu tenho de vida social, 54 anos, só: Mas eu ainda estou aprendendo muito. Porque que a gente dos Conselhos ainda não estamos em rede? Por quê? Por quê? Eu vim pra cá até com carrinho de feira, ó. Pegar material pra levar pros meus pares. O meu biólogo tá lá no outro Conselho Municipal de Saúde, e eu aqui segurando pra ele chegar, porque ele tá perdendo. E os outros que não puderam estar aqui? Que não vieram? Então eu gostaria de fazer essa consideração. O controle social que somos nós. Tem tudo a ver, tudo. Como eu aprendi aqui hoje. E eu quero levar... Esse material, eu vou reproduzir. Que tá dentro da pasta. A rede é importante pra gente. Como é que a gente pode dizer pra quem vai suceder a gente? Trazer esse jovem? Quem vai me substituir? Quem vai substituir a maioria dos companheiros que está aqui? Ninguém sabe de nada. Então rede pra gente. Minimamente os Conselhos. Então, muito obrigada, desculpa se eu me estendi demais. Obrigada, sim?

SR. ROBSON PATROCÍNIO: Quem é o próximo? Vem, Kátia. [Inaudível]

SRª KÁTIA: É rapidinho. Meu nome é Kátia, eu sou Assessora da Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Solidário, e é pra você, Irma. Não é uma pergunta, mas é um prazer que você participa do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas que a Secretaria tem muito orgulho de estar na frente e a gente faz tudo participativo mesmo. O pessoal da Rede

Carioca de Agricultura Urbana participa, existe um conselho gestor com três entidades, e agora está entrando na quarta, que organizam o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e é um prazer muito grande ter pessoas como você lá e como todos os outros agricultores. Porque a gente está aqui para fazer política pública pra servir pra vocês, em especial. E aí, a luta que a gente tem que ter aqui no município, e sair aqui, da Conferência, com o Plano Diretor. Então a gente tem que enfrentar essa luta. É só dizer que é um grande prazer.

SR. ROBSON PATROCÍNIO: Ok. Próximo. Já foram dois. [Inaudível]

SRª ROSILDA: Meu nome é Rosilda, sou Presidente de uma Associação de Mulheres na Ilha, sou funcionária também da SMDS, e gostaria de plantar, Irma. Eu planto em casa. Eu moro na Ilha, eu planto tomate, coentro, cebolinha, tudo em casa, num quintalzinho pequeno. Mas eu gostaria de ter um terreno imenso para plantar. Se você souber alguém tem esteja doando um terreno, eu gostaria. [Risos] Obrigada.

SR. ROBSON PATROCÍNIO: Mais duas. Mais duas. Aqui e ali.

SR. MARCELO CORREA: Boa tarde a minha pergunta seria para o representante do Governo. Existe alguma perspectiva que mude o Plano Diretor do Rio de Janeiro que considere que tenha agricultura urbana, o estado? O Governo Brasileiro tem alguma forma de mudar isso? Tem planos pra mudar isso? O mais rápido possível?

SR. ROBSON PATROCÍNIO: Encerrou, tá?

SRª HELLEN: Boa tarde, meu nome é Ellen, eu sou residente da Fiocruz, trabalho em Saúde da Família. Mas a minha pergunta é porque, na Mesa de Abertura, o Vice-Prefeito que falou da organização de um espaço para feiras do município. Eu queria que a Mesa falasse um pouco da importância da capilaridade das feiras, que as feiras aconteçam nos bairros, em vez de ter um espaço para isso. Pra agente pautar isso para não deixar faltar, porque eu acho que esse plano não é muito popular, se isso for uma ideia de fato. Obrigada.

SR. ROBSON PATROCÍNIO: Regina.

SRª REGINA OLIVEIRA: Eu achei assim é mais do que importante esse encontro, essa conferência, e duas coisas me incomodavam e continuam me incomodando, em relação à Agricultura Familiar. A questão de quando ele fala de 12 milhões, só 1 milhão é atendido pelos recursos do Governo Federal. Nem dez por cento, nem o dízimo é concluído com essa questão. E porque será? Por que a gente não tem um atendimento, uma abrangência maior do agricultor familiar. A gente sabe que a burocracia é terrível, e até a questão da DAP é complicada.

E outro ponto na questão da agricultura familiar, eu estava comentando aqui com a Irma, é a questão das escolas rurais e da educação do campo. Que foram acabando as escolas da educação do campo. Então o jovem não se sente nada no campo. Ele quer sair do campo, mesmo. Ele vai abandonar o pai porque ele não vê valor, como a Irma falou. Então, que nós vamos fazer sobre isso? Porque nós temos de vários municípios, aqui no Rio nós temos Magé, que tem uma escola rural e não tem procura. Mas não poderia ter de outros municípios levarem pra lá? Que tem a questão do internato, de morar lá. Então acho que isso é um ponto crucial a gente mexer: a educação do campo, que acabaram com todas, quase todas as escolas no Brasil inteiro de educação no campo. E a gente não está falando de educação no campo. A gente está falando de Educação do campo, que é totalmente diferente, agenda, tudo é diferente, porque aquele jovem trabalha no campo, tem que ter outro horário, tem que ter outro tipo de educação. Mas ele vai se sentir valorizado. Pode até sair pra fazer uma faculdade, e retornará ao campo. Mas, enquanto não tiver isso, com certeza um jovem de 14 anos tem os mesmos sonhos que qualquer outro: arranjar uma menininha, arranjar um rapazinho. Ele não vai dizer que é um agricultor. Mas, se ele falar: eu sou um estudante, eu sou mesmo. Eu sou um estudante do campo. Eu sei o que eu estou falando. Então isso eu acho que é importantíssimo para autoestima. Eu acho que é isso que a gente tá perdendo na agricultura familiar. Na produção e na valorização disso. Então, eu

até tinha comentado com a Irma isso. Então eu gostaria de saber do Ronaldo... Lógico, não cabe à sua Secretaria nem ao seu Ministério. Mas tem alguma proposta do MDA? Porque é Ministério de Desenvolvimento Agrário. Que nós estamos falando disso. E, quando uma escola dessas faz parte do desenvolvimento agrário, eu queria saber o que é que tem de proposta pra isso?

SR. ROBSON PATROCÍNIO: Obrigada, Regina. Vou passar aqui pro Ronaldo, considerações finais e respondendo.

SR. RONALDO RIBEIRO: Bom, considerações finais, primeiro agradecer muito o convite por estar aqui presente, agradecer a paciência de vocês todos. Queria agradecer também, pedir até para que ele se identificasse aqui, o nosso Delegado aqui do MDA, José Vitor, que está lá. Se alguém tiver alguma dúvida, é ele quem representa o MDA aqui no Rio de Janeiro. Pro bem e pro mal, mais pro bem do que pro mal. Se ninguém conhecia ele, é importante que conheçam ele, se vocês tiverem alguma dúvida, algum problema, ele é a porta de entrada para o Ministério. Vou responder à pergunta do colega lá. A questão do Plano Diretor é uma questão local. Quem tem que decidir sobre isso é a cidade, é o Município, são os Vereadores. É uma atribuição e é uma responsabilidade local. É um tema que se refere aos cidadãos e às cidadãs da cidade do Rio de Janeiro. É a cidade do Rio de Janeiro que tem que fazer esse debate. Não cabe ao Governo do Estado nem ao Governo Federal qualquer interferência sobre esse assunto. Primeira parte da minha resposta, a segunda parte da minha resposta é a seguinte: nós estamos falando aqui de agricultura como uma atividade econômica, como uma atividade rural. Pra nós do Ministério do Desenvolvimento Agrário, não interessa se ela é realizada no campo ou na cidade. Então, a DAP, a Declaração de Aptidão ao PRONAF, que é o documento que identifica o agricultor familiar, ele pode ser um documento emitido para quem faz agricultura urbana, ou para quem mora e trabalha e desenvolve atividades rurais, seja no meio urbano ou no meio rural. Não existe nenhuma diferenciação de que, para ter a DAP, o agricultor precise morar no campo. É importante que o que caracterize seja a atividade que ele desenvolve. E a atividade econômica que ele desenvolve seja caracterizada como uma atividade rural ou agropecuária ou produção de alimentos ou produção de frutas e legumes e assim por diante. Então é possível, existe uma rede de Emissores de DAP, a Emater é uma delas, mas os sindicatos também emitem DAP. Os sindicatos rurais, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, o nosso Delegado pode passar pra vocês toda a relação de quem emite DAP, e os agricultores terem esse documento. Além dos agricultores, as organizações econômicas dos agricultores, para vender pro PAA, pra vender pro PNAE, e necessário ter a DAP Jurídica. A associação ou a Cooperativa de agricultores familiares tem que ter essa inscrição, esse cadastro, e é isso que vai permitir o acesso aos editais, aos chamamentos públicos. O MDA é o responsável, respondendo à pergunta da Regina agora. O MDA é o responsável por organizar a demanda do Pronatec Campo. E as escolas rurais, as EFAs e as CEFFAs, também estão sob a nossa responsabilidade no sentido de estabelecer isso como uma política pública. A Educação do campo, hoje, é uma responsabilidade que está muito mais vinculada à reforma agrária. E as escolas rurais que, infelizmente, realmente, desapareceram no Brasil, é uma atribuição do MEC. [Inaudível] Foram fechadas. Isso mesmo, foram fechadas. É um contrassenso enorme, eu venho de uma região onde eu cresci e trabalhei é uma região que tinha muitas escolas rurais e que foram fechadas. É muito mais fácil colocar um ônibus pra levar cinquenta crianças pra cidade do que ter um carro pra levar um professor para dar aula lá no meio rural. Essa, infelizmente, é uma lógica perversa. Mas a discussão sobre a educação do campo, está sob a responsabilidade, sim. Nós, lá, dentro da Secretaria de Agricultura Familiar e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, que é outra secretaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tratam desse tema. E nós, claro, estamos sempre abertos a receber, aí, as contribuições. Muito obrigado, desculpe aí se me estendi demais. [Aplausos]

SR. ROBSON PATROCÍNIO: Com a palavra, Inês.

SRª INÊS RUGANI: Eu queria fazer, rapidinho, três comentários. Um, que eu achei muito importante o que você colocou, eu não peguei seu nome... [Inaudível] Cândida. Em relação à atuação em rede dos Conselhos, a gente tem a felicidade do tema da alimentação ser por natureza interdisciplinar, é transversal. Eu acho que a Maria Emília deixou a provocação, hoje de manhã, que a gente tenha, nos próximos, hoje à tarde e amanhã de manhã, a ousadia de pensar criativamente, como que a gente faz diferente a nossa forma de trabalhar. Então eu acho que essa questão do fortalecimento, do controle social, da participação social, é imprescindível. É imprescindível pra gente ter, de fato, uma prática diferente das políticas públicas. Nesse sentido eu queria comentar essa questão que alguém levantou da capilaridade das feiras, mas eu não entendi, eu não sei qual é a proposta que o Secretário fez, mas eu não entendi que era um único local. Mas o que eu queria falar... [Inaudível] É um único local? [Inaudível] Um único local? Jesus. Mas o que eu gostaria de falar é que... [Risos] Então, eu concordo totalmente com a preocupação e com a problematização que a colega fez, mas eu queria, assim, falar da importância, então, se é isso, de que essa Conferência aponte para a importância de que a política pública, se ela vem atender a um problema que a sociedade aponta, se é uma demanda dos movimentos, os movimentos tem que ser ouvidos. Eu lembro uma vez, do que é que precisa... É verdade, o que ela falou, as feiras podem, elas são fundamentais, elas têm um potencial enorme, uma riqueza enorme, e elas dão muito trabalho. Dá trabalho montar uma feira. A gente que vai na feira e vai, depois, pra casa, com a sua sacolinha, o nosso trabalho é nenhum. Se a gente for pensar em montar a feira, trazer as coisas, a gente tem que ter um reconhecimento de que isso é trabalhoso e valorizar isso. Isso tem que ser muito valorizado. Eu me lembro uma vez que eu estava num seminário que estava discutindo a criação da primeira maternidade humanizada da Prefeitura do Rio. Aí, estava um debate entre os especialistas, se a mulher tem que ficar ali sentada, se era de cócoras, se era do jeito A, B ou C. E tinha uma Parteira na mesa, e aí perguntaram para Parteira: Qual é o jeito certo? E ela respondeu: O que a mulher quiser. E aí ficou aquele clima. Então é isso, você tem que escutar quem é que está na situação. Então, acho que esse é um ponto importante de ser apontado. Num exemplo como esse, não é ter sensibilidade à necessidade, é escutar e dar consequência à demanda que foi legitimamente apresentada. Eu acho que é fundamental dessa Conferência referendar. A terceira coisa, é quando você fala de se orgulhar de ser agricultor, isso está no campo dos valores que eu mencionei aquela hora. Quando eu falo de ressignificar a comida, é ressignificar também quem faz a comida, não é só quem cozinha, também, mas quem planta, também. Incrível, eu acho que é muito importante, a gente tem ouvido algumas pessoas falando: comida de verdade é feita por gente de verdade. A gente tem que incorporar esse mantra: falar da comida de verdade e da gente de verdade que planta comida de verdade, que produz a comida de verdade. Eu trabalho com alimentação escolar há muitos anos, já gerenciei e hoje estudo alimentação escolar. É incrível a invisibilidade que as merendeiras ou manipuladores de alimentos tem nesse Programa. Elas tem lesão por esforço repetitivo, elas tem condições, às vezes, precaríssimas de trabalho. A gente fala do agricultor familiar, fala da comida da criança, da família e não fala da pessoa que faz centenas e centenas de refeições por dia ficarem prontas e gostosas. Então, essa questão da invisibilidade de quem faz, seja comida em escala, seja quem produz, a gente precisa falar das pessoas. Eu achei emocionante hoje quando, naquela esquete inicial, a pessoa começou a falar dos nomes, a fruta do fulano, o caqui da beltrana, aquilo tocou fundo do meu coração. Muito fundo, muito fundo. E eu acho que a gente precisa incorporar isso. Não é só o agricultor, e a família do Agricultor e quem está na agricultura, direto, que vai valorizar, sozinho, a sua prática? Quem está interagindo com esse agricultor ajuda a valorizar essa prática, quando reconhece, referencia e agradece. Eu sou de uma criação que, antes de comer, a gente

agradecia quem tinha plantado. E eu nunca esqueci isso, agradecer a quem tinha plantado e dizia que a gente tinha que ter o compromisso de partilhar com quem não tinha. Eram dois exercícios: de gratidão e de compromisso. Eu acho que isso é uma coisa muito importante da gente valorizar. E eu acho que a gente tem que ter consequência, em termos das nossas falas, das nossas sugestões, essa questão da valorização do agricultor. Não tem comida de verdade sem gente de verdade por trás. [Aplausos]

SR. ROBSON PATROCÍNIO: Com a palavra, Irma.

SRª IRMA FERREIRA: Eu não tenho muito o que falar agora, eu agradeço a oportunidade de estar aqui falando. Espero que, pelo menos, tenham... Não sei quantas pessoas têm aqui, se saírem aqui duas pessoas pensando em plantar, ela já é uma, tá faltando mais um. Aí, a gente aqui vai ficar mais feliz, que vão ter mais gente pra ajudar a pressionar a mudar a questão do Plano Diretor da cidade. Porque é muito interessante, no Plano Diretor tem uma coisa muito interessante que fala assim, ó: se você tiver três desses itens, você deixa... Essa área deixa de ser rural. Luz elétrica. Asfalto. Escola. Acabou. Então o agricultor não tem direito a nada disso? Tem que ser aquele bicho do mato? Ele gosta muito do mato, mas ele não quer virar bicho do mato, não. Ele só gosta do mato. Então, isso precisa ser mudado. E, estou contando aqui pra ela que, na cartilha, está escrito, assim, a cidade do Plano Diretor: "a cidade que nós queremos". Quem falou aquilo? Não é? A gente está precisando se representar melhor. [Aplausos] Se ele não nos representa, vamos lá. [Aplausos]

SR. ROBSON PATROCÍNIO: Pessoal, eu vou passar às mãos aqui dos nossos amigos o Certificado, que é importante, mas eu queria encerrar falando uma coisa pra vocês. Quando a gente conhece o agricultor, né? Quando a gente vê uma área de grama se transformar em uma horta urbana, quando agente vê quintal ser certificado, quando agente conversa com o agricultor urbano e quando a gente vai pra Rede Carioca de Agricultura Urbana, a gente fica de manhã lá, tentando cozinhar uma batata doce, que a minha saiu dura na primeira, mas eu insisti. Que não quero mais aquilo, então o que quero, então. Eu queria dizer pra vocês, chamando mesmo, na boa, a responsabilidade dessa Conferência pro modelo de cidade do Rio de Janeiro. Não é isso? Porque a gente não pode pensar em agricultura urbana sem pensar em direito à terra. E, portanto, o direito à terra, o direito à habitação. Então, eu quero dizer pra vocês que, em Vila Autódromo tem horta agroecológica. E que aquelas pessoas que moram lá tem o direito de ficar naquela terra. [Aplausos] A gente conhece a Dona Jane, a Dona Penha, aquelas famílias que querem plantar como conhecemos a proposta pra cidade. Esta proposta é uma furada. Pensar a cidade em 2017 significa que a gente não existe mais, depois de 2017? O que é que a gente faz? Eu estou querendo chamar para nossa responsabilidade pelo seguinte: a gente não vai ter a Conferência Estadual, gente? E, depois, a Nacional? É muito bom, porque eu acho que a gente tem que ir, pessoas de peso, pra defender. Mas, tem um foco. Tem um foco. Que é o município e, por tudo que a gente está passando aqui. Eu acho que a gente vai ter que se posicionar, se articular. E tem uma fala da Inês que me tocou e eu vou levar pra casa, pra pensar, é assim: Que diferencial é esse de luta ou da qualidade do que a gente está fazendo? Eu ouvi na pré-conferência, e vou insistir, o CONSEA tem que ser ocupado por vocês. No sentido de que é um espaço público, aberto, para Sociedade Civil. Uma vez eu ouvi falar assim: O CONSEA é do governo? Obviamente que não é. Eu entendo que nenhum Conselho é. Então, eu estou querendo colocar para nós todos a responsabilidade, e o peso que tem essa Conferência para o município frente ao que a gente está vivendo, que a gente está experimentando, de ir no quintal e conversar com o agricultor. De conversar com agricultores que perderam a sua terra, e que não sabem o que fazer hoje. A gente conhece. Uma delas se chama Rita Maria Barbosa, que tinha lá a sua horta e que não tem mais. Então, o que é que faz com isso? É uma responsabilidade acho que de todos nós, que queremos comer a tal da comida de verdade. E pra gente não ficar

com essa cara, assim, meio de bunda. Eu queria convidar vocês a cantar e aí a gente fecha. Pode ser, pessoal aí da organização? Então a gente vai cantar assim... Cantei no domingo, né, Vladimir? Vou cantar hoje de novo. Vou cantar o refrão, tá bom? É aquela que a Dona Rita ensinou pra gente.

[Música]

SR. ROBSON PATROCÍNIO: Parabéns a todos nós. [Aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Só um minutinho da atenção dos senhores ainda, por favor. Por favor. Agradecemos a presença dos representantes do Conselho Distrital de Saúde AP5.2, Campo Grande, Guaratiba. Lembrando também que ocorrerá 12ª Conferência Distrital de Saúde nos próximos dias 26, 27 e 28 de julho. Agradecemos também a participação de representantes do Conselho Distrital de Saúde da AP3.3, Madureira. Pessoal, vocês receberam... Muita atenção, por favor, pra gente não ter problemas no final do dia de hoje e no dia de amanhã, por favor. Só um minutinho da atenção dos senhores, por gentileza. Vocês receberam aqui uma relação das salas dos Grupos de Trabalho por Eixo que vocês escolheram no ato da inscrição, tá ok? Então, Eixo 1... Tudo hoje é no 12º andar, ok? Eixo 1, Sala 97, Bloco F. E, no Auditório da Nutrição, no bloco E. Eixo 2, Sala 100, do Bloco F. E também na Sala 12.036, do Bloco E. O Eixo 3 vai permanecer aqui no Auditório 11. Todas as informações estão no formulário que vocês receberam. Faremos, agora, o intervalo para o coffee break, logo em seguida, vocês se dirigiam às referidas salas. Tá ok?

5. Grupos de trabalho

5.1. Eixo 1: Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar.

5.1.2. Eixo 1 - 1º Dia

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: ...E vocês perceberam que a maioria dos grupos tem um relator com essa camisa do SMDS. É pra acessar e acompanhar a relatoria local. Aqui nós estamos deixando dois laptops com dois pendrives. Qual é a função? Do relator e do assistente passar todas as informações digitais. Eu venho buscar esse pendrive às 18 horas e eu preciso que esteja digitalizado. O que acontecer, amanhã a gente dá conta e resgata a memória. Daqui a oito e meia da manhã, se não estiver digitalizado, vai atrasar todo o trabalho. Tá bom? Muito obrigada e bom grupo.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então... A ideia é essa: essa forma de conversar, chamada de café social, a ideia era a gente bater um papo como se estivesse batendo um papo no botequim, ou na mesa da cozinha, que a gente não tem mais mesa da cozinha, né? Um papo que pode ser informal e que seja coletivo, mas que a gente possa mudar de mesa. Sabe aquelas festas de família que a gente senta numa mesa e vai sentar na outra? A ideia é essa. Por isso que a gente vai fazer 20 minutos de conversa aqui e, depois, a gente vai mudar de mesinha. Não temos mesa, né? Mas vamos mudar de grupo, tá? Cada grupo vai responder uma pergunta nesses 20 minutos e, aí, a gente vai compartilhar o que a gente pensa, as reflexões que a gente tem sobre esse assunto. A gente tem duas pessoas para ajudar a registrar tudo o que a gente vai falar aqui, porque a ideia é da gente ter um relatório da Conferência com as nossas decisões, com as questões que, quem participou das conferências, apontaram sobre a segurança alimentar na cidade e, também, de que possa ter propostas que sejam encaminhadas para a Conferência Estadual e, depois, pra Federal. Então por isso que a gente precisa de duas pessoas anotando tudo que a gente falou. E a ideia de papel aqui no meio é que a gente possa, também, fazer um relato do

que a gente tá conversando, um relato que pode ser desenho, que pode ser palavras, da forma que a gente achar melhor, colorido bonito, dessa nossa conversa também. Às vezes a gente, no boteco, quando tem aquela mesa de papel, a gente não escreve também? A ideia é essa. Então vamos à conversa. [Inaudível] Posso ler. [Inaudível] Então, só pra gente começar a conversar, a gente teve, antes dessa Conferência Municipal, a conferência que é o final do processo, mas a gente teve cinco Pré-Conferências, né? Locais, em cada uma das regiões da cidade. E, aí, a gente trouxe aqui algumas questões principais de cada Eixo de que foram apontadas nas Pré-Conferências, eu vou tentar ler, me ajudem a ler aqui, na letrinha de alguém. [Inaudível] Eu vou ler só o nosso, tá bom? [Inaudível] Só o nosso. [Inaudível] É, a Ingrid falou que já deu essa orientação no começo. Quando terminar os nossos 20 minutos, vocês vão ter 3 opções pra ir. Uma aqui, que é esse grupinho aqui, que é o Eixo 1 também, que é a pergunta A... E, lá na frente, na 12030, no auditório, a gente tem mais duas perguntas do Eixo 2. Eu sei que vocês são do Eixo 1, mas hoje a gente vai se misturar. Amanhã, no momento da mini-plenária, vocês voltam pro seu eixo de origem, tá bom? Mas hoje, depois, quando terminar os 20 minutos, não vamos todos pro mesmo lugar, tá? Então algumas que estão aqui, vai pra cá, outras se dividem nos outros grupos, Só pra gente conhecer gente diferente, né? As ideias circularem melhor. Isso tudo é a ideia desse café. [Inaudível] Não. Então, tem uma diferença... [Inaudível] Isso. [Inaudível] Não, olha só, o pensado é o seguinte: hoje a gente vai rodar entre o Eixo 1 e o 2 e, amanhã, quem fez Eixo 1 e 2 vai ficar no Eixo 3 e, quem fez o Eixo 3, vai rodar entre 1 e 2, tá? Todo mundo vai passar rotativo. [Risos] Placas pares e ímpares. Todo mundo que rodar hoje Eixo 1 e 2, amanhã vai passar pro 3, e todo mundo que hoje está no 3, amanhã vai passar pro Eixo 1 e 2, porque a ideia é de que todo mundo possa discutir os três eixos. A ideia foi essa. [Inaudível] [Risos] Não. Nada impede... [Inaudível] Olha só, nada impede que você fale assim: Não vou sair. Nada impede. A única coisa que impede, isso a gente pensou assim... [Inaudível] Então, nada impede que você fale: Não, quero ficar aqui, não vou lá pra outra sala. A única coisa que impede, se você quiser ir para uma sala que não tem mais capacidade, aí não dá, porque a gente tem... Quando dividiu as salas, os grupos, a gente dividiu também pensando na capacidade que as salas tinham de comportar, tá? Mas é livre. Essa orientação é só pra melhor organização e pra todo mundo poder contribuir em todos os grupos, tá bom? Então é isso, então agora nos separamos, nós vamos ficar com a segunda pergunta... Ah, não. Ainda não separamos não, que ela pediu pra eu fazer a leitura única do que veio das Pré-Conferências. Posso fazer? Me ajuda que eu já vi que vou ter alguma dificuldade aqui com a letra. Vamos lá, Eixo 1... É a sua, né? Ensinar à criança o caminho da comida de verdade, conscientização dos hábitos alimentares. A segunda questão: Promoção de palestras nas escolas... É assim que tá, gente. Eu tenho que ler o que veio do Grupo. [Inaudível] Promoção de palestras nas escolas sobre comida de verdade. Quarto ponto... Terceiro ponto: Tratar com a sociedade o mito sobre alimentos seguros serem mais caros. Próximo ponto: Importância de políticas públicas em apoio à agroecologia. A outra questão: Comida de verdade plantada sem agrotóxicos e nem ultraprocessados. Obstáculos do avanço da industrialização na zonas rurais. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então... A necessidade de educação ambiental e alimentar, seja em espaços formais ou em espaços informais. Outro obstáculo é na dificuldade de logística, no traslado do alimento. Tem também a conscientização dos consumidores, a necessidade de apoio do poder público, bem como de vontade política, a questão da falta de tempo e o modo de vida acelerado das pessoas na sociedade assim como a perda do sentimento de comunidade, a influência da mídia... Enfim, que oferece produtos processados e ultraprocessados e, também é tido como avanço, o momento das discussões sobre alimentos saudáveis nos últimos tempos. [Inaudível]

[A partir de 00:09:22, os participantes não fazem mais uso do microfone]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A nossa pergunta é a seguinte, o que o município considera comida de verdade no campo e na cidade? O que a gente considera que seja comida de verdade. [Inaudível] É o que o município considera comida de verdade no campo e na cidade. [Inaudível] Então é pra gente colocar o que é comida de verdade, né? Vamos lá? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: ...Eu tava indo embora quando eu passei ali e vi, tá bom? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Esse microfone não vai dar certo... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É aquela comida que nossos avós comiam, né? Feijão arroz, legumes, fruta, carne... Hoje em dia o que a gente observa é a comida processada. [Inaudível] Todo mundo trabalha, compra aquela comida congelada, aquela sopinha de pozinho... [Inaudível] E a gente esquece que aquilo ali tem muitos aditivos [Inaudível] que não deve fazer bem. [Inaudível] Inclusive o milho... [Inaudível] O agricultor pegava espiga de milho [Inaudível] para plantar, agora é transgênico. [Inaudível] Então, pois é... [Inaudível] Então eu penso que, assim, que a comida de verdade... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Vamos desenhar o que é a comida de verdade também...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Um ponto importante pra colocar é que ela tem uma dimensão cultural. Então, ela pode ser também religiosa. O que eu tô pensando muito em... Que a gente tem um conceito de saudável que é um conceito que a ciência trouxe pra gente. Só que, por exemplo, terreiros tem outro... Tem rituais espirituais e tem outro conceito de saudável. Então eu acho que aqui contempla aspectos religiosos, culturais... [Inaudível] Isso.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas é o que o município considera... Isso que a gente tá falando é mais em relação às nossas práticas. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Exatamente, a gente... Município a gente está dizendo cidade, a gente tá dizendo o governo, entendeu? Todo mundo faz parte da cidade. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: ...Alguma coisa contrário a inércia... Porque hoje em dia, com essa coisa de tudo muito rápido, as pessoas não querem, por exemplo, ter um alimento mais integral, que vai dar trabalho de descascar, picar... Isso influencia muito na questão dos conservantes, aditivos principalmente. E que, além de tudo, tira o sabor da comida integral. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Quis dizer que hoje em dia o alimento na cidade, pela correria, não se usa muitos alimentos integrais porque dá mais trabalho, né? Não é isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: ...Que eu falei, exatamente.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O in natura, né? Famoso in natura... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não, integral ele tá falando no sentido de integral. Por exemplo, tem gente que compra aipim... Eu, por exemplo, compro aipim, descasco e faço lá em casa. Tem muita gente que vai à feira, tem o aipim com casca e tem o sem casca, compra aquele sem casca. Ou, então, não vai à feira e compra o aipim congelado, lá no mercado. Então, isso não é alimento integral. Integral no sentido de ser um alimento intacto, natural, entendeu? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Outra coisa também, tem gente que gosta de soja mas que, ao invés de comprar soja em grãozinho e fazer de uma maneira, assim, prefere, de repente, usar a soja texturizada, por exemplo, né? Então algumas pessoas preferem dessa forma. [Inaudível] Aí já é processada... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O dia-a-dia é um corre-corre, as pessoas acabam favorecendo porque as pessoas usam alimento [Inaudível] comida que não é comida de

verdade... Molho de macarrão, Bota o sachê, faz um refogado. Quer dizer perde aquela característica de fazer um molho usando tomate, porque o tempo que você vai demorar... [Inaudível] qualidade. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Dá um trabalho horrível. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O tempo que leva, é mais fácil... [Inaudível] Um pacote de biscoito, comprar um pão do que você fazer esse... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mais palavras pra gente encher aqui a nossa... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Comida da avó, culturais, também... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente também tá falando da parte... [Inaudível] Também, né? Então, dependendo daonde a gente tá, até mesmo aqui no Rio... Pessoal de região de mar, litorânea tem mais peixe...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Teoricamente, né? Deveria ser. [Inaudível] Variedade?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Variedades... [Inaudível] Fundamental. A gente tá falando que variedade, você abrange um complexo de vitaminas, micronutrientes e... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Você acha que aqui na cidade tem menos variedade do que em alguns lugares?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem. Tem, bem menos. [Inaudível] ...Que Ela mencionou lá, né? [Inaudível] A taioba você pode [inaudível] escola rural. Aqui na cidade é inviável.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Às vezes tem na feira, taioba. Mas é difícil. [Inaudível] Almeirão, também, é muito difícil. É mais fácil encontrar almeirão na feira do que, às vezes, em alguns mercados. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: ...Gerações, né? Tem a geração da mulher que saiu da cozinha, né? [Inaudível] ...Nossa geração que a mulher foi trabalhar e a geração da cozinha, que é ocupação da mulher. Mas aí, essa mulher que saiu da cozinha [inaudível] os filhos dessas mulheres [inaudível] de repente [inaudível] também não cozinha. Comida em casa... Eu tenho uma [inaudível] nunca viu uma cenoura inteira na vida. A gente mostra uma cenoura, falam assim: Como? Tem folha? Tem não sei o quê... Não tem essa noção, né? [Inaudível] Internet [Inaudível] à sua volta [inaudível] essa revolução. Tenho alguns homens, inclusive... [Inaudível] Várias [inaudível] quem cozinha é o pai. A mãe não sabe nem onde fica a cozinha, entendeu? Aí eles estão cozinhando porque os pais gostam de cozinhar, porque também esses homens tiveram que voltar um pouco nessa história, né? Resgatar essa coisa... [Inaudível] Esse papel. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: ...Legumes, verduras, essa riqueza da própria natureza e da própria terra, bem trabalhada, é um fator que possibilita...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Isso que ela falou também é muito interessante, porque eu, apesar de ser nutricionista muitos anos, mas a minha mãe sempre trabalhou fora. Eu sou filha de mãe que sempre trabalhou fora. Ela não pode se dedicar à casa, sempre teve que trabalhar, então eu não aprendi, por exemplo, a usar rama da cenoura e da beterraba. Então, eu até via e achava bonito, comprava na feira. Chegava em casa, jogava fora a rama, não usava. Até que eu, na minha caminhada, eu casei com um nutricionista também. E, aí, o que aconteceu? Ele falou: Mas não se joga fora isso! Isso se come, é uma delícia. Eu falei: Jura? Jura que você come isso, é bom? É bom, experimenta só, pra você ver. Eu não gosto de beterraba. Não gosto da beterraba, só que a rama da beterraba... A beterraba não é doce? A rama é azeda. Aí eu gostei, porque eu gosto de coisa mais azedinha, mais ácida. Aí eu comecei a comprar e usar e fazer salada, achei interessante. Aí, depois, eu descobri também que a folha da... Eu sempre soube, mas nunca tinha feito na minha

casa, a folha da... [Inaudível] Fica uma delícia, é mais gostosa ela cozidinha até do que a couve comum. Aquela verdinha, é mais gostosa ainda, depois passei a usar também. Então, algumas coisas as pessoas tem que ter acesso. No mercado, quando a gente acha que não tem... [Inaudível] Não tem mais aquela folha, eles tiram toda aquela folha. O mercado vende a beterraba sem aquela rama.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Se você quiser comprar também vai ser difícil, você tem que pedir com antecedência. [Inaudível] Exatamente isso, a gente usa todo o alimento, as folhas, o que é possível usar. [Inaudível] ...Se nós formos comprar isso, ou até mesmo na feira, você não consegue, nem na feira. Joga fora [inaudível] não dá nem pra você catar pra dar uma higienização... [Inaudível] Então tem essa dificuldade mesmo de conseguir um alimento inteiro, integral. O tal do integral. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu acho que cabe aí a utilização de partes descartáveis do alimento. Essas folhas, as ramas que ela falou aí. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Utilização integral dos alimentos. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: ...Não tem quem trabalha a terra mais, não tem. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A questão também de respeito ao meio ambiente, respeitando o meio ambiente. Considerando a utilização da água, do solo, do uso do agrotóxico. É uma comida de verdade [inaudível] dentro do ambiente, da água e da terra.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Respeito pela terra. Minha letra é ótima mesmo.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Uma outra coisa também, que antigamente tinha e que hoje a gente não tem mais, por exemplo: carne de porco, de frango, a gente lembra desses lugares aí... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Frigoríficos...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Antigamente as pessoas consumiam muito porco, a gordura do porco, que era criado em casa, dentro do seu próprio quintal, comendo dos restos da nossa comida mesmo, não usava ração, não usava nada. Então essa carne desse porco era uma coisa mais saudável do que hoje... Eu por exemplo não conheci isso, na minha casa nunca teve porco, nada disso, assim, que criasse, comesse um negócio... Entendeu? Coisa de casa assim, mesmo, nunca tive.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Na casa da minha avó até teve. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: ...A questão, também, de saber diferenciar um alimento que é rico em agrotóxico, esterco... Esterco ou adubo, que ele é diferente, o alimento que leva agrotóxico, adubo sintético, ele é muito diferente do alimento que é produzido sem agrotóxico e sem o adubo, ou seja, um esterco orgânico. Saber diferenciar, ou seja, é um alimento mais bonito mas é um alimento... [Inaudível] Então, na parte sintética aí, são os agrotóxicos e o adubo, que são diferentes. O orgânico tem uma diferença muito grande, não são alimentos tão bonitos quanto... [Inaudível] Nunca será tão bonito, não tanto quanto. O morango, por exemplo, nunca vai ser desse tamanho, jamais. Sem o adubo sintético. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Aquela comparação de beleza, né? O que é bonito pra você e o que é bonito pro outro, é a questão da mídia, né? [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas você chega numa feira e vai comprar uma dúzia de bananas. Aí você tem uma banana prata desse tamanho, orgânica, e uma banana prata... Entendeu? Desse tamanho. E aí? É a questão da conscientização, o que é que você quer pra você? Custo-benefício? É muito relativo... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas é muito mais saboroso, né?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: ...A gente tem ou não tem [inaudível] a sua escolha atrapalha muito mais do que qualquer outra coisa. [Inaudível] Pra vender aqui na Zona Sul... [Inaudível] Ao invés de tirar às 5 da manhã tem que tirar ele às 3 pra poder chegar lá às 7 da

manhã... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: E as coisas estão muito mais com conservante do que tinha antigamente. Por exemplo: antigamente a gente comprava o leite em caixa, como hoje. Antigamente, há muito tempo, a gente comprava. O de caixinha, no segundo dia que você abria, de manhã cedo, na geladeira, quando você ia botar no copo, ele já estava estragadinho. Já estava ruinzinho. [Inaudível] Hoje, você esquece na geladeira 15 dias [inaudível], ou seja, com muito mais conservante do que antigamente. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Uma coisa que equivale a quatro dias... Se não me engano agora está escrito cem horas após ser aberto. Equivalente a quase quatro dias.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Minha mãe falava, mas eu não sei se é verdade, quando minha mãe ia comprar leite ela ficava de olho no número lote... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não tem nada a ver, né? [Inaudível] Eu lembro...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: ...Isso também, pra saber se ele foi pasteurizado novamente... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: E aí, que mais que nós temos, no campo e na cidade? Comida de verdade... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu acho que a comida de verdade, mesmo, na cidade, eu acho que só se a gente procurar uma coisa, assim, que a gente saiba a procedência... Que você comprou numa feira de orgânicos. Agora, no mercado normal, eu acredito que não se encontra mais comida de verdade na cidade. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Vou colocar até entre aspas, é o falso saudável, que a gente opta por quê? Legumes, verduras... Mas estudos falam que cada pessoa ingere até 4 a 5 litros de agrotóxico por ano. Então, não é uma comida saudável. É uma comida de verdade? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu não consigo, particularmente, visualizar uma alimentação saudável sem tá relacionado à qualidade de vida... [Inaudível] Que o nosso próprio cotidiano nos induz, [Inaudível] aquela correria [Inaudível] colesterol alto...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Aí, começa: Não. Corta. Corta. Corta. Corta. A pessoa, pra não se sentir podada... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então coloca aí: redução de sal e gordura dos alimentos. [Inaudível] Uma alimentação saudável, ela tem que ser o mínimo possível o teor de sal aí...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: E também, assim, o que ela falou, né? Uma alimentação super saudável, se a pessoa não tem uma qualidade de vida [inaudível] se ela não corre, se ela não tem um tempo para se alimentar com calma...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente não tem tempo de comprar, né? A gente não tem tempo de escolher. Você chega no mercado... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não adianta, às vezes, a pessoa ter uma alimentação super saudável...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Você pede no supermercado e eles te entregam na tua casa. Eu não gosto disso, eu gosto de ir lá escolher, ver...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pois é, mas, aí, a gente não tem esse tempo, né? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente tem que cozinhar feliz... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Comer de 3 em 3 horas... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas isso aí, também [inaudível] prioridade na sua vida... A tua prioridade, no momento, não é a saúde. Se fosse, você ia priorizar... [Inaudível] Uma enfermeira estava muito cheia de problemas e estava obesa. Então ela comprou uma bolsa grande e usava os potinhos... E como ela fica em plantão de 24 horas [inaudível] ela leva todos os potinhos do café da manhã, colação, lanche, almoço, janta, outro café da

manhã, tudo. De 3 em 3 horas, ela leva dentro dessa bolsinha que ela providenciou, tudo. [Inaudível] Refrigeração, vai pro microondas. [Inaudível] ...Ela fazer a coisa certa. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: ...Também não tem essa habilidade, não sabe o que ela tá fazendo, né? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Já viu uma cesta básica, hoje em dia? Cesta básica, hoje em dia, não deveria ser uma cesta básica... Deveria ser vegetais [Inaudível] não deveria ser isso?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Até deveria, mas uma coisa que... Foi o nosso tempo que nós trabalhamos com bolsa, que a gente via muita coisa, a gente percebia o seguinte: que as pessoas que pegavam essa bolsa básica, essa cesta básica, primeiro que o fubá ela jogava pela rua. A rua ficava lotada de fubá no chão, tudo estourado. Não dava pra ninguém, não dava pro cachorro... [Inaudível] Trocava algumas coisas por bebida, por cigarro. E as pessoas não tinham bujão de gás em casa. Então, ia cozinhar como? Me explica. O que eles aproveitavam daquela cesta ali? Pouquíssima coisa. Leite em pó... Nós percebemos isso ao longo do tempo em que a gente trabalhou, como isso aí... Porque a pessoa que recebia essa bolsa, ela não era devidamente trabalhada e tudo, pra receber aquela bolsa. E como é que você vai dar uma bolsa cheia de coisas super chocantes pra uma pessoa se a pessoa não tem nem gás, nem fogão em casa, gente? [Inaudível] Você tem que bolar uma coisa, entendeu? Que seja apropriada para aquela pessoa. Também tem isso, né?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente tem que saber o público alvo...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É uma questão de política pública.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: ...Que você dar uma cesta básica para um tipo de comunidade, de situação, não dá pra ser uma cesta básica pra todo mundo [Inaudível] Uma cesta básica nacional.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É uma questão de regionalização... [Inaudível] Recebe o dinheiro [inaudível] de acordo com a sua necessidade. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A cultura...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Se fosse Minas, o pessoal ia adorar o fubá mas, aqui no Rio, o pessoal não gosta... [Inaudível] Essa semana a gente tava falando sobre isso... [Inaudível] Mães de crianças atendidas em creches que, prioritariamente, tem crianças desnutridas. E várias, muita gente lembrava do angu com alegria, que é a comida da avó. Mas muitas lembravam com tristeza...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Só tinha isso pra comer.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: ...Porque o angu é ligado a comida que é de gente pobre. [Inaudível] E, aí, essas questões... Você comprar um industrializado, ele é um status.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Sim, o biscoito recheado...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pode não ser aquele iogurte que é a marca top, mas eu comprei um iogurte. É isso que o pessoal compra com o Bolsa Família. Geralmente as pesquisas mostram isso, prioritariamente compra o que agrada às crianças. O dinheiro do bolsa família, que a gente acha que vai pra uma porção de coisas, até vai mas, prioritariamente, é pensado como um dinheiro pra criança. Só que o que eles estão pensando que se pensa pra criança, também tem essa noção de status. É ultraprocessado... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Churrasco é um negócio que é muito central, né? Eu, como não como carne, parece que é sempre um absurdo, assim: Agora que tem carne, você não vai comer?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Sabe o que eu acho engraçado? Muito interessante. Eu, agora, estou comendo adequadamente [inaudível] na minha vida eu comi sem agrotóxico, sem aditivos, sem nada. Por que? Porque eu fiz tatuagem. Quando você faz uma tatuagem, você não pode comer processados.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Vamos botar uma tatuagem em cada um. [Risos]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Aí, eu tô pensando aqui: agora que eu tô fazendo uma alimentação saudável. Porque você não pode comer linguiça, você não pode comer condimentos, você não pode comer nada. Quer dizer, como faz a gente refletir, né? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Por causa da tatuagem? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu estou tendo uma alimentação saudável, impressionante. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente precisa de linguiça? A gente precisa de salsicha? A criança conhece aquele sabor? Ela não conhece. Ela foi apresentada...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Uma coisa engraçadíssima que ouvi essa semana... A gente tava numa horticultura... [Inaudível] Uma senhora que falou assim: Eu sou viciada em Sazón. Saiu uma cor nova de Sazón, eu vou, e eu fico doida com Sazón. Aí, ela falou assim. Aí a gente falou, né? Mas existem coisas naturais, né? Ela falou: Minha filha, você não está entendendo, eu uso o alho e o Sazón de alho. Eu nem sabia que existia Sazón de alho. [Inaudível] Tem essa coisa dos hiperpalatáveis, né? [Inaudível] É igual açúcar, né? O açúcar é uma coisa... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bota aí: condimentos naturais. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: ...Pra mim é meladíssimo. Tem gente que põe Nescau no leite e ainda põe açúcar. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então acabou a nossa discussão... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Deixa só eu contar um caso... [Inaudível] Eu trabalho em Manguinhos. E, aí, eu fiquei sabendo que, na escola, os adolescentes estavam levando Sazón escondido na meia.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Meu Deus. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: ...Fazia alimentação do jeito que [inaudível] mas, como eles são viciados em Sazón, pra eles tava faltando, né? Então eles dividiam... [Inaudível] E, aí, eles mostram a quantidade de gordura [inaudível] e a gente descobriu o Sazón. E, aí, eles começaram a contar os cálculos que eles faziam: o pacotinho custava um e tanto, dividiam por seis, dava 20 centavos para cada um.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Deus do céu, que absurdo...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Até [inaudível] Diretora eles conheciam... [Inaudível] [Fim do áudio]

5.1.3. Eixo 1 - 2º Dia

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Hoje a gente acabou juntando os Grupos do Eixo 1, eu acho que vai até ser mais produtiva nossa discussão. E a proposta dos facilitadores, dos relatores, o relator vai descrever, mapear tudo que foi discutido e debatido aqui e nós, que somos facilitadores, a Camila, eu, a Juliana, a Jorginete e a Ingrid, vamos ter o cuidado de ouvir, fazer com que todos possam se manifestar, e também introduzir, provocar um pouco, colocar algumas pimentas pra nossa discussão. E mais ouvir e conduzir de uma maneira que todos possam participar. Importante é que todos nós possamos dar nossas contribuições. Os relatores, também, estejam à vontade pra colocar questões. E também nós tivemos a ideia de juntar as perguntas, então a gente pode discutir as duas perguntas aqui nesse momento. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A ideia, o momento seguinte, às dez e meia, vai ter a miniplenária. Lá todas as questões que os relatores consolidaram no Grupo vão estar lá digitadas e, se o Grupo, inclusive outros relatores, não se sentirem contemplados, vai ser uma oportunidade de discutir também, tá? Então eu gostaria que a gente tivesse no Grupo...

Se tem algum sentimento ainda de que a sua fala não foi contemplada, seu registro não foi contemplado, se tiver alguma questão ainda sem falar, pra que a gente possa falar pra conduzir a conversa da melhor maneira possível. Porque nessa dinâmica de Grupo, se tiver alguma questão não resolvida, isso facilita mais que as conversas paralelas se estabeleçam e não tenha unidade na conversa. Vocês relatores tem alguma questão a colocar? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: As divergências são naturais.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O Grupo vai ter oportunidade de concordar, discordar, alguma questão que foi mal registrada, o Grupo pode intervir. Você quer falar alguma coisa ainda? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não, está ótimo. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então vamos aproveitar esse momento privilegiado para discutir e debater essas questões que são realmente centrais na nossa vida. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O registro na cartolina todo mundo pode e deve fazer. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então a nossa primeira pergunta é: Quais os principais desafios e obstáculos para a produção, disponibilidade e acesso à comida de verdade em âmbito municipal? Segunda questão é: Quais os avanços e desafios para mulheres, população negra, povos indígenas e comunidades tradicionais para a garantia do direito humano à alimentação adequada? Então vamos começar pela primeira questão? Quais são esses principais desafios para produzir, ter disponibilidade e acesso a essa comida de verdade.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ontem o que foi relatado com relação aos desafios... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ontem a gente falou sobre facilitação, a gente pode até pegar... [Inaudível] A ideia é dar continuidade. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Aqui foi uma ideia... [Inaudível] Ampliação das redes regionais nas escolas em vários espaços diversificados. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Foi circulando o Grupo, né? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Focando na pergunta qual é o desafio hoje para que isso seja alcançado? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É a questão de incentivos fiscais...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Para que incentive os agricultores a produzir mais... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ontem, como a questão que a gente estava colocando era um aspecto positivo, que questões facilitam ou facilitariam, a gente falou de questões que hoje ainda não acontecem. Hoje a tônica é dos desafios. Então eu acho que a gente podia não abandonar o que a gente fez, porque eu acho que os desafios estão ligados às questões que a gente identificou como avanços... [Inaudível] Das questões que a gente colocou aqui, a gente podia pensar: Que desafios que temos, que propostas que a gente pode fazer? Posso fazer um resumo das duas questões, se surgirem coisas diferentes do outro Grupo, você podia colocar... [Inaudível] Eu vou fazer resumo, gente, não vou citar todos os detalhes das questões. Um grupo de questões estava em relação à informação, acesso à informação, e a questão da educação, que pode acontecer no espaço da escola e outros, mas também na mídia. Uma questão que foi pontuada que eu acho que a gente deve pensar hoje, quando falarmos dos desafios, é falar sobre política pública de verdade. Políticas públicas que realmente aconteçam, que funcionem, algumas ações existem mas não tem efetividade, então pensar em políticas públicas de verdade também. A outra questão foi regional, mais localizada na nossa cidade, de ter acesso... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Informaram o local errado, aí a gente tava lá no Auditório 11... [Inaudível] No 11. Não, não está acontecendo nada. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Porque era pra acontecer... [Inaudível] O Eixo 3 não está acontecendo em lugar nenhum? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Deixa o pessoal se acomodar. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Só abrindo um parênteses: hoje de manhã, essa questão que você colocou, foi previsto um horário pras atividades e as pessoas não votaram no horário. E tem muita gente que ainda não chegou. Então por isso que alguns Grupos... A gente uniu os Grupos, agora, o Eixo 3 era pra acontecer, pelo menos em algum lugar. Pelo que eu entendi, não chegou ninguém pra dar conta, pra acompanhar. O Eixo 3.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Me falaram que quem estava no Eixo 2 hoje iria para o 3.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Exatamente. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: E cadê o Eixo 3? Nada. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tem gente, só que não está acontecendo nada. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente vai trabalhar com os desafios hoje, ontem a gente trabalhou com [inaudível] comida de verdade, mas a gente também já focou em alguns desafios. As pessoas ainda estão aquecendo pro debate, então... [Inaudível] Papéis que já foram trabalhados ontem.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Aí pediram pra fazer um resumo das questões que foram colocadas como facilitadoras ao acesso, distribuição, disponibilidade da comida de verdade. Eu falei da questão da cidade regionalmente ter disponibilidade dessa comida, falava sobre as disponibilidades de feiras livres, sacolões, espaços em que os alimentos poderia estar... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A possibilidade de ampliar o circuito Zona Oeste para Zona Sul, por que é só na Zona Sul... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Resgatar os mercados tradicionais... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Aumentar a informação nas escolas e na mídia... [Inaudível] Eu acho que a gente poderia sistematizar, como desafio, medidas para que esse processo de comunicação realmente seja efetivo. [Inaudível] Poder aprofundar isso e colocar na nossa pauta. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Seria o segundo ponto. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Falar de espaço para agricultura porque existem espaços ociosos no município que poderiam ser utilizados para isso, [inaudível] as obras e o mercado imobiliário no Rio de Janeiro. [Inaudível] Os deslocamentos de comunidades que às vezes já tem o seu cultivo de alimentos local, mas acaba tendo que ser transferida. [Inaudível] Vila Autódromo. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Parque Madureira. [Inaudível] Destruíram tudo pra fazer um parque. [Inaudível] A Faetec mesmo tem um espaço imenso, tinha uma horta que os alunos... [Inaudível] Técnicas agrícolas eles aprendem... [Inaudível] Se a gente não fizer uma pressão maior, porque a mídia não faz. Pressionar também a população, os pais dos alunos, a comunidade em volta e o Ministério Público. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É a questão da política pública mesmo porque precisaria da Educação, da Saúde, do Meio Ambiente... [Inaudível] Deixa eu fazer uma horta lá. Porque eles não se comunicam entre eles. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Porque isso é um direito nosso a uma alimentação natural. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu acho que em relação à alimentação escolar, tiveram avanços. Você está relatando, nas últimas décadas, muitos avanços. Agora ainda existem alguns desafios. Uma questão que vocês falaram aí é novamente de horta escolar. E, nesse caso, além também do papel educativo, podendo ser utilizado na própria alimentação,

né? E uma questão que ontem nas mesas falaram pouco é a questão da Agricultura familiar junto com a Política de Alimentação Escolar. Existe uma determinação que eu não sei se todos conhecem, na última legislação da alimentação escolar, que trinta por cento do dinheiro que o Governo Federal encaminha, tem que ser comprado da agricultura familiar. Sabe o quanto o município do Rio de Janeiro compra? Zero. Eu acho... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente tem que pressionar em relação a isso... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mais ou menos porque a gente vê, principalmente dentro das comunidades, a gente vê que algumas pessoas aproveitam os espaços. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O que a gente vê como desafio, que também foi colocado na mesa de ontem é o não reconhecimento legítimo, em termos oficiais, da agricultura. Isso impede que agricultores que ainda praticam agricultura e fazem da agricultura sua atividade principal, sejam reconhecidos oficialmente. Eles são impedidos legalmente de acessar essas políticas. Então teve agora recentemente o próprio Francisco, que teve essa dificuldade de emissão do documento de aptidão ao Pronaf, que é a carta básica do agricultor, necessária para o acesso a qualquer política pública nacional, estadual. Então, aí, eu acho que esse é um desafio. Porque o representante do MDA falou que para o MDA não importa se é rural ou urbana. Se tem alguma atividade agrícola, então ele é conhecido como agricultor. Mas isso não é o que acontece na prática, nas entidades que tem a responsabilidade de emitir os documentos, como por exemplo, aqui no caso do Rio de Janeiro, existe um histórico de negociação com a Emater e esse processo de emissão da DAP é muito lento. [Inaudível] Hoje, se vários agricultores tivessem a DAP, a gente estaria saindo do zero. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu lembro de reuniões aqui na UERJ com a rede estadual, com vários agricultores... [Inaudível] Por que é que os agricultores do município ainda não conseguem? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente pode colocar como proposta a ampliação do acesso ao DAP? Ampliação do acesso ao DAP dos agricultores urbanos.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Embora os rurais também tenham vários problemas. Não está resolvido, não, mas como estamos falando da nossa cidade.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Outra questão que vocês estavam colocando, eu acho que a gente podia pensar duas questões, tanto de participação mesmo da comunidade nas decisões, e a outra coisa, assim, formas que a gente chama de mecanismos de exigibilidade. Tem que ficar claro pra população quais são as formas de reclamar. A gente tem... A democracia está muito recente, né? [Inaudível] Mas essas formas, mecanismos de exigir os direitos à uma alimentação saudável não está claro para a população. Foi isso que eu entendi? A gente pode colocar também como proposta? Como é que ficaria? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O Fórum Brasileiro?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Um fórum inicial Eu sou assistente social e realmente estou aqui tentando fazer um link [inaudível] acesso à informação. O fórum tem poder de pressão... [Inaudível] Tem a Coordenadoria ou Secretaria Especial, um mecanismo que tem impulsionado... [Inaudível] São etapas a serem vencidas. São necessariamente importantes para se chegar a esse objetivo... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente tem no Município uma Secretaria Especial, se eu errar o nome, me corrija, Secretaria de Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional. Ela está presente nesta Conferência? [Inaudível] Não. É uma Secretaria Especial. É uma Secretaria Especial de Abastecimento e Segurança Alimentar que nem sequer participa da Conferência de Segurança Alimentar. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O fórum cumpre uma função, é um órgão institucional de um estado, ele cumpre outra. O fórum é uma articulação, pode envolver só

o campo da Sociedade Civil ou pode também prever a interação com representantes de governos, mas uma secretaria, ela tem um outro papel. E é um movimento de reconhecimento do governo de uma pauta que a gente está levantando... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tem que se ter um mecanismo de pressão para que ela cumpra o seu papel... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O que pode ser, inclusive, tirar ela do status de Secretaria Especial e se tornar uma Secretaria de fato. Porque uma Secretaria Especial, ela tem um orçamento secundarizado, ela não dialoga com seus pares, com os Secretário e Secretárias, ela tem um acesso mais difícil a Prefeito, Vice-Prefeito [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Existe uma Secretaria Especial que não deixa clara a sua função, o seu papel, o desenho de uma política de abastecimento. Eu participei de uma reunião do CONSEA em que eles estiveram presentes e os Conselheiros perguntaram assim: Mas quais são as propostas? Aí a resposta do representante da Secretaria foi: As propostas, eu não estou autorizado a divulgar. [Risos] Um Conselho pergunta quais as propostas em relação à segurança alimentar, ao Conselho de Segurança Alimentar, e a resposta foi essa. Mas eu acho que poderia ser uma proposta de fortalecimento, fortalecer essa secretaria para que ela consiga... [Inaudível] Se eu estiver errada... A ordem dos fatores... Mas eu acho: Secretaria Especial de Abastecimento e de Segurança Alimentar. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu sinto falta do movimento... [Inaudível] Eu acho que existe uma articulação contra os movimentos. [Inaudível] A gente dialogar com movimento negro e indígena a sua própria questão... [Inaudível] População que morre por problemas ambientais, são os negros... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É uma política pública nacional. Na nossa cidade, não é. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tem uma portaria interministerial 1010, uma portaria de 2006, em parceria com o Ministério da Educação e com o Ministério da Saúde, que já prevê diferentes formas de promoção da alimentação saudável... [Inaudível] Mas isso são orientações, não são necessariamente... Não é exigido que cada escola tenha uma horta. Não existe isso. Existem também proposições pela Lei do PNAE mesmo... [Inaudível] Indicam como uma ótima forma de promover o desenvolvimento de hortas... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Orientação tem. Mas não tem dinheiro, não tem quem faça. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O problema é não ter esse conhecimento sobre as leis, sobre as orientações. [Inaudível] Como esse conhecimento vai ser transmitido também. Eu acho chato... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: As questões de outros equipamentos públicos, não só as escolas, mas os CRAS, a alimentação desses CRAS [inaudível] igrejas.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu não sei se saiu a temática das unidades de conservação, que apareceu ontem na mesa. [Inaudível] O desafio do reconhecimento da moradia, da dificuldade produtiva em unidade de conservação. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente não está registrando aqui uma coisa que ontem surgiu, aquela coisa do IBGE, o município ser classificado como totalmente urbano...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O Plano Diretor. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu acho que vale a pena registrar, se a gente não se organizar e fortalecer esse movimento, não adianta em 2020 começar esse movimento. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Plantio das árvores... [Inaudível] O pessoal acha que a árvore suja a rua, esconde bandido. Seria mais na educação, né? [Inaudível] Eu acho que na escola teria que ter uma matéria sobre isso. [Inaudível] Educação ambiental.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Teve três assuntos superimportantes das Pré-

Conferências que a gente não pode esquecer de colocar aí [inaudível] ensinar à criança o caminho do alimento de verdade, promover palestras, foi isso? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Promoção de palestras nas escolas sobre comida de verdade. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Essas ações estão previstas em vários... Na portaria que ela falou, a Lei do Programa de Alimentação Escolar, no PSE, mas eu acho que é fortalecer... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A Resolução 26 diz que o alimento é uma ferramenta pedagógica, isso é muito poderoso... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Fortalecer para que essas ações aconteçam.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: No último documento oficial da Prefeitura em relação ao TSE não fica claro essa questão da alimentação. [Inaudível] Na última resolução da Prefeitura com relação ao PSE em que a Assistência volta a ocupar esse lugar junto com a Saúde, a questão da alimentação não é tocada. A Saúde que fica abrangente. [Inaudível] Todas as unidades não tem um nutricionista. Por exemplo, na minha área, quem está alavancando a discussão são dentistas. O que acontece? O olhar é outro, então não sei como é que é que está acontecendo nas outras áreas. Quando entra na resolução a especificação da alimentação, você já traz outros profissionais.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Essa é uma questão que sempre gera... Eu também, eu sou nutricionista, mas eu acho que a fala sobre alimentação saudável e comida de verdade não tem que ficar só na mão do nutricionista. Mas como é que a gente fortalece o que você já falaram, capacitação de outros profissionais para que tenham a mesma fala?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Acho que é complicado. [Inaudível] Pedir o nutricionistas da Clínica da Família pra dar palestras para eles. Coisa que não existe é a comunicação da escola, não há interesse, eu acho. Não é nem comunicação, eu acho que é falta de interesse para que esse conhecimento vá para dentro da sala de aula. Quando vai pra dentro da sala a criança fica questionadora. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu vejo na minha área eles contrataram oito nutricionistas, mas não tem interesse. [Inaudível] Onde tem evento? Onde tem palestra? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Dentro da grade curricular, que seja exigida uma alimentação mais saudável ou de alimentos... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A orientação é de que esteja no projeto político-pedagógico. [Inaudível] Não necessariamente, mas que seja transversal. A gente pode colocar isso porque geralmente isso não acontece na cidade como um todo. Pode ser uma proposta.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente não vai conseguir atingir o CONSEA, os movimentos sociais, e reverter o quadro atual da Secretaria Especial de Abastecimento se não for criada uma estratégia paralela para fazer uma pressão e o fortalecimento do Grupo e da Sociedade Civil. Com relação... Como o movimento na Prefeitura, ele também ele é gradual... Eu também fui professora no município, é gradual, então a articulação com as três seria importante como o movimento anterior de inclusão na nova versão da resolução, a discussão da alimentação saudável. Começar pelas três, a sensibilização, em cada [inaudível] uma estratégia [inaudível] os professores tem esse Conselho e conseguem fazer a pressão necessária na Secretaria para alteração da legislação. Eu como assistente social que estou dentro do PSE em duas escolas, tenho também as minhas dificuldades de reconhecimento desse lugar, porque o Assistente Social e a entrada de outros profissionais na educação é uma coisa muito recente. Você encontra professores que estão trabalhando há 40 anos, há 30 anos, e eles não tem essa realidade. O espaço da educação em 99 era só do Professor, ninguém mais penetrava. Então é um processo e um movimento. Eu acho

que vocês estão falando de uma atuação efetiva intersecretarias, intersetorial. Que uma a Educação, a Saúde...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Dentro da temática da alimentação que não está presente [Inaudível] A discussão do perfil alimentar do cidadão brasileiro, que não tem nada a ver com comida de verdade.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente ainda come arroz e feijão, mas quando a gente olha ao longo das décadas, o arroz e feijão tá indo pra longe, frutas legumes e verduras nunca foi lá grande coisa. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Na minha casa ninguém gosta de comer porque a minha comida é comida de verdade. [Risos] [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Você é nutricionista?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Sou. Eu acho que é a valorização do profissional na Secretaria Municipal também seria importante. [Inaudível] Eu trabalho em quatro abrigos, faço práticas educativas, sendo que a falta da demanda do tempo não permite, mas... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Você tem que fazer o planejamento alimentar, fazer avaliação nutricional... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu não fiz a educação nutricional, nesse caso. [Inaudível] Eu vejo nas creches municipais [inaudível] nutricionista não é presente. [Inaudível] Valorizar esse profissional para que ele esteja atuante no processo educativo, não apenas... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pior, nas creches particulares o cardápio que a gente recebe é meramente ilustrativo. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O quadro de nutricionistas está sendo cada vez mais reduzido, não tem sido feitos novos concursos... [Inaudível] Para uma rede em que a gente tem o número de nutricionistas que hoje existe... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu trabalhei no Instituto, quando eu entrei lá tinha umas 30 fazendo supervisão de escolas. Hoje não tem 6. Para 1.300 escolas. Dá para nutricionista estar presente? Não dá. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Também treinar o pessoal da cozinha [Inaudível] Agora mudou o perfil de nutricionistas, eu tenho visto que agora já sabem cozinhar... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Nós já melhoramos na nossa formação. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ampliar o quadro de nutricionistas no Programa de Alimentação Escolar. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Acho que tem que valorizar a cozinheira também. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tem uma questão das cozinheiras, da alimentação escolar, que são chamadas de merendeiras ainda, que também é um cargo que está sendo extinto, porque não está sendo mais contratada. Agora tudo terceirizado. O problema é o seguinte: as pessoas adoecem no exercício da sua função. E aí, a forma de resolver isso é terceirizar, porque quando fica doente... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Você fazer um trabalho bem feito um ano, dois anos, imagina uma cozinheira que tem 30 anos na sua função. Vai desanimar, vai fatigar. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Fora as condições que não tem condições nenhuma. Eu sou terceirizada há 20 anos na SMDS. Eu fui do tempo de fiscalizar creche.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: E tinha as creches que eram da SMDS, depois passaram para a Educação. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Hoje em dia as condições que você tem em

um abrigo, pelo nivelamento, o abrigo que eu trabalho é o melhorzinho, porque tem um liquidificador para bater a sopa das crianças. [Inaudível] Em abrigo de família com 90 pessoas, que tem de tudo, mas cadê o liquidificador? Aí as cozinheiras fazem vaquinha, ganhando uma miséria. Nós nutricionistas não estamos como nutricionistas. Nós respondemos como nutricionistas mas não estamos ganhando como nutricionistas, nós ganhamos abaixo do piso. [Inaudível] O CRM está começando a fiscalizar esses abrigos para ver se ajuda a gente a, pelo menos, ganhar o piso.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Vocês são contratadas como o quê? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Técnica de nível superior. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas a gente atua, a gente responde como nutricionista, então o salário tinha que ser de nutricionista. Eu estou há 20 anos. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tem que se virar.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Hoje em dia tem uma tabela da Controladoria que você só pode pedir as coisas em cima da tabela, que é uma tabela de valor irrisório. Parece que não fazem... A tabela está abaixo do preço, está mesmo. E a gente não pode pedir nada além da tabela. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Contempla a política nacional escolar. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mesmo assim, eu acho que essa é uma questão que já foi colocada aqui: a gente não sabe trabalhar intersetorialmente. Não é culpa da gente, profissional, não. É porque não existe... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não tem ônibus pra levar as crianças... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Foi colocado inclusão da alimentação no processo pedagógico. Eu não consigo ver isso sem considerar os aspectos culturais. Os negros, os indígenas. Não adianta falar de alimentação de uma maneira geral, tem que ter especificidade. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pra tentar ajudar a sensibilizar a Secretaria Especial de Abastecimento e Segurança Alimentar: Alimentação é igual a saúde, é igual a longevidade e qualidade de vida. E diminuição de custos na Saúde. A gente fala na questão do custo da Saúde, na parte do território em que eu trabalho, estar doente é uma coisa normal. As pessoas vivem para ficar doentes e procuram assistente social como se nós tivéssemos nascido para adoecer. E não para ser felizes e para participar de uma construção coletiva. [Inaudível] Guadalupe... Estou falando de outros bairros que tem o número populacional significativo, e vai ocupar tanto para Zona Oeste, Centro, Zona Sul, os espaços de Saúde com grande peso. Isso quando consegue chegar. O que a gente observa um pouco, pelo meu tempo de vida e de profissão, que o nosso nó na saúde está mais nessa construção coletiva alimentar do que outra coisa. A gente tem que aprender muito cedo se quiser viver. E as pessoas sem formação estão adoecendo e morrendo, mas, antes, com um custo muito grande para a sociedade. Não é educação alimentar. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Terceirização tem que estar dentro de alguma proposta. Até porque 80% dos acidentes de trabalho são com terceirizados. A maior parte dos terceirizados são pessoas que vem de camadas populares, ou seja, são negros e jovens. É uma camada que está muito sensível na sociedade, a gente tem que fazer alguma coisa. Eu acho que é importante sair daqui com um posicionamento sobre a terceirização. O que a gente tem, de certa forma, é uma terceirização da nossa alimentação. A gente não tem mais responsabilidade sobre ela. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Vocês falaram da questão de condições de trabalho dos cozinheiros, da área dos nutricionistas, e isso está relacionado com esse processo de terceirização que eu, sinceramente, não acredito que o município vai reverter. Mas eu acho que a gente pode se posicionar. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Os agrotóxicos... [Inaudível] É justamente daí que

tem que começar. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas são 12 milhões de terceirizados no país. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas o foco ainda são os alimentos que chegam... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas a gente não pode se abster... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Vamos entrar em um consenso entre essas duas questões e fechar? Por que a gente precisa. Eu estou escutando aqui duas questões, uma de qualidade do alimento e agrotóxicos, que eu acho que a gente ainda não registrou, e a segunda questão é sobre os terceirizados. Posso só fazer uma reflexão que pode ajudar no consenso? [Inaudível] Ontem se discutiu a questão de justiça social no campo, para o agricultor, mesmo no espaço urbano, que produz alimento. Se o alimento foi feito com trabalho extenuante, mal remunerado, que as pessoas não tem condições de sobreviver com aquele trabalho, a gente também não pode considerar que esse alimento é saudável, se foi às custas da saúde de outra pessoa. Eu acho que, da mesma forma que o agricultor é desvalorizado e adoce no campo e está sendo convidado a sair dessa função, quem trabalha com alimentação também. O cozinheiro, acho que daqui a algum tempo só vai ter chefe de cozinha. Valorizado. [Inaudível] Não ganha mais tem status. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas já foi definida a valorização de profissionais... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu acho que uma forma de trazer a temática dos agrotóxicos é também colocar um tópico sobre trabalhadores precarizados. [Inaudível] Mas de fortalecer o quadro da Assistência Técnica Rural sobre as diretrizes do Programa Nacional de Combate ao Uso dos Agrotóxicos. [Inaudível] Eu acho que isso não desqualifica o debate da precarização do trabalho. [Inaudível] Eu acho que é importantíssimo que a tônica da questão da precarização apareça no campo das proposições. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então pode ficar a proposta dela? De quando a gente falou de regulamentar cozinheiras e merendeiras, eu acho que a gente bota aqui “outros profissionais na área de alimentação” e coloca uma ressalva da precarização em relação à terceirização, pode ser? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Por precarizar esses profissionais que estão na ponta, a execução dessa comida de verdade não é feita. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Você acha que não contempla? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Foi falado do dentista, que ele está transmitindo a informação... [Inaudível] E foi falado do nutricionista como executor na ponta. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas aí poderia falar “profissionais diversificados”. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Cozinheiras, merendeiras e outros profissionais envolvidos na alimentação.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pode colocar relacionado a esses dois a questão da precarização na terceirização. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Quando você valoriza, você não está valorizando aquele profissional que está precário? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: São duas questões que a gente pode registrar e depois, na miniplenária, a gente coloca em votação. Porque são duas questões: o profissional contratado pela empresa terceirizada, ele pode ter melhores condições de trabalho, pode ter garantidos as suas férias, licença médica. Então pode dar melhores condições de trabalho na terceirização. A outra questão é: a gente se posicionar de que o serviço público não deve terceirizar, só fazer concurso. São dois posicionamentos diferentes aqui, eu acho que a gente vai ter que botar em votação. Se não chegar em consenso. O que vocês acham de

registrar os dois e botar em votação, tudo bem? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas não tem consenso?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tem consenso, gente? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu quero ser valorizada porque a minha situação não está legal, seja precariamente, seja a questão estrutural, emocional, então eu quero ser valorizada. Por quê? Porque eu estou sendo precária, tem alguma coisa errada lá. Agora, botar precariedade eu acho que está sendo... [Inaudível] Agora, se querem concurso público, aí é outra coisa. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas isso é notório, que é preciso mexer em concurso público. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente tem que ver como o processo de reajuste fiscal que tem a ver com o avanço da terceirização impacta no tema central da Conferência. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O que as terceirizadas fazem? Elas gastam muito menos, elas precarizam o trabalho. A terceirização está em tudo, é uma realidade. [Inaudível] É necessária uma reação contra o avanço da terceirização, por que isso vai prejudicar todos os níveis da população, é o mal do século. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Na verdade, terceirização vai ser difícil de sair. [Inaudível] Eu não estou escutando nada mais. Vamos falar um de cada vez. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Há pouco tempo eu tive um parente que foi visitar um órgão considerado que paga muito bem, na Receita Federal, e a menina falou: Você me desculpe, eu fiz concurso, mas a minha formação é de nutricionista. Então não posso te responder isso. Então ela está num órgão que paga muito bem, mas ela não está comprometida. E essa menina, de repente, você não está tão bem remunerada, você está terceirizada, mas você está comprometida. Eu acho que vai muito do perfil da pessoa. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A Dilma criou dois milhões de empregos, 94% desses empregos ganha um salário mínimo e meio pra baixo, ou seja, a maioria dos empregos criados são trabalhos precarizados. É esse tipo de coisa que eu estou pensando. Não ficar pensando na pessoa que está ganhando bem como terceirizada, a gente tem 6% de terceirizados que ganham muito bem. A gente conhece pelos lugares que a gente frequenta, mas a grande maioria... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas aí vai desaguar lá na Educação. A prevenção que vai dar à Saúde, porque a Saúde nada mais é [inaudível] rebordosa da educação alimentar. Porque quando um diretor, a dois meses de completar um ano letivo, exclui um jovem e esse jovem vai cair numa medida socioeducativa, quem é que está mais errado? É o jovem ou é esse profissional da Educação que fez um rombo? Vamos combinar? Um jovem quando erra e é retirado da escola em outubro... [Inaudível] O jovem que eu estou acompanhando, eu trabalho no CREAS que é da região de Guadalupe... [Inaudível] Mas a nossa região é Pavuna, Costa Bastos... E o que a gente tem visto é exatamente esse rombo... [Inaudível] Ele vem do rombo e vem arrombando as outras esferas. A educação não promove esta questão das hortas, não promove uma conscientização... Porque ela está ali, a criança entra no primeiro na educação, a coisa da creche. [Inaudível] Como é que eu vou pensar isso agora, um menino que gostava de ler, era frequentador [inaudível] dentro de uma unidade escolar, por que ele foi convidado a se retirar? Aí ele caiu numa medida, aí com essa medida, a gente está falando pra ele ou ir pra escola ou pelo menos se qualificar. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu concordo contigo, a questão pode cair no peito da Educação quando a responsabilidade... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não. [Inaudível] É uma rede. Esse diretor, será

que ele também recebeu uma formação, como alguém falou aqui, será que ele está há 30 anos, uma série de paradigmas, não estão acostumados. Eu fiz um trabalho dentro de um município pequeno em Vitória. [Inaudível] Quando nós sentamos para conversar com a equipe, tinha um profissional de assistência social, ele é da Rede trabalhando lá na escola. E aqui no município a gente não tem. Um município muito menor, uma coisa insignificante, mas que não há um profissional da Assistência junto com o professor. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu fui assistente social 9 anos, eu tenho duas matrículas no Rio de Janeiro, eu fui discriminada por ser assistente social. Não é o papel da Assistência Social. [Inaudível] O meu aluno com dificuldade de aprendizagem... [Inaudível] Criança que está todo dia na escola e não está chegando na escola. [Inaudível] Dá trabalho. Dá trabalho mas é um trabalho que precisa ser feito na ação do professor. O professor tem uma ação exclusivamente pedagógica, mas se não tiver aluno... [Inaudível] Vamos fazer uma campanha? Isso só dá trabalho, de repente não está a fim. O foco é a produção. [Inaudível] E você chamar a mãe pra dentro da escola [Inaudível] isso dá trabalho.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu marquei duas reuniões numa escola, cheguei lá com o material para desenvolver o trabalho com o responsável, seguindo todas as orientações e deliberações, e não tinha pais.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Gente, o nosso tempo esgotou pra esse momento, mas eu queria só aproveitar esse debate final, por que a gente tá falando de questões além da alimentação? Porque a gente entende que a alimentação é um direito humano e os direitos humanos não podem ser... Eles não são independentes, exatamente. Então tem uma questão de garantia de todos os direitos humanos para que as pessoas possam acessar o direito à alimentação. Eu acho que deu pra fechar tudo. A nossa tarefa agora... Eu acho que a gente pode ter um intervalo de 10 minutos para tomar água, fazer xixi, voltar nessa sala. E a gente vai ter a tarefa dos relatores [inaudível] a gente vai ter que fechar as propostas do Eixo 1. Tudo que vocês tiverem registrado, a gente projeta e, aí, a gente vai passar o olho. O Grupo identifica: Aqui está ok. E se tiver alguma questão que precisa reescrever, a gente reescreve pra, depois, ser apresentado lá na Plenária Final, tá? Mandaram um recado de que os certificados serão entregues... E a gente ainda vai ter a Plenária Final para a eleição dos delegados. E os certificados vão ser entregues lá embaixo, naquele auditório que a gente começou a atividade, tá bom? Vocês querem esses 10 minutinhos e volta pra cá? [Inaudível] Tinha que estar digitando. O Grupo vai trabalhar pra isso. O que não estiver digitado a gente faz agora. A gente projeta para que todo mundo possa ajudar, à medida que a gente for incluindo o que está faltando, a gente verifica se tem alguma necessidade de reescrever alguma questão. Tudo bem, gente?

[Intervalo]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Gente, eu sou o primeiro relator. Quem não gostar de alguma coisa, não me bata. [Inaudível] Eu vou olhar alguns pontos, a gente vai ver esses pontos, se todo mundo concorda. Aqui tem as propostas do que foi debatido hoje, depois a gente vai pro que foi debatido ontem. Conforme a gente terminar a leitura de tudo, a gente pode levantar a mão e falar: Isso foi debatido e não está aí como item. Aí a gente vai puxar da memória e ver pra incluir, tudo bem? [Inaudível] Primeira proposta: Ampliação do circuito de feiras, inclusão de produtores agroecológicos e urbanos nas feiras livres e mercados públicos, prevendo percentual mínimo de participantes agricultores. Ampliação de hortas urbanas. Plano de comunicação popular, inclusive para a legislação, para a comunicação pública, novos modelos de comunicação, valorização dos saberes [ininteligível] dos povos negros, indígenas e povos tradicionais e promoção do diálogo.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Olha só, eu acho que começa com ênfase nos saberes, considerando os aspectos culturais dos povos...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pode ser... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O que é mais forte “com ênfase” ou “considerando”? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A questão é que foi colocado ali “saberes dos povos”. Eu acho que não é saberes, eu acho que é a cultura. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Diálogo de saberes na verdade é um conceito utilizado amplamente. [Inaudível] Justamente com esse fim, por isso que está esse termo. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente pode só colocar em destaque conforme for aparecendo as coisas? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Melhor... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu incluiria a questão das mulheres, no caso da produção, da cozinha, dos saberes, acho que o protagonismo das mulheres precisa ser... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A gente vai voltar nesse ponto. [Inaudível]
Ampliação do acesso ao DAP aos agricultores urbanos e agilidade no processo para a sua aquisição. Fortalecimento da Secretaria Especial de Abastecimento e Segurança Alimentar. Articulação e integração entre os conselhos.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pode ser destaque no fortalecimento? [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Articulação e integração entre os conselhos locais, movimentos sociais, mesmos os que não abordam diretamente... [Inaudível] Diálogo de saberes, valorizando a questão de gênero, negros, povos tradicionais e indígenas, buscando a dar visibilidade aos dados de SAN envolvendo esses públicos. Revisão do Plano Diretor... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Uma dúvida... Visibilizar no sentido de acesso à informação ou de coletar dados relativos à segurança alimentar e nutricional dessas populações?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Acho que é os dois, coletar dados e da visibilidade. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Posso pedir destaque nesse? Porque eu acho que pode ficar separado. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Revisão do Plano Diretor, incluindo regiões também como área rural. O Rio de Janeiro não é só urbano. Fortalecimento de ações de educação ambiental e alimentar em espaços formais e não formais de educação, pensando sempre em desenvolver ações e metodologias criativas. Atuação efetivamente intersetorial: Saúde + Educação + Assistência Social e demais áreas correlatas... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Destaque no fortalecimento de ações... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ampliação do quadro de nutricionistas, cozinheiros, merendeiras e outros profissionais da rede municipal, escolas, creches e abrigos.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Bota um destaque aí. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Inclusão da alimentação no plano do projeto político pedagógico das escolas, relacionando esse conhecimento com os saberes dos povos negros, indígenas e povos tradicionais.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Está repetindo isso aí... [Inaudível] Bota um destaque aí. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Fortalecimento do Programa de Saúde na Escola. Valorizar, regulamentar e capacitar as cozinheiras, merendeiras e outros profissionais envolvidos com alimentação. Ampliar a assistência técnica do município para os agricultores da cidade. Combater sistematicamente a terceirização e a precarização do trabalho. Esse? [Inaudível] Combater uso e o consumo de agrotóxicos, segundo as diretrizes do [Inaudível]. Aí já entra nos registros feitos ontem, alguns de um Grupo e alguns de outro. Criação de

bancos de sementes crioulas, produtores com dificuldades de acessar sementes crioulas e insumos orgânicos. Criação de secretaria de agricultura, ou melhor, de abastecimento... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Bota um destaque nessa... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Criação de um plano de agricultura para o município. Desenvolver política para circuitos curtos e locais. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A ideia é a gente passar pelo registro de ontem e depois incluir, quem quiser... [Inaudível] Propor inclusões ao texto... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Circuito curto, eu tenho a impressão de que é a distribuição do alimento. Aqui está vago. [Inaudível] Fazer o mapeamento territorial do município sobre produção e locais de comercialização de alimentos da agricultura familiar. Falta divulgar mais e melhor essa informação.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Fazer mapeamento a gente pode colocar junto com aquela da coleta de dados... [Inaudível] Para incentivar a agricultura urbana e periurbana no município, essas propriedades deveriam estar isentas de pagar o IPTU.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Marca essa pra mim, por favor. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Incentivar mais cooperativas para comercializar alimentos de verdade. Melhorar o sistema de cadastro do município do Ceasa sobre quem são agricultores e atravessadores. [Inaudível] Número muito menor que o de agricultores, falhas no cadastramento, agricultores sendo erradamente classificados como atravessadores... [Inaudível] Comercializavam seus produtos e de outros agricultores, são registrados como atravessadores. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É preciso mudar a visão do Rio como cidade exclusivamente urbana. [Inaudível] Estimular o consumo de alimentos regionais, bem como de aleitamento materno para as crianças nas idades iniciais. Estimular também os plantios urbanos em áreas livres, distribuição das feiras de maneira mais igualitária no território.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Coloca um destaque nesse último? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: E o que é comida de verdade, estava aí? Acho que está faltando o Grupo do que é comida de verdade. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O que é comida de verdade estava lá embaixo... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas eu acho que a gente precisa ler, porque uma coisa são as propostas, mas eu acho que todo o produto... [Inaudível] Não é proposta, mas vai constar aqui. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Aqui só foram pontuadas o que foi debatido. Não foi levantado o que foi dado como proposta.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Acho que não tinha proposta mesmo do que é comida de verdade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É isso, por isso que eu falei, quem estava na discussão ontem, lembrar de alguma proposta que saiu... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu também não tenho clareza do relatório que foi demandado pra vocês. Veio na pasta uma coisa assim: "orientações para a relatoria". Eu identifiquei que, além das propostas, que a gente vai ter um espaço pra falar tudo o que foi debatido. Nesse sentido, esses pontos que foram debatidos naquele Grupo da pergunta A, a gente teria que ler. Vai constar na relatoria, não é isso? [Inaudível] O que saiu das questões de ontem ou de hoje que acharem que não estão contempladas, a gente, abaixo, depois de discutir os destaques, coloca novas propostas. [Inaudível] Não, eu sei, gente, é só pra gente incluir coisas que não estão. Não é pra começar começar nenhuma conversa hoje, não, porque senão a gente não sai daqui hoje. [Inaudível] Vamos resolver os destaques... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Bota como lembrete. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu falei: Primeiro a gente tem que definir o que é comida de verdade...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu também.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O Eixo está no que seria comida de verdade... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ontem foi destacada a educação alimentar em várias instâncias... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A dificuldade das pessoas saberem o que é a comida de verdade. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Olha só, eu sugeri aqui pros meninos uma dinâmica pra gente conseguir avançar. Primeiro ponto: A gente fechar o que a gente já leu e fez os destaques e aí combinar um tempo para quem fez o destaque defender... Tô chutando aqui, se vocês acharem que é muito ou pouco, de repente, ajudem. Dois minutos para quem fez o destaque defender e mais um minuto pra quem não concordar, com uma réplica, e aí entra em votação. Aprovada a proposta? Segundo ponto é: o que não foi contemplado ainda ali, que é aquela parte da pergunta do Grupo A, quando a gente terminar esses destaques a gente faz a leitura e consolida essa parte também. Aprovado? As duas propostas? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Uma hora a gente acaba. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então vamos entrar já em sistema de... Discussão? Cada um que fez o destaque, lembre qual foi e a pessoa que fez o destaque faz a defesa, tem dois minutos. Depois tem mais um minuto pra se alguém discordar, e a gente vota. [Inaudível] Gente, quem vai controlar o tempo? Vocês querem que eu ajude a controlar quem vai fazer o destaque, a réplica? Primeiro destaque: Plano de comunicação popular, inclusive para a legislação... Para comunicação pública. Novos modelos de comunicação. Valorização dos saberes com ênfase nos saberes dos povos negros, indígenas e povos tradicionais e promoção do diálogo. O destaque é de quem? [Inaudível] Dois minutos. Dois destaques.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu não percebi em momento algum quando foi colocado que tem que haver uma capacitação dos professores. Quando foi colocado do diálogo na escola... [Inaudível] E quando se fala de comunicação, foi dito em aspectos pedagógicos em sala de aula, uma coisa assim. Eu pedi ênfase em aspectos culturais, porque não adianta levar para a sala de aula a discussão alimentar sem levar em consideração a cultura dos povos negros, indígenas. Isso não foi falado em momento algum ali.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então você quer fazer uma proposta de texto?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É. Porque em momento algum foi falado... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Gente, olha só, a dinâmica é a seguinte: ela fez o destaque dela, ela pode formular uma proposta, ela também fez destaque, ela está inscrita pra fazer uma réplica, tá?... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Dava para unificar. Aquele, da mesma maneira como fala de comunicação, pode juntar com fortalecimento do plano pedagógico ressaltando os aspectos culturais. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É valorização da cultura ao invés de valorização dos saberes? [Inaudível] O seu destaque.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu sugeriria incluir "com ênfase nos aspectos". Aí fica, talvez, um pouco diferenciado, saberes das mulheres, dos povos negros, et cetera.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Faltou mulheres.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Isso. Inclusive porque ontem a gente fez uma temática sobre a inclusão sexual no trabalho e acabou não sendo convertido em proposta,

então eu acho que é importante fazer essa provocação, nesse coletivo que é quase que integralmente de mulheres. A comida de verdade tem que ser um trabalho partilhado, em casa, não pode ser só atribuição das mulheres, acho que isso precisa ser traduzido em proposta.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tá, ela concordou em fazer uma única segunda proposta incluindo “mulheres” nesse que faz modificação em cultura. Te contempla? [Inaudível] A sua réplica, o que você não concordou?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ficou muito repetitivo, eu acho que a gente poderia fazer assim: Plano de comunicação e promoção do diálogo na rede pública, valorizando a cultura e saberes com ênfase nos povos negros, indígenas, tradicionais e mulheres, como ela está falando. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então vamos lá, agora a gente vai fechar a discussão. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Vou fazer uma questão de ordem que é o seguinte: a gente não tem tempo de redação, a gente tem que aprovar o conteúdo e, depois, tem uma equipe de redação que, provavelmente, vai trabalhar nisso melhor. Eu acho que a gente não deve se ater a isso. [Inaudível] Só uma observação, que o plano de comunicação popular é diferente de incluir um projeto político-pedagógico. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não foi proposta não. [Inaudível] Só um esclarecimento: essa réplica, o papel dela é contestar as duas propostas. A réplica não vai fazer uma nova proposta. Então vamos lá, entrou em votação. Olha só. Entrou em votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Saberes fica ou sai? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Podemos entrar em votação? A proposta 1 é a proposta original... [Inaudível] Eu só peço ajuda porque a minha voz não é muito forte, tá? A proposta é a proposta original e a proposta 2 é a nova proposta, que foi incluída. [Inaudível] Entrando em votação. De novo: a proposta 1 é a original e a 2 é reformulada. Quem vota na proposta um, levanta a mão. Quem vota na proposta 2, que foi reformulada, levanta a mão. Aprovada. Próximo destaque. O próximo destaque foi: Fortalecimento da Secretaria Especial de Abastecimento e Segurança Alimentar. Dois minutos pra Suzana.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Quando pede-se para fortalecer, a Secretaria já deveria estar cumprindo esse papel.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não cumpre.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Acho que seria: Criação de plano de abastecimento... Ampliação e fiscalização de um plano de abastecimento e de segurança alimentar que contemple os agricultores da área rural... [Inaudível] Então, ao invés de fortalecimento seria: criação e fiscalização de um plano de abastecimento?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: E segurança alimentar que contemple... [Inaudível] Como é que a gente vai fortalecer algo que já existe?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Que não cumpre a sua função.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Fica meio estranho, se tiver um plano, a gente vai fiscalizando. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então vamos fazer uma segunda... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Criar mecanismos de pressão e fiscalização... [Inaudível] Secretaria Especial de Abastecimento e Segurança Alimentar.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pode ser “com vistas a tornar mais atuante a Secretaria Especial”. Pressão fica uma coisa estranha. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pressionar para efetivo funcionamento. É isso?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Fiscalizar... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A proposta é ao invés de criar mecanismos de pressão, fiscalizar para o efetivo funcionamento? [Inaudível] Contempla a quem fez a

proposta? [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quem faz isso, quem está fazendo atualmente? Se não tem, você... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Por telefone, por e-mail, pressionar... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu ficar estagnada aqui também, porque eu sei o nosso sentimento, o que a gente quer, mas acho mesmo que não está clara essa proposta. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É pressionar, aumentar a interlocução desta Secretaria com o CONSEA, porque isso também não existe.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ela é descolada de tudo.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A fiscalização fica lá. Além de fiscalização...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Vistoria de um Secretário, através de um telefone, através de e-mail... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas isso não dá pra gente resolver aqui, tem que se desdobrar depois... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO:...Conselho em se trata disso? [Inaudível] Que possa se debruçar, estar acionando as áreas?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não existe nenhuma interlocução desta Secretaria com o CONSEA. O CONSEA, nas vezes em que chamou a Secretaria, tivemos questões. A secretaria não se sente, não chancela o CONSEA como um conselho que pode intervir e que ela tem que ter diálogo. Ela não considera isso. [Inaudível] E aí como é que a gente bota? [Inaudível] Eu acho que não está resolvido, mas a gente não vai resolver a vida toda em 20 minutos... [Inaudível] Você acha? [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu pensei em criar mecanismos de interlocução, aí abre parênteses, principalmente com o CONSEA, fecha parênteses, e fiscalização sobre a Secretaria. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ficou bem claro. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Querem votar ou está tudo certo? [Inaudível] Tudo certo. O próximo: Diálogo de saberes valorizando a questão de gênero, negros, povos tradicionais, indígenas, buscando dar visibilidade aos dados de SAN envolvendo esses públicos. Tem um destaque de alguém e eu também fiz um destaque. Quem foi a pessoa que fez o destaque? [Inaudível] O meu destaque foi só separar em duas coisas diferentes, “diálogo de saberes” fica em um e no outro fica “dar visibilidade aos dados de SAN envolvendo esses públicos”. Ao invés de ser o mesmo ponto, duas questões. Uma coisa é o diálogo de saberes, a outra coisa é dar visibilidade aos dados de SAN. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas os dados existem? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A consideração que a Lilian fez foi não só dar visibilidade a esses dados, mas também coletar esses dados. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Além de dar visibilidade, coletar dados. Produzir dados sobre segurança alimentar. [Inaudível] Porque várias dessas informações já estão por aí, é só uma questão de você analisar. Você tem informação de gênero, você tem informação de cor, que a gente não analisa com essa intenção. Então, não necessariamente é coletar, mas pode ser coletar também. [Inaudível] Aí, no segundo, além de dar visibilidade aos dados, tem uma segunda proposta. Quer propor a redação? [Inaudível] Ficaria coletar, analisar e dar visibilidade. [Inaudível] Tem que repetir o público. [Inaudível] Vamos votar: a primeira é da forma que está, a segunda é a nova redação. Quem concorda com a primeira, com a forma que está, levanta a mão. De novo, votando: a primeira redação é que já estava e a segunda é a nova redação. Quem aprova a primeira proposta, levanta a mão. A segunda proposta, levanta a mão. Segunda proposta. [Inaudível] Vamos lá. Próximo ponto: Fortalecimento de ações de educação alimentar e ambiental em espaços formais e não formais de educação,

pensando sempre em desenvolver ações e metodologias criativas. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Duas coisas, uma eu acho que é simples, acho que não precisa estar em parênteses “ou formais” [Inaudível] e segundo... Particularmente eu tenho alguns problemas com o conceito de educação ambiental, no sentido de que a gente fala muito dessa coisa do lugar da tradição, da comida de verdade, também uma educação ambiental que não esteja na perspectiva da educação popular acho não dá conta de todo um... De toda uma perspectiva pedagógica que a comida de verdade propõe. Mas se eu estiver viajando demais...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente não está dizendo quais são os princípios da educação ambiental ali. Não necessariamente vai ser uma educação ambiental que não parte desses pressupostos. Mas você tem uma proposta?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Incluir o conceito da educação popular ambiental. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A proposta dele é colocar socioambiental, ali no lugar. Contempla? [Inaudível] Então no lugar de ambiental, a segunda proposta fica socioambiental. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Criativas e baseadas na educação popular. [Inaudível] Está bom? Então vamos lá: a primeira é a proposta original e a segunda é esse novo texto, que inclui ações socioambientais e com base em educação popular. Quem vota na primeira? Quem vota na segunda? Todo mundo gosta da segunda. [Inaudível] Ampliação do quadro de nutricionistas, cozinheiras, merendeiras e outros profissionais, na rede municipal, escolas, creches e agrícolas.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Fui eu. Eu acho que além da ampliação tem que ter a capacitação dos profissionais. Aí eu falei que poderia estar unificando aqueles dois pontos.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então a proposta dela é juntar essa daí com aquela que está “valorizar, regulamentar, capacitar cozinheiros, merendeiras e outros profissionais”.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Isso. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ampliação, valorização, regulamentação. [Inaudível] Contemplou? Então a primeira proposta é original e a segunda proposta ficou: “ampliação, valorização, regulamentação e capacitação do quadro de nutricionistas, cozinheiras, merendeiras e outros profissionais envolvidos com alimentação na rede municipal”. Quem vota na primeira? Quem vota na segunda? Agora só vou perguntar quem vota na segunda. [Risos] Economiza minha voz. [Inaudível] Esse público não está voltando atrás, tá todo mundo pactuando e ficando. Próxima: Inclusão da alimentação no projeto político pedagógico das escolas, relacionando esse conhecimento com os saberes dos povos negros, indígenas e povos tradicionais. De quem é o destaque?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Fui eu. É a mesma questão da primeira. Colocar cultura. Eu acho que na verdade os dois são muito parecidos. Primeiro destaque. [Inaudível] Então, quem é de acordo de ficar a segunda proposta? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Só uma réplica? Usando a alimentação saudável na perspectiva da comida de verdade, porque os ultraprocessados também... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu acho que só valoriza o lema da Conferência. Teoricamente, a perspectiva que a gente tá trabalhando, de comida saudável e alimentação saudável é a comida de verdade, mas acho que valoriza o lema.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: E as mulheres aí também, nos saberes. Negros, indígenas e mulheres. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Vamos nos organizar pra terminar, senão a gente vai ficar lá no final da fila do almoço. [Inaudível] Ampliar a assistência técnica dos municípios para os agricultores da cidade. De quem é o destaque?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Era só uma sugestão de colocar “assistência técnica em extensão rural para os agricultores da cidade”, mas colocar em algum lugar “de base agroecológica” e colocar de novo a questão da juventude e das mulheres, porque dentro da política [ininteligível] são dois nichos específicos. [Inaudível] Uma política que tem cota para juventude, tem cota para mulheres, então, só para ter acordância com a política nacional.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então “valorizando modelos de base agroecológica”... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Contemplando as mulheres e a juventude... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Esse é o risco de querer qualificar. Vai aumentando. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas quando a gente não qualifica, a política esquece. É chato, mas tem que fazer. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O homem não é o único agente da propriedade, a mulher também é agricultura, o jovem também é agricultor... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Índios jovens, jovens negros, caiçaras... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tem uma questão da juventude que eu acho que não é um detalhe Ontem foi falado sobre isso, a juventude está saindo do campo. E aí quem vão ser os sucessores? Então, quando se fala dos negros, você fala de todo mundo ali. Mas pensar de forma diferenciada questões para a juventude. Eu defendo que continue juventude ali. [Inaudível] Podemos votar? Quem é favorável à segunda redação? Eu acho que vai ter que votar... E quem é favorável à primeira? Saiu o primeiro. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ou a gente destrincha todos os povos tradicionais... [Inaudível] Acho que quilombolas tem que entrar também.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Gente, desculpa minha ignorância, mas a gente tem caiçara no Rio de Janeiro? [Inaudível] No município. [Inaudível] Quilombola tenho certeza que a gente tem. [Inaudível] Niterói é do lado de lá da poça. [Inaudível] A proposta então é colocar povos tradicionais... [Inaudível] Tudo bem? Ou tem que votar de novo? [Inaudível] É dez pra uma. Eu acho que a gente tem que passar rápido pelas próximas e acho que a gente só tem que pensar assim: o que é proposta realmente a gente altera a redação. O que é só questões que tem que ser registradas, não é uma proposta, a gente deixa como está. A não ser que esteja falando alguma coisa errada. Combinado? Pra gente conseguir em 10 minutos ir até o final. Vamos lá: Criação da Secretaria de Agricultura, ou melhor, de abastecimento. Quem fez o destaque? Rapidamente.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Já falou lá atrás. Eu proponho que a gente retire este ponto. [Inaudível] Desenvolver políticas para circuitos curtos locais. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Porque eu fiz o relato colocando esse termo “circuito curto”, porque o circuito curto você não vai ter o papel do atravessador. Isso é um conceito importante para essa questão. Significa dizer que os consumidores estão comprando diretamente de agricultores. Eu acho que esse tema tem que ser contemplado. Criação do circuito curto das feiras ecológicas... [Inaudível] O desenvolvimento de circuito curto não é só para feiras. Acho que são pontos diferentes, acho que o texto está dando confusão porque está muito amplo. Mas é diferente o circuito curto.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Circuito curto significa que eu, que sou consumidora, estou mais próxima de quem produz o alimento.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Além disso, é a compra direta. [Inaudível] Não, mas não é próximo geograficamente.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não. Eu quis dizer geograficamente. É a gente poder comprar direto de quem produz. [Inaudível] Lá no supermercado já passou pelo

produtor, o atravessador, supermercado e o distribuidor local, já passou uns 5 ganhando dinheiro em cima daquele alimento. A proposta do circuito curto é exatamente isso. Porque se eu ganhar dinheiro em cima daquele alimento, o agricultor ganhou muito menos. [Inaudível] É um conceito e existem estímulos na Política de Desenvolvimento Agrário. [Inaudível] Fomentar circuitos curtos e locais. [Inaudível] Então ficou assim: Desenvolver política para... [Inaudível] Coloca só fomentar... [Inaudível] Foi? Fazer mapeamento territorial do município sobre produção e locais de comercialização de alimentos da agricultura familiar. Falta divulgar mais melhor esta informação. De quem é o destaque?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A agricultura familiar, desculpe a minha ignorância, ela é necessariamente agroecológica?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não. Não.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Porque a gente quer divulgar o quê?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: De base agroecológica. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Esse é o objetivo. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Acho que o final tem que tirar. [Inaudível] Pode tirar. Foi? [Inaudível] Tava muito longo perguntar. Para incentivar a agricultura urbana e periurbana do município, essas propriedades deveriam estar isentas de pagar o IPTU.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Fui eu. Acho que deveria ter usado o termo “deveriam”. Eu colocaria assim: “incentivar urbana e periurbana do município isentando essas propriedades do pagamento do IPTU”

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tudo bem.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tira o “para”. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ok? [Inaudível] Agora: Melhorar o sistema de cadastro do município no Ceasa, distribuição das feiras de maneira mais igualitária no território. De quem foi o destaque? [Inaudível] O nosso tempo esgotou. [Inaudível] É verdade, está faltando. [Inaudível] Então vamos lá, como é que a gente começa?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ofertar comida de verdade nos equipamentos, seja na Assistência, na Saúde... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: E se a gente colocar “somente”?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Boa ideia. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Comida de verdade nos equipamentos públicos da Prefeitura. [Inaudível] Públicos municipais. Acabou? [Aplausos]

5.2. Eixo 2: Estratégias em andamento para a conquista da comida de verdade no âmbito local, estadual, regional, nacional e internacional.

5.2.1 Eixo 2 - 1º Dia

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: ...Perigo de contaminação por parte das Indústrias, que afeta a saúde da gente, não só pelo que a gente come, mas também pelos impactos alimentares que indústria alimentícia tá trazendo. A gente tratou também que a especulação imobiliária sobre os territórios na cidade do Rio de Janeiro são um ponto que interferem no acesso a essa comida de verdade. E também uma necessidade de uma Secretaria Municipal de Agricultura, não existe com quem a gente possa dialogar no município sobre a produção de alimentos, a gente dialoga com os conselhos e com outras secretarias sobre consumo, mas sobre a produção não existe diálogo. E sempre a falta de informação. Hoje mais cedo eu acho que foi a Inês que falou, às vezes falta, às vezes é um excesso de informação sem qualidade, sem confiança, do que é aquilo que está sendo [inaudível]. Então depois desse debate, as Pré-Conferências já trouxeram algumas propostas que a gente aqui, hoje,

amanhã, vai ter que referendar essas propostas ou não pra saber quais as propostas da Conferência do Município vai pra Estadual. Eu vou ler pra vocês...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Isso, e aí a gente vai pensar sobre... Hoje nós vamos estar colocando duas questões pra gente poder discutir e vocês vão ouvir o que as pessoas trouxeram e pensar nisso, nessas perguntas. Então a primeira é o seguinte: O que tem sido feito na cidade para o enfrentamento de questões centrais para garantia de segurança alimentar e nutricional? Aí depois a gente passa pra segunda. O que tem sido feito? Na verdade este Eixo está falando de política, aborda a questão das políticas públicas ou da Sociedade Civil, que vem fazendo um trabalho para garantir a segurança alimentar. E aí a gente vai trazer as propostas relacionadas com esse Eixo das políticas.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então: A criação de uma Secretaria Municipal de Agricultura, uma maior fiscalização sobre o uso de agrotóxicos, que haja garantia de alimentos sem veneno na alimentação escolar, um projeto para juventude e para agricultores jovens, estímulo à manutenção dos jovens nas atividades agrícolas, mudança do Plano Diretor para reconhecimento da agricultura familiar e agroecológica no Município, que seja cumprida a Lei que determina compra de alimentos da agricultura familiar nas escolas, maior divulgação da agricultura familiar e agroecológica, incidir sobre o Projeto de Lei 448, sobre a rotulagem dos transgênicos... O Projeto de Lei que está em votação agora é que exista uma moção da Conferência do Município sobre essa questão. Regulação das propagandas sobre gêneros alimentícios ultraprocessados... [Inaudível] Que exista uma articulação com outros setores, políticas de SAN, articuladas com diferentes setores. [Inaudível] Maior divulgação e acesso à informação [inaudível] meios e processos de produtos... [Inaudível] Saudáveis, orgânicos. Alimentos saudáveis. Tem muita propaganda de ultraprocessados mas ninguém ver propaganda de salada... [Inaudível] Então maior divulgação e acesso à informação sobre os produtos e alimentos saudáveis. Retomar hábitos nutricionais tradicionais, difundir informações locais de venda de orgânicos... [Inaudível] Tem mais uma aqui. Que seja uma proposta da Conferência Municipal a aprovação da Lei do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas porque o Circuito funciona por decreto, então o decreto pode a qualquer momento ser desdescretado. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mudança de Secretários... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas se passar a ser uma lei, é uma garantia de continuidade. Essa é uma das propostas.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: De tudo que ela colocou, o que vocês contribuem ou acham que seria importante pra levar como propostas? Porque a ideia é essa, gente. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Quantos são? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu acho que a primeira é a Secretaria Municipal a gente acha que ela é fundamental, porque uma Secretaria... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Representativa... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então vocês acham que a ideia da Secretaria, de ter uma Secretaria...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Com orçamento. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Foi criada uma Secretaria de Abastecimento... [Inaudível] Mas que ninguém sabe, nunca viu... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não, não é de agricultura, é de abastecimento... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A primeira coisa que ela falou é isso, a gente precisa mudar o Plano Diretor.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então, tem aqui. Ela colocou para aprovação...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se o Plano Diretor da cidade nega a existência de

agricultura, logo o município não tem por que criar. O nosso Prefeito diz que é uma cidade totalmente urbana.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então, vocês acham que tem... Dando continuidade a essa proposta que já foi colocada, que era a questão do Plano Diretor. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Aí, sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sem antes de mudar o Plano Diretor da cidade.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mudança do Plano Diretor para reconhecimento da agricultura familiar e... Agroecológica?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso... [Inaudível]

Pela tua falação... Deixa eu entender, quem cria depende do Plano Diretor?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Sim...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tem um Plano Diretor da cidade...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Para o prefeito defender a criação de uma Secretaria, logo a Câmara vai olhar o Plano Diretor. O Plano Diretor da Cidade, aprovado por todos--não por mim, por eles lá--diz que a Cidade não tem mais agricultura, que é uma cidade totalmente urbana. Logo, não tem por que criar. Não teria, por exemplo, uma alocação orçamentária.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não existe lei que diga que para se criar uma Secretaria... Eu quero entender isso...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não, não existe. Mas aí não tem votação.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não existe lei que diga, dentro do Plano Diretor... Vamos dizer, assim bem simples, porque eu sou muito simplezinha. Tudo que é local dentro do município do Rio de Janeiro, tá ali. Por exemplo, Zona Oeste...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: São as prioridades... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Estratégias políticas... [Inaudível] Mas a minha pergunta é a seguinte...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Se você não tem um Plano Diretor, vai ser muito mais difícil... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então a Lei não diz que pra eu ter uma Secretaria Municipal ou Estadual eu preciso passar pelo Plano Diretor?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não diz...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então eu, assim, acho, me desculpe, estou dizendo como advogada... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, você está certa...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Como profissional de direito. Não se cria Secretaria se não reconhecer os agricultores. [Inaudível] Porque, assim, Plano Diretor, pra mim, tá fora, porque ele não pode criar uma Secretaria... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O questionamento seria o seguinte: Pra quê a Secretaria se não existe agricultor? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ele sabe que existe. Quando vai para a Câmara dos Vereadores, tem como provar que existe, são os vereadores que criam, porque eles trabalham pra ver... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Essa secretaria foi até criada muito por conta da pressão que o CONSEA fez, nos últimos anos, na Prefeitura pra que se criasse.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas o Rio de Janeiro, eu estou aqui desde 78, eu venho trabalhando aqui com as políticas públicas e eu sei que existe a área de agricultores [inaudível] eu moro numa, que é Campo Grande.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: São interesses políticos... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O que não existe é interesse do Prefeito para que

haja essa Secretária... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: ...Quando você coloca isso numa estratégia de governo dentro do Plano Diretor, isso se torna uma política muito mais viável. Não quer dizer que, também, não tendo no Plano Diretor, não possa criar. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não claro que não... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: ... Se cria algo tanto pro Governo quanto para o agricultor. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...A gente não tem nada relacionado à agricultura [inaudível] por isso não tem o nosso Plano, nós não temos...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ele simplesmente [Inaudível], ele simplesmente nos castrou no Plano Diretor porque ele era participativo. Ele tirou tudo isso e disse: Não, tem que ser do meu jeito. [Inaudível] Eu me lembro muito bem, nós todos aqui lembramos, da Secretária da Mulher. Foi uma guerra pra gente ter a Secretária da Mulher. Uma guerra, o que colocaram de obstáculos... [Inaudível] Mas a pressão foi tão grande na Câmara que teve que ter.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O problema é que eu fico às vezes pensando, a atuação dessas Secretárias, se elas são efetivas... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Secretárias especiais, porque são secretárias que não tem alocação orçamentária... [Inaudível] Sem alocação orçamentária fica [inaudível] não pode ter funcionário próprio... [inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Abastecimento.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Essa quem assumia na época era o filho do Wagner Montes.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Foi criada, né? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Essa de abastecimento, por um tempo, quem estava como Secretário era o filho do Wagner Montes. Agora mudou, já tem um tempo que mudou... [Inaudível] Infelizmente essas pessoas não participam, elas não participam do Conselho, ou seja, elas não estão presentes... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Uma gestão inoperante.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Vamos lá...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Tentar conseguir junto à Câmara dos Vereadores isenção de impostos municipais para beneficiar agricultura orgânica e [inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu não sei se como se dá isso... [Inaudível] Mas é uma proposta. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu sei que paga ITR não IPTU, porque o ITR é mais barato do que o IPTU. [Inaudível] Muito doido, né? Porque ele não é dado como Rural, mas você paga... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É um subsídio do jurídico... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Agricultor não terem acesso à DAP porque a DAP não era reconhecida como área produtiva no Plano Diretor, então a proposta é a mudança do Plano Diretor. [Inaudível] Mas o representante hoje...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Diz que, para eles, não tem essa característica. [Inaudível] Para eles não há essa necessidade, a característica é você... Por ser atividade, ele coloca como atividade. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A lei mudou.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A lei mudou, não existe mais a necessidade... Todos eles têm acesso com mais facilidade... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Em tese. No papel, sim. Em tese, no papel... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Um dos empecilhos seria esse, se está no

município que é inteiramente urbano, não interessa nem o resto. [Inaudível] É muita coisa. Então um empecilho que foi o que ele falou hoje é o percentual da renda que vem da atividade agrícola. Então é muito difícil na cidade, uma família que tenha 100% da sua renda da agricultura. Em geral, um dos membros da família trabalha em outra atividade na cidade. E aí se esbarra também aí nesse processo, que toda a renda seja... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É um percentual. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas tem também a questão burocrática [inaudível] Emater que também tem uma dificuldade... [Inaudível] Ali é melhor botar “mudança no Plano Diretor”, não é isso? É mudança... Então, assim, voltando, ainda tem a questão burocrática, a Emater, ela tem dificuldade mesmo, tem grandes dificuldades em conseguir fazer acontecer pela própria burocracia ou por questões internas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o caso que acontece na Zona Oeste. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Se existe a possibilidade de, dentro do Ministério da Saúde, para promoção de alimentação saudável. Então poderia se pedir essa verba com a finalidade de fomentar agricultores orgânicos e agroecológicos. Porque essa é uma medida de saúde, se você tem um alimento de qualidade que não tem agrotóxicos, você tá evitando uma série de doenças.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então seria um estímulo às políticas públicas para aquisição de gêneros alimentícios... [Inaudível] Não? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Foi isso que ela propôs, deixa eu ver se eu entendi... Pactos internos, você falou?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Sim, é que dentro do Pacto da Saúde... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Sim, mas a Prefeitura, né? A gente tá pensando na questão do município. Seria isso, seria o município passar a ter políticas... Como acontece com a Educação...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas usando recursos da Saúde. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Solicitar pactuação. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: E aí seria políticas, porque quando fala políticas públicas [inaudível] por exemplo, na Educação, a gente tem o PNAE, que é um Programa Nacional mas que é estendido [inaudível] uma lei e que as unidades escolares que estão associadas tem a obrigatoriedade. Para outras, no caso na Saúde, para as outras Secretarias... De Educação, no caso, você não tem nenhuma lei que diga isso. Alguém colocou lá sobre a verba, né? Pra saúde... [Inaudível] Então, assim, como não tem lei, isso acaba faz-quem-quer, não é algo... Mas uma vez que isso vira uma política municipal, que tenha que ter um percentual pra compra, aquisição de gêneros alimentícios, isso acaba acontecendo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Na verdade, nós dois somos da Saúde [inaudível] o que falta, na verdade, é um diálogo claro entre a Secretaria do Município do Rio de Janeiro com o Ministério da Saúde em Brasília. Logo, esse é um entrave no repasse das verbas como, por exemplo, para compra de merendas para a unidade básica do Rio de Janeiro não é repassado porque não se tem um calendário nutricional, [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É Ministério da Saúde.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É. Um planejamento para compra, onde comprar, quanto comprar... Porque, principalmente, o município diz que não tem agricultura, logo já fica difícil, porque eles não querem propor [inaudível] Ministério. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Quem fornece alimentação das escolas? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: São empresas.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: São as empresas junto com a Prefeitura?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não, hoje a compra é feita pela Secretaria de Educação da Prefeitura. O Rio de Janeiro compra gêneros alimentícios para a Secretaria de

Alimentação. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Pactuação com o Ministério... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Aí já são duas coisas diferentes... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O que eu anotei aqui foi a proposta que ela falou, de pactuar e tirar recursos da Saúde para promover a produção de alimentos orgânicos. Não tinha nem chegado ainda no PNAE. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Deixa eu entender, é produção ou aquisição? Qual foi a sua ideia quando você pensou?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu pensei a mesma coisa... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ah, não é a Saúde adquirir...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É fazer uma pactuação. [Inaudível] O que acontece... [Inaudível] Ele repassa para os estados e municípios. No caso seria um repasse do Ministério da Saúde para... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pro município investir em produção de alimentos orgânicos. [Inaudível] Outra coisa é garantir que o município cumpra a Lei de Alimentação Escolar que já existe. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Já é uma proposta mas isso pode ser feito [inaudível] para a questão de outras secretarias... [Inaudível] Não há uma legislação... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Essa legislação já está caminhando, inclusive, pra existir...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Quando ela falou, eu entendi que era a questão da aquisição... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É pensar a produção, o cultivo de alimentos orgânicos como uma atividade de promoção da saúde. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Quando você produz comida saudável, você também está investindo na saúde da população. Porque eu vou comer melhor e por aí vai... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ter uma saúde... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Aí eu não sei se é possível isso pela Saúde... [Inaudível] é uma proposta mas eu só tô, assim, se a Saúde tem essa característica de poder fazer esse tipo de... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO:...Nós participamos, então a Secretaria do Município jamais ia pensar isso. Pra vocês terem uma ideia, com a produção de plantas e ervas medicinais, que sequer... Vocês devem estar a par disso, a compra não beneficia nosso agricultor local. O ano passado nós aprovamos um termo de transferência de um milhão que preconizava a compra de alimentos de plantas e ervas medicinais para Friburgo. E aí eu questionei lá no Conselho e falei: Ué...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Friburgo? [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Porque nossa Secretaria, ela tá embasada no que o Plano Diretor diz, que aqui não se produz, que aqui não tem orgânicos, nem nada. Então, assim, por isso que quando você fala em produção, pelo menos com a Secretaria de Saúde vai ser difícil. A não ser que... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ela tá botando isso... [Inaudível] Ela tá falando mais a questão do perfil... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A secretaria tem essa característica... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E outra coisa: será que tem que ser a Saúde? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Exatamente, se é a Saúde... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pensa na saúde como forma de dialogar [inaudível] estaria fomentando... [Inaudível] Quando você fala de Saúde, só se fala da ausência de doenças, não se fala que a Saúde também pode ser...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Prevenção.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Da alimentação na prevenção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual é o seu nome? Carla. Eu já queria colocar um adendo ali, porque ela falou em produção. Eu já penso também em aquisição...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu pensei que fosse aquisição... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Há recursos do Ministério para a compra [inaudível] nossos pacientes. Nossos pacientes estão sendo muito mal alimentados. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Uma coisa não precisa estar necessariamente vinculada à outra...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Quando ela falou, eu automaticamente pensei em aquisição. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Abordagem alimentar no SUS. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Quando eu falei da questão do PNAE foi um exemplo, porque o Programa, ele tem uma obrigatoriedade. [Inaudível] No SUS e outras, não há obrigatoriedade na aquisição. [Inaudível] Quando virar obrigatoriedade, a Lei, uma lei que exige que você tenha que atender é diferente quando diz “pode ser”. Aí vai caber do interesse de alguém que acha importante, sabe? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Comentar mesmo a questão da produção. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Agricultura familiar ela pode ser também aquele agricultor que usa agrotóxico [Inaudível] pessoas que hoje não estão dentro dessa prática podem migrar para obter os benefícios... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu não sei se isso partiria ou poderia [inaudível] pelo Ministério da Saúde ou se existe um outro ministério que faria isso mas é uma proposta. [Inaudível] Deixa eu ver aqui uma outra...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Horário [inaudível] são oito horas, as pessoas estão esperando amanhã. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É pela manhã. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: ...Que eu queria muito debater mas nós não chegamos. O que é a comida de verdade. Mas eu queria as meninas aqui também [inaudível] porque é aonde eu milito muito, o Eixo Comida de Verdade, nacional, local, estadual e internacional. Então eu quero entrar no campo da pressão internacional. Como atuante da ONU, eu sei de números protocolos e acordos diplomáticos que o Brasil não cumpre. Então chegou a hora da gente denunciar nas Conferências, como fiz agora no Peru, na Conferência do Clima. Que a gente precisa de recursos para os nosso agricultores frente às mudanças climáticas. Ou na questão dos tóxicos...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...A proposta é que se cumpra...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Que se cumpra, que o Governo Brasileiro... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Aprovando que a Conferência faça uma denúncia oficial... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sim. A Conferência faça uma denúncia formal ao Governo Brasileiro para que cumpra as Convenções de Roterdã e Estocolmo. As conferências das Convenções de banimento de substâncias tóxicas. Que ele não faz dever de casa e manda representante mentindo com relatórios maravilhosos e mirabolantes, lá na conferência da ONU. As conferências de Basiléia, Roterdã e Estocolmo. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Fala só o que ela coloca lá pra gente poder...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A convenção de Basileia diz que o Brasil precisa banir alguns estoques de substâncias tóxicas entre eles a família “Drim”. Aldrin, Eldrin e Endrin, que são substâncias bases para alguns desses agrotóxicos perigosos como o Gramoxone ou Tamaron. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Família “Aldrin”?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É. Banir substâncias tóxicas da produção de agrotóxicos. Família “Drim”.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Essa é a denúncia, né? Porque, assim, a gente tem que pensar o seguinte: como a nossa parte aqui está falando sobre propostas, na questão aí a parte política, qual seria o ato político que a gente poderia fazer isso? Tem a questão da denúncia mais seria o que? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Uma moção. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Porque a gente tem que pensar assim, nesse Eixo a gente vai discutir essa questão... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Acordos internacionais...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É, convenções e acordos diplomáticos... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pensar sempre nesse Eixo com esse caráter de estratégia de política pública e política pública internacional. Visar propostas que possam virar políticas... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas o país ratifica. E não cumpre...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Exatamente. Ratificou, ele é signatário. Tem o termo signatário, ou seja, o país ratificou, mas ele não cumpre. Que é o caso, por exemplo, do T4 agora. O agrotóxico base, que foi base do agente laranja. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então vamos terminar? Não? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Porque a gente ficou de ver [Inaudível] aí amanhã tem três perguntas. Amanhã é a continuação, aí a gente sabe que vamos ter que acelerar um pouquinho. Hoje nós trabalhamos duas perguntas, que seria essa sobre o que tem sido feito na cidade para enfrentamento... Quais são as ações que precisamos ver de políticas para enfrentar essa questão de segurança alimentar e a outra se há como a gente conseguir identificar estratégias que se relacionem às oito diretrizes do Plano Nacional de Segurança Alimentar. [Inaudível] A gente ver a Prefeitura hoje faz... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente pode pensar em fazer dever de casa. Ler as diretrizes e pensar... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Vocês têm as diretrizes? [Inaudível] Vou pedir pra fazer mais. [Inaudível] Quem não vem amanhã? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Muito obrigada pelo carinho, viu?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Obrigada você pela participação. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Queria que fosse coisas diferentes, né? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O Programa, ele tem lá todas as diretrizes. [Inaudível] E aí tem a questão da educação nutricional, tem a obrigatoriedade na educação. [Inaudível] Ela é bem estruturada nesse sentido, vem evoluindo e no papel é muito bem estruturada. Se os municípios cumprem ou não, é uma outra história, mas há uma obrigatoriedade. [Inaudível] Não especificamente do Guia... [Inaudível] Mas aí tem as versões anteriores, tem as versões de 2012, de 2014 mas baseadas nas outras... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A Política Nacional de Alimentação Escolar diz lá que a Educação Alimentar e Nutricional fazem parte do currículo... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [Inaudível] ...Trabalhar pedagogicamente, não é uma coisa só de comer ou não, de ter alimento ou não, ela é muito maior e mais ampliada. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: As iniciativas são muito pontuais, individuais.

[Inaudível] Não sei se vocês têm conhecimento, assim, de outras iniciativas que existem...
[Inaudível] Que estratégias a gente vê aí que estão funcionando?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Hoje, no Rio de Janeiro, é extremamente complicado você não consegue adquirir... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Adquirir nem falar sobre isso, não se fala sobre alimentação na escola.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O maior empecilho para a questão da agricultura já começa no Plano Diretor, uma cidade que não reconhece a produção de seus agricultores, logo isso vai cair numa falácia.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A coisa vinha caminhando [inaudível] que não estar numa zona rural não impede [inaudível], mas é uma questão política mesmo o reconhecimento...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sim, e também os agricultores...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não está na Lei... O nosso discurso que precisa mudar, não dá mais pra gente dizer que é porque está na zona urbana que não tem [inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já caiu por terra... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A questão do Decreto das feiras urbanas...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Do Circuito Carioca. [Inaudível] Já é a proposta, a gente precisa ratificar ou não essas propostas. Acho que é mais fácil do que escrever de novo e a gente ler... [Inaudível] Secretaria Municipal de Agricultura... [Inaudível] Seria a criação. [Inaudível] Maior fiscalização sobre o uso de agrotóxicos. Existe alguma?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, no município não. A gente participa do fórum do Ministério Público para o combate de agrotóxicos. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tinha mais três pessoas aqui... [Inaudível] E agora se eles quiserem, eles rodam... O nosso ficou só... Não deu pra fazer. E o outro grupo também, só ficou... [Inaudível] As pessoas foram embora, pelo horário. [Inaudível] Que teve uma menina que... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas agora eles vão ter que rodar, eles já estão sabendo... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas é isso? Tem que necessariamente passar pelos outros Eixos?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Só quem quiser... [Inaudível] Tem muita gente indo embora... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente vai ficar aqui. A gente falou rapidamente, como a gente não conseguiu fazer o grupo... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Posso falar com eles que podem vir pra cá?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Pode. [Inaudível] A metodologia é o café [inaudível] em 20 minutos rodaria. [Inaudível] A gente mais um grupo que ficaria e, quando desse os 20 minutos, vocês poderiam ir pro outro grupo. Porque, a princípio, seria cada grupo fazendo uma pergunta. Eu falei, nós vamos ter que responder duas, era isso: um grupo ia ficar com uma pergunta, o outro grupo ia ficar com a outra. E você, se quisesse continuar discutindo o tema, viria, só mudaria de grupo, ou poderia ir pro outro Eixo que fala da comida de verdade... [Inaudível] Então é mais ou menos isso... [Inaudível] Agora está na hora de trocar.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas também, por outro lado vão vir outras pessoas que vão trazer outras informações sobre esse assunto. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Se vocês quiserem ficar também, a ideia era rodar... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO:...Aí eu fiz formalmente ao Promotor uma denúncia sobre o abuso de agrotóxicos na Serra do Mendanha, porque eu trabalho lá, fiz um estudo [inaudível] e está impactando não só o meio ambiente, mas os agricultores também. O

promotor requisitou alguém do município que respondesse. O município responde que não tem... Se não tem agricultura, logo não tenho que responder. Caiu no colo de quem? Do Estado. [Inaudível] E o Estado está se eximindo. Então porque o Município não tem uma Secretaria de Agricultura... [Inaudível] Legalmente o Município só pode ser responsabilizado se ele tem agricultura, logo ele não produz, ele não tem que ter agrotóxico. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas como é que faz pra valer isso, pra fazer com que de quem é a responsabilidade... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu, por exemplo, propus para o Promotor chamar as duas Secretarias, que se expliquem. A de Meio Ambiente, que é um assunto ambiental, e a de Saúde. Que é um assunto também de saúde. [Inaudível] Do Município.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu não sei mesmo, esse controle é responsabilidade de quem?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Atualmente é do Estado. Porque o Município não tem produção. Mas você sabe se existe algum município que tem uma Secretaria de Agricultura e que essa responsabilidade... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sim, sim. Se o Município produz, é obrigatório ele ir a campo fiscalizar isso. O que está se usando, como está se usando, como se cumprem as normas. [Inaudível] Agora, como não tem, ele se exime. Por exemplo, no Conselho Municipal de Saúde, eu fui diversas vezes e peitei o Secretário pelo menos pra ter uma discussão sobre Saúde e agrotóxicos. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então não é maior a fiscalização porque a fiscalização do município não existe... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A princípio no Rio não existe, seria uma fiscalização do Estado. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas aí, o que a gente vai pedir? Que o Município se comunique com a Emater pra fazer o controle na Saúde e o Meio Ambiente do Município, para que ele se pronuncie sobre isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pode ser, porque eu acho que o Município não vai querer dialogar com a Emater, até porque ele já me nega, dizendo que não tem agricultura. Então, se não tem agricultura, pra que ele vai se envolver nisso? Fale com o Estado, o Estado é que tem a Secretaria. Então, agora, chamar a Saúde e o Meio Ambiente para que juntas tenham uma responsabilidade nesse assunto. Porque haja vista [inaudível] uma área, você vai ter um impacto ambiental e na saúde. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A regulação, regular, regulamentar... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O ponto focal disso seria a criação dessa Secretaria que seria a justificativa.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então, já é uma proposta...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Seria maior regulação pelo Município...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Maior, não, seria a regulação. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Regulação por parte do Município quanto à questão do agrotóxico.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso, quanto à contaminação no município do Rio de Janeiro por agrotóxicos.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: O Município passar a ter essa responsabilidade. Ele não tem, ele ter que ter. A proposta é o Município... A gente vai só recapitular para vocês. O município vai ter essa responsabilidade de regulação quanto à questão do agrotóxico... [Inaudível] A nível federal deve ter alguma coisa...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem a nível federal e internacional, só que não é cumprida. [Inaudível] O Brasil acabou de me importar mais um agrotóxico banido na Europa... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:..Município se responsabiliza, seja através da criação da Secretaria de Agricultura ou por outro meio. [Inaudível] A Câmara faria isso, exigiria que o Município passe a ter responsabilidade sobre isso... [Inaudível] A proposta é fazer com que o Município se responsabilize porque hoje ele diz que a responsabilidade dele é nenhuma em relação a isso. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Se eu não produzo... [Inaudível] Porque o município não é rural, é uma cidade urbana. Se é urbana, não tem uso de agrotóxicos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Porque não tem agricultura, então pra que eu vou usar agrotóxicos? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...IBGE, Emater? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então a gente já colocou como proposta. Vamos voltar, aproveitando para as meninas... [Inaudível] É porque as meninas vieram do Eixo 1, né? Então, enquanto ela vai colocando aqui, aqui é o Eixo 2. Na parte do Eixo 2, a gente tá falando sobre as dinâmicas em curso. Escolhas estratégicas e alcances de política públicas para que você garanta a segurança alimentar e nutricional na cidade. No caso você vai estar pensando em propostas voltadas com a questão da política pública. Como a gente acabou ficando só com um grupo, a gente acabou entendendo que responderíamos as duas questões. Em vez de ter um grupo respondendo uma [inaudível] um grupo ficou com a pergunta 1 e a outra com a outra pergunta. Aqui a gente vai fazer as duas. [Inaudível] A gente acabou nem conseguindo chegar na segunda. O que tem sido feito na cidade para o enfrentamento de questões centrais para garantia de segurança alimentar e nutricional? E, aí, a gente resgatou um pouco que foi feito nas Pré-Conferências, [inaudível] baseando-se em cima disso. Então a gente tá pensando em propostas que possam favorecer. Ela está mostrando ali as propostas que favoreceriam essas políticas. A gente vai está resgatando pra vocês também poderem colocar... Ou se vocês pensarem que não, o Rio também já fez isso. A própria questão do Circuito [Inaudível] que vem direcionada para isso... [Inaudível] Uma política ou não a questão do circuito de feiras orgânicas...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ainda não é uma lei, mas é uma política... [Inaudível] Eu acho que o que falta é isso, [inaudível] tornar lei, essa foi uma das propostas. Que o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas funciona por decreto, e um decreto pode ser revogado a qualquer momento. [Inaudível] Transformar esse decreto em uma Lei... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Quer que eu escreva? [Inaudível] O que vocês acham disso? Justamente a questão de transformar o decreto em lei e ser uma proposta?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente tem que referendar as propostas que vieram das Pré-Conferências. A gente já trouxe umas novas que não estavam aqui antes e, aí, a gente resolveu ler de novo e, aí, a gente parou no segundo item, aqui, fiscalização, sobre o uso dos agrotóxicos. Falamos aqui, na discussão, de que não existe órgão no município que fiscalize. [Inaudível] Criar uma legislação específica com fiscalização e controle dos agrotóxicos que [inaudível] Saúde e Meio Ambiente, agricultura... [Inaudível] A gente colocou aqui a mudança do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Porque existe um Plano Diretor que não contempla a agricultura, já que diz que o Rio de Janeiro não é rural, é urbano e, com isso, a agricultura não é contemplada. A ideia é poder alterar isso. Então a gente entendeu isso, já veio como proposta da Pré-Conferência e a gente entendeu que isso é importante pra poder começar a mudar, [inaudível] porque a partir do momento que isso aqui não é modificado, fica sempre a desculpa de que não existe... Não, não dá pra ser assim porque não tem isso, então acho que é uma ideia...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então, que sejam feitos projetos para os agricultores jovens.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso foi no meu grupo.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Quando compilaram ficou umas coisas assim. O

que significa projetos? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ensino médio é Estadual, não é municipal. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A proposta que eu tinha que não passou, eu acredito que não entrou, é uma proposta de voltar às escolas a terem aulas de técnicas agrícolas. Eu sou fruto das escolas com técnicas agrícolas. [Inaudível] Estudei numa Escola Municipal que tinha contato com a horta e aquilo fica. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É verdade as escolas do município tinham. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Algumas ainda tem. Eu, por exemplo, leciono em uma.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu lembro disso, eu não sei se isso foi abolido... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Muitos canteiros estão lá largados e abandonados. [Inaudível] Parte obrigatória. As rurais todas tinham, estão abandonadas. [Inaudível] A gente plantava, a gente ensinava a importância dos alimentos, a importância nutricional do alimento. A minha professora é uma técnica agrícola formada na Rural. Eu só fui parar na Rural porque ela falava muito, "Rural, Rural". Que Rural é essa, meu Deus? [Inaudível] Tocar a planta, de conhecer.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Como era essa disciplina?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Técnicas agrícolas. [Inaudível] Nas escolas do município.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Para reformular essa nomenclatura de técnicas agrícolas [inaudível] tem uma disciplina que é sobre educação alimentar e nutricional, então também se fala muito sobre alimentos... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas tem caráter diferente...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas e se entrasse como algo mais pedagógico? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Uma coisa é a prática...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E outra coisa é a informação...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É uma informação técnica, pra você saber técnicas agrícolas... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Tinha um caráter mais voltado para aprender a plantar a semente na prática... Como é a determinação da educação alimentar e nutricional nos currículos escolares?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É obrigatória...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas é transversal ou é através de uma disciplina específica, você sabe? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Sou responsável pelo programa no Município do Rio. [Inaudível] Responsável técnico... [Inaudível] Então não é matéria não, não existe uma matéria de Educação Nutricional...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Uma coisa é [inaudível] e outra coisa é os currículos... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Tá sendo responsabilidade da escola... [Inaudível] Parte do Professor discutir isso nos espaços, nas aulas... [Inaudível] Porque aí você tem a semana da alimentação, a semana do peixe... Ou fazer atividades voltadas pra isso. A lei diz que tem essa questão pedagógica, mas fica na dependência daquele professor, daquela direção que entende que é importante. Não tem uma disciplina com caráter de falar sobre alimentação, não tem. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Exatamente isso que eu ia te perguntar porque,

pelo menos na escola que eu participo, não se tem uma aula sobre alimentação e formação de nutricionista. [Inaudível] Agora eu sei que na Secretaria [inaudível] eu fiz uma festa com eles agora na segunda-feira, comemoração do Dia do Meio Ambiente, aí alguns trouxeram refrigerante. A diretora puxou a minha orelha, entendeu? Eu não sabia. [Inaudível] Não pode. Embora eu, como o biólogo, eu quero que traga um suco. [Inaudível] Mas a realidade, [Inaudível] Guaratiba é totalmente diferente. [Inaudível] Eles falam logo: Professor, vou comprar um mendigão, que é muito mais barato.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Os próprios professores reclamam da comida. [Inaudível] Os próprios professores dizem: Nossa, batata doce, aí, que horror. [Inaudível] Alimentação escolar, teve uma professora que falou: Vocês têm que melhorar essa comida, comprar um cachorro quente. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eles adoram botar a mão na terra. Aí, eu que faço, eu não sou nutricionista. [Inaudível] Dia da abóbora a gente faz... [Inaudível] Eu tenho meu projeto, eu sou de uma ONG, nós temos um projeto chamado Semente do Mendanha, onde a gente vai para uma escola, a gente monta uma horta, eu falo da parte química que é a minha especialização de mestrado, dos agrotóxicos, e a nutricionista, ela fala da importância [Inaudível] gente que fala que não gosta de tomate, não gosta de pimentão. Não gosto de nada. Então ela explica por que é importante comer.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas isso é uma atividade que você faz.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso é um projeto da ONG onde eu atuo. E também dou aula numa escola que eu sozinho faço tudo. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Fica muito a critério, ou o diretor assume e diz [Inaudível] ou fica a critério do professor que se interessa por isso. [Inaudível] Mas tem uma lei que diz que não, que não é assim... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eles adoraram. Minha amiga dá aula de educação ambiental em escola particular [Inaudível] e aí ela foi fazer uma aula sobre alimentos. Então vou trazer aqui os alimentos. Ninguém sabia o que era. E aí terra... [Inaudível] Não, não posso botar a mão na terra que suja... [Inaudível] Gente, vem aqui, olha, mão na terra... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É diferente, eles adoram, eles querem o tempo todo tocar na terra.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: De repente não é pela localização?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Talvez, se for mais pro Centro, não sei. [Inaudível] ...Escola particular perto do maciço, agora, escola particular geralmente têm essa dificuldade. [Inaudível] Me pagaram pra fazer e as crianças também não queriam tocar. É sujo, minha mãe diz que não pode. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Todas as coisas de higiene que você está colocando a criança... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Colocando a criança pra plantar, isso já é uma forma de educação nutricional, ela vai ter curiosidade de experimentar aquilo que ela plantou, é uma forma de ajudar ela a experimentar esses alimentos que geralmente ela não come. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Vocês acham que a técnica de disciplinas agrícolas, o conceito deveria ser ampliado, é isso? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu acho que técnicas agrícolas você simplifica muito a questão e educação alimentar você amplia mais o conceito. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A gente vai perder muito da história [inaudível] passado, se você tira esse nome, recuperar as disciplinas de técnicas agrícolas. [Inaudível] Isso existiu e muito, tem muita gente [inaudível] filho da terra como eu. [Inaudível] Você que trabalha lá, você pode dizer: Eu escuto as merendeiras falando que isso aí, a prefeitura

manda. [Inaudível] Só as merendeiras sabem. E as crianças não sabem? Ah, o peixe Bob Esponja é uma porcaria. [Inaudível] Não se compra peixe no Brasil, gente? Esse peixe esponjoso horrível.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É cação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Porque não usa uma sardinha?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Porque o cação não tem espinha. Antes tinha pescado, mas aí as crianças engasgar vão engasgavam. [Inaudível] Professor reclamando, dizendo que a batata doce... Aí, que horrível, ficar mandando isso, porque não mandou um cachorro quente. [Inaudível] Uma questão de um hábito, um status. [Inaudível] Escolas públicas não podem vender nada assim que não seja saudável. [Inaudível] Aquelas que... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Escola particular têm.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então quando vem, [inaudível] você tem um status.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eles atravessam a rua e vão comprar do outro lado.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: E você tem, de certa forma, uma alimentação saudável. É arroz, feijão, batata doce, tem todo um cardápio planejado. Não tem refrigerante, não tem suco industrializado. [Inaudível] ...Algumas situações específicas... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Lá é aquele Suco Jandaia, fruta, muita fruta, a comida realmente é pensada lá.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Isso é pra todo mundo, no município o cardápio é igual pra todo mundo. É claro que cada escola vai depender, nem toda escola tem os equipamentos. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sinto muito falta [inaudível] eu estudei em escola pública e tinha algumas merendas que não existem mais. Macarrão com aquele ovo, arroz doce, eu repetia direto o macarrão. [Inaudível] Aonde eu tô, nunca vi. E como você tá dizendo que são todos iguais.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não coloca com frequência. [Inaudível] Na própria legislação você tem que atender tantos... Tem um percentual que você tem que atender, então não pode ser um consumo de doces assim, com frequência. Há uma restrição mesmo. [Inaudível] Vocês acham que essa questão da proposta de fazer com que essa parte da educação nutricional seja mais incisiva nas escolas... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu acho que assim do jeito que está fica legal, porque você resgata já com o upgrade que você precisa. Eu lembro que a professora de técnicas agrícolas, a minha professora, D. Lilian, ela era formada pela Rural, ela falava em passantes dos alimentos. Vocês são mestras nisso, vocês vão saber muito mais do que eu, eu falo porque eu gosto de me alimentar bem. [Inaudível] Todo dia: Quero mexer na terra. Eu digo não. Hoje eu trouxe uma abóbora, é o dia da cor laranja, [Inaudível] bota o arroz, eu vou falando, faz uma receitinha. Eu tive o cuidado de fazer uma receitinha para eles levarem pra mãe. Isso tudo aí eu peitei porque os professores lá [inaudível] pra mim. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então isso aqui atenderia também essa questão... [Inaudível] Bem, gente, olha... Amanhã a gente retorna [inaudível] com a questão das outras perguntas... [Inaudível] E aí a gente... Até ver se vier mais pessoas, naquela outra sala tinha um grupo... [inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Naquela outra sala foi um grupão...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Aqui a gente tinha pouquinha gente. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: As pessoas tiveram que sair, até por causa do horário. [Inaudível] A questão da comida de verdade é algo que as pessoas até, acho que tem mais familiaridade. Porque quando fala a questão mais da política, as pessoas às vezes ficam mais... [Inaudível] Aproveita que já finalizou. [Inaudível] Para a agricultura familiar você também tem a legislação que diz que eles têm um valor que eles podem vender para a

Prefeitura, para o Estado. Acho que vinte mil da venda deles, isso para agricultura familiar. Claro que tem [inaudível], tudo aquilo que é necessário para poder fazer parte da chamada... [inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA:...Pagamento, tanto pro agricultor familiar quanto pra empresa. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A questão do pagamento nem sei te dizer, no município... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Nunca teve problemas com isso?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Atraso de pagamento? Sim. Mas estou falando na questão da Agricultura familiar, que já é um modelo diferente. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas isso tem milhares de relatos do PNAE em outros municípios, de atraso. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem, não é só no Rio, não. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Meu amigo é diretor de uma escola em Rio da Prata, aí [inaudível] sem receber... [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas infelizmente o que acaba acontecendo? As grandes empresas hoje no município, elas se beneficiam, porque elas conseguem se sustentar durante um tempo sem o recebimento.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Em tese existe esse órgão, né? [Inaudível] Controla os pagamentos. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Como é que o agricultor [inaudível], muitos deles são analfabetos, não tem a documentação [inaudível] possibilidade de fornecimento só que eles não chegam a fornecer porque não têm documentação. Não sabem como proceder e não têm assistência técnica. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tem alguma coisa assim. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: A gente pode pedir... [Inaudível] A gente entendeu que seria interessante não se perder o que foi colocado [inaudível] mas nada que não possa, também, ter outras propostas. Mas tem coisas que a gente entendeu que seria importante estar voltando e colocando aquela proposta pra [inaudível] na plenária.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Amanhã oito e meia da manhã? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Agora é ir embora mesmo. [Inaudível] Aí amanhã, se vocês se interessarem. Nessa sala mesmo. É aqui mesmo. [Inaudível] Tchau.

5.2.2. Eixo 2 - 2º Dia

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: ...O que as pessoas já tinham apresentado, falado, e se as pessoas que estavam aqui ontem também concordavam de estar retornando isso como questão ou proposta para ser levada. Vocês receberam as propostas das Pré-Conferências nos grupos? [Inaudível] Enquanto elas estão escrevendo ali as diretrizes que a gente vai estar falando na próxima pergunta, eu vou falar rapidamente o que foi colocado de propostas que foi: Ter uma Secretaria Municipal de Agricultura... [Inaudível] Eles estão gravando. [Inaudível] Tá ficando muito baixo? Eu já não tenho a voz muito baixa. [Inaudível] Ter uma Secretaria Municipal de Agricultura, que foi uma das colocações de ontem. [Inaudível]

Em relação à Secretaria Municipal de Agricultura, eu estava conversando com ela mais cedo, que no nível federal, quem cuida da agricultura familiar é a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, então talvez criar uma Secretaria do Desenvolvimento Agrário fosse viabilizar repasses, acordos entre a Secretaria e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. [Inaudível] Eu não sei se você ter Secretaria de Agricultura nos Municípios, se isso já não viria... [Inaudível] Você tem um Ministério e você tem uma Secretaria de Agricultura,

se já não seria o repasse... Eu não sei da organização como se dá. Não sei se alguém aqui conhece essa organização de Secretarias do Desenvolvimento Agrário, como é que fica isso nos Municípios, se a Secretaria de Agricultura já dá conta. Quando a proposta veio, isso aqui foi colocado. Quem colocou, não sei se isso se discutiu, se a Secretaria de Agricultura daria conta. Mas a gente pode falar, retornar a isso. [Inaudível] Eu não sei como é que é isso quando passa para os Municípios, eu não sei como é que se dá. Mas a gente então coloca o que a gente a princípio tinha falado e depois volta nessa colocação. Deixa só eu falar, você queria completar, né? Então foi isso, ontem a gente tinha falado da criação, na verdade...

Enfim, tinha falado da criação da Secretaria de Agricultura... A proposta era a criação da Secretaria de Agricultura no Município do Rio de Janeiro... Porque o Município do Rio de Janeiro não tem essa Secretaria, em outros Municípios existe, no Município do Rio não. Completando, também seria alteração do Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro, porque ontem a gente colocou que o Plano Diretor só entende o Rio como área urbana, não entende o Rio como área rural. Isso dificulta muito a questão dos agricultores, para poder ter financiamento, já que não é reconhecido. Então a batalha na verdade que já vem existindo com a Sociedade Civil é dessa alteração do Plano Diretor. E quem estava ontem nas apresentações pode ouvir falando dessa característica que o Município não se reconhece, mas que você tem no Município do Rio um espaço enorme de pessoas que promovem a agricultura. Então no caso essa proposta foi entendida como importante de se manter, poder estar levando pra frente, continuando com essas propostas. Outra ideia foi o ponto diferenciado para a questão dos agricultores urbanos e agroecológicos, que eles pagam IPTU. Tem uma parte que não é do IPTU e eles pagam por uma questão da terra, mas não são reconhecidos e foi colocada essa questão dos impostos, pra você facilitar isso pra esses agricultores. Teve outra que foi a solicitação da pactuação com o Ministério da Saúde que o objetivo era estar incentivando a produção orgânica. E a ideia era pactuar junto ao Ministério...

A Secretaria de Saúde do Rio pactuar com o Ministério da Saúde uma forma de repasse de verbas para que a Secretaria de Saúde no Rio de Janeiro pudesse estar contribuindo de alguma forma para a produção dos produtores orgânicos. Isso é uma ideia de promoção da Saúde, entendendo que isso seria uma ação de promoção da Saúde, a partir do momento em que você tem pessoas que fazem o consumo de alimentos mais saudáveis, sem um teor de agrotóxicos, enfim, isso ajudaria. Foi uma proposta, discutiu-se se, de fato, seria a Secretaria de Saúde que teria essa função de fazer isso, mas uma proposta partindo do setor da Saúde. Outra seria a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura familiar orgânica e agroecológica pelos equipamentos de Saúde e, agora, pensando não somente nos equipamentos de Saúde, seria também até pra outros de outras, do Desenvolvimento Social, dentro no caso da Prefeitura. Por exemplo, as Secretarias que não necessitam de aquisição de gênero, mas não tem obrigatoriedade, comprar da agricultura familiar. E a ideia era fazer com que fosse assim como acontece com a Educação, poder ter uma legislação que garantisse que os equipamentos de Assistências, de uma forma geral, seja da Saúde, seja da Assistência Social, pudessem ter essa obrigatoriedade, vamos dizer assim, na aquisição de gêneros que sejam da agricultura familiar orgânica. Teve uma questão em relação a uma denúncia formal que deveria [inaudível], parece que o Brasil... Você se lembra do que ele tinha colocado?

Tem essas convenções e acordos internacionais que falam do meio ambiente, do uso de agrotóxicos, dos cuidados com a terra... [Inaudível] O Brasil é signatário dessas Convenções--de Basiléia, de Roterdã e de Estocolmo--mas não vem cumprindo o que é lá determinado. Então, a proposta que saiu daqui ontem é que essa Conferência faça uma denúncia ao Governo Federal de que esses acordos não estão sendo cumpridos. O rapaz que estava aqui ontem, ele estava altamente ligado a isso porque ele vem participando

e ele entendeu que o Brasil tem acordos, mas esses acordos estão só no papel, não são cumpridos. Acho que tem alguma coisa a ver também com os agrotóxicos, não é isso? Esse, especificamente, é de agrotóxicos, o de Basiléia.

Então a ideia era essa, da gente fazer essa denúncias e exigências de que passe a ser cumprido de fato. Tem uma outra questão que foi colocada com relação a agrotóxicos, é que aqui no Rio de Janeiro não tem nenhum órgão responsável por isso. Sempre jogam pro Estado, então fica naquela. Tem um lugar lá na Zona Oeste que parece que tem uma concentração de agrotóxicos nos produtos muito elevada. E já foi feita denúncia para a Prefeitura, a Prefeitura diz que não tem responsabilidade quanto a isso e, aí, diz que é o Estado, enfim. Como é que se faz esse controle dentro do Município? Porque a ideia, na questão da Conferência e ontem, até foi o Robson que colocou lá na apresentação, no momento da Conferência, você pensa no macro, mas também aqui no interno. Como é que o nosso Município, ele tem que dar conta de determinados assuntos. Então essa questão do agrotóxico e da própria agricultura, o Município parece que está meio fora, fica na dependência de outros órgãos que não estão diretamente ligados ao Município, seja pelo Estado seja pelo Federal, mas ele mesmo, como é que ele dá conta dessas questões? Então essa parte dos agrotóxicos é uma. Não tem nada que legisla no Município em relação a isso. Então quem se responsabiliza? Ninguém sabe. Então a ideia era criar um órgão, propor a criação de um órgão, e a gente entendeu que, se você tem talvez a criação dessa Secretaria de Agricultura... Poderia ser ela, não sei. Às vezes as coisas... Uma tem ligação com as outras. E teve uma discussão, também foi colocado na apresentação de ontem, que era essa perda do contato dos filhos dos agricultores que não estão mais envolvidos com agricultura. E até o rapaz que estava aqui, o Robson... [Inaudível] O Mauro. Foi o Mauro que colocou. Anos atrás existiam matérias nas escolas, uma matéria nas escolas que se chamava técnicas agrícolas, justamente voltada para isso, essa questão da terra, do plantio, e que isso acabou. Então poder recuperar, resgatar essa disciplina... E ontem estavam aqui as meninas... Colocaram que poderia ser algo mais ampliado, não só falando da questão da terra, mas junto a isso falar sobre a questão do alimento, da produção do alimento e de que maneira esse alimento está relacionado com o nosso dia a dia, com a nossa vida. Então tem um conceito mais amplo da questão das técnicas agrícolas, por isso que estava se aplicando à educação alimentar e nutricional. O Mauro até falou que ele dá aula e ele tem essa preocupação Ele trabalha a questão dos alunos com a terra e também tem uma preocupação de estar falando do alimento, explicando a questão nutricional, que seria interessante. Então essa foi a recapitulação do que a gente discutiu até agora. E você queria falar sobre o que ela colocou aqui da Secretaria, né? Ao invés de ser Secretaria de Agricultura ser... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Independe ser uma Secretaria de Agricultura ou Secretaria de Desenvolvimento Agrário, desde que a função da Secretaria esteja vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, é apenas um nome. O legal dessa proposta de criar uma Secretaria é que tenha um setor específico, tanto para aquelas fiscalizações como, talvez, até mesmo para a migração do CONSEA, saindo da Assistência, indo para uma secretaria de referência mesmo, para uma articulação maior com as outras Secretarias, Secretaria de Saúde, de Educação, pensando na reinclusão da matéria de técnicas agrícolas e na obtenção de recursos. Porque para a obtenção de recursos, basta existir uma Secretaria e ela verificar quais são os programas e projetos e os diversos Ministérios estão oferecendo e ela montar um projeto sinalizando porque ela quer aquele recurso. Leva dois anos, mas o recurso chega. Para a Secretaria administrar. Aí é uma questão muito da competência da equipe que vai administrar o dinheiro, que ele fique e não que vá para outros assuntos. [Inaudível]

Seria o quê? Criação de uma Secretaria? A gente até propôs, de Agricultura, aqui.

Mas que tivesse uma relação com o MDA, é isso? [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O importante da história é a criação dessa Secretaria desde que ela venha com proposta de estar com vínculo maior com o Ministério de Desenvolvimento Agrário. [Inaudível]

Vincular as ações com o Ministério.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ela já vai estar vinculada, seja Secretaria de Agricultura ou do Desenvolvimento Agrário... [Inaudível] Teoricamente, independente do nome, ela já estaria vinculada.

Seu nome é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Osvaldo. A gente tem que pensar o seguinte: essa é a ideia de propostas que a gente tá colocando, são propostas. Uma proposta, a gente tem que deixar claro que a gente quer. Talvez, se a ideia for só a criação da Secretaria de Agricultura, a gente entende que pode estar vinculada, não sei se toda a Secretaria de Agricultura tem esse vínculo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário. Eu acredito que sim, mas... Eu acho que deve ter, mas pra garantir, porque você tá falando da questão do repasse, a gente pode colocar aqui essa relação ou vínculo, só pra registrar. Claro que isso aqui vai ser reformulado, mas só pra gente registrar essa questão do vínculo. [Inaudível]

Tem que ouvir as demandas, mudança do Plano Diretor, dos agrotóxicos. Porque atualmente não existe [inaudível] e que tenha o poder necessário para ouvir as demandas e fazer... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Criando essa Secretaria da Prefeitura, por exemplo, ela vai ter um recurso anual da Prefeitura que pode ser 0,1%, mas já é um recurso para a contratação de funcionários, para a delegação de funções e tarefas, para uma maior atribuição com Governo Estadual e, principalmente, com o Governo Federal. [Inaudível] Não existe nenhum mapeamento do número de agricultores na cidade. Não existe, porque não é o IBGE é que vai determinar [inaudível] o território, e esse dado não existe. Então a Secretaria [inaudível] até porque tem que conhecer... [Inaudível]

Em relação a essa questão dos gêneros, das Secretarias, da agricultura familiar. Ontem Saiu uma questão em relação a isso em relação aos lanches que são oferecidos aos usuários dos CRAS e CREAS, eu não sei se todo mundo aqui já viu. É um saquinho, dentro desse saquinho tem uma caixinha de suco industrializado, um biscoito creme craquer, barrinha de cereal, às vezes biscoito doce com suquinho, Polenguinho. Tem as variações, mas que qualidade é essa? Que bom que tem, né? Que bom que a gente pode oferecer, mas que qualidade é essa que a gente está oferecendo? [Inaudível]

A gente acabou incluindo isso, foi colocado ontem a questão de aquisição de gêneros da agricultura familiar orgânica e agroecológica pelos equipamentos, estava aqui só Saúde, aí eu até completei que era demais órgãos da Prefeitura mais e Secretarias que façam aquisição de gêneros alimentícios... [Inaudível]

Sabe o que aconteceu? Mandaram a gente pro Grupo 3, a gente ficou lá no auditório sem fazer nada, sem ninguém, uma desinformação, aí veio todo mundo pra cá. [Inaudível] Mais ou menos umas 5 pessoas. [Inaudível]

Vamos agora...

A gente tem três perguntas mais pra fazer, mas a segunda e a terceira pergunta dá pra juntar, na verdade. A segunda fala sobre as diretrizes do plano: É possível identificar estratégias que se relacionem às primeiras quatro diretrizes do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional? Essas estratégias que permitem conseguir esse plano e esses programas que são propostas que estamos trabalhando. E a terceira pergunta: Há estratégia para temas emergentes que vão além das diretrizes do plano? As duas perguntas estão falando de estratégias, nos levando a pensar essas estratégias e permitindo cumprir com as diretrizes do plano. Acho que podemos focar e fazer uma só pergunta. Se tem estratégias que

se relacionam com essas diretrizes e com temas que vão além dessas diretrizes. [Inaudível] Só pra dizer rapidinho o que são essas diretrizes, então a primeira: Acesso universal à alimentação adequada e saudável, tem a ver com a promoção desse direito e com prioridade das famílias e pessoas em situação de insegurança. Depois é a promoção do abastecimento e estruturação dos sistemas sustentáveis descentralizados de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos. A terceira diretriz é a instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação na área de segurança nutricional e alimentar e [inaudível] alimentação adequada. A quarta diretriz é a promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e assentados de reforma agrária. A quinta diretriz é o fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional. A diretriz seis é a promoção do acesso universal à água de qualidade, em quantidade suficiente, com prioridade para pessoas com situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da [inaudível]. A diretriz 7 é apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano a uma alimentação adequada em âmbito internacional e nas negociações internacionais. A última é o monitoramento à realização do direito humano à alimentação adequada. Então, que estratégias a gente já conversou aqui e que vocês enxergam que tem a ver com essas diretrizes?

Bom, relacionado a educação alimentar e nutricional, formação de SAN, eu acho que, para além da educação é a questão da informação, que apareceu muito ontem. Apareceu na verdade ontem quatro questões relacionadas, que a gente trabalhou não com todas as diretrizes do plano, mas nós trabalhamos com 4 porque ontem em 20 minutos... [Inaudível] Eu tô acelerada não tô tanto ainda. Então eu fico pensando que na verdade, para além da educação alimentar, eu acho que poderia ter um processo mesmo, educativo, que contemplasse essas informações, não só nutricionais, mas todas. Um plano de comunicação, na verdade, que veja a questão da publicidade, todas as outras informações nutricionais que são tão importantes, de fato, o valor dos alimentos. Porque se você não contrata uma nutricionista, se você não está fazendo academia, se você não está num projeto esportivo, como é que você vai?... Eu fico na dúvida, o que é que é legal de comer, o que não é, o que pode substituir um jantar, como que a mãe do Lucas pode fazer pra... No recurso que ela tem, o que é que ela pode comprar, dentro não dos salários que as pessoas imaginam que você possa suprir a sua família com todos os valores nutricionais. Mas o que uma pessoa mãe de família normal, da comunidade, por exemplo, que eu trabalho, de que ela pode se alimentar, como é que ela pode suprir a família dela, substituir, porque isso é fundamental. Às vezes você não tem aquele alimento, mas tem um outro alimento. Eu acho que é uma questão de formação total, eu não sei como se chamaria. Porque é para além da educação isso. [Inaudível] De onde que vem esse plano, Senhor?

Esse plano é até 2015.

E nas Prés não foi, a gente podia ter tido acesso nas Prés, porque a gente estudou, elaborou, preparando as propostas todas que saíram, os desafios. Podia já ter pensado em função do plano, e não fazer isso aqui ontem em 20 minutos. Eu acho que essa informação é que precisa... [Inaudível] E quais são os documentos, a própria legislação, a própria Lei. A gente não tem muitas vezes a coisa da lei. E como foi importante pra gente, no PNAE, a gente se apoiando da Lei e do que vem no aporte da Lei. Porque depois tem outras coisas que vem depois, decretos que vem apoiando a Lei e que a gente tem que estar atualizadíssimo. Então na verdade é uma questão de comunicação e de interação com isso. [Inaudível]

Já esgotou essa parte da... [Inaudível] Você falou da Lei e a gente até chegou a falar ontem, mas a gente não chegou a colocar, em relação ao abastecimento, tem a questão ainda da agricultura orgânica, das feiras orgânicas, que ainda não é uma lei, é um decreto. Eu não sei o que vocês pensam disso, vocês tem as feiras orgânicas, o decreto das feiras, e a ideia é que isso se torne uma lei. Porque decreto é algo que pode ser mudado. Isso fica meio que na vontade de quem está representando, no caso a Secretaria que tomou pra si, mas mudando isso pode ser revogado. Então eu não sei se é interessante que se torne uma lei, não sei... [Inaudível] Vocês acham que isso pode ser uma proposta? [Inaudível]

A gente não chegou nesse ponto. [Inaudível]

Alguém mais queria falar da comunicação, da educação?

Eu acho que a gente precisa ter mais nas escolas, principalmente as públicas, creches, crianças de até 4, 5 anos... [Inaudível] Deveria haver mais incentivo de ter realmente essa matéria, essa aula dentro das escolas. Quando a gente vai, por exemplo, quando eu sou convidada a dar uma palestra para crianças, é uma brincadeira. Tem que levar os legumes, as verduras, apresentar as frutas para as crianças terem esse contato, até pra saber por que na creche elas comem aquilo, por que é importante. Mas isso é um convite, uma vez por ano, agora, por exemplo, vem a Semana do Meio Ambiente. Fui convidada também a dar a palestra para essas crianças em algumas escolas, embora sejam particulares. Mas isso não deveria ser um evento, isso deveria ser uma obrigação, uma matéria incluída dentro da escola, na creche... [Inaudível]

A gente ontem tinha feito uma proposta de resgatar essa disciplina, já existiu dentro do Sistema Municipal de Ensino, práticas agrícolas, uma das propostas era para resgatar essa disciplina, incluindo uma perspectiva da educação alimentar e as práticas de SAN. [Inaudível]

Tem muito material, tem muita informação, mas não está chegando para as pessoas. [Inaudível]

Principalmente essa geração que está surgindo agora, esses adolescentes [inaudível] só gostam de substituir o almoço por hambúrguer e acham que estão muito bem alimentados pro resto do dia. E, se bobear, só no dia seguinte vão comer uma boa alimentação. Então eu acho super importante colocar essa matéria, principalmente no ambiente do segundo grau e de primeiro grau de primeiro grau... [Inaudível]

Porque as crianças pedem informação pros pais de coisa que os pais nem conhecem. E acabou aquele negócio, assim, a vovó fazia aquele arrozinho básico, não tem mais. As crianças estão realmente à vontade para escolher. Então eu acho que tem que ser Lei. [Inaudível] Na Parte Educacional mesmo, que seja matéria alimentar. Por que eles vão levar isso pra vida. Elas vão ser mães, vão ser pais, vão estar controlando a alimentação dos seus filhos futuramente, nas próximas gerações.

Porque comida de verdade precisa ser colocada desde criança. Porque se você ensina uma criança a comer fast food [inaudível] vem o marketing, vem as empresas, tudo isso é uma coisa [inaudível]. Até porque os pais trabalham e não tem tempo pra tudo, a realidade é essa. É mais fácil dar dinheiro, comer na escola besteira, mas tem crianças que não tem acesso. Mas é bom educar desde pequeno para eles terem ideia do que é comer. Porque aí entra os orgânicos... [inaudível] Criança, tem criança com 4 anos que nunca comeu uma beterraba. Tem criança com 4 anos que não sabe o que é comer uma folha, não importa qual.

Eu conheço adolescente que nunca comeu folha. [Inaudível]

Existe uma preocupação com a primeira infância, tem toda uma preocupação, na agenda familiar. Muito dessa preocupação, na adolescência, na juventude, a gente vê que se vira. Então acaba ele arbitrando e ficando, não é, Lucas? Por sua conta mesmo. [Inaudível] Vamos comer no McDonald's... [Inaudível]

Na minha escola tem a janta, mas o pessoal prefere ir comprar um lanche na cantina. Vai lá fora na rua pra comprar um salgado, podendo comer na escola de graça, alimento saudável, prefere ir lá na cantina comprar um salgado, um refrigerante.

Posso te fazer uma pergunta? [Inaudível]

Por isso mesmo, pra pegar esse gancho. [Inaudível]

O dia a dia também, na escola, fica muito na teoria porque, bem ou mal, os livros trazem o que deve ser uma alimentação saudável. [Inaudível] Mas se não tiver, se não começar a ter o hábito de associar aquilo que eu estou comendo, a importância da nutrição na minha vida, não vai... Porque eu tenho uma alimentação, e eu encontrei uma alimentação alternativa e, quando a gente é diferente, a gente encontra uma resistência no ambiente. E lá no meu trabalho, eu trabalho no CRAS, e eu chamo atenção. A Silvana gosta de coisas exóticas. Porque eu levo uma linhaça, porque eu levo uma folha diferente, todo mundo se espanta. E são adultos, não são adolescentes. Eu vi um programa na Inglaterra, porque lá a questão da obesidade, eles estão se alertando pra isso. Aquele [inaudível], ele criou um programa nas escolas e a resistência maior que ele sofreu foi dos professores. Ele foi pra cozinha mostrar às crianças o que era o nugget, que é feito da pele do frango e da carcaça. E a gente adora. Então ele foi mostrar aquilo pra criança entender, ter um certo repúdio, porque é nojento o processo, quando está fazendo aquilo, a criança entender. A maior resistência que ele sofreu foi por parte da coordenação, da direção e dos professores. Então, se não tiver, não vai adiantar ter só a disciplina se as pessoas também não tiverem essa consciência. Porque é um ato político. Se não houver essa mudança, você sente uma resistência. Eu sinto no dia a dia, na pele. Aonde eu chego eu causo, porque eu faço uma alimentação que não é nem cara, mas é espantosa porque é algo diferente. [Inaudível]

Quando escuto vocês falarem da questão da infância e da adolescência, o que me vem à cabeça são os adultos, como foco principal aí no sentido de que hoje a gente tá com um movimento muito grande na medicalização da comida. Aonde a batata doce... [Inaudível] É, uma medicalização do comer. Você pega esses alimentos e transfere, por exemplo, a batata doce vira batata em pó, panqueca vira panqueca em pó. Porque isso é divulgado inclusive nos congressos científicos, em que colegas da nutrição, de outros setores, estão participando, estão apoiando esse movimento. Isso me causa certo espanto, no sentido de que frente a gente vai estar fazendo pra que esse tipo de coisa não aconteça. De onde você pega um alimento e você resume ele a nutrientes. E isso é uma coisa que eu acho que a gente tem que começar a se atentar, porque é isso que a mídia está utilizando, é isso que a mídia está vendendo. Os adultos usam Whey Protein, porque é um concentrado de proteína, eles querem facilidade, então vamos usar os alimentos em pó. Esquecem o que é comida de verdade. Então eu acho que isso [inaudível] muito pouco feito, inclusive dentro da formação dos nutricionistas, na faculdade, isso não é tocado. Então como que a gente faz frente a isso? É um problema macro, eu vejo que está crescendo e a gente, às vezes, fica assim, olhando só aquele determinado ponto, igual cavalo. [Inaudível]

Comida de verdade, aquela disciplina [inaudível] pra ser o alimento e sua centralidade. E alimento, não é nutriente. Então acho que essa disciplina esteja na área curricular, tem que considerar justamente o contexto. Comida de verdade é feita, preparada por gente de verdade. Plantada por gente de verdade. [Inaudível]

Eu acho que é poder estar justamente discutindo mais agora... [Inaudível] Agora você tem cápsula não sei das quantas, que as pessoas estão achando o máximo, achando muito interessante. Porque é isso que os nutricionistas [inaudível] medicalizando o alimento. Essa coisa da medicalização... [Inaudível]

Uma proposta que foi bem bacana ontem foi fazer uma comunicação para os jovens. [Inaudível] Então a gente falava “memes”. Chegar aos jovens. Poderia incluir uma disciplina na grade para tomar tempo, mas por enquanto a gente tem essa consciência de que tem

que transformar todas essas diretrizes [inaudível] na cabeça e na consciência para jovens. [Inaudível] Tem muita informação mas precisa articular e levar para o público jovem, então a gente sempre fala que tem um caminho político que vai levar mais tempo, mas também tem o caminho pra gente [inaudível] movimento social já pode começar a fazer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A proposta de utilizar mais as ferramentas sociais que os jovens utilizam para poder capacitar. O jovem hoje está acessando Facebook, Twitter, todas essas ferramentas que seria uma boa ferramenta da gente se apropriar [inaudível] em relação à questão de comunicação. Divulgar mais os trabalhos que estão sendo feitos por meio dessas ferramentas. [Inaudível] Acaba trabalhando com essa questão da segurança alimentar mas nem todo mundo tá sabendo onde que tem essas informações.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um bom lugar pra dar informação também, que é onde a maioria dos jovens estão, a maior parte do tempo, durante a semana, é na escola. Botando horta na escola, tirar um dia da semana para que a escola vá lá, uma turma vá lá cuidar da horta. Também seria uma boa porque seria um incentivo aos adolescentes e também crianças a conhecer os alimentos mais saudáveis, porque foi o que ela disse, tem criança e adolescente que nunca comeu uma beterraba. Como é que ele quer comer beterraba se ninguém nunca deu um incentivo a ele comer?

Fala o que você tem lá no projeto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Lá no projeto do CRAS a gente tem uma horta. Aí a gente sempre tira um dia da semana para cuidar da horta. Muita gente chega lá, tem certas hortaliças e tal que o pessoal nem sabia que existia. Então é mais um incentivo.

Mostra o que vem no teu lanche. Deixa eu mostrar. Olha como é a gente está fazendo uma coisa ao contrário. E aí a Prefeitura mandou o lanche, eles trouxeram porque a gente tá juntando, eles não estão comendo mais. Entendeu? Eles não estão comendo mais. Não tem uma fruta. [Inaudível] Não tem uma fruta... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só tem alimentos industrializados. O pessoal da MDS já veio nos procurar, veio falar com o Instituto, talvez seja com relação a isso. [Inaudível]

Fique atenta, por favor. Gente, agora já vai pra outro? [Inaudível] Eu tenho uma proposta concreta de encaminhamento. [Inaudível]

Mariana e depois Renault. [Inaudível]

Eu acho que tinha que ter uma câmara temática de comunicação no COSEA. Eu acho que tem que ter uma câmera voltada pra isso e processando isso. A gente tem o movimento da gente na Rede Carioca, comunicadores populares. Que tem uma outra linguagem, leva informação. Aliás é uma contrainformação, né? Porque você tem que lutar contra essa mídia velha aí, nojenta. Então eles tem estratégias muito interessante de comunicação, que atinge um público que a gente as vezes acha que não, mas a gente tem uma resposta muito boa, às vezes. Então são comunicadores populares e eles tem estratégias de comunicação popular muito interessante e conseguem atingir esse público de jovens de comunidade. Então é muito bacana e a gente tem uma resposta muito boa.

O que eu queria falar, dentro desse tema, é só que a gente sempre tem em mente que os alimentos que a gente não considera saudáveis, os industrializados, eles tem um valor social [inaudível] imposto pela mídia. Que a gente não pode esquecer disso, nessa hora da comunicação com jovens, com as famílias. Então para uma mãe, para um chefe de família ou para uma família que consegue, hoje, ter acesso ao alimento industrializado, que é valorizado, isso tem um valor. Quando a gente vem com essa informação: Não, o saudável é fruta, verdura e legume. Que valore isso tem pra essa família, pra essas pessoas, pra esses jovens? Quando ele diz que o jovem prefere, ao invés de comer um arroz com feijão, uma carne e verdura na escola, vai escolher o salgado e um refrigerante, isso tem um valor... [inaudível]

Você... Pegando um gancho da pergunta dela, o que você escuta quando você vê os seus amigos irem à cantina? Isso aí eu não vou comer, não vou comer na escola, vou comer na cantina?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É sempre assim, bateu o sinal, eles abre o portão pra quem quiser ir lá fora e tal. Aí eu sempre comi na escola. Aí o pessoal já fala assim: Vamos lá no lanche, vamos lá no lanche. Aí pega, prefere comer um salgado lá de fora, aí depois, ainda tem coragem, quando eles tem pouco dinheiro pro salgado, vão lá, faz uma vaquinha e compra um refrigerante, leva pro refeitório. Mas chega lá, alguns legumes, algumas verduras eles tiram do prato. Aí leva o refrigerante pro refeitório, mas a maioria das vezes é assim, eles não comem na escola. E se comer eles tiram...

Mas você já ouviu, assim, alguma coisa deles falarem por que que eles não comem na escola? Tem alguma coisa que você ouve em relação à comida da escola?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Relato da comida da escola, nunca ouvi, não. Mas eles falam preferem comer na rua porque falam que é mais gostoso, falam que o legume e a verdura eles não gostam do gosto. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quando eu ouço as pessoas falarem nessa questão da alimentação com a criança, eu como um pai, avô e até profissional, uma criança de 4 anos, as pessoas cobram muito isso... [Inaudível] Como é que é essa questão de você como profissional... [Inaudível] Gente, eu não consigo aceitar uma criança de 4 anos--isso em todas as classes, não é só a classe mais favorecida não--a criança escolher a sua alimentação. Eu não consigo aceitar isso. Assim como eu não consigo aceitar, na internet uma criança ficar duas três horas [inaudível] eu não concordo, não aceito isso de maneira nenhuma. Porque tem que fazer alimentação. Lógico, a criança de 4 anos, ela não sabe o que é um inhame. Mas os pais sabem. Veja bem: Eu não vou dar inhame porque ela não vai gostar. Um exemplo pessoal: minha mãe era merendeira, eu estou com 57 anos e, até os 18, lógico é uma outra realidade, mas eu tinha que tomar, às 5 horas da manhã, segurando na [inaudível] e ela com uma coisa na mão... Sei lá, um cinto. Tinha que tomar um suco de beterraba. Eu não gosto de beterraba. À tarde no cafezinho, a gente ia buscar o pão, mas antes a gente tinha que comer o inhame. Isso há muito tempo atrás. Eu não consigo... Eu, com 17, 18 anos, quando chegava da balada, tinha que comer alguma coisa antes de dormir. Então, uma criança de 6, 7 anos, 8 anos, escolhendo a sua alimentação, eu não consigo. Eu, como profissional, como pai, como avô, não consigo conceber isso. [Inaudível] Assim como escolher sua roupa, assim como escolher a internet, ficar seis, sete horas. É diferente para um jovem desse você dizer... Eu tenho um exemplo disso em casa mesmo. Ah, não come. Gente, se eu não comesse, eu não levantava da mesa. Eu particularmente não consigo conceber isso, de maneira nenhuma. Como profissional, como psicólogo, como pai, como avô, não consigo conceber que a criança tem que escolher a sua alimentação. Vai comer no McDonald's, no Bob's... [Inaudível] Pode comer isso tudo, desde que coma o essencial. Por quê? Não vai ter um crescimento sadio, afeta várias coisas na alimentação, todo mundo sabe disso. É uma questão política. Você escolheu continuar comendo algumas coisas, você que tá errado. Mas come. É uma escolha minha. Entendeu? [Inaudível] Eu fico pensando como colocar isso de fato em prática. Essa questão de ter educação nutricional nas escolas [inaudível] tudo isso já existe, o Ministério da Educação já recomenda isso. Só que não é colocado em prática. [Inaudível]

Seria o controle social... [Inaudível] Não tem orçamento, não tem Professor pra fazer essa... [Inaudível] Alocar um professor que já tem um monte de coisas...

Fica a cargo da escola, se ela acha importante ou não... [Inaudível]

...Mais nas unidades públicas. E particulares também, como é que se dá? Nas escolas públicas tem uma obrigatoriedade, mas nas particulares não é assim... [Inaudível]

...Que foi proibida fritura nas cantinas. Porque eles descobriram que algumas cantinas de

alguns colégios estavam reaproveitando o óleo e as crianças estavam com sérios problemas, o Ministério da Saúde detectou crianças com sérios problemas de estômago, estomatite. Então eles conseguiram frear essa situação. [Inaudível] ...Criar uma estrutura pra poder ensinar. Simplesmente coloca no currículo do colégio. Já que aprende na escola o que vai comer, então eu não vejo muita dificuldade não. Ela prende na sala de aula em cima e, embaixo, ela vai comer. Eu não vejo muita dificuldade em aprender em cima e se alimentar embaixo. Vai acabar com esse negócio de eles irem pra outra cantina pra comer besteira. [Inaudível]

A Mariana falou dos valores sociais, tem outras questões... [Inaudível]

Existe reunião de pais.

Não, [inaudível] publicidade a criança está exposta. Bombardeada... [Inaudível]

Mas isso você não vai escapar. Por que a mídia não vai... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO:...Regulamentação da Publicidade. [Inaudível] Colocar isso a cargo do professor da escola é muita responsabilidade. E a criança sai daquele ambiente escolar e é bombardeada na rua, é bombardeada no shopping, em casa, em todos os espaços. A mídia, você não vai escapar da mídia. Existe a questão... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A mídia não é soberana. Tem que regulamentar. [Inaudível] Uma coisa que você falou da exposição, gente vocês já repararam que, quando vocês entram na farmácia e no mercado, no caixa, o quanto de doces e balas com desenhos. Minha filha quando entra fica... [Inaudível] Isso me irrita. [Inaudível] É uma estratégia. [Inaudível] Eu sou da proposta de ser retirado do caixa... [Inaudível]

Está para ser votada há 10 anos uma lei da publicidade. Eu acho que, como CONSEA, deveríamos pressionar... [Inaudível]

E essa exposição gratuita nos locais de fácil acesso... Porque as crianças tem... Eu entro, vou pagar, fica ela pegando os doces. Não é que eu não compro, mas fica assim... [Inaudível]

É bacana a proposta de levar para as escolas, para os adolescentes e as crianças. Mas se não tiver um ponto, uma convivência familiar, não adianta muito porque ali ele vai aprender uma coisa, mas quando retornar pra família, a família não tem aquela alimentação. [Inaudível]

Tem que ser de baixo, fazer um movimento de baixo, pra fazer pressão, pressão... Aí, quando se tornarem adultos, vão levando, gente. Pelo amor de Deus, ninguém passa pelo colégio em branco.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Também, muitas vezes, família e escola, eu acho que é um compromisso de diversos outros setores. [Inaudível] Quando a família já está referenciada, a Clínica da Família, reproduzir a fala... [Inaudível] A equipe da Assistência que está reproduzindo um pouco, levando essa informação sobre a importância da alimentação saudável. E o setor privado também... [Inaudível]

Você pode ser nosso primeiro meme. É uma contradição da educação alimentar que eles estão recebendo isso. [Inaudível] Idosas recebendo esse tipo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não. Idosa não recebe esse não... [Inaudível]

Recebe sim... [Inaudível] Hipertenso recebe... [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu detesto esse lanche, tá? Mas é papel da direção... Se tem o Serviço de Convivência de Idosos, é papel da direção, do pedagogo, do psicólogo, da equipe como um todo. É papel da equipe, como um todo, verificar se esse idoso é diabético ou hipertenso para solicitar o lanche. É maravilhoso? Não é, mas é diferente. [Inaudível]

Você sabe qual é a diferença do lanche do diabético? Não vem a barrinha de cereal. Só isso. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dez a oito anos atrás, o lanche dos integrantes do primeiro modelo [inaudível] não era CRAS, era SEMAIS, o lanche era produzida dentro do

CRAS. SEMAIS. [Inaudível] Frutas. Tinha o profissional de referência que fazia... Preparava, produzia a comida, era muito interessante. [Inaudível] Esse lanche é diferente.

Eu queria só falar uma coisa, quando ela fala da questão... [Inaudível] A gente tem a Pastoral da Criança, que foi muito importante para o Nordeste, inclusive na redução da mortalidade infantil, com alimentação alternativa. E eu trabalhei muito [inaudível] pra desmistificar de que casca [inaudível] era comida de porco. [Inaudível] ...Como se podia ser tão bom em qualidade e nutritivo. E a gente sabe que a mortalidade infantil reduziu muito graças a isso. Então eu sinto falta, não sei como está hoje a Pastoral da Criança, com esse trabalho que tinha nas Comunidades mas que tinha [inaudível], foi muito forte. [Inaudível] Foi proibida a multimistura... [Inaudível]

Eu trabalhei na Maré no programa de reabilitação comunitária... [Inaudível] Eu acho que é como a menina estava falando a questão é que tem muita coisa acontecendo às vezes, que a gente não consegue... [Inaudível] Havia uma adesão muito grande das Comunidades para esse projeto... [Inaudível]

Acho que entra como outra denúncia, acho que [inaudível] no Município do Rio de Janeiro [inaudível] enfim, Municípios de menos de 20 mil habitantes. Tem um movimento muito grande no sentido de programa de saúde escolar. Vamos à escola, vamos pesar, medir. E aí, pra chamar o público para esse movimento de pesar e medir, está sendo oferecido pela Secretaria de Saúde um kit com Todynho e biscoito Creme Cracker, aquele de pior qualidade, com bastante gordura. Quem é diabético... [Inaudível] Pior ainda no sentido de um Secretário de Saúde estar apoiando esse movimento... [Inaudível] Quando você questionar, eles falam: Se tirar o Todynho eles não vão vir pesar e medir. Coisas desse tipo acontecem. E aí a gente faz frente. Já melhorou muito mas isso é um exemplo dentro de milhares de outros que estão acontecendo. [Inaudível] Postos de saúde, que fazem campanhas, tanto dentro de escolas como no próprio estabelecimento, pra atrair o público. Pessoas que não tem muita informação, estão vendo na televisão, acha que é seguro. [Inaudível]

Eu acho que tem que ter uma intervenção de visitar aqui no Rio, municípios menores, de saber como está acontecendo, o que está sendo ofertado como atrativo. É um reforço positivo. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Todas essas falas super importantes voltam à questão que vocês colocaram lá na primeira página, de como é importante uma Secretaria Municipal que seja referência, tenha responsabilidade e poder de fiscalizar, orientar, articular com outras Secretarias, de puxar o setor privado para participar. [Inaudível] Tem problemas mas quem vai resolver? [Inaudível] Farmácia já é proibido vender ali. [Inaudível] Farmácia é interdita no momento que... [Inaudível]

Quem é responsável por fiscalizar? [Inaudível] Farmácia não pode, mas os mercados, por exemplo? Nas lojas, a minha proposta... [Inaudível] Existe uma proibição de guloseimas serem vendidas na farmácia, não tinha que ter isso... [Inaudível]

Vocês acham que é interessante? [Inaudível] Município pode decretar... [Inaudível] Mais importante do que essa regra nos outros estabelecimentos é, os que já tem essa regra, fazer valer. Porque senão não adianta, tá muito mal fiscalizado... [Inaudível] As pessoas podem denunciar, fazer valer a lei que já existe... [Inaudível] Uma extensão também para outros estabelecimentos. [Inaudível] O objeto não precisa estar ali. Olha, batatinha... [Inaudível] É difícil que isso aconteça de passar, porque tem muitos interesses envolvidos... [Inaudível] Interesses inclusive financeiros. [Inaudível]

...A questão do abastecimento [inaudível] a gente tem muita dificuldade com relação ao abastecimento na Cidade do Rio de Janeiro, [inaudível] existe uma Secretaria de

Abastecimento. Por incrível que pareça. [Inaudível]

Especial. Secretaria especial, então não tem dinheiro. Toda a estrutura dela... [Inaudível] Mas ela pode legislar nesse caso, por exemplo, ela pode ajudar na fiscalização, no acompanhamento. Eu soube que estão fazendo cadastro dos produtores. E a gente não sabe ainda o que vai acontecer com esse mapeamento. Embora não tenha orçamento, mas eles tem vários projetos. [Inaudível]

Mas aí poderia estar aqui discutindo com a gente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Claro. Claro. Cadê? Você desculpe, mas eu também não quero entender mais. Quanto ao abastecimento, Existem algumas questões que travam, que muitas vezes dificultam e que acaba onerando o preço... [Inaudível] Você imagine o que é vir de Teresópolis, Petrópolis com pedágio. Para fazer circular a mercadoria, e a cidade do Rio de Janeiro não é simples, a gente tem agricultores de Teresópolis que, pra chegar na feira da José de Castro, leva 3 horas, por causa do trânsito no rio de manhã, ele chega às 6 horas da manhã. Tem agricultora no Rio da Prata que tem que sair duas e meia da manhã pra fazer a feira de Ipanema. Então essa circulação é muito complicada e a gente não tem entrepostos. O único entreposto que eu não sei ainda funciona é o do Ceasa. Funciona como entreposto, não sei exatamente, mas a cidade do Rio de Janeiro... [Inaudível] Acho que precisa pensar qual é o caminho da comida na Cidade do Rio de Janeiro. A pergunta que você faz é: de onde que veio? Eu olho pro alimento e penso de onde veio, quem produziu. Então esse caminho, a gente vai ter que pressionar pra que ele seja dado para a população. Vai ter que ser dado de alguma forma. [Inaudível] Isso não está dado ainda, é muito tortuoso, é muito complicado. A gente tá conseguindo vender pra cinco escolas do Estado hoje, no entorno de onde está a produção. Vargem Grande, Campo Grande, Guaratiba. E tem circuitos curtos também, por exemplo, a Fundação Xuxa compra da gente. [Inaudível] O agricultor vem, entrega direto, participar de uma atividade com as crianças, não é? [Inaudível] Então o Francisco faz sempre uma atividade com as crianças, seja no café da manhã, seja no lanche da tarde. E conta pra eles um pouquinho daquela produção, da colheita do caqui, da mandioca, e vai fazendo um trabalho também. [Inaudível] A escola Teófilo Moreira é uma escola de Vargem Grande que era uma escola rural, os alunos também estão sofrendo... [Inaudível] Não é só entregar o produto... [Inaudível] No Rio de Janeiro [inaudível] diálogo pra que, talvez, a gente consiga fazer a primeira venda, no Município do Rio de Janeiro. [Inaudível] Não sei qual seria a proposta, [inaudível] como seria esse caminho, porque a gente tem o produtor na nossa cidade, tá pertinho, em Vargem Grande, Campo Grande, Mendanha, Piabas... [Inaudível] Em torno dos maciços... [Inaudível] Como que a gente vai chegar a isso de uma forma para além do circuito de feiras. [Inaudível] Quero pensar em mecanismos como os circuitos curtos que tem na França, que a Mônica vivenciou, que o produtor dialoga com o seu... Via cesta de compras. [Inaudível] Aquele momento você faz um tratamento de saúde, você pode encomendar alimentos que você pode estar precisando naquele determinado momento. Então você tem uma relação direta com quem você está comprando. Você conhece o agricultor e você pode escolher. Chegou pra gente uma consumidora, chegou pra gente e disse: Olha só, estou precisando muito de gengibre. Vê pra mim quem está plantando gengibre. E aí a gente fez a conexão. Essas conexões [inaudível] o que a gente pode de fato criar... Tá no plano, o que a gente pode inaugurar para cada vez mais aproximar? [Inaudível] Por exemplo, uma cesta de produtos que você quer ter que muitas vezes não está oferecido... [Inaudível] Existem desertos, por exemplo, existem pessoas que estão em bairros que não consegue acessar determinadas frutas. Não vê mais determinados alimentos e fica naquele deserto. [Inaudível] Você só muda algumas coisas, mas não consegue dar uma variada, a não ser com a carne, com outras coisas, mas com os próprios legumes fica difícil. Então essa composição, a gente poderia diretamente dialogar com os agricultores que a gente já está em conexão. Na própria Rede

existem três associações de agricultores que estão... Que tem feiras, que tem processo já de venda e diálogo com os consumidores. Então não sei como que a gente poder estreitar esse... [Inaudível]

Qual o mecanismo que a gente podia fazer uma coisa logística, mas precisa [inaudível] ter um entreposto pra facilitar o transporte. [Inaudível]

Em Campo Grande a gente tá tentando ocupar um espaço onde já é a feira de Campo Grande. Era um núcleo agrícola. Lá já tem a Emater e a Comlurb. É um casarão que está abandonado, a casa está vazia, um Casarão lindo de morrer, a gente tá apaixonado. E a Feira já acontece há 16 anos em Campo Grande neste lugar. Só que do lado de fora e a gente olha o espaço, a gente guarda as barracas, usa o banheiro. Um banheirinho muito insalubre. O que a gente quer fazer? Transformar num espaço de produção agrícola. Porque é pertinho do Mendanha, eles vão trazer a produção, vão escoar e todo dia, não vai ter só a feira aos sábados, todo dia vai ter uma oferta que a gente pode variar, dependendo do calendário, da estação. Por exemplo, entrou a primavera, o que a gente pode trazer de produtos e oferecer para as pessoas? Não é perto, mas é um lugar... [Inaudível] Hoje a gente vai ficar até mais tarde e ela está tentando um projeto via UERJ... [Inaudível] Só que a Saúde quer pegar e usar administrativamente esse lugar. Não é nem uma unidade de Saúde, é um prédio administrativo da Saúde. Então a gente tá morrendo de medo, que o bombeiro falou que ia pra lá, todo mundo falou que ia pra lá. E a gente tá lá aos sábados só. Já tem a Emater, que é uma extensão rural do Estado, então a gente quer alguém do Estado pra poder... [Inaudível] Aí a UERJ entrando, vira um lugar de extensão da UERJ... [Inaudível] Justamente criar esse lugar de informação com a população, dinâmica... [Inaudível] Pessoal da Economia Solidária, tem o pessoal de plantas medicinais, com a Fiocruz. Pode fazer uma horta lá, pode receber as escolas, ter atividades lá todos os dias... [Inaudível] Na Rede cada grupo pode assumir um dia da semana e a gente ter atividade de domingo a domingo. Então um lugar dinâmico de vida, de atividades. Ainda na Cidade do Rio de Janeiro. Porque vai pra outro lugar para visitar uma fazenda, não está na sua própria cidade. Ou então vira uma coisa exótica. [Inaudível] Seria um lugar mesmo de referência... [Inaudível] Falaram que ia ser um banco de alimentos, Mônica. [Inaudível] A gente resgatar esses espaços públicos com função de discutir e possibilitar a alimentação. Não só dos restaurantes populares, mas existiam espaços públicos que eram os lugares... [Inaudível]

Seria lá, falaram pra gente que o dinheiro estava vindo para reformar. [Inaudível] Mapeamento dos espaços públicos que poderiam vir a ser espaços de SAN. [Inaudível] A gente poderia dar vida, chama a Sociedade Civil. [Inaudível]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O Poder Público não ocupa, chama a Sociedade Civil... [Inaudível] Distribuição de equipamentos públicos, para as pessoas terem acesso. Por exemplo no domingo, eu trabalho com população de rua, e no domingo, se a gente pudesse ofertar em algum espaço uma atividade com a coisa do domingo com a família, poderia resgatar muita coisa com essas pessoas de dignidade. [Inaudível]

Temos 10 minutos e temos ainda a última pergunta. [Inaudível]

Não está relacionado ele mas tem [inaudível] da cidade, né? a gente tá brigando a questão de mudar o texto do Plano Diretor. [Inaudível]

A pergunta 4 é: Quais são os desafios da elaboração e implementação do Plano de SAN. [Inaudível] Agricultura urbana na gestão da cidade, plataforma de direito à cidade, ela fala essa coisa da plataforma. Eu gostei dessa metodologia de plataforma e observatório. Uma questão é avaliar essa Política de Segurança Alimentar. Nas conferências, que a gente lembra, a gente, na verdade, só avalia a Política nas conferências. Agora essa metodologia é muito interessante, essa metodologia é um aprendizado. Cada vez que eu vou lá, que a gente monitora a juventude negra assassinada no Rio de Janeiro. Os dados são impressionantes. [Inaudível] Eu só recebo lá na plataforma. [Inaudível] Esse dia pra

mim é um dia de muita alegria, não de receber os dados, mas de receber informações que favoreçam o meu trabalho. Então eu acho que seria legal que a gente criasse uma metodologia de avaliação da Política. Poderia ser de observatório, acho que é muito legal essa metodologia... [Inaudível] Não existe uma orientação? [Inaudível]

Não, aquilo não aconteceu. Passou 4 anos. [Inaudível] Eu fui para Conferência Nacional, 4 anos atrás, foi em Salvador. Eu fui sem nenhum instrumento, sem nenhum elemento, nada. Eu fui com o texto da Rede Ecológica. A Rede Ecológica fez um levantamento pra gente, [inaudível] 5 oficinas preparatórias que foram maravilhosas. [Inaudível] Foi em escola, foi em posto de saúde, a gente foi em projeto, visitamos 5. Uma discussão foi na Fiocruz sobre orçamento. O que é orçamento público. Aí o menino da Fiocruz colocou o orçamento do Rio lá pra gente. Eu não sabia ler aquele número. E quanto que estava destinado para cada coisa. Foi um aprendizado muito legal e daí surgiu um texto que a gente levou. Quando eu cheguei lá na Conferência Nacional, eu falei: O Rio trouxe um texto. Entreguei. Não tinha nada, informação nenhuma nem material nenhum. Então avaliação é bom por isso, por que você leva, tem que ter números, tem que comparar. Quais as áreas de segurança alimentar na Cidade do Rio de Janeiro? Eu só sei no meu território porque eu tenho curiosidade. Agora quais são as áreas de fato de insegurança alimentar? Quais são? Qual lugar que a gente tem que investir? Onde que vai ser o nosso investimento de fato? Pra onde é que a gente vai olhar? Sinceramente, eu não sei. Eu sei da comunidade [inaudível] que tem lá em Campo Grande... [Inaudível]

O que seria o equivalente àquele momento a 4 anos... [Inaudível] A política foi elaborada a partir da semana... [Inaudível] Ela fala de circuitos curtos. [Inaudível] Hoje a gente tem ações para garantir uma alimentação saudável dentro dos espaços públicos e... [Inaudível] Você tem essa compra, os produtos. Cada Secretaria tem a sua liberdade de comprar o que ela quiser. Então quando você passa a ter uma política, você tem um direcionamento. [Inaudível] Você tem a sua autonomia de compra e aí entra dentro uma questão que foi elaborada em conjunto... [Inaudível]

A política Municipal já está há uns dois anos, não é isso? [Inaudível] Mas toda vez que você questiona ela está na mesa do Prefeito. [Inaudível] O porquê da não assinatura... [Inaudível]

A via política que é devagar, e depois tem a via da mobilização social. Se conseguiu reunir todas as pessoas numa conferência... [Inaudível] Falar essa parte da mobilização que passaria pela rede de comunicação... [Inaudível]

Eu participei. Foi a Cláudia [Inaudível], o projeto de doutorado dela, [inaudível] com várias outras instituições. Aí eu participei de um pedaço do projeto e sabia que até hoje não tinha sido aprovado. [Inaudível]

Você colocar uma lista de quais são as coisas que estão atrapalhadas há mais tempo para poder fazer uma [inaudível] pública e levar as demandas... [Inaudível] Aproveitar o movimento de mobilização [inaudível] as conferências... [Inaudível] Pra poder fazer uma pressão... [Inaudível]

Qual é o documento que a Conferência pode produzir para ser enviado à Prefeitura cobrando a aprovação da Lei, adesão ao SISAN... [Inaudível] Mas eu acho que isso a gente deve levar para a Plenária... [Inaudível] A Moção pode ser de repúdio, pode ser de apoio... [Inaudível] Tem sobre o Plano Diretor que a gente está falando há um tempão... [Inaudível] Adesão ao SISAN, aprovação da LOSAN, mudança do Plano Diretor... [Inaudível] Os jovens também trouxeram uma Moção que depois eles querem ler pra vocês. Ótimo. [Inaudível]

Eu vinha observando que as conferências estão num espaço muito de adulto. E aí a gente faz algumas estratégias pra poder vir. Tanto que o Lucas veio, falou pro jovens... [Inaudível] Eu queria propor alguma coisa que fortalecesse a participação dos jovens nas conferências. Muito legal isso. [Inaudível] Criação de vagas destinadas a delegados jovens,

já tem. Já está garantido só delegado, primeira vez.

Acho que a proposta seria estimular a participação dos jovens... [Inaudível] Na escola, nos serviços de convivência. [Inaudível] Estimular a participação desses jovens, seja pela Sociedade Civil, seja pelo Governo, os diferentes espaços... [Inaudível] Que a gente teve esse ano na Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, uma participação maciça de crianças e adolescentes. Pela primeira vez em 11 anos, a gente teve uma participação maciça. [Inaudível] Realmente fosse estimulada. [Inaudível] Até porque isso também é uma coisa que há de se destacar. [Inaudível] Ontem eu cheguei achando que a Conferência seria num espaço maior. Você chega é um auditório pequeno. [Inaudível] Você vê que ainda é algo que é pouco divulgado. Então a importância de você ampliar discussões... [Inaudível] Porque é um assunto tão importante que a gente não discute, não tem inclusive informação sobre isso. Falo isso porque eu sou do Centro de Capacitação da Assistência da SMDS e a gente tem pouca discussão sobre isso. Se pra um jovem é difícil participar, imagine para as outras pessoas. Que não tem acesso. Grande parte das pessoas que estão participando aqui são profissionais. E usuários a gente também... [Inaudível]

Isso que eu ia falar. Favorecer também a vinda deles porque não é fácil. O trem que eu e Lucas viemos não dava nem pra respirar. A gente não mora em Campo Grande no Centro, a gente mora em outro lugar. Eu moro bem afastado mesmo. Então, hoje à tarde, os outros jovens vão pra Pré-Conferência da Assistência, da nossa área. Olha que equívoco: esvaziaram a nossa participação aqui hoje. Porque tem a Pré lá na área da Assistência. Então isso também foi horrível, foi péssimo, foi pisada de elefante, tiro no pé. Então nós tivemos que nos dividir porque, na Assistência, nós estamos tentando... [Inaudível] Um ato institucional muito grande. A agricultura urbana, agroecologia, está... [Inaudível] No MDF mas não está dado O que o MDF... [Inaudível] Então a gente tá num vácuo institucional. A gente não está nem no MDA nem no MDF. Então a equipe está toda lá em Campo Grande pra garantir essa discussão. [Inaudível] São os únicos dois CRAS que discutem segurança alimentar. Dentro da própria instituição é complicado. Então tem que favorecer a participação desses jovens. Porque o Lucas estuda à noite. Ele vai ter que sair daqui correndo que 5 horas não dá tempo de chegar em Campo Grande, pra aula dele. Então isso tudo compromete. A gente conseguiu. ele foi num curso em Santa Catarina [inaudível] sobre compostagem. Ele participou uma semana, a diretora queria dar falta nele. Eu tive que fazer quase um dossiê [inaudível] explicando pra ela o que esse menino estava fazendo em Santa Catarina, uma semana, convidado. Não foi técnico nenhum, ele que foi representado a gente. A diretora não entendeu, ele me ligou da escola de noite desesperado. Então tem que favorecer a vida deles. Não tem como. Não tem infraestrutura, se não tiver almoço... Da Assistência da Criança e do Adolescente, 48 jovens ficaram sem almoço. A gente teve que brigar pra almoçar, olha só, gente. Pelo amor de Deus, uma Conferência da Criança e do Adolescente. Acho que nas conferências tem que pensar [inaudível] jovens, essa inclusão a gente já deu o primeiro passo que foi... [Inaudível] Já foi maravilhoso. ...Não tinha. mas eu acho que a gente, nas conferências, tem que pensar na vinda deles e essa organização dessa estrutura que favoreça... [Inaudível]

Eu acredito que além disso, além de pensar na maior estratégia pro jovem participar da Conferência, acho que envolve a maior participação dos Conselhos [inaudível] diversos equipamentos públicos e privados que trabalham com o público alvo deles que é o mesmo que o nosso. [Inaudível] Uma maior aproximação entre todos os conselhos. Como ter uma Pré-Conferência no mesmo dia em que está acontecendo uma Conferência? [Inaudível] A sensação que eu tenho é que os Conselhos, eles ainda não se falam... [Inaudível] Mesmo uma sala do lado da outra. Como é importante a aproximação dos conselhos com os CRAS, com os CREAS. [Inaudível] Eu não sabia em momento algum dá Pré-Conferência que podíamos trazer [inaudível] participação de adolescentes. Que adolescente poderiam sair

como delegado como Delegados. Eu não tive essa informação. [Inaudível] As informações dos outros dois conselhos chegaram um pouco mais bem elaboradas porque são conselhos antigos. Ele está crescendo, só que eu creio que [inaudível] fortalecer ainda mais o trabalho da equipe que atua. [Inaudível] É uma proposta... [Inaudível] Estratégias de aproximação para eles se conhecerem? [Inaudível]

Eu acho que não só os Conselhos mas as Secretarias. Porque o que ela falou é de fato. Tem dois jovens do Mendanha que não estão aqui porque a diretora vai dar falta e não tem a segurança de estar aqui com transporte, com tudo e eles gostariam de estar aqui. [Inaudível] Se há uma comunicação entre a Secretaria e com a Secretaria de Educação... [Inaudível] Como ele passou ali pra representar a gente em outro estado e a diretora não entender essa proposta, a importância para o futuro dele e pra gente. Então ele falou realmente uma realidade, o Conselho de Saúde e o Conselho de Meio Ambiente não dialogam que é basicamente a mesma coisa... [Inaudível] Cada um no seu quadrado. [Inaudível]

Hoje tem uma reunião em cima do dia da Conferência aqui [Inaudível] do Meio Ambiente. Eu falei: Gente, porque não passaram isso pra outro dia? Eu queria estar lá. Eu queria estar aqui no espaço. Ontem às 3. Hoje a mesma coisa, tem uma outra reunião lá que está acontecendo, também [inaudível] a Conferência de Saúde. Então essas Secretarias não dialogam. Na mesma Prefeitura, eu não entendo isso. [Inaudível] Como é que essa cidade não dialoga? [Inaudível] Uma vaga cativa para Secretaria de Saúde no Conselho do Meio Ambiente e eles não vão. Porque acham que não, a Saúde não é Meio Ambiente. [Inaudível] O meio Ambiente também não vai. Por exemplo, aqui, cadê a Secretaria de Saúde? Cadê a Secretaria de Meio Ambiente? A gente tá falando de alimentação. Na Conferência de Saúde eu briguei pra pautar alimentação saudável lá... [Inaudível] Campo Grande e Guaratiba vai ter pauta de alimentação saudável, que a gente não pode, não deve aceitar que a gente seja contaminado, cobaia de alimentos transgênicos nem agrotóxicos. Mas para isso precisa estar presente as Secretarias. Que de fato são elas que vão corroborar isso tudo que está acontecendo na cidade. Então é preciso que a gente [inaudível] e que as Secretarias dialoguem, meu Deus. [Inaudível]

Parece que a coisa é pessoal. A minha, eu sou responsável por esse Conselho, por essa Secretaria de Saúde, só vou estar envolvida na questão do meu trabalho. [Inaudível] Meu trabalho é só social, o meu é o ambiental, o seu é saúde. Não, nós somos todos. O planeta está interligado, ninguém esqueceu de avisar para alimentação, pro planeta, pra água, pro clima. Setorizaram tudo isso e esqueceram de avisar. Porque está tudo interligado, até onde eu sei, é o ciclo da vida. [Inaudível] Não pode ter essa interferência. [Inaudível] Alguém queria ler. [Inaudível] Você quer usar o microfone? [Inaudível] Moção de repúdio. Proposta pelos adolescentes... [Inaudível]

[Aplausos]

Está aqui, quem quiser assinar... [Inaudível] Maracanã, CEFET, também tem, pra vestibular. [Inaudível] Mas essa transformação profissional [inaudível] mas sem acesso para formação profissional, extensão e pós-graduação. [Inaudível] Já existem voltados para os povos tradicionais. [Inaudível] Necessidade de taxaço dos agrotóxicos. [Inaudível] Se não conseguir atingir o de cima, pelo menos o de baixo a gente pega. [Inaudível] Taxar, né? [Inaudível]

É igual atestado médico explicando pra que... [Inaudível] Ele funciona da seguinte forma: [inaudível] é preciso que haja uma Secretaria que diga que há agricultura no Município. [Inaudível] Se o nosso Plano Diretor nega isso, tampouco o Prefeito vai se eximir. Se eu não tenho agricultura no Rio, tampouco eu tenho agrotóxicos. Entendeu? Logo, ele vai se eximir. vai jogar pro colo do Estado, que é o que está sendo feito atualmente. [Inaudível] Para taxaço a fim de uso de cobrança... Para fim de cobrança tem que ser dessa forma. [Inaudível]

Outro dia uma pessoa comprou sem receita médica agrotóxico pra lavar o cachorro. [Inaudível] Sem receituário. Ah, eu sei como é que bota. Você vai matar o cachorro. E aí a menina, veterinária, disse que vários cachorros chegam intoxicados. [Inaudível] Usa para lavar o cachorro. Agora você vê... [Inaudível] Pra onde vai o agrotóxico quando lava? Pro solo. Pro solo, os rios... [Inaudível] E a pessoa não entende, meu Deus. [Inaudível] Taxar eu acho muito vago. Fiscalizar o controle. [Inaudível] Controlar e fiscalizar a comercialização de agrotóxicos no Município do Rio de Janeiro. Para ajudar a gente a esclarecer a pessoa sobre o potencial que ela tem nas mãos e que manipula. Isso é muito perigoso. [Inaudível] Controlar e fiscalizar a comercialização de agrotóxicos até a total proibição. Está bom? [Inaudível] Fala de novo. [Inaudível] Fiscalizar a comercialização de agrotóxicos até a total proibição. [Inaudível] Garantir SAN para os povos tradicionais... [Inaudível] Criar espaços que favoreçam a educação alimentar e nutricional e articulação do PSE, PSF e outras estratégias... [Inaudível] Claro pra todo mundo PSE e PSF? [Inaudível] Tem que explicar. Sigla é ótimo pra quem inventa. [Inaudível] Mas pra quem lê. [Inaudível]

Noutro grupo a gente discutiu a inclusão da preocupação alimentar [inaudível] da nova resolução que normatiza o PSE na escola com retorno do serviço social... [Inaudível] Pra que de fato aconteça essa inclusão no debate da educação alimentar. [Inaudível] Quem está coordenando as atividades é um dentista. No último encontro éramos assistentes sociais e dentistas na [inaudível] que foi feito no ano passado. Aí eu vi que o foco então é a saúde bucal. [Inaudível] E vamos dizer assim, as nutricionistas estavam pontuando esse afastamento. [Inaudível] Aí tem umas propostas bem específicas que é mais fácil... [Inaudível] Pode botar “barra Emater Comlurb”, por favor. Recuperar a Fazenda Modelo. [Inaudível] Coloca Fazenda Modelo ou coloca ACAFE? [Inaudível] Lá funcionava outras coisas também. [Inaudível] Revitalizar. [Inaudível] Revitalizar é pintura, fazer canteirinho, asfaltar o que está quebrado, aí eles chamam de revitalização. Combater a medicalização dos alimentos. Moção de recomendação para assinatura... [Inaudível] Seria que a gente, ao final da conferência, fosse elaborar uma Moção para ser entregue à Prefeitura... [Inaudível] Diz aqui o seguinte: na Plenária Final ocorrerá a aprovação das moções de âmbito Municipal, Estadual e Nacional. As moções serão encaminhadas exclusivamente por participantes inscritos e devem ser apresentadas à Comissão Organizadora até o encerramento das Plenárias... [Inaudível] Redigidas no máximo em 20 linhas. Cada moção deverá ser assinada por pelo menos 10% dos participantes inscritos. [Inaudível] Está aqui, sim, já tinha um pronto. Aí a pessoa que está [inaudível] a moção [inaudível] dizer se é de apelo, de apoio, marcar aqui. Como foi feita a colocação de que isso pode se perder, a ideia é colocar no tema da moção [inaudível] todos eles e publicar. [Inaudível] Qualquer um pode tirar a folha inicial. [Inaudível]

Essa não é uma proposta... [inaudível] uma proposta que está todo mundo aqui de acordo com ela. A Conferência Municipal [inaudível] da Prefeitura [inaudível] para aprovação dessas leis. [Inaudível] Destinatário é a Comissão Organizadora, não é? [Inaudível] Monitorar a qualidade dos alimentos ofertados. [Inaudível]

5.3 Eixo 3 - Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)

5.3.1. Eixo 3 - 1º Dia

SR. FÁBIO: Bom, boa tarde pra todos aqui. Meu nome é Fábio. [Risos] Juntamente eu gostaria de convidar o nosso Presidente Francisco, a Márcia, o nosso Secretário-Geral, o Júlio, pra ocupar aqui os lugares. Nós optamos por uma metodologia chamada de aquírio.

Na realidade nós vamos ter aqui, vamos chamar assim... O pessoal que vai ficar aqui, vamos chamar assim de Local Principal. Então seria o centro do aquário, e vocês, no caso, ficarão aqui no público onde nós vamos debater temas relativos ao Eixo 3. Como vimos na exposição brilhante da Regina, foi muito bom porque me parece que, não só definiu, mas tirou algumas dúvidas, que quando se fala de SISAN é uma coisa nova. Como a gente sabe que até o debate hoje de SAN é uma coisa que a gente tem que realmente desenvolver. Então nós vamos interagir com vocês, vão ser lançados temas ou até propostas que foram feitas nas nossas pré-conferências, e nós vamos interagir. Então, quem tiver alguma coisa, logicamente, a acrescentar, ou alguma sugestão do tema que vai ser colocado aqui, levanta o braço. E, evidentemente, vamos interagir. Se tiver mais de uma pessoa, nós gostaríamos que essa pessoa, depois de interagir... Vai ficar uma cadeira aqui, vaga, pra que ela fizesse parte também. [Risos] É, e vamos fazer um rodízio. Que a ideia, qual é? Que o máximo de vocês participe aqui, até propondo perguntas ou lançando alguma coisa que vai contribuir pra que nós possamos levar, consolidar, nossas propostas para a Conferência Estadual. E, quiçá, sejam propostas tão importantes que, com certeza sei que serão, vamos levar pra Nacional. Começando aqui com os demais membros aqui da central do aquário, quando a Regina falou do SISAN, ela fez quatro perguntas ali no final... É muito importante, nós que estamos na cidade do Rio de Janeiro, nós debatemos, o que queremos pra nossa cidade. Ou seja, que modelo vai ser adequado realmente pra nós, cidadãos do Rio de Janeiro. É diferente de outra cidade. Então, evidentemente, se nós sairmos daqui com uma proposta que vai realmente abranger as nossas aspirações, eu acho que vai ser um passo importante pra que essas propostas, logicamente, sejam levadas para a Estadual e transformadas, quem sabe, em propostas concretas ou em políticas públicas para a nossa cidade. Então, vou passar aqui pra Márcia... [Inaudível]

SRª MARGARIDA FROUF: Boa tarde. Eu sou Margarida Frouf, Presidente da Associação de Mulheres de Cavalcante e membro do Conselho CONSEA-RJ. Eu estou perguntando a vocês, Mesa, com relação ao que ficou, e a gente pediu isso, que a gente tivesse aqui o resultado das pré-conferências, até porque nós estamos aqui representando quem não pode estar presente, e aí é um ato desleal a gente não ter esse material pra que a gente possa se apropriar, se aprofundar e, quem sabe, até mesmo construir em cima do que veio das pré-conferências.

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Margarida, o Fábio foi for correr atrás disso porque, de fato, a gente está aqui com as perguntas orientadoras, vamos dizer assim, mas o Fábio foi correr porque, de fato, foi combinado dessa maneira. Eu acreditei que estava nas pastas, que como eu estou com essas pastas aqui. Enfim, eu acreditei que estaria nas pastas dos três Eixos. Mas vamos ver o que aconteceu porque, como também teve outros materiais, a gente... Ou ficou programado pra amanhã, mas, enfim. Eu acho que a gente poderia dar início a esse trabalho, visto a enormidade de coisas que a gente tem pra estar falando aqui, mas, sem perder de vista o comentário da Margarida que realmente é uma falta muito grande, à medida de que foram feitas cinco pré-conferências nas áreas da cidade e, em muitas delas, apareceu a demanda SISAN ontem. Por que não foi feito? Mas vamos falar do Eixo 3. O Eixo 3 da nossa discussão, trata-se do aperfeiçoamento e ampliação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Pacto federativo, participação social e intersetorialidade. Nós estamos aqui pra discutir como pode se dar essa estratégia e outras dúvidas pertinentes, temos aqui algumas perguntas orientadoras que dizem respeito à implantação e consolidação do SISAN no município do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro. [Inaudível] Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, SISAN... Vamos passar para a pergunta dois, já que a pergunta número um considera as reflexões ocorridas nas pré-conferências, como a gente não as tem em mãos no momento, eu proponho que a gente faça uma inversão de ordem. A pergunta número

dois é: Como o SISAN está se organizando na cidade em relação a alguns itens, que são: O que é SISAN? Como fazer para aderir? Para quê aderir, por que precisamos disso? Quais são as ferramentas que um ente federativo tem que ter para ter adesão ao SISAN? Quais os desafios e responsabilidades para adesão ao SISAN? Como tornar viável a intersetorialidade? Como estimular a participação em controle social? De que forma o SISAN será financiado? De que forma será construído o Plano Municipal de Segurança Alimentar, o PLAMSAN? Mecanismos de fortalecimento do CONSEA-Rio. Mecanismos de proteção dos setores vulneráveis da sociedade e das comunidades tradicionais. Instituições sem fins lucrativos. E o item três: Quais são os desafios, responsabilidades, compromissos da relação Estado-Sociedade para avançar no aperfeiçoamento e consolidação do SISAN? Acho interessante ler tudo pra que a gente saiba do que está falando. Vamos pensar o item dois, que diz: Como o SISAN está se organizando na cidade do Rio de Janeiro? A primeira pergunta que eu acho interessante a gente tocar é: O que é o SISAN? [Inaudível] Essa disposição... A gente está num auditório que não favorece muito essa questão da comunicação. Mas, assim... A gente tá aqui, mas a nossa função é tentar animar esse debate. A gente precisa da participação de vocês. Então, por favor, vamos... A gente se movimenta pra passar o microfone...

SRª REGINA: Essa pergunta, como o SISAN está se organizando no Rio de Janeiro, eu sugeriria que fosse o inverso. Como está se organizando o SISAN no Rio? Porque o SISAN não se organiza, organiza-se o SISAN. Aí é uma pergunta voltada mesmo pro CONSEA. Pra gente organizar o SISAN, se tem alguns critérios e, um dos primeiros critérios, é a adesão ao SISAN, através de um documento do governo federal para o município. Aí eu pergunto: Já tem esse documento?... Só isso.

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Infelizmente não temos esse documento, Regina. Esse documento... [Inaudível]. E esse trabalho está sendo feito, vamos dizer assim... A sensibilização do Gestor para a adesão, a gente tem tentado levar, mas ainda é um grande desafio. Na verdade o desafio para implantação da SISAN na cidade, ele ainda depende dos marcos legais específicos. Por exemplo, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Então nós ainda nos debruçamos com esse desafio, temos algumas promessas de conseguir que essa lei seja regulamentada para que se faça a adesão ainda na Conferência Nacional, mas tem sido um grande desafio esse processo de aprovação da lei.

SR. MEIRELLES: Eu queria dizer aos senhores que eu não sei o que é o SISAN, então, pra dar uma opinião, eu gostaria que algum dos senhores explicasse o que é o SISAN. Aí talvez fique mais fácil pra nós, leigos no assunto.

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Vamos lá. O que é o SISAN? As letras significam: Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. Dependendo do âmbito federativo aonde ele se implante, ele vai ganhar mais uma palavra, que seria: Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, Sistema Estadual ou Sistema Nacional. Na realidade, quando a gente pensa na adesão do município, a gente pensa no SISAN como um todo, ou seja, naquele sistema cujo... a Federação, ou seja, o espaço nacional, ele vai articular com os municípios, que na realidade é onde ocorrem todos os impactos relativos, no caso, à Segurança Alimentar, tendo como articulador desse caminho o Estado. Então é importante que a gente se entenda como sistema. Agora, quais as instâncias do município que compõe esse sistema? Esse sistema é composto pela conferência municipal, no caso essa nossa ação aqui é um dos entes formadores do SISAN. Nós temos o CONSEA, que é a parte do Controle Social, e nós temos outra instância que é a CAISAN. A CAISAN seria a intersetorialidade no Governo para a execução de todas as diretrizes e do plano que a sociedade orientar e entender que é uma demanda da nossa cidade. Eu tentei colocar isso num nível bem prático de explicação. É claro que a gente tem outras definições que podem encorpar esse plano, mas, talvez, pra favorecer essa compreensão mais rápida. Nós temos um problema nessa questão: o CONSEA Municipal existe por Decreto-Lei. Então ele é legítimo, legal, interessante. Mas a

Conferência, ela também foi chamada por um Decreto, então também ela é reconhecida. Mas, o Sistema, que entende a questão da Segurança Alimentar num foco intersectorial, enquanto ele não for implantado, é muito difícil a gente conseguir sensibilizar as Secretarias, que formam a gestão municipal, da importância de discutir Segurança Alimentar e de trazer, pra cada uma, a sua participação e a sua importância na consolidação das políticas públicas específicas de Segurança Alimentar e Nutricional. [Inaudível] Exatamente, perfeito. Hoje nós tivemos já, nas apresentações, vários exemplos. Todo mundo que falou, seja representando o Poder Público ou a Sociedade Civil, minimamente apresentou três ações básicas de Segurança Alimentar na linha da saúde, educação e do abastecimento, da produção. A gente pode colocar aí também a questão da logística, do transporte, a questão da cultura, quando a gente falou em comunidades tradicionais, de todas essas representações... A questão da formação técnica, da valorização pessoal, enfim. A questão dos tributos, que foi extremamente bem colocada nessa última fala, de pensarmos em tributos diferenciados. Essa discussão, para que ela efetivamente ganhe um corpo, mais próprio de ser efetivado, ela precisa estar com a discussão, com as pessoas que tenham competência da decisão. Eu costumo, em outro espaço de trabalho... É muito complicado você... a gente estar falando o que o nosso vizinho tem que fazer na casa dele. Então é importante que todos os condôminos se reúnam pra decidir quais as participações possíveis para o bem estar dessa coletividade. E é exatamente isso que a gente precisa conquistar agora, na cidade do Rio de Janeiro.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tem algumas coisas que eu acho que tem, assim, dificultado o avanço. É o fato do Rio de Janeiro ser cem por cento urbano. Então, todo mundo fala: “É difícil mudar”, mas nada é impossível. Acho que tem que repensar isso, né? E acho que também é importante, a partir dessa mudança, ter uma Secretaria de Agricultura, porque os agricultores ficam sem ter esse canal de discussão, de ser ouvidos, então acho que isso é muito necessário pra ter esse avanço que a gente está querendo tanto.

SR. RODOLFO: Olá, boa tarde. Meu nome é Rodolfo, eu sou da UFF e queria fazer primeiro uma pergunta, que eu acompanhei, de certa forma a construção da Conferência, via outros pesquisadores, da Conferência Estadual e Municipal do Espírito Santo. E lá teve uma característica singular, que foi a não aceitação, por parte do Governador, por ser uma política, uma legislação, com DNA Petista. Então lá, a princípio o Governador não queria puxar a Conferência Estadual porque ele reforçaria uma política do PT. Isso é uma provocação de debate, até que ponto a gente pode, no quotidiano da reflexão sobre Segurança Alimentar, dividir o que é uma política específica e o que é a conquista de um direito. Como que esse direito tem que ser afirmado para além de uma política partidária. O desafio é: até que ponto isso afeta o Rio de Janeiro? O município do Rio de Janeiro? Isso é uma pergunta que eu coloco pra debate. Outra questão que eu faço é que, uma característica... Eu venho de Niterói. Então eu sou morador recente do Rio e eu vejo uma dificuldade do Rio de Janeiro se ver enquanto município. E uma dificuldade do Rio de Janeiro se ver enquanto município do estado do Rio de Janeiro, e não uma capital federal. Eu acho que tem uma questão institucional do Rio de Janeiro e cultural do Rio de Janeiro, de não olhar os seus vizinhos, enquanto municípios irmãos, não olhar o interior do estado como o seu interior, e isso aí afeta, de forma direta, como ele pensa Segurança Alimentar. Então, pra ele, não faz diferença se o alimento vem do Rio Grande do Sul ou se vem da Região Serrana. A ideia de ser uma capital federal, acho que está culturalmente assimilada, tanto do ponto de vista cultural como institucional. Então isso, de certa forma, afeta a percepção de que precisamos pensar pequeno. A construção do SISAN, acho que implica nessa ideia. Vamos pensar na gente como município, município nas suas miudezas. Então é possível, sim, pensar numa agricultura de uma forma parcelar, mínima, mas não se ver como uma grande capital, você só vai ver como áreas industriais, construção da indústria. Não, a gente precisa se pensar pequeno pra se construir. Então, esse hábito de se pensar pequeno envolve, também,

pensar a alimentação mínima, que a gente teve a intervenção aqui que reafirmou a ideia de que existe uma sazonalidade alimentar. Agora, se você se pensar como Brasil, enquanto uma capital mundial, não interessa se o tomate vai ser comprado na Argentina, se vai ser comprado na Tailândia... Ele tem que chegar aqui. Não, não é assim que funciona. A gente tem que pensar num regionalismo, numa cultura, um comércio, uma compra direta, um circuito curto de alimentação. Como é possível pensar um circuito curto de alimentação se as próprias pessoas não se veem dentro de uma territorialidade. Então essa impossibilidade de se ver mais próximo de Campo Grande do que da Argentina, isso cria uma dificuldade. Você tem o mercado Zona Sul, se fizer um estudo da origem dos alimentos, você vai ver que a metade dos alimentos vem, se bobear, de fora do estado e de fora do Brasil. Então, até que ponto essa cultura do carioca de se pensar um cidadão do mundo afeta a segurança alimentar? Então, são essa três provocações... [Inaudível]

SR. FRANCISCO CALDEIRA: Deixa eu tentar responder os dois. A gente está aqui num grupo bastante reduzido. E que boa parte já participa das discussões do CONSEA. E que bom que temos novos atores. Trazendo novos olhares sobre essas questões, porque a gente acaba que fica entre nós mesmo a conversa e, muitas vezes, a luz não se faz. A gente fica achando que a direção é essa quando, muitas vezes, tá na contramão. Vê todo mundo descendo pela esquerda da Av. Brasil, achando que todo mundo tá errado, quando o errado somos nós. Qual é o seu nome mesmo, companheiro? [Inaudível] A respeito da sua observação, esse Eixo, especificamente, trata das questões regulamentais de adesão ao SISAN, que é o Sistema Nacional, que os desafios, acho que são maiores que os das outras conversas. Essa questão do Plano Diretor é extremamente interessante e é um tema, também, que não é de fácil solução, como tudo que se tem aqui. Isso vai precisar de um projeto de lei, vai precisar de uma sensibilização, não só de Secretários, mas da Câmara dos Vereadores, entendeu? Isso é uma demanda permanente, mas, que nós ainda não temos força pra enfrentá-la. Nós estamos aqui numa tentativa de solidificar cada vez mais o CONSEA. Fazer as adesões necessárias ao sistema, e essa demanda, ela sempre aparece e ela é permanente. Só que eu, um agricultor aqui da cidade, ainda acho que nós não temos a condição de fazer esse enfrentamento no momento. Acho que é uma pauta eterna, de agora pra sempre, se é isso que nós realmente queremos. Nós precisamos entender o que queremos e ter o poder de sensibilização nessa estória. O CONSEA, a própria Segurança Alimentar, ainda é um círculo bastante novo de discussão. Eu sempre me refiro à discussão ambiental. A discussão ambiental, quando começou lá nos anos 70, 60 com 70, era um troço que todo mundo dizia que era louco. Ah, isso aí é um bicho-grilo. São ecologistas de Ipanema. E, hoje em dia, isso faz sentido pra todos nós, desde quem está na Zona Sul ou no Congresso Nacional, na Prefeitura, todo ser humano hoje sabe da importância dessa discussão. E a Segurança Alimentar tem tomado esse ritmo. E esse rumo, porque se nós não fizermos com que as pessoas entendam isso e venham trazer as suas perguntas, suas dúvidas, pra que elas sejam, não discutidas, mas, conversadas nas rodas. De vez em quando a gente tem a oportunidade, não todo dia, também, nem pode ser, né? Por exemplo, Maria Emília, que vem mais uma vez puxar a nossa orelha aqui. Eu já ando com as duas orelhas vermelhas de tanto puxão de orelha. Porque eu vim, trazendo a minha pequena trajetória, em relação aos outros, pra falar justamente dessa estória da falta de implementação das políticas públicas. Aí, antes de mim, teve a fala de Miriam, Kátia, Maria Emília. Todo mundo falando exatamente a mesma coisa. Cada um com suas palavras, mas, da necessidade que temos de sensibilizar. E não vamos ser levianos também, achando que isso é uma coisa fácil, porque isso é tirar do bolso de um governo, de um Prefeito, de um Secretário. Isso é uma construção permanente. E nós precisamos fazer nossa parte nessa construção, estamos fazendo alguma etapa dela, mas precisamos muito mais do que isso. Precisamos muito mais que isso. Há pouco tempo nós tivemos em Vitória, não é, Júlio? Uma discussão

dessas de SISAN. E a gente notou que o estado do Espírito Santo, nessa questão, é muito mais evoluído que todo o estado do Rio de Janeiro. E a gente lamenta muito quando o Governador tem um pensamento de colocar essa discussão num sentido político-partidário. A discussão transpassa isso, não é uma questão de um partido, não é uma questão de um grupo, isso é uma questão de um país inteiro. Você colocou muito bem, o carioca, de um modo geral, ele tem mania de achar que ainda é a Capital Federal mesmo, o pensamento carioca gira muito em torno disso. Acha que as coisas ainda giram em torno daqui, quando a realidade é muito diferente. Hoje a gente é um município-metrópole. E por isso muitas das ações, principalmente da questão de agricultura, são invisibilizadas, e depende de nós fazer com que se torne visível. Eu me lembro que, na Conferência passada, foi quando começou a surgir essa ideia de agricultura familiar. Até então a gente vinha da Zona Oeste pra cá trazendo banana, urucum, aipim. E as pessoas olhavam pra gente e pensavam: Esse cara deve doido. Esse aí passou em alguma feira, comprou isso aí e trouxe pra cá. Entendeu? Porque realmente a cidade não conhecia esse lado da própria cidade. Porque a distância é muito grande. Tem muita gente que mora no Leme e não vai em Campo Grande mesmo. Não vai mesmo, porque a ação cultural da pessoa, a ação de lazer dela não contempla esse tipo de coisa. Hoje em dia essa pauta já é uma coisa presente nos círculos e é basicamente isso, a gente continuar fazendo o que está fazendo, procurar trazer novas pessoas ao círculo de discussão pra fazer essa caminhada de sensibilização, até que se torne regulamentado o setor. Começando com a LOSAN. que, aqui no Rio de Janeiro, nós temos uma coisa bastante interessante, que a partir do momento que a LOSAN for instituída, a CAISAN vai estar instituída. Estou mentindo, Júlio? [Inaudível] Então, isso é uma coisa que vai poupar muito tempo. Tem um tempo necessário, não estou dizendo que isso já era pra ter saído, se não saiu é porque precisa alguns ajustes ainda e algumas conversas. As Conferências são um momento importante disso. Hoje mesmo nós tivemos nosso Secretário aqui, mais uma vez, se comprometendo em sacramentar essa lei pra que ela possa realmente começar a construção da adesão ao Sistema. Isso é uma necessidade. Isso, numa cidade grande como o Rio de Janeiro, é muito mais difícil. Ninguém pode ser leviano e dizer que o Prefeito não quer, o Prefeito tem outras demandas. São seis milhões e tantas pessoas. Cabe a nós, Sociedade, fazer com que essa demanda chegue até ele. Pautar isso pra dentro dos gabinetes, fazer o trabalho de sensibilização, trazendo sempre a representatividade das pessoas que não podem estar aqui no momento. Isso é o que nós temos procurado fazer, não é fácil, pela demanda que temos. Agora, a gente, hoje em dia, já não acha mais que é capital federal, a gente acha que é capital do mundo, tá? O discurso é esse aí. [Risos] Acho que a Aydee quer fazer uma consideração sobre o tema, não é? [Inaudível]

SRª ISABEL: Boa tarde a todos, meu nome é Isabel, moro na comunidade de Tavares Bastos e sou da Ação da Cidadania. Eu não sei se vou fugir muito do tema, mas acho que não porque é nutrição. E nutrição tá formado em pessoas que comem errado. Comem errado, eu acho. Então eu sei que aqui não tem... Não sei se tem algum nutricionista, não sei. [Inaudível] Ah, então, que beleza. É assim: eu vou falar um pouco de... Por exemplo, na minha casa tem obeso. Tem obeso. Meu filho tá obeso porque só come batata frita. Eu não tenho horta, não tenho como fazer uma horta na minha casa, não tenho nada. Mas eles só querem comer aquilo que não pode. Por exemplo, meu neto também tá obeso, um pouco. Essas coisas assim que ele gosta de comer, se ele vai num mercado, ele só quer ver a Farinha Láctea, Neston, é tudo de farinha. E, arroz e feijão, “neca de pitibiriba”. Muito difícil, a mãe tem que obrigar, obrigar, obrigar. Eu queria saber o seguinte: o que é que a gente faz? Assim... Tem que levar no médico? Entendeu? Eu sei que tem que ir no nutricionista, mas, assim, eu tenho SUS perto da minha casa, tenho posto de saúde, maravilhoso. Maravilhoso. Até aqui, eu quero saber aqui, que tem aqui esse RAS... O que é que é RAS, aqui? Aqui... Organização de Atenção Nutricional... [Inaudível] Página seis. Hã? [Inaudível] Ah, é Risco

de Atenção à Saúde, então tá, obrigada. Então é isso, então eu fico assim, sem saber. Não adianta que eles só querem isso, é batata e farinha e outras coisas assim. O que é que eu faço? Porque meu filho já está obeso, tenho problemas de... Acho que todos, né? Porque come muito, vai engordar, você só engorda se você comer. Tem que fechar a boca. Mas só come mal, né? Come mal, né? [Inaudível]

SRª ROSILDA: Meu nome é Rosilda, sou presidente de uma associação de mulheres na Ilha, a AMUIG. Sobre a fala do companheiro, eu acho que ele está certíssimo. Que tá mudando aqui as caras das pessoas. Acho que tem que abranger mais, tem que ser mais divulgado. Entendeu? CONSEA, agricultura familiar. Olha, eu sempre me interessei em plantar. Vocês me ouviram aqui falar, eu planto em casa. Mas... [Inaudível] [Risada] Foi até um meio de brincadeira. Entendeu? Então, pra não ficar igual aos Conselhos de Saúde, que são as mesmas pessoas, entendeu? Sai Fulano e entra Fulano, volta Fulano e continua Fulano... Então, eu até gostaria que o pessoal do COSEA levasse pra comunidades, pros bairros, essa questão dessa alimentação, porque muita gente não tem esse conhecimento. Dessa alimentação tão saudável que a gente comeu hoje aqui. É esse meu recado. E que as feiras, essas feiras que vocês fazem em alguns lugares, que fosse feito em bairros, até mesmo próximo de comunidades, que tivessem palestras, né? Pra falar sobre a boa alimentação, que a gente come alimentos contaminados. Sobre a companheira aqui que ela fala, o netinho dela tem dez anos. E ele ainda canta, né? [Inaudível] Mas não é, gente, ele não é um gordinho gostoso. Come porcaria, comidas envenenadas. É isso.

SR. FÁBIO: A Aydee vai fazer uma consideração ou uma pergunta? [Risos]

SRª AYDEE: Eu vou fazer uma consideração, porque eu estou preocupada com a questão do horário. Porque a gente tem uma pauta que é longa e a gente tem uma tarefa específica. Que é pensar como consolidar esse Sistema no município do Rio de Janeiro. Então, pensar como a gente se organiza, se mobiliza para que esse Sistema torne-se real. A gente já tem duas... dois itens... me faltou a palavra aqui, vou falar itens... que já foram cumpridos, a Conferência e o CONSEA, então o controle social já está contemplado, mas falta contemplar a parte que é de uma sensibilidade maior, que é por parte do Governo. Eu sou Conselheira Governamental, e eu sei que o dever de casa precisa ser feito a partir do Governo. Então, assim: como a gente se organiza para provocar que a CAISAN saia dos gabinetes, sei lá onde ela tá. Quer dizer, eu sei. [Risos] Mas pra que ela torne-se realidade. Como nós, que estamos aqui, podemos contribuir nessa construção. Uma coisa que a gente pode... E aí é sugestão mesmo, quem está aqui, ocupar não somente o espaço dessa conferência, mas ocupar também o espaço do CONSEA, porque um CONSEA forte, ele reflete também uma organização social forte. Então, participar do espaço do CONSEA é ímpar. E, nós que estamos aqui, o que é que a gente sugere pra sair como proposta pra se implementar essa CAISAN, virar realidade? A gente vai propor ir ao Adilson? Vai propor ir ao Prefeito direto, passar por cima do Adilson? A gente vai propor conversar com a assessoria, sei lá de quem? O que é que a gente vai fazer efetivamente de concreto pra gente poder avançar nesse pedacinho que falta?

SRª MIRIAM: Bom, a Regina também quer falar, mas só pra dar uma orientação aqui. Duas, aliás. Quando a amiga ali comenta da necessidade de haver mais Conselheiros, por que é que ficam os mesmos. Então a gente pontua o seguinte: a composição dos Conselhos é por pessoas que não tem remuneração, é um trabalho voluntário, então fica muito difícil, às vezes. Eu acho que, se os Conselhos comesçassem a pagar, as filas iam ficar muito grandes... Pleiteando uma vaga. Mas enquanto... Agora, com relação ao que ela pediu, o que fazer, uma das coisas, foi feita uma proposta que existe uma Comissão de SAN, na ALERJ, certo? Que está carente de demandas para trabalhar em prol disso, ok?

SRª REGINA: Só complementando o que a Miriam falou e o que esse rapaz falou, essa questão da visão partidária. Infelizmente, ou felizmente, esse Conselho, e essa política

foi criada nessa visão maior de que absorve todos os Conselhos e todas as políticas, então, fica assim uma briga de brios e brilhos, porque nunca o CONSEA está na Casa Civil, nem está diretamente ligado ao Gestor. Ele está na casa de alguém, e esse alguém vai se achar responsável por convocar, e ele não convoca colega, ele convida. Começou errado aí. Porque um Secretário de Assistência não convoca um Secretário de Agricultura, ele convida. Mas um Prefeito, convoca. Então, esse é o grande erro dos CONSEAs. E quando você fala de CAISAN, não. Os marcos legais que pressupõe a criação do sistema, o primeiro é a LOSAN. E, nessa LOSAN, tá incluída a CAISAN. Só que a LOSAN, aí é uma experiência própria que eu estou falando, minha mesmo, e a Miriam participou. Infelizmente, você não sensibiliza nem conscientiza gestor nenhum. Ou você convence ou não convence. Se você não convence, vai pro Legislativo. Vai pra Câmara e vai pra Assembleia e faz audiência pública. Foi assim que a LOSAN Estadual saiu. Tem que ver quem são os aliados dentro da Câmara Municipal, ele vai fazer essa interlocução com o gestor, porque a nossa lei estadual foi assim. O Sérgio Cabral vetou todo o Sistema, vetou várias coisas, e nós fizemos uma articulação com o Deputado lá que fizemos a audiência, que, por sinal, depois é o Presidente da Assembleia, e ele conseguiu que ele retornasse, pelo menos, o artigo do SISAN, que já justificava tudo que é nosso de Segurança Alimentar. Então, tem que ver quais são seus aliados no Legislativo, que, no caso, seria a Câmara dos Vereadores, e tentar fazer essa barganha, porque eles tem a fala direta com o Prefeito. O Prefeito não vai entender nada. Nem quer entender, também. Ainda mais que, ano que vem, é as Olimpíadas. Mas, se você convencer, com certeza, porque todas as políticas vão estar incorporadas nessa. Se todos os gestores entendessem o poder de uma política de Segurança Alimentar, ele tinha sustentabilidade de governo pra todos os mandatos, porque é uma política geral, só que ele não valoriza. Então, se você não sensibilizar, que não vai, convence. Convince no Legislativo e acabou.

SR. FÁBIO: Bom, com relação ao CONSEA. O nosso regimento interno, ele só permite você ser reconduzido mais uma vez. Então, essa última eleição, nós tivemos, da Sociedade Civil, dois terços, que foram pessoas novas. Com relação ao governo, não. Que o governo tem uma regrinha, são todas as Secretarias afins com relação à ação, então não tem o que mudar muito. O que eu complementaria do que Miriam já falou, é assim: qual é a situação do Rio de Janeiro, politicamente falando, hoje, quais são os interesses hoje do Gestor? Nós tivemos uma Copa do Mundo, certo? Nós vamos ter o que? Uma Olimpíada. Então eu vejo o seguinte: as prioridades, evidentemente, de quem está no comando, é aquilo que ele acha, aquilo que ele atribui, a prioridade que ele vai dar na visão dele. Uma forma que eu veria que é muito mais difícil, mas que eu vejo que também seria uma proposta, um sonho, de repente, é porque os CONCERTs são, no nosso caso, aqui, construtivos. Por exemplo, a gente observa que a saúde, como [ininteligível], eles são deliberativos, não é isso? Então eu penso que, a partir do momento que você propõe uma política, a partir do momento que você representa aquele público alvo que está ali e, realmente, você tem poder de barganha, também é uma forma de você conseguir concretizar os seus anseios. Então isso pra mim também é uma dificuldade. A outra, a Regina já colocou. Por que é que o CONSEA Nacional, eu acredito que funcione a pleno vapor. Porque está diretamente ligado aos Ministros ou Secretários que tem, realmente, poder de decisão, de decidir aquilo que a Plenária do CONSEA delibera e decide. Então isso pra mim são dois pontos importantes. Seria a nossa subordinação à Casa Civil ou, ao meu juízo, teria que ser ao Gabinete, ou ao Prefeito, ou ao Governador. Partindo do nosso exemplo federal maior. E o outro é, talvez, aí já é uma coisa mais difícil, não sei como que se poderia chegar, é nós passarmos a ter realmente poder de deliberar. É uma outra forma, mas isso aí eu sei que é mais difícil, é uma luta mas é uma proposta. Uma ideia que pode ser pensada, não sei se vocês concordam ou não, queria... Deixo aqui essa minha proposta. [Inaudível]. As conferências [Inaudível] são

propostas que vão ser consolidadas, né? Começa no município, vai pro estado e vão até o CONSEA que, realmente... [Inaudível] Isso é... [Inaudível]. Mas, se a gente tivesse esse poder já aqui em baixo, concorda que pra nós já seria um ganho muito grande. Aquilo que a gente chegou aqui e deliberou, não teríamos que levar lá em cima, no Nacional... Claro, sempre com assessoria, sempre com uma subordinação indireta.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Só pra fazer um arremate aqui, uma prestação de contas. Eu estou me fiando muito no que o Secretário disse aqui hoje, que a ideia é que a gente faça a adesão na Conferência próxima. E eu sinto que, com relação à LOSAN, a parte pior, que foi elaborar textos e ser aprovado pela Procuradoria o texto, que é o mais difícil. Aquilo foi e voltou à Procuradoria inúmeras vezes e foi sendo ajustado, isso é uma coisa que já foi vencida, então, no momento, o que acontece: o Secretário até conversou com Jurema Batista, que é Subsecretária, e a gente já bateu um papo ali e o negócio já está mais na beirada. E, vindo a LOSAN, a CAISAN já está ali, embutida. Que, na verdade, a CAISAN, vai ser os Secretários que são de Secretarias que a gente faz parte, então, sou da Secretaria de Meio Ambiente, provavelmente o Secretário de Meio Ambiente é titular, o suplente seria eu. Então, como a gente já fazia antes, quando a Jurema era Presidente do Conselho, as reuniões governamentais. Que a gente fazia isso antes, então, não tem o que mudar muita coisa, a questão é de nomeação e... O que mais, assim, me preocupa um pouco, é com relação ao Plano. Que também é um pré-requisito pra fazer a adesão ao SISAN. E que a gente tem discutido, ao meu ver, vou fazer um *mea culpa* aqui, pouco ainda. A questão do Plano. Com relação à elaboração do Plano, precisa ser feito pela Plenária, não pode ser contratado, porque é uma atividade-fim, elaboração de planos. É uma atividade-fim. Então não tem como: Vou contratar uma empresa pra fazer o Plano. Não tem isso, né? Mas a gente tem a sorte de ter o INAD, de ter o CRN, a ANERJ, como Conselheiros, que, eu tenho certeza que vão ser de importância suprema pra construir esse Plano. Então, o que me preocupa mais é o Plano, sabe, pessoal... A questão da LOSAN é uma coisa finalmente, coisa de dar um último empurrão, então, eu estou me fiando aqui no que foi dito hoje. Agora, vamos ver como é que vai ser esse Plano. Eu acho que, sem ele, a gente não vai conseguir fazer a adesão. Não sei se ele precisa estar pronto ou se pode estar sendo construído... [Inaudível] Então eu acho que a gente não vai enfrentar muitas intempéries nesse final de reta agora pra poder enviar esse projeto de lei. Certo? É isso.

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Bom, eu aproveito aqui a fala do Júlio até pra responder às companheiras ali. Eu comecei essa fala sem me apresentar. Eu sou Márcia Valéria, Conselheira Municipal do CONSEA, representando a Associação de Nutricionistas do Estado do Rio de Janeiro. Em relação a essa questão do plano, eu, diferentemente, não tenho essa preocupação, por quê? Porque já estamos na segunda conferência que deliberaram várias diretrizes capazes de compor essa construção. Então, na realidade, nossa participação aqui, nesse momento, também trata de referendar aquilo que, até hoje, a gente não conseguiu caminhar, que já vem da outra, e mais algumas novidades que o momento atual nos impele a estar pensando e recriando possibilidades de melhoria pro nosso direito humano, alimentação adequada e saudável. E aí eu faço esse gancho pra falar um pouco dessa questão, mas, nesse momento, quando a gente pensa Sistema, eu não posso individualizar a questão da assistência nutricional a ser prestada. Mas eu posso trazer à luz do exemplo que, quando a senhora observou esse caso na sua família, a senhora falou de políticas de saúde, de políticas de alimentação e nutrição, falou de acesso a serviços e falou num processo também de educação alimentar. A gente entende, a gente aqui também falou de uma outra política, que é a política de alimentação escolar que tem um impacto muito grande na discussão da Segurança Alimentar nos vários espaços que compõe a nossa sociedade. Agora, eu entendo que precisamos ampliar essa discussão na questão da formação dentro da educação. E eu não digo formação específica, mas na construção do cidadão que também

é uma atribuição da formação escolar que nós temos hoje. As crianças, de um modo geral, não conhecem comida de verdade. Vários exemplos foram dados aqui hoje de como é difícil conhecer a comida de verdade, principalmente quando ela tem nome, quando ela traz uma origem. É a banana do Seu Francisco. Eu também vivenciei uma experiência pessoal nesse sentido, numa vez que eu pude levar o meu sobrinho, criança, num dos eventos do CONSEA, e que, até hoje, ele me cobra: Titia, quando é que eu vou comer de novo aquela banana do tio Francisco? Porque aquela banana tinha gosto. Até hoje, isso já faz dois anos. Até hoje, ele me cobra, não esquece. Então isso só traz pra gente uma necessidade dessa CAISAN na esfera da Secretaria Municipal de Educação pra podermos pensar juntos como implantar varias diretrizes pra essa questão de estar falando da alimentação dentro da construção pedagógica diária das crianças, dos jovens, pra que a comida de verdade seja conhecida. Porque é muito fácil... Até a Irma hoje falou uma coisa que me chamou a atenção e que eu preciso até fazer uma observação... Ela falou das letrinhas, que isso é coisa de nutricionista. Nem é coisa de nutricionista. Porque aquilo é químico e o nutricionista tem, no seu objeto de trabalho, minimamente saber o que é comida de verdade. Embora, hoje em dia, comida de verdade tenha atributos que nem sempre a Academia nos permite conhecer. Que é a questão da origem. A gente sabe que a gente aqui tem batata doce de verdade. Mas no mercado, provavelmente, a gente vai ter uma batata doce que traz veneno de verdade também, pra nossa rotina. Então hoje é importante a gente pensar diretrizes pra que esses processos que a gente verifica nas nossas crianças, tenham cada vez menos impacto. Que a gente pense também a Segurança Alimentar na saúde, como trouxe uma companheira distrital de saúde, lá de Campo Grande, a Cândida. Ela colocou da necessidade de aproximarmos os conselhos, porque varias diretrizes da saúde são por acessar comida de verdade. Não acessar comida de verdade, trouxe pra população doença. E doenças tratadas não só nos viés mais básicos da assistência à saúde, mas também nos sistemas mais complexos. E isso também traz custo. Então, a gente tem que pensar, de uma forma mais ampla, o que é valorizar a comida de verdade.

SRª ISABEL: Elas estudam no Colégio Senador Correia... Então, elas chegam em casa e falam assim: Vó, eu comi cenourinha, comi arroz. Mas ele estuda no colégio Pinheiro Guimarães, então, o lanche de tarde dele é o que ele quer... Não adianta que ele come escondido. É um Guaravita, uma batata, não adianta que ele vai comer. A mãe já brigou... Ele joga futebol, ele faz atividade física até demais, mas ele é compulsivo. Não só ele como milhares de crianças no Brasil, no mundo e tudo. Mas, vamos ver. Vamos ver se ele, de repente, faz um regimezinho aí.

SRª MÁRCIA VALÉRIA: É importante também essa fala, porque a gente pensa alimentação escolar dentro de um sistema público de saúde. Mas, quando a gente fala comida de verdade, a gente tem que ampliar isso para todo mundo. E esse direito, que é universal, tá no sistema privado de qualquer instância. Então, da educação também, teremos que pensar... Já é uma discussão antiga, dentro de nutrição, o sistema de cantinas... Mas, gente, nós estamos aqui pra pensar as novas propostas, ou propostas que vão reforçar as anteriores, dentro dessas políticas públicas pra alimentação e nutrição...

SRª ISABEL: Ainda mais que é cantina, né? Cantina, eles fazem de tudo pra vender aqueles salgados, aquelas coisas assim. Então tá, muito obrigada, viu? Obrigada, valeu.

SR. FÁBIO: Mais alguém tem alguma colocação com o tema, alguma proposta?

SRª MIRIAM: Eu li, eu não estou com o documento aqui, mas naquele guia que o CONSEA Nacional fez... Comunicados, né? Que tem a orientação... Em cada Eixo tem algumas informações... Eu acho que uma coisa que seria importante a gente deixar registrado aqui é a necessidade, mesmo, de intercessões das políticas PNAN, certo? Com tudo que vem à bordo dela, porque a PNAN foi criada em 2010 pensando nisso, pra não se colocar mais tanto remédio no mercado, e sim mais comida, pra evitar, justamente, as

filas de doenças no SUS. A política também da educação, o PNAE. E a proposta nossa de alimentação, o SISAN. Quer dizer... A PNSAN, no caso, né? Que haja a intercessão dessas três políticas, mas de forma que os governantes parem pra olhá-las e fazer as intercessões e avaliarem, dentro dessas intercessões, o que vai trazer de benefício para o município, para o estado e para o país. Porque todas elas tem os seus níveis dentro desse critério, municipal, estadual e federal. Então, existe a documentação, a coisa é aplicar o que está no documento. Ok?

SR. FÁBIO: Obrigado. Então até agora o que nós vimos no nosso debate? [Inaudível]
Uma colocação?

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Eu acho que a Miriam fez uma proposta bastante concreta e eu acho que seria interessante, até pra gente otimizar o nosso tempo de hoje, de discussão, começar a encaminhar mesmo as propostas pra que essa mini plenária aprove. Então, Miriam, você quer refazer como uma proposta? Ou a gente... Enfim... [Inaudível]

SRª MIRIAM: Que sejam consideradas as três políticas: PNAN, PNAE e PNSAN. [Inaudível] Sim, a PNAN. [Inaudível] Ah, tem uma outra de saúde? Ok, pode ser, as quatro. [Inaudível]

SR. FÁBIO: Mais alguma proposta?

SR. MEIRELLES: Esqueci de me identificar da vez passada, é Meirelles, sou do Jornal Abaixo-Assinado de Jacarepaguá. Eu estou ouvindo, estou aprendendo bastante, mas, tem um troço aqui na minha cabeça que eu vou perguntar, talvez seja uma mudança de rumo nessa prosa nossa aqui. Por que não se transforma em uma proposta a desoneração da agricultura familiar? Existe algum obstáculo muito grande para isso? É possível se pensar na desoneração? Porque eu ouvi uma senhora falar aqui sobre uma alface com agrotóxico que custa um Real e, sem agrotóxico, custa dois. Então, se a gente desonerar, essa diferença acaba. E o cara que compra com agrotóxico, vai perder dinheiro comprando remédio pra se curar depois. Então eu acho que o caminho pra se dar valor ao homem do campo, pra se dar valor ao homem que tem suas ilhas culturais de plantação de milho, tomate... é desonerar. Porque se desonerou uma porção de coisas aí que não tem necessidade: carro, gasolina. Se desonerou um monte de gente de devolver dinheiro roubado. Por que é que a gente não ajuda esse pessoal do campo a desonerar aqueles que trabalham realmente sem agrotóxico? É a minha proposta é que isso aí seja transformado numa proposta, não sei se é cabível porque eu estou engatinhando aqui agora, estou querendo aprender. Mas eu vou aprender.

SR. RODOLFO: Só pra continuar o debate, eu acho que a desoneração, ela já existe. E o homem do campo não é um, são pelo menos dois ou três que utilizam agrotóxico, e esse tem incentivo, esse tem perdão da dívida, o agrotóxico não tem imposto nenhum. Ele tem ajuda pra comercialização, ele tem o mercado, que distribui facilmente. E o agricultor familiar, ele... [Inaudível] A agroindústria, ela tem ajuda desde a compra da semente, assistência técnica, compra... [Inaudível] A nossa atividade, ela continua amanhã, de Grupo de Trabalho. Eu ia fazer até uma proposta de encaminhamento, acho que pra gente pensar, de repente, na reunião de amanhã, pra otimizar o tempo e o trabalho, que existe já um modelo de legislação municipal que até o Governo Federal divulgou um receituáriozinho com a legislação pra proposta da Lei Ordinária de Segurança Alimentar. De repente a gente podia jogar essa legislação, esse modelo, no Data Show, conversar com ela e sair daqui, de repente, com um modelo pronto pra gerar o debate. Não que ele seja aceito, mas de repente, que a gente pode discutir ele aqui... Não sei. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não sei se eu entendi bem [Inaudível] mas a Lei Orgânica, ela já tá pronta, está faltando a aprovação, mas eu acho que ela já está redigida... [Inaudível] A redação que falta é do Plano, não da LOSAN. [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Está gravado também a fala da mesa? Porque

o representante Ronaldo, do MDA, ele falou duas coisas importantíssimas da questão da educação do campo e ele falou da questão dos valores, porque não seria diferente pra quem produz sem agrotóxico, quem é agricultor familiar. Acho que é importante a gente ter isso no relatório final. Porque ele falou isso como representante de um Ministério. E, se a gente não colocar isso como fala dele, fica como uma suposição nossa, e eu me lembro que ele falou isso. Será que se o incentivo fosse diferente... Incentivo no valor da venda desses produtos, entendeu? Que ele falou que, até 2022, acaba a agricultura familiar. Porque vai ser o incentivo só ao agronegócio. Acho que isso é importante, pegar a fala dele e botar no relatório.

SR. MIRIAM: Desculpa eu falar, mas é que às vezes a gente sabe das informações e tem que pautar na memória. Eu vi recentemente num seminário, acho que o Francisco pode até acrescentar mais alguma coisa, com relação ao Plano Diretor da cidade, o CONSEA Municipal fez um trabalho, se não me engano, de mapeamento de áreas, algo assim... Foi, se não me engano, na EMBRAPA que eu assisti uma palestra dizendo da necessidade de se cobrar do Poder Público, quando for pensar no Plano Diretor, convocar os representantes da agricultura, seja ela considerada urbana, periurbana, o que seja, pra ver que locais da cidade está sendo planejado coisas que poderia haver um espaço pra agricultura e, no entanto, a gente só fica sabendo quando o Plano Diretor é assinado. E quem, de fato, deveria estar participando não é convidado nem convocado. Então eu acho que deveria ficar como uma proposta aí... [Inaudível] Da integração da chamada participação dos legalmente envolvidos, como os agricultores urbanos, os agricultores familiares, a agroecologia, a participarem da elaboração do Plano.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Só fazendo um parêntese nessa parte, na época que o Plano estava sendo discutido, estava em substitutivos ainda e proposta de emendas e tal, nessa época eu presidia o Conselho de Desenvolvimento Rural da Cidade do Rio de Janeiro. Ele ficava baseado na Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia. E eu lembro que, naquela época, dentro do Conselho, a gente fez uma série de emendas ao Plano Diretor, inclusive propondo a modificação desse artigo 13, ou era nono e passou a ser décimo terceiro, enfim, junto com os agricultores e tudo. Quando foi da votação, nós conseguimos encaminhar pra mesa diretora do Plano Diretor, como é que é o nome? Comissão do Plano Diretor. Que era até a Vereadora Aspásia Camargo quem presidia essa Comissão. Então nós conseguimos colocar inúmeras emendas no Plano Diretor. Infelizmente esse artigo, ele não conseguiu ser modificado, mas de qualquer maneira, ele já reconhece a existência de uma atividade agrícola. Por outro lado, algumas outras emendas que a gente propôs foram aproveitadas. Inclusive, lá no final do Plano Diretor, se você perceber bem, tem um capítulo, se não me engano é capítulo oito, que é “da política de agricultura, pesca e abastecimento”. Esse capítulo, a gente construiu ele todo, e ele entrou no Plano Diretor. Então, minimamente, a gente conseguiu causar já um dilema no Plano. Muito bem, como é que você tem um capítulo de agricultura, abastecimento e pesca e você diz num outro capítulo... Né? Então são alguns motes pra poder a gente pegar nesse assunto. Então, eu sou do Governo, que dizer, o fato de eu ser do Governo não significa que eu vá concordar com tudo. E isso foi até um motivo de chamamento, a gente chamou os agricultores pra poder fazer esse movimento, na Câmara, no dia da votação e tal. Mas, naquela época, a gente tinha um agricultor ainda muito desconfiado, cansado de esperar o Poder Público, entendeu? E não conseguimos a organização suficiente pra poder pressionar a Câmara. As coisas mudam, né? Isso já foi... Quando foi isso, 2004, 2005? O Plano foi feito em 2011, né? Que foi finalmente o texto... Então, eu acredito que, diante desses dilemas, dessas controvérsias que a gente conseguiu inserir no Plano, acho que já facilitou bastante o início dessa discussão, né? Alguma cidade, Belfort Roxo, Nova Iguaçu, não sei, conseguiu mudar esse dispositivo. Eu tenho confiança que a gente consiga, mas é uma coisa que depende

muito de mobilização. Não é? Não é o CONSEA ir lá falar, não é o Francisco ir lá ou a Rê. Há necessidade de muito mais entidades, conselhos, Sociedade Civil, pra poder impor essa modificação. O Plano, ele tem uma duração de dez anos, é um plano diretor decenal, então, a perspectiva de mudança, se nada for feito, é 2021. Que vai ter que ser outro plano decenal. Mas a gente tem a esperança que consiga mobilizar pra poder mudar essa situação. E a coisa evoluiu já, bastante. Na época que eu brigava por isso, ninguém ligava. Hoje em dia, a gente já conseguiu fazer com que isso ecoasse em outros setores da Sociedade Civil, também, não só do Poder Público.

SR. FÁBIO: Nós estamos com cinco minutos pra terminar o nosso debate hoje, mas nós ainda temos aqui ainda uma pergunta. Só pra adiantar, amanhã nós vamos retornar aqui nesse mesmo local, às 9 horas, pra nós continuarmos e, também, é bom que nós voltamos pra casa pra refletir, o que nós conversamos e, de repente, amanhã já trazer mais alguma contribuição, mas vamos fechar... [Inaudível]

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Só um minutinho, antes de fechar com você, é que tem uma proposta aqui que a Margarida fez: Que possamos politizar e garantir no nosso município do Rio de Janeiro, desta forma, com esta adesão, garantir a agricultura urbana e poder oferecer alimento de verdade. Não entendi... [Inaudível]

SRª MARGARIDA FROUF: Ela não tá pronta? Nós não precisamos de vontade política do nosso Prefeito, nosso Vice-Prefeito, da Sociedade Civil e do CONSEA como um todo pra que a gente possa torná-la oficial? [Inaudível] Sim, sim, mas aí é articulação, é uma construção. Nós não precisamos disso tudo? Se a gente consolidar e aí, assim, eu estou passando a proposta da seguinte forma: Que possamos politizar... É uma forma que a gente vai estar fazendo, vai estar politizando. E garantir no município do Rio de Janeiro a LOSAN. Desta forma, com esta adesão, garantir a agricultura urbana e poder oferecer uma alimentação de verdade. Essa é a minha proposta. Que a gente politizando todos os setores, a gente consegue a aprovação da LOSAN e, automaticamente... Tá?

SR. FÁBIO: Passar pro nosso amigo aqui pra encerrar.

SR. RODOLFO: Eu queria aproveitar também a presença da Secretária do Meio Ambiente até pra perguntar um incômodo que eu sinto quando eu vejo, passo pelo Aterro do Flamengo, passo por partes da cidade totalmente arborizadas... Não tem árvore com fruto. Não tem árvore que alimenta, só tem árvore paisagística. Existe um modelo de cidade todo feito em cima de uma arborização feita pra não ter ninguém em volta. Até que ponto a gente pode propor a introdução de árvores com fruto e até que ponto isso pode criar alimento, gerar uma cadeia... Entendeu?

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: A pergunta foi apropriada porque, nesse momento, está sendo construído o Plano Diretor de Arborização Urbana. E ele, é uma instância que está aberta a discussão. A construção é feita coletivamente. Está na Parques e Jardins, que está capitaneando isso. Na verdade, eu trabalho na Secretaria de Meio Ambiente, mas, nós criamos essa Gerência de Agroecologia e Produção Urbana, então eu fico meio que um peixe fora d'água ali, dentro da Secretaria de Meio Ambiente, porque existe uma diferença ainda entre a produção de alimentos e a preservação ambiental. É uma coisa, que não tá ainda muito bem esclarecida, as pessoas, próprios colegas meus, ainda tem uma visão ainda muito radical da preservação ambiental. E, às vezes, eu me pergunto assim, se hoje a gente quisesse colocar o Cristo Redentor... Esquece, não tinha Cristo mais, né? Por conta desse tipo de postura e tal. E aí, a gente tem buscado muito essa coisa de harmonizar a produção de alimentos com a preservação ambiental. Eu chamo isso de agrofloresta. Ou agrosilvicultura. Mas é uma ideia que, lá dentro da Secretaria de Meio Ambiente, ainda encontra muita resistência. Mas, com relação a essa questão da arborização frutífera, está aberta ainda essa discussão. A gente pode até ver as reuniões, quando é que está tendo, pra construir esse Plano Diretor e eu tenho certeza que essa é uma proposta que vai, pelo

menos, balançar lá. Porque essa coisa de nativa, sempre nativa, nativa. Eu estava até conversando com o Ronaldo, ele tem uma preocupação muito grande que é a Segurança Alimentar dos animais também que vivem na floresta. Então, se você não tem, por exemplo, a disponibilidade de alimento pra esses animais, vai acontecer isso: você tem macaco entrando dentro da janela dos outros e tal. Mas é uma coisa que está ainda na frente. Está mais pra frente. Mas precisa de você ter uma flexibilidade com relação a essa coisa de só nativa, só nativa, só nativa, só nativa, entendeu? E, às vezes, você costuma ter um prejuízo pra outros.

SR. RODOLFO: Se fosse ter só nativa, a gente tiraria todas as Palmeiras Imperiais do Rio de Janeiro.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Amendoeiras, jaqueiras, é uma coisa que já é impossível.

SR. FRANCISCO CALDEIRA: Bom, gente, estamos encerrando esse momento por hoje.

SR. FÁBIO: Só fazendo uma... Desculpa... Como nós temos aí na Conferência que a participação é importante, que amanhã nós vamos ter um dos eventos que vai ser, exatamente, a apresentação das propostas e a escolha dos Delegados também. E uma das coisas que está no nosso regulamento é a participação integral. Nos debates que são divididos pelos três Eixos. Então, estou anotando os presentes porque acredito que, amanhã, o quorum vai ser maior. E vai ter gente aqui reivindicando... Com certeza, ela lembrou desse fato. Acho que nós temos que prestigiar as pessoas que, realmente, estão cumprindo a regra do jogo. [Inaudível]

SR. FRANCISCO CALDEIRA: Bem lembrado, Fábio. Hoje estamos encerrando nosso trabalho, retornamos amanhã às 9 horas pra continuar essa conversa. Agradecendo a participação de todos aí. E a colaboração vinda de várias partes. E a você, vou responder no particular porque foge muito ao nosso tema aqui.

SR^a MÁRCIA VALÉRIA: É gente, foi um prazer. Continuamos amanhã com um fôlego novo [aplausos], enfim.

5.3.2. Eixo 3 - 2º Dia

SR. FRANCISCO CALDEIRA: [Início da gravação] Do que aconteceu nessa Plenária ontem. Ele vai ajudar a gente aqui hoje porque a Márcia não pode vir cedo. Ontem estávamos aqui eu, Júlio, Márcia e Fábio. Então vamos aqui fazer uma releitura e continuar nosso debate aqui, procurando respostas pras nossas questões.

SR^a JULIANA: Bom dia, meu nome é Juliana. [Inaudível] Eu vou ler... Acho que fica mais fácil, peço desculpas, porque a gente não conseguiu consolidar isso pra lançar aqui no Data Show... Mas eu vou ler os pontos que foram levantados nas pré-conferências relativas ao Eixo 3 e eu acho que a gente pode pensar em conjunto quais serão as futuras propostas aqui. Então... Uma das primeiras questões que foram colocadas é: "Violação de SAN e do direito humano e alimentação adequada na alimentação nas creches". Segundo ponto: "Os centros de convivência e fortalecimento de vínculos, CCFV, comida de verdade". Enfim... Acredito que é: deve-se ter comida de verdade nos CCFVs. "Implementação e consolidação municipal do SISAN." "Aumento do número de profissionais qualificados via concurso público." "Ampla divulgação da política de segurança alimentar e nutricional no município do Rio de Janeiro." "Ampliar a discussão de forma intersetorial." "Mobilizar a sociedade para pressionar o Executivo Municipal no que tange à homologação do CAISAN." "Elaborar o Plano Municipal de Segurança Alimentar." "Intersetorialidade, integração com demais conselhos visando a garantia da alimentação saudável." "Sistema de"... não sei se

tem muito a ver com nosso Eixo, mas... “Sistema de agroflorestas buscando a tradição das culturas indígenas, negros, povos tradicionais”. “Contato direto das crianças com a terra no período escolar, tendo ciência dos diversos ciclos de plantio nas diversas colheitas.” “Retorno ao Currículo Escolar das técnicas agrícolas.” “Coerência das políticas públicas no que se refere ao fornecimento de alimentos pela agricultura urbana e familiar para atendimento aos diversos órgãos públicos (hospitais, escolas, CRAS, entre outros).” “Resgate das erveiras.” “Aumentar o quadro de nutricionistas.” Aí eu acho que deve ser nas escolas. “Aprovação da LOSAN.” “Necessidade de poder deliberativo aos CONSEAs.” “Ampliação dos CONSEAs nos municípios do estado do Rio de Janeiro” e “Fortalecimento da participação popular em cada área programática através de fóruns permanentes”. “Fortalecer o respeito à cultura individual com produtos de qualidade que produzam saúde.” “Aproveitamento integral dos alimentos.” “Alimentação saudável no estímulo das crianças. Prato colorido.” “Aumentar a regulação das propagandas.” “Preservação do alimento como mercadoria.” “Realização de atividades lúdicas para inserir a discussão de alimentação saudável.” “Investir na formação de agentes multiplicadores.” “Fortalecer estratégias de participação da população em debates sobre SAN, não apenas nos momentos de conferência, mas diuturnamente.” “Maior oferta de produtos orgânicos na cidade.” “Ampliar a criação de CONSEAs municipais e potencializar os conselhos já existentes além de capacitação continuada dos conselheiros.” Eu sei que é muita coisa, mas essas são algumas... Não foram todas. Há algumas ainda, propostas de outras pré-conferências que não foram consolidadas. Mas, enfim, só pra gente ter uma ideia do quê que já foi falado.

SR. FRANCISCO CALDEIRA: Eu acho que até por uma questão de tempo a gente tem que focar em alguns temas. Eu acho que a principal discussão que vem desde as pré-conferências relativas ao Eixo 3 é a aprovação da LOSAN. Ontem já saíram alguns apontamentos aqui, nós tivemos a palavra do Secretário. E tivemos algumas propostas aqui da plenária de tarde. Eu acho que hoje a gente devia, primeiro, focar nessa estória de fazer uma pós-conferência a respeito da LOSAN. Eu tenho como proposta marcar uma reunião com o Secretário, expor a caminhada, ele já tem mais ou menos ciência, mas dizer o momento como está. Acho que o Júlio e a Jurema podem ajudar um pouco nisso de expor mais. E acho que é isso. No momento, pra dar partida, nós precisamos ter uma LOSAN aprovada. Isso é uma discussão que já se faz há muito tempo, acho que a Conferência ajuda a pressionar pra que isso saia, acho que a palavra é essa mesmo, pressionar, para que se tenha uma LOSAN aprovada urgentemente. Agora, o Plano, só depois de LOSAN e de CAISAN. O Plano leva mais um tempo pra se estruturar, até porque o Plano precisa ser muito discutido, não dá pra fazer um plano muito rápido. Precisa de uma boa discussão, o CONSEA com a sociedade toda, pra que se faça um Plano que seja representativo dos anseios sociais. Não dá pra fazer um plano de qualquer maneira, e pra isso ele tem um tempo pra frente, a partir de LOSAN e CAISAN e das próprias conferências. Acho que Júlio pode fazer mais algumas colocações, que Júlio tem trabalhado desde o início nessa estória da CAISAN. E mais uma vez eu cito aqui: eu acho que a gente precisa sair daqui com essa meta de marcar, urgente, uma reunião com o Secretário, que se dispôs a fazer essa interlocução pra desatar os nós ainda existentes, acho que muito poucos. Hoje em dia, acho que muito poucos. Acho que é uma questão mesmo de pressão política pra que realmente a gente tenha a LOSAN aprovada. Júlio?

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Bom dia, pessoal. Eu realmente fico muito tranquilo, fico muito satisfeito quando a gente vê que há uma pauta de SISAN, pelo menos as propostas que saíram com relação ao SISAN, são coisas que não vão mais branquear os nossos cabelos. Eu fico feliz com isso. A gente está retomando agora esse problema desse tempo que o processo da LOSAN ficou parado. Atrasou um pouco, né? Vamos dizer que atrasou bastante. Mas a gente já tem aquela outra coisa de a CAISAN já estar embutida ali também,

a gente conversou muito sobre isso, então, quer dizer, vai ser um negócio muito tranquilo. E, como eu disse ontem, repetindo aqui, fiquei tranquilo quando o Secretário, com a ajuda da Jurema Batista, que é nossa Subsecretária de Inclusão Produtiva, determinou que ela então desenrolasse isso. E o nó é muito pequeno, Jurema. Na verdade, sintetizando o que aconteceu aqui pra vocês, foi o seguinte: o nosso Projeto de Lei Orgânica... A Lei Orgânica, foi feito o texto e esse texto ele foi à Procuradoria, a Procuradoria sugeria alguma alteração, voltava... Então, isso foi até uma época antes de eu... Foi quando eu estava chegando no CONSEA. Mas a gente não tinha uma visão, assim, de concordância com Procuradoria. E, assim, não adianta você ficar criando brigas em despacho de processo. Eu acho que isso é uma coisa que não tem sentido. Então, se pede uma coisa, se essa coisa é fundamental pra se aprovar a lei, a gente segue a orientação. Até porque a gente não é advogado, não sabe que implicação aquilo pode ter lá na frente. Tudo é analisado por advogado. Então, depois que... Inclusive a última, até a última alteração que eu fiz na LOSAN, que eu me lembro, foi a questão do Fundo. Porque a LOSAN, o texto que a gente tinha, ele falava da criação do Fundo de Segurança Alimentar. Que nada mais é do que um recurso disponibilizado pra o CONSEA, pra poder implementar essas ações de SAN. E o que acontece? A palavra "Fundo"... Isso é uma questão de semântica, a palavra "Fundo" remete a uma necessidade de votação na Câmara. Então, o que aconteceu? Trocou-se a palavra "Fundo" pela palavra PT, Programa de Trabalho, é um recurso que vai ali pra um programa... É a mesma coisa de um Fundo, só que a palavra "Fundo" ia fazer com que a gente atrasasse mais um ano nesse processo, ou mais, de publicação da LOSAN. Então essa foi a última alteração que a gente fez, trocou a palavra Fundo pela palavra de recurso do gabinete do Secretário, pronto. Então o problema foi sanado. Quando o processo já estava pra poder ir pra votação na Câmara, por uma barbearagem lá de algum colega, ele foi desviado pra um outro setor que era de Análise de Despesas. E aí ficou-se analisando despesa dentro de um processo de lei orgânica. Quer dizer, no final daquela ida e vinda pra análise de despesa, a gente falou: Poxa, mas isso aqui é um processo de lei orgânica, não tem nada que fazer análise de despesa em processo de lei orgânica! Processo de lei orgânica é de lei orgânica. Análise de despesa é análise de despesa. Então, quer dizer, o que nós vamos fazer lá, essa reunião que o Chico tá pedindo lá e que a Jurema, tenho certeza que vai fazer isso antes mesmo dessa reunião. Porque às vezes, até mesmo pra você arrumar agenda é um negócio que atrasa. Ah, o Secretário não pode hoje. Pode semana que vem, mas aí o Chico não pode. Então... Tudo bem, a gente pode até fazer essa reunião, mas eu não vejo mais essa necessidade de pressão, porque a coisa está esclarecida e eu tenho certeza de que o nó é muito fácil de ser retirado. Das outras propostas que a gente tem aí, são coisas, às vezes, que nem tem muito a ver com nosso Eixo, de Sistema. A questão, por exemplo, do aumento do quadro de nutricionistas, quer dizer... São negócios que dependem muito de lei de responsabilidade fiscal. Então a gente não sabe se a Prefeitura... Por exemplo, eu sei que há uns dois anos atrás a Prefeitura estava com o quadro de engenheiros já cheio, não podia mais fazer concurso pra engenheiro. Não sei qual é a situação de nutricionistas no município. São coisas assim que vem na cabeça, mas que a gente não sabe a implicação e as impossibilidades de se levar a efeito uma proposta. Aumentar o quadro de nutricionistas. Eu não sei de cabeça, mas vamos supor: a Prefeitura só pode ter mil nutricionistas. E já tem mil. Então não tem como fazer concurso pra nutricionista. O negócio está em gestão de responsabilidade fiscal e evidentemente que nenhum gestor público vai colocar a cabeça na guilhotina pra fazer uma coisa que tá fora do contexto. Mas então é isso, essa explicação da lei orgânica é essa, isso não é uma coisa de governo, é uma coisa que foi construída pelo CONSEA esse tempo todo. E a gente vai partir pra cima agora, depois dessa conferência, vamos ver, não sei se há a necessidade de se fazer um lobby junto aos vereadores, fazer a votação para poder apressar a pauta. Então isso é uma coisa que a gente vai estudar, isso, politicamente, nem é

o meu forte... Fazer um estudo político, não tenho muita experiência nessa questão política. A Jurema tem uma experiência incomensurável nesse negócio de política, então vai ajudar a gente e vai indicar. Ou então CONSEA, olha só, tem que fazer um lobby. Tão com muita preocupação, votando não-sei-o-quê, não-sei-o-quê, a gente precisa fazer um lobby ali pra colocar a votação desse Projeto de Lei na pauta o mais rápido possível. Mas é uma coisa que... Eu não tenho termômetro pra isso, né? O termômetro político pra isso, no caso, eu confio no termômetro político da Jurema pra isso. Uma pessoa que já teve... Já foi vereadora alguns mandatos, já foi deputada. Então, que já tem conhecimento do trâmite administrativo dessas casas de lei e tal. É uma coisa que eu realmente confesso que não entendo bem. Mas vamos nos pautar na orientação que Jurema der pra gente. Até porque a Jurema participou também da construção da LOSAN, tem interesse que isso saia, recebeu ontem uma determinação pra que trabalhasse nisso. Então a gente, eu estou muito sossegado com relação a essa questão da adesão ao SISAN. Porque, na verdade não é o CONSEA que faz adesão ao SISAN. O CONSEA, ele dá condições para que o Gestor decida fazer adesão ao SISAN. A nossa função é essa, nossa função não é aderir ao SISAN. Mas dar condição, falar assim, ó: Prefeito, Secretário, pronto. Pode aderir, já tem condição de aderir, cumprimos o nosso trabalho de casa. E aí é uma coisa que vai depender de discussões e tal. Pelo que a gente viu ontem aqui, parece que existe um consenso e que a adesão é uma coisa que é um desejo do Secretário. O Prefeito já sabe disso também, tanto que não recebeu lá o processo por conta desse desvio que teve no meio do caminho. Eu acho que é um negócio que vai ser muito tranquilo pra gente. Tomara... É novembro, a Conferência Federal? A Estadual é em agosto? Então, a gente espera que, o mais rápido possível, a gente consiga estar, emblematicamente, numa próxima Conferência, anunciando a adesão da nossa cidade ao Sistema. É isso aí, gente. Obrigado.

SR. MARCELINO CONTI: Júlio, eu fico assim muito feliz quando você veste a camisa do CONSEA. Acho que é isso mesmo, Jurema, obrigado por você estar aqui. Eu achou que são duas peças fundamentais dentro de um Governo que tem negligenciado, há muito tempo, a questão da LOSAN. O Governo, não os dois. Não os dois. E aí você percebe o quanto é importante a questão de você ter representações que sejam igualitárias dentro de um Conselho aonde a Sociedade Civil vai estar junto com o Governo discutindo esse tipo de coisa. Porque as prioridades do Governo nem sempre são as prioridades da Sociedade Civil. E aí, quando você tem Conselheiros do Governo que enxergam isso, cara... Nosso coração fica muito feliz. Obrigado. Obrigado pela presença de vocês dois dentro do Conselho. Mas eu acho que, ainda assim, é importante que nós, enquanto Sociedade Civil, tenhamos esse encontro face a face com um Secretário, numa postura formal, num ato que vai estar cobrando dele: Olha, a gente quer uma resposta segura, porque esta é a resposta que nós vamos divulgar pra quem nós estamos representando. Porque essa questão da gente representar as outras pessoas é muito complicado. E a gente precisa dar retorno. As pessoas estão esperando retorno. Quem participou da pré-conferência tá esperando um retorno. Evidente que, passou a LOSAN, aí nós vamos ter a briga pelo Plano, nós vamos estar brigando pelo Plano, vamos estar discutindo, afinando. Aí, dentro do Plano, sim, essas respostas todas, demandas todas que estão surgindo, elas serão respondidas dentro do Plano. Ah, vamos ter uma ação pedagógica dentro da alimentação escolar? Opa, é isso. Pra essa ação acontecer vai precisar ter mais nutricionista, vai precisar ter agente formador de opinião, multiplicador, vai precisar... Nós vamos pensar isso tudo depois. Mas é preciso que a gente tenha a LOSAN, que a gente tenha a CAISAN e é preciso que a gente assine a adesão ao SISAN. E a gente quer uma resposta que ela seja oficial e que, se vocês podem nos abrir a porta, colocar frente a frente com o Secretário, eu acho que essa seria a grande função de vocês agora, enquanto membros, enquanto vestirem a camisa do CONSEA.

SRª JUREMA BATISTA: Bom dia a todos e a todas. Ontem eu fiquei bastante feliz com

a fala do Secretário aqui. Que inclusive ele passou a bola pra mim. [Risos] Quando passa a bola, eu acho ótimo. Que aí a gente tem a bola vai rolar. Mas na verdade tenho até, assim, pra falar pra vocês aqui que o companheiro Júlio é uma pessoa bastante atuante lá, junto ao governo. Nós estivemos lá, com o Sá. Que era o responsável por tramitar o projeto, aí deu uma certa complicação, acho que foi falta de entendimento mesmo. Aí ficou rodando lá, não sei quanto tempo, aí, agora já está a quatro meses parado em outro lugar. Eu tenho certeza que, depois de ontem, a bola vai rolar. [Risos] Porque nós vamos, eu e Júlio, estamos lá dentro, a gente pode ver. Mas isso, claro, não impede, pode acelerar, desse encontro formal, do CONSEA com o Secretário e a questão é do compromisso mesmo. O compromisso com o CONSEA, eu já fui Presidente do CONSEA aqui Municipal... Tenho muito orgulho disso, de ter no meu currículo, nas minhas ações, ter sido Presidente do CONSEA... Como muitas coisas que eu tenho certeza que vão acontecer, como a questão das nutricionistas, que foi colocada, e a gente vai poder tocar em outro momento, realmente a questão da segurança alimentar também tem a ver com nutricionista. Porque é quem está na saúde, está na educação, está pensando no cardápio, está pensando na política de segurança alimentar... Acontece que nunca mais teve concurso pra nutrição, e com isso está sendo sempre terceirizado. E a gente, eu, por exemplo, sou contra a terceirização. E eu acho que tem que ter funcionário público trabalhando na coisa pública, porque é um outro compromisso. Eu sou funcionária de carreira da Secretaria. E aí eu tenho compromisso, porque qualquer coisa eu vou responder. E uma pessoa que não é, não desmerecendo quem esteja, mas essa pessoa que é contratada pode estar lá, em qualquer órgão público, com uma pessoa que seja concursada, efetivada, responsável, que eu acho que é muito mais fácil pra tocar isso. Então, eu só vim aqui na frente pra me comprometer mais uma vez com o CONSEA, com todo mundo que trabalha com Segurança Alimentar, que eu acho que é... Assim, as pessoas ainda não sacaram, igual falaram aqui ontem. O que significa essa agenda? São coisa bobas, pequenas. Quem vê televisão, eu tenho comentado muito com as pessoas sobre um comercial que tem de uma moça que tá fazendo um frango, aí ela tá falando com a mãe, quem já viu isso? Tá falando com a mãe no telefone que a mãe briga muito com o pai dela. Aí fala: Mas mãe, para de brigar com o meu pai, vocês precisam de parar de brigar! E ela tá botando o frango pra fazer, o frango. Aí nisso o marido entra e começa a brigar com ela porque ela usou o aparelho de barbear dele. Ela vai, ela tinha colocado, sei lá, três ou quatro coxas de frango, não sei se na panela ou no tabuleiro... Duas... Aí ela vai e pega a coxa que era dele e guarda, e bota pra congelar... Assim, pra quem já viu o comercial... Eu não tinha nem prestado atenção no comercial, minha filha que falou. Agora, eu fico pensando assim, gente, que frango é esse? Que pode ficar tanto tempo... Você mexe no frango, você enfia de novo dentro do saco, você coloca no congelador, sabe? Quanto de veneno tem pra aquele frango... ficar “vivo” [Risos] dentro da geladeira e pra você comer e não passar mal? Que tanta química tem? A gente não tá mais comendo frango à caipira, mas... É uma questão de política mesmo, né? Ele falou que eu sou da política, gosto da política. E realmente é uma briga, e a gente tá comprando uma briga com a Indústria Alimentícia. Uma briga séria que a gente tá comprando com a Indústria Alimentícia. Que é exatamente essa coisa do *fast-food*. Vai lá, compra não-sei-o-que, come não-sei-o-que-lá, já vem tudo pronto. É *nuggets*, a mãe dá *nuggets* pra criança com macarrãozinho “Kinojo”. [Risos] Porque tá tudo rápido, o tempo tá muito pequeno. A mulher trabalha fora, tem a dupla jornada. O companheiro, marido, nem sempre ajuda, quando tem. O perfil que a gente trabalha na prefeitura, a maioria, o chefe de família é mulher. Então essa mulher tem que agilizar a vida dela e a Indústria Alimentícia sacou que tem um nicho que eles podem entrar pesado. E tem muita química nesse nicho. Então, assim... Não é fácil essa briga que o CONSEA, cada vez mais, a gente vai comprar, sabe? Porque é uma briga política, esse povo banca Parlamentares, banca campanhas, banca muita gente. Muita gente. A gente vê um monte de artista global lá, né? Fazendo

comercial de um alimento que a gente sabe que não come, assim, eschachado. Roberto Carlos, ele fez comercial daquele da Friboi e ele nem partiu aquele troço pra comer. Eles fazem um negócio que nem eles comem, é igual televisão, pega um monte de artistas e eles dizem que não deixam os filhos verem as novelas que eles fazem. Aí a minha neta vai ver? Não vai. Então é assim, gente, a questão, ó: consciência, sabe? A gente tá num momento de grandes reflexões, apesar de estar tudo muito corrido, muito corrido, mas de grandes reflexões e acho que a gente tem... Nós estamos dando uma ajuda pra humanidade repensar o que é que está entrando pela boca. O quê que a gente tá botando na nossa boca? A saúde entra pela boca, dizem os dentistas. Em todos os sentidos. Com o dente bom, que a comida ruim também estraga o dente, não é? Então esse é um lema da saúde bucal, que a saúde entra pela boca. Mas entra pela boca na questão da dentição, mas também na questão, principalmente, do que você tá comendo. Jurema Batista, presente. [Risos] [Aplausos]

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Só pra ilustrar, eu moro aqui pertinho, então, hoje, eu estava vendo o Bom Dia Brasil. Lá nos Estados Unidos, hoje, foi proibida a gordura trans. É. É, não pode mais. Então já estão lutando pra poder ter em algumas coisas, quer dizer, a luta já começou. Acabou hoje mas a luta já começou hoje. [Inaudível] Pois é, exatamente. Mas o que a gente tira disso tudo é o seguinte: o mundo tá mudando. O mundo tá mudando, quer dizer... Eu, a dez anos atrás, estaria aqui fumando um cigarro. [Risada] Hoje, se eu acendo um cigarro aqui, vocês vão me botar pra correr. Dentro do elevador eu estava fumando. Então as coisas vão mudando, a bicicleta... A gente vê hoje aí, quanto Globo Repórter que fala sobre alimentação e tal. Então a coisa vai mudando devagarzinho, evidentemente que a gente vai ter que imaginar um novo modelo de produção que possa dar comida de verdade pra... Quantas pessoas? São sete bilhões no mundo, né? Sete bilhões e meio, é isso? Sete bi e meio? Então, sete bi e meio de pessoas pra comer comida de verdade, vamos ter que repensar muita coisa aí, e aí a discussão vai extrapolar a questão da Segurança Alimentar, vai começar a entrar na questão de [ininteligível], de adubação e tal, produção de matéria orgânica composta... Mas pelo menos a gente já saiu do zero. Conseguiu sair da inércia e, o mais difícil pra você empurrar um carro, é você começar a empurrar ele. Depois que ele começa a andar, você tem que fazer menos força. É por aí que eu imagino que essa coisa vai, esse vulto vai ainda se engrandecer.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É que, assim, o que os olhos não veem, o coração não sente. Mais ou menos. Então, nos produtos industrializados tem como a gente ver o rótulo e selecionar o que você come do que você não quer pra sua saúde. Quando a gente vai numa feira, num Hortifruti, você tem lá as frutas, legumes e verduras, e não tem como você fazer essa análise. Se tivesse como, alguma legislação que estabelecesse que fosse exposto o que tem de agrotóxico naquela produção, o que pode ter de contaminante naquele alimento, acho que as pessoas iam acabar se sensibilizando e se preocupando muito mais com o que elas estão comendo. Porque a gente acha que tá comendo uma coisa saudável e, na verdade, às vezes está até se envenenando. Com as frutas, legumes e verduras.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Essas análises são muitos difíceis de serem feitas na hora assim, na banca de mercado, até porque também você tem a questão do tempo de carência da aplicação do produto. Então, quer dizer, se você aplica hoje, você só pode consumir daqui a uma semana. Quer dizer, daqui a uma semana evidentemente que você já vai ter alguma contaminação. Ainda mais se o produto for daquele que entra dentro da planta, que a gente chama de sistêmico. Tem o defensivo de contato, que só pega a planta na parte de fora, mas você tem o sistêmico, que é aquele que entra na circulação de seiva da planta, então esse é mais complicado. Agora, independente de um pedido de carência ser atendido ou não, se você for fazer a vista mesmo, fina, você vai achar alguma coisinha. Esse negócio do T do transgênico é uma coisa que agora não vai mais ser obrigado a ter. Então você não vai saber... O que é que vai acontecer? Eu acho, você vai começar a rejeitar

outros, por exemplo, milho, que às vezes nem seja transgênico, porque botou tudo dentro do mesmo balaio. Então você não vai ter mais como escolher. Pessoas, assim, que tenham essa consciência alimentar e tudo, vão começar a parar de comer milho porque não sabe... Não sei o que é. Então provavelmente essa rejeição ao produto, pode ser até que, daqui a pouco, comece a interferir no ganho do agricultor. Se for um movimento... Ó, ninguém mais come milho. Ninguém mais come milho. Então, vão se sentir forçados a voltar com o T. Ou pelo menos o pessoal que não usa T vai se sentir forçado a... Ó, volta com o T porque o meu não tem T e tá sobrando no meu paiol. Entendeu? Mas tudo isso é uma questão de pressão popular e essa coisa toda. Lembra uma época que teve aquele: Não, não, ninguém, compra gasolina da Petrobrás. Não teve um negócio desse, uma época? E o que aconteceu? Petrobras foi obrigada a dar o jeito dela, baixar a gasolina, diminuir a corrupção, não sei, enfim, o que é que... Enfim, eles deram um jeito. Alguma coisa foi. A mobilização popular, de alguma forma, movimentou isso. É isso aí.

SR. LEONEL ROCHA LIMA: Bom, eu vou pedir a palavra aqui nessa questão do que ela falou, como que a gente vai garantir que aquele alimento que tá na banca seja um alimento adequado pra ser consumido? É a questão da responsabilidade técnica, as propriedades rurais, como os outros estabelecimentos. A gente estava falando da necessidade de ter um responsável técnico da nutrição, então as propriedades rurais deveriam ter um responsável técnico, esse responsável que estaria garantindo à sociedade que aquele alimento que tá ali tem condições de ser consumido. Então você tem os vários tamanhos de produtores, então os produtores maiores, os médios, teriam um responsável técnico individual. Os pequenos teriam os responsáveis técnicos de forma grupal, como é feito a questão de acreditar que o alimento é orgânico pela responsabilidade social dos próprios produtores. Então esse é o sistema mais viável de você garantir o alimento lá, porque vai ter um responsável técnico. Se der problema, aquele responsável técnico vai estar sendo responsabilizado. É essa função dos conselhos profissionais, de fiscalizar os responsáveis técnicos. Mesma coisa a nutricionista, você vai fazer uma farmácia, tem que ter um farmacêutico, vai fazer... Tem a questão do produto de origem animal, os produtos de origem animal tem os responsáveis técnicos. Os de origem vegetal, ainda não tem, isso é uma luta pra que a gente venha a conseguir essa questão da garantia do alimento. Agora, outra coisa que o Júlio falou, essa questão da participação popular, aqui no Brasil, a gente tem que caminhar muito, porque a participação é baixíssima, até por falta de esclarecimento e de conhecimento dos direitos que o consumidor tem, porque o consumidor é o que tem mais direito e mais poder, quando ele tá representado. O grande exemplo é a Organização dos Aposentados da América dos Estados Unidos. Eles fazem exercer o direito de consumo deles. Mas é um país que tem uma grande capacidade de aquisição e uma grande capacidade de compra e tem muitas pessoas aposentadas que tem informação suficiente pra poder exercer a função. Então a gente tem que continuar estimulando o controle social pra poder a gente ter os direitos garantidos. Agora, a questão do alimento, é importante o responsável técnico, porque você tem condições de garantir o alimento seguro, se você fizer a produção dentro do que é estabelecido, que é aceito e legalizado. Muito obrigado.

SRª MIRIAN: Bom dia a todos, ontem eu estive aqui, acho que a maioria também esteve. Eu sou Mirian. Eu represento, eu sou do CONSEA Estadual e no CONSEA Estadual eu represento as pessoas que tem necessidades alimentares especiais, o seguimento. No meu caso é a doença celíaca, que, infelizmente, muitos profissionais, até da saúde, às vezes veem a questão do “não contem glúten” como um modismo, mas não é modismo, não. Foi por desconhecer a doença celíaca que os médicos que me trataram, desde a infância, não descobriram. Eu descobri por acaso, fazendo a leitura de um livro que trazia os sintomas que eu sempre tive desde a infância. E isso, eu fui descobrir aos quarenta e sete anos, no limiar, por pouco eu não estaria mais aqui. Então eu abracei a causa porque

eu vi que é uma coisa séria. Então, eu penso assim: nós, em termos de controle social, pecamos muito, no sentido, assim, do caso agora da saída dos transgênicos. Eu acho que os CONSEAs do Brasil deveriam ter feito um lobby deles, ter ido também pra pressionar. Porque, aqui no Rio de Janeiro, nós lembramos que... A Angelita está aqui, que é do Conselho também... A nossa lei, como a Regina ontem falou, foi a Ex-Presidente do CONSEA, nós só conseguimos que o CONSEA tivesse publicada a LOSAN indo a um evento onde estava todo o staff do Governador até o Ministro, na época, do MDS, Patrus Ananias. Então nós fizemos uma carta aberta e no dia da inauguração do Ceasa de um restaurante popular e um hotel, simplesmente pegamos de surpresa a equipe do Governo. Porque o Ministro tinha informação de que estava tudo ok no Rio de Janeiro. Em função disso, três dias depois, saiu publicada a nossa LOSAN. Então eu penso assim. Eu cheguei no meio do debate mas deu pra “pescar” o que estavam comentando. Então, como o Leonel está falando, também a falta de informação gera a falta de argumentação. A nossa equipe da ACELBRA, que é a associação dos celíacos, tem muitas pessoas que acham que nós temos sede própria, um escritório bem montado pra fazermos os nossos trabalhos. Mal e porcosamente, a nossa sede varia de acordo com quem é indicado para a presidência do Conselho, fica sendo a residência da pessoa pra receber os contatos. Então é uma coisa feita igual formiga, só que, nós que temos a necessidade de saber se o alimento contém ou não contém glúten, porque, em função disso, é a nossa sobrevivência que está em jogo, nós passamos a ficar muito atentas aos rótulos. Então, aquele numerozinho de saque, que muitas vezes a pessoa compra o alimento e não percebe aquela informação, aquilo ficou valendo pra nós como um guia orientador. Então a gente pega o produto, vê, às vezes, até a composição, muitas das vezes tem lá: Não contém glúten. E a gente vê que tem um componentezinho lá dentro que tem o glúten, sim. Então, até por falta de orientação e informação, o próprio produtor se engana. Houve uma ocasião que o milho da Granfino, milho branco, de fazer canjica, estava lá: Contém glúten. Eu achei aquilo muito estranho, como é que o milho vai conter o glúten que a gente sabe que é um cereal que não contém. Aí eu liguei pra Granfino. Eles não sabiam. Ah, não, apareceu uma Lei aqui dizendo contém ou não contém glúten, como nós não temos informação suficiente, a gente resolveu dizer que contém glúten pra nos salvar. Hoje, se vocês olharem, vocês vão ver que não tem mais essa informação ali. Então eu acho assim: que falta, sim, os Conselhos fazerem... Ontem mesmo eu estava observando: a mídia não cita uma linha sobre as Conferências, quer dizer, nós estamos com varias Conferências, não só de Segurança Alimentar, da saúde. Mas um Globo Repórter, um Ana Maria Braga, ninguém fala. E todo mundo falando de alimento, todo mundo com a banquinha... [Inaudível] A indústria, pois é. A indústria, mas se a gente for somar os que fazem os alimentos com a população brasileira que faz parte de conselhos de alimentação, de saúde e educação, nós seríamos a maioria e poderíamos fazer barulho. Então, acho que tá faltando isso: nós consumidores, de um modo geral, aprendermos a olhar o rótulo e questionar aquilo que a gente... Ainda mais nós, que estamos representando uma parcela que fala de Segurança Alimentar e Nutricional. Então aí fica o recado pra que a gente atue por telefone, olhe o rótulo, ligue pro SAC, questione, que aí eles vão também ficar atentos. Obrigada.

SRª JULIANA: Gente, vamos tentar então consolidar aqui uma proposta, enfim, uma não, as propostas, pra fechar? Da leitura aqui dessas propostas das pré-conferências, me pareceu que tem uma linha aqui mestra de intersetorialidade, trabalho em rede, maior comunicação entre os Conselhos, isso apareceu várias vezes. Então a gente podia tentar consolidar dessa forma. Alguma idéia? Bem, então acho que a gente podia fazer... repetir aqui. Consolidando o que eles falaram. Necessidade de maior controle... Quem, como é que a gente tá anotando isso? Alguém anota? [Inaudível] Não, a gente vai passar o arquivo e vai juntar. Mas como proposta de hoje, a gente ontem falou duas. E obviamente a da

LOSAN, a aprovação da LOSAN e o trabalho político de lobby pra gente fazer. Mas a maior necessidade de trabalho em rede dos Conselhos. Interação entre os Conselhos. Os planos, a integração das políticas nacionais, isso a gente já colocou. [Inaudível] Eu acho que já está anotado também, a desoneração e a integração das políticas nacionais. [Inaudível] Mas será que isso fica aqui como ponto pro nosso Eixo? Dentro de construção da SISAN? [Inaudível] Não, eu estou pensando só nas escolas agrícolas, isso tem a ver com a SISAN municipal. [Inaudível] Eu acho que a Miriam não pegou a leitura das propostas.

SR. MARCELINO CONTI: Vamos lá, queridos, olha: Essa pergunta, a “um”, nós não conseguimos responder ontem por conta dessa discussão que nós tivemos ontem. Ontem, como está sendo organizado o SISAN em relação à sua cidade, nós estamos tentando fechar aqui um textozinho pequeno, que a orientação é de que ele tenha, no máximo, dez linhas, de toda a discussão que teve ontem. Então... A adesão do município ao SISAN ainda é um desafio, apesar de termos o CONSEA e o COMSAN. O CONSEA é o Conselho e o COMSAN é a Conferência Municipal. Funcionando. É necessário ainda a LOSAN, que é o que nós estamos brigando. É uma decisão das autoridades, já foi realizada sensibilização para que, com vontade política, possa fazer a adesão durante a Conferência Estadual. Ponto. A implantação do SISAN gera compromisso para todos os setores envolvidos na segurança alimentar, que devem ser assumidos acima dos interesses políticos, que implica em pensarmos um município em todas as suas dimensões, inclusive dando atenção aos produtores rurais urbanos, mudando a cultura de pensamento cosmopolita em benefício das políticas públicas que priorizem a agricultura familiar.

SRª JULIANA: Mas, além disso, tinha ainda outra... Outras propostas...

SR. MARCELINO CONTI: Calma... Calma. Calma. Esse é o resumo pra responder essa questão. E aí ela desmembra em mais questões aqui, vamos lá. Quais são os desafios e responsabilidades, compromissos na relação do Estado-Sociedade para avançar no aperfeiçoamento, consolidação do SISAN? Primeiro desafio: Convencer as autoridades, Prefeitos, Governadores, da importância da Segurança Alimentar. Garantir a aprovação da LOSAN junto à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Implementar uma ação pedagógica de Segurança Alimentar junto à Secretaria Municipal de Educação e avaliação das quatro políticas de segurança alimentar: PNAE, PNSAN, PNS, de Saúde, e PNAN. É isso?

SRª JULIANA: Perfeito, acho que... Alguém lembra de alguma outra coisa? Acho que está tudo aqui. [Inaudível]

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Em relação à avaliação das quatro políticas, é algo além de avaliar. É avaliar e integrar essas políticas pra uma ação mais efetiva com as questões de Segurança Alimentar. Acho que foi a proposta da Miriam, né?

SR. MARCELINO CONTI: Repete de novo, Márcia, por favor?

SRª MÁRCIA VALÉRIA: [Inaudível] Ah, tá... Isso. Avaliação e implementação, isso... [Inaudível] Implementação e integração, acho que é melhor... [Inaudível] Olha só, também, que veio das pré-conferências. Integração e intersetorialidade entre os conselhos municipais. [Inaudível] Quais são os desafios, isso... [Inaudível] Outro resgate: fortalecimento da participação popular. [Inaudível]

SRª JULIANA: Uma coisa que apareceu aqui muitas vezes foi a questão dos profissionais via concurso publico. [Inaudível]

SRª ANGELITA: Bom dia, meu nome é Angelita, eu sou do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e, participando de uma das pré-conferências, saiu essa questão do aumento do quadro. Aí eu fiquei coçando a língua pra falar, mas não contra, mas acrescentando que o que foi comentado por uma servidora, inclusive, foi a questão da aposentadoria e da falta de paternidade da nossa categoria dentro das questões que estão sendo traçadas agora. Redução de carga horária. Todos os profissionais vão ter redução, menos a nutrição.

Eu não sou servidora municipal, eu sou do estado, quadro do estado, da saúde, mas a única categoria que não vai ter diminuição de carga horária é a da nutrição, então isso é um problema. Que as pessoas vão ter só um emprego, enfim. Então, assim, acho que precisa se ver essa questão até porque está faltando. Eu não sei como é feita essa avaliação, muitos estão se aposentando e, se a gente for olhar as escolas, não tem profissional. O INAD hoje tá reduzidíssimo, tá com uma função específica, e não está dando conta de todas as escolas e de toda rede, tem até na rede de saúde, mas não tem toda a rede. Inclusive isso está sendo um problema, por exemplo, lá pra AP 5.1, 2 ou 3, que não tem nutricionista no quadro. Então, assim, eu queria que revisse isso, mas de uma forma a pensar uma estratégia pra esse quadro que, por exemplo, eu sou também da ANERJ, que é associação, a gente não pode representar o staff de nutricionistas nas discussões, por exemplo, da Câmara. E, há pouco, nós fomos procurados, as pessoas em desespero, porque todo mundo vai reduzir o quadro, menos a nutrição. Foi nesse sentido que foi colocado acho que na conferência da AP3.1, de que fiz parte, por uma menina dentro do grupo que a gente estava, e aí eu precisava ter falado. Desculpa, Ju.

SRª MÁRCIA VALÉRIA: É sim, eu acho que além das questões que a Angelita já apresentou, tem uma questão muito séria, que em vários momentos é esperado do profissional de nutrição várias ações de participação e orientação em várias ações, de educação nutricional, ações de fiscalização de produção dos serviços, avaliação de qualidade de produtos, mas se continuar essas ações dentro de uma política de terceirização de serviços, minimamente... Bom, a gente já estava discutindo aqui a qualidade da alimentação nas escolas. Então eu acho que não precisa nem falar muito do risco que isso pode... de comprometer todas as ações das áreas mais fundamentais da segurança alimentar. É uma ação integrada e, se a gente não chamar a atenção pro que a redução desse quadro pode acabar gerando um impacto em ações futuras, na consolidação do próprio sistema, como a gente deseja, e na qualidade dos serviços prestados à população, mais imediatamente falando, isso pode comprometer muito na ponta, algumas ações, e até a facilidade da integração dessas ações com outras esferas.

SRª JULIANA: Consolida como? Ampliação do quadro de nutricionistas na rede municipal. Vamos escrever isso? [Inaudível]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu não sei porque isso é uma seara muito... Mas, assim, tentar ligar isso com as ações, a Márcia colocou... Porque não é tudo que a gente tem na cabeça pra falar, mas justificando as ações, principalmente... Se a gente for olhar a população mais vulnerável são as crianças, então, já começando das escolas, das creches comunitárias, que agora não são mais, de “linkar” as ações que são... [Inaudível] Exatamente. Márcia... [Inaudível]

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Não é só a qualidade da alimentação não... Vamos lá. É garantir a qualidade da alimentação, as ações de fiscalização relativa a outros serviços, convênio, as ações de segurança alimentar pertinentes à prática profissional.

SRª JULIANA: Eu acho que fica assim, ó: Aumento do quadro de nutricionistas concursados para garantir a qualidade das ações de segurança alimentar. É mais amplo do que “da alimentação”. [Inaudível] Pertinentes à categoria profissional.

SR. JÚLIO CESAR BARROS: Deixa eu dividir um negocinho rápido com vocês aqui. Hoje tá aqui com a gente a Janaína. Janaína, ela é encarregada do Hortas Cariocas na Escola Municipal Cardeal Câmara, que fica lá em Parada de Lucas. E aí, eu estou me dando conta aqui de uma coisa... É uma escola, não é muito grande, tem lá seus 700 alunos, né Janaína? Mais ou menos por aí, a escola, mas, assim: todo mundo na horta direto, o espacinho que tem vai pra horta. E eu fico feliz quando a gente chega numa escola que tem o Hortas Cariocas porque... Eu chego numa escola que não tem o Hortas e vejo lá, tem o macarrãozinho com o arroz e uma carinha ensopada. Quando eu vou na escola dela, por

exemplo, que tem o Hortas Cariocas, aí o macarrão já tem uma salsinha. O arroz já tem outro negocinho ali mais coloridinho, a carne já vem ali com uma abóbora, alguma coisa assim. Então são essas pequenas coisinhas assim que fortalecem ali aquela questão dessa política de melhoria da alimentação escolar e melhoria da relação da criança com o alimento. Então, quê que acaba acontecendo? Aquela criança em casa, o pai não ensinou a comer verdura. Porque o pai também não foi ensinado, nem a mãe. Então a gente começa, e eu vejo muito isso na escola dela... E a gente teve uma sorte, porque a escola dela tinha uma sala de técnicas agrícolas, já tinha uma hortinha montada e que ficava ali jogada. Então ela, com mais duas pessoas ali, dão conta daquilo. E a gente começa a incentivar uma inversão na mão do fluxo da educação, quer dizer, ao invés de ser o pai, a mãe ensinando a criança a comer verdura... Come verdura, moleque! Não sei o que! Não, é a criança que leva pra casa a verdura... Ó pai, essa alface aqui, fui eu que plantei, mãe, ó. Fui eu que plantei, eu quero comer. Então a gente tá tentando agora, por esse lado, tentar inverter a mão. Então eu fiquei muito feliz porque o Rio tem mil e quinhentas escolas. A gente tá em vinte escolas. Dá mais de um por cento. Dá mais de um por cento. E eu fico satisfeito com isso porque todas as escolas que a gente tem o Hortas Cariocas presente, a gente tem essa mesma coisinha dessa inversão do fluxo da criança, mexendo com o negócio, resgatando a identidade rural que a maioria dos cariocas perdeu, não é isso? Só queria complementar com isso, estou ilustrando aqui que eu vi a Janaína presente ali e eu vi a questão de alimentação escolar, eu estava querendo só destacar isso. Tá bom? Obrigado, gente.

SRª JULIANA: Tem uma última proposta da Miriam, das escolas, não era?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu já fui conselheira de alimentação escolar, então, em cima do que ele está falando e da Professora aqui presente, há um artigo na resolução que agora eu nem sei o número porque, desde que eu saí, já duas edições foram feitas, mas há um artigo numa resolução do FNDE que, essas ações, com base na Segurança Alimentar, faça parte do currículo pedagógico. Não, assim, a escola fazer um dia no ano, a informação fazer uma efetiva na semana da alimentação, não. É que entre na grade pedagógica. Todas as matérias, a gente já fez esse levantamento na internet, se alguém for curioso e olhar o que se pode fazer pra cada matéria, geografia, historia, matemática, envolvendo a alimentação, tem trabalhos já prontos, é só copiar e colar. Entendeu? Se não quiser ter trabalho de inventar e repensar algumas ações. Ok?

SRª MÁRCIA VALÉRIA: O grande patrono da alimentação já é um exemplo disso, né? Josué de Castro que em Geografia da Fome... Enfim, Sociologia da Alimentação e muitos outros textos, dá exemplos belíssimos de como a gente discute desde a política até, enfim, qualquer outra...

SR. MARCELINO CONTI: Queridos, a discussão sobre a educação está dentro de implantar uma ação pedagógica de segurança alimentar junto à Secretaria Municipal de Educação. Se a gente já tem a Hortas Cariocas, eu acho que é legal, tem mais coisas pra gente já estar pensando, mas é, está tudo contemplado aí dentro dessa implantação da ação pedagógica.

SRª JULIANA: Eu acho que, de tudo que a gente viu, a única coisa que, talvez, não tenha ainda sido anotada, é a proposta da Miriam de resgatar as escolas rurais, agrícolas. [Inaudível] É, agrícolas. A gente pode colocar aonde, em comentários ou lá em cima? [Inaudível] Já estava? [Inaudível] Já encontrou lugar pra colocar as escolas agrícolas?

SR. MARCELINO CONTI: Estou colocando em comentários. [Inaudível] Se a gente vai colocar em currículo escolar, é implementar ação pedagógica junto ao SME. A ideia que eu recebi no final foi resgatar as escolas técnicas agrícolas, é isso? [Inaudível] Fechou. Só precisamos fazer agora a redação da primeira resposta.

SRª JULIANA: Qual é o SISAN que queremos, é isso? [Inaudível] Não sei se isso não é uma reflexão de tudo que foi anotado pra frente. É difícil fazer uma frase, né? [Inaudível]

Um SISAN rápido e verdadeiro, diz o Júlio.

SR. FRANCISCO CALDEIRA: Eu acho que essa síntese dessa pergunta a gente pode deixar pra redação final, não é, Conti? Porque ela é bem generalizada e já vem apontada em todas as outras questões “linkadas” ali.

SR. MARCELINO CONTI: Sim. E nós já terminamos o nosso tempo aqui. São 10:57.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Eu queria fazer uma sugestão. Tem duas, três pessoas da CDS que estão também fazendo a relatoria, juntar com vocês daqui a dez minutinhos e fazer a redação dessa pergunta número um, pode ser? Porque aí eu acho que pega o sumário do que cada um contribuiu. [Inaudível]

SR. FRANCISCO CALDEIRA: Bom, é isso, né? Vocês acham que a missão foi cumprida, como é que estamos? Muitas perguntas, dúvidas, dívidas. Você ri, Margarida? Gente... Agradecer mesmo a participação de todos, pessoal das CDSs que tem colaborado desde as pré-conferências com todo o processo, dedicação de muita gente pra que esse momento tenha sido possível. Agradecer o Conti, um redator que caiu do céu. Juliana, Júlio, Márcia, Glauce, que levantou das cinzas pra estar aqui presente, Miriam sempre ajudando. Leonel, sempre colaborando, o pessoal aí, Meirelles, pela participação e a todos aqui presentes. Dizer que Conferência é só uma parte do processo, que isso é um processo continuado, que o CONSEA está louco pra ter vocês lá nas plenárias. É um convite permanente, da necessidade que temos de divulgar e difundir o CONSEA e as ações do CONSEA no município e pelo Brasil afora. Muito obrigado a todos, bom dia. [Aplausos]

6. Propostas

6.1. Propostas Eixo 1 – Avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar.

1. Ampliação do circuito de feiras agroecológicas, distribuídas de forma mais igualitária no território do Município.

2. Inclusão de produtores agroecológicos e urbanos nas feiras livres e mercados públicos, prevendo percentual mínimo de participação de agricultores.

3. Ampliação de hortas urbanas.

4. Plano de comunicação popular inclusive para legislação e para comunicação pública.

5. Novos modelos de comunicação

6. Valorização dos aspectos culturais dos povos negro, indígena, povos tradicionais e mulheres e promoção do diálogo.

7. Ampliação do acesso à DAP aos agricultores urbanos e agilidade no processo para aquisição.

8. Criar mecanismo de interlocução principalmente com o Consea e fiscalização sobre a Secretaria de Abastecimento e Segurança Alimentar (SEAB).

9. Articulação e integração entre os Conselhos, entidades locais e movimentos sociais, mesmo os que não abordam diretamente a Segurança Alimentar e Nutricional.

10. Diálogo de saberes valorizando a questão de gênero, negros, povos tradicionais e indígenas.

11. Coletar, analisar e dar visibilidade aos dados de Segurança Alimentar e Nutricional principalmente envolvendo questões de gênero, negros, povos tradicionais e indígenas.

12. Revisão do Plano Diretor incluindo regiões também como área rural. O Rio de Janeiro não é só urbano.

13. Fortalecimento de ações de educação socioambiental e alimentar em espaços

formais e não formais de educação, pensando sempre em envolver ações e metodologias criativas com base nos princípios de educação popular.

14. Atuação efetivamente intersetorial entre saúde, educação, assistência e demais áreas correlatas com viés de alimentação.

15. Ampliação, valorização, regulamentação e capacitação do quadro de nutricionistas, cozinheiras e merendeiras e outros profissionais envolvidos com alimentação na rede municipal como escolas, creches e abrigos.

16. Inclusão da alimentação saudável na perspectiva da “Comida de verdade” no projeto político pedagógico das escolas, relacionando esse conhecimento com saberes e culturas dos povos negros, indígenas, mulheres, caiçaras e povos tradicionais.

17. Fortalecimento do PSE (Programa de Saúde na Escola).

18. Ampliar a assistência e extensão rural do município para os agricultores da cidade, valorizando o modelo de base agroecológica contemplando a juventude, povos negros, indígenas, mulheres e povos tradicionais.

19. Combater sistematicamente a terceirização e a precarização do trabalho.

20. Combater o uso e o consumo de agrotóxicos segundo as diretrizes PRONARA (Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos).

21. Criação de banco de sementes criolas, pois produtores tem dificuldade de acessar sementes criolas e insumos orgânicos.

22. Criação do Plano de Agricultura para o município.

23. Fomentar circuitos curtos e a compra direta com o agricultor.

24. Fazer mapeamento territorial no município para produção e locais de comercialização de alimentos de agricultura familiar de base agroecológica.

25. Incentivar a agricultura urbana e peri urbana no município isentando estas propriedades de pagar IPTU.

26. Incentivar mais cooperativas à comercialização de alimentos de verdade.

27. Melhorar o sistema de cadastro do município e CEASA sobre quem são os agricultores e atravessadores.

28. Estimular o consumo de alimentos regionais bem como de aleitamento materno para crianças nas idades iniciais.

29. Estimular também o plantio urbano em áreas livres.

30. Ofertar somente comida de verdade nos equipamentos públicos municipais.

6.2. Propostas Eixo 2 – Estratégias em andamento para a conquista da comida de verdade no âmbito local, estadual, regional e internacional

1. Criar uma secretaria de agricultura no Município do Rio de Janeiro;

2. Solicitar repasse do Ministério da Saúde para o município atuar no incentivo à produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, como uma estratégia de promoção da saúde;

3. Elaborar legislação específica para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar orgânica e agroecológica para os equipamentos de saúde e outras secretarias do município;

4. Banir o uso de agrotóxicos na agricultura do município do Rio de Janeiro através de legislação municipal específica;

5. Elaborar legislação específica para proibir a aquisição de gêneros alimentícios transgênicos e com agrotóxicos nas compras institucionais da prefeitura do município do Rio de Janeiro;

6. Taxar, controlar e fiscalizar a comercialização dos agrotóxicos no município do Rio de Janeiro até a total proibição;
7. Retomar o oferecimento nas escolas do município das aulas de técnicas agrícolas, ampliando o conceito para abranger a educação alimentar e nutricional;
8. Fazer funcionar o Programa já existente Educando com a Horta do FNDE nas escolas da rede municipal;
9. Criar a câmara temática de comunicação do CONSEA-Rio;
10. Propor a elaboração de um Projeto de lei que proíba a venda de guloseimas em caixas das lojas, bem como fiscalização pela vigilância sanitária da lei existente que proíbe a venda de alimentos em farmácias;
11. Elaborar o Mapeamento de equipamentos públicos de SAN no município para possível reaproveitamento em ações de SAN;
12. Elaborar metodologia de “observatório” para monitorar e avaliar as estratégias de SAN no município;
13. Transformar o decreto do circuito carioca das feiras orgânicas em Lei para garantia de manutenção da política pública;
14. Descentralizar a compra de gêneros alimentícios do município;
15. Articular os movimentos que atuam/ militam em SAN no município: Rede Cau, MPA, Feiras da Reforma agrária, organizações de consumidores (compra direta com os agricultores), valorização e apoio dos circuitos curtos de produção e consumo;
16. Criar um plano de comunicação sobre educação alimentar e nutricional com orientações práticas para o cotidiano, por meio de mídia alternativa, cartilhas (utilizar a parceria do CONSEA – Fiocruz para elaboração), vinculação de vídeos por *whats app*, *facebook* e outras redes sociais;
17. Estimular a participação dos jovens nas conferências através de divulgação nos espaços por eles frequentados e garantir a estrutura necessária para a sua presença;
18. Revisar o Plano Diretor para inclusão de área agrícola no município do Rio Janeiro;
19. Ocupar canteiros de espaços públicos para plantar;
20. Promover o acesso aos cursos de extensão e pós graduação existentes, voltados para os povos tradicionais;
21. Garantir SAN para os povos tradicionais que plantam;
22. Divulgar os produtos/ alimentos produzidos pelas populações tradicionais;
23. Criar espaços que favoreçam a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) □ ampliar a articulação com Programa Saúde na Escola (PSE), Estratégia de Saúde da Família (ESF), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e outras estratégias que já realizam EAN;
24. Criar espaço de referência de SAN no núcleo agrícola no terreno da Emater/ Comlurb em Campo Grande;
25. Retomar a Fazenda Modelo como um espaço de referência de SAN no município;
26. Combater a medicalização dos alimentos;
27. Garantir o cumprimento da lei 11947/2009, em relação à compra dos 30% da agricultura familiar, monitorando a qualidade dos alimentos ofertados, a exemplo do realizado pela prefeitura de São Paulo, lei municipal 16140/2015;
28. Moção de recomendação para assinatura da Política Municipal de Alimentação e Nutrição (PMAN), pela adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e mudança do plano diretor.

6.3 Propostas Eixo 3 – Fortalecimento do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional (SISAN)

6.3.1. Considerando as reflexões ocorridas nas pré-conferências, como pode ser respondida a pergunta, qual é o SISAN que queremos?

O SISAN que integre as políticas de SAN com ampla divulgação para todos os cariocas, e que construa o plano municipal elaborado com participação popular.

6.3.2. Como está se organizando SISAN na Cidade em relação a:

- a) O que é SISAN?
- b) Como fazer para aderir?
- c) Para que aderir? Por que precisamos disso?
- d) Quais são as ferramentas que um ente federativo tem que ter para adesão ao SISAN?
- e) Quais os desafios e responsabilidades para adesão ao SISAN?
- f) Como tornar viável a Intersetorialidade?
- g) Como estimular a participação e controle social?
- h) De que forma o SISAN será financiado?
- i) De que forma será construído o Plano Municipal de Segurança Alimentar (PLAMSAN)?
- j) Mecanismos de fortalecimento do CONSEA-Rio;
- k) Mecanismos de proteção dos setores vulneráveis da sociedade e das comunidades tradicionais;
- l) Instituições sem fins lucrativos.

A adesão do município ao SISAN ainda é um desafio, apesar de termos o CONSEA e a COMSAN funcionando, sendo necessário ainda a LOSAN, que depende de uma decisão das autoridades já foram realizadas ação de sensibilização para que com vontade política possam fazer a adesão na conferência estadual.

A implantação do SISAN gera compromissos para todos os setores envolvidos no SAN, que devem ser assumidos acima dos interesses políticos, que implica em pensarmos o município em todas as suas dimensões inclusive dando atenção aos produtores rurais urbanos, mudando a cultura o pensamento cosmopolita em benefício de políticas públicas que priorizem a agricultura familiar.

6.3.3. Quais são os desafios e responsabilidades/compromissos na relação Estado-Sociedade para avançar no aperfeiçoamento e consolidação do SISAN? (Responder no máximo 5 linhas)

- Sensibilizar e convencer as autoridades prefeito e vereadores da importância da SAN.
- Garantir a aprovação da LOSAN junto a CMRJ.
- Elaboração do PLAMSAN.
- Implantar uma ação pedagógica da SAN junto a SME. (hortas cariocas, contatos diretos com a terra, inclusão no currículo escolar das técnicas agrícolas, melhor aproveitamento dos alimentos, prato colorido, atenção a alimentação das creches)
- Implementação e integração das 4 (quatro) políticas de SAN PNAE, PNSAN, PNS, PNAN.
- Integração das ações e trabalho intersetoriais dos diversos conselhos.

- Cumprimento da lei do PNAE estendendo o abastecimento de alimentos pelos agricultores familiares e urbanos aos diversos órgãos públicos.

6.3.4. Principais Resultados: (Responder no máximo 5 linhas)

- A redação da LOSAN já foi aprovada pela PGM.
- A previsão da CAISAN está contemplada na LOSAN.

6.3.5. Aspectos inovadores / lições aprendidas: (responder no máximo 5 linhas)

- Na ausência da adesão pelo executivo, utilizar o legislativo como ponte junto ao prefeito para aprovar a adesão.
- Nossas conferências já forneceram indicadores para a construção do PLANSAN.
- Fomentar a oferta de produtos orgânicos nos diversos bairros do município.
- Necessidade de ampliar os números de atores para discussão das políticas de SAN, aumentando a representatividade do assunto nas diversas arenas públicas de debate.
- Capacitar agentes multiplicadores e conselheiros na SAN.

6.3.6. Outros Comentários (se necessário): (Responder no máximo 5 linhas)

- A necessidade de uma maior troca de informações de entre os conselhos municipais.
- Colocar as falas do representante do MDA sobre a educação do campo e a DAP para os agricultores familiares urbana.
- Exigir a participação dos agricultores na revisão do plano diretor do município às demandas que atendam as atividades agrícolas na cidade do rio, com o objetivo de reclassificar as áreas com produção agrícolas como rurais.
- Aumento do quadro de nutricionista concursados para garantir a qualidade das ações de SAN pertinentes a categoria profissional.
- Incluir a plantação de árvores frutíferas no plano diretor de arborização urbana que está sendo elaborado.
- Resgatar as escolas técnicas agrícolas.
- Fomento do sistema de agroflorestal utilização do saber das comunidades tradicionais.
- Fortalecer a rede de erveiras no município.
- Aumentar a regulação de propagandas de gêneros alimentícios.

6.3.7. Propostas - Eixo 3:

- Sensibilizar e convencer as autoridades prefeito e vereadores da importância da SAN.
- Garantir a aprovação da LOSAN junto a CMRJ.
- Elaborar o PLANSAN-rio.
- Implantar ações pedagógicas de SAN junto a SME (horta cariocas, contatos diretos com a terra, inclusão no curriculum escolar das técnicas agrícolas, melhor aproveitamento dos alimentos, prato colorido, atenção a alimentação das creches).
- Implementar e integrar as 4 (quatro) políticas DE SAN PNAE, PNSAN, PNS, PNAN na cidade.
- Integrar ações e trabalhos intersetoriais dos diversos conselhos.
- Complementar a lei do PNAE estendendo o abastecimento de alimentos pelos agricultores familiares e urbanos aos diversos órgãos públicos.
- Construir o PLANSAN-rio, segundo as propostas e diretrizes oriundas do processo conferencial da cidade.

- Utilizar o legislativo como ponte junto ao prefeito para aprovação da adesão ao SISAN-SISANS/RJ.

- Fomentar a oferta de produtos orgânicos nos diversos bairros do município.

- Ampliar os números de atores para discussão das políticas de SAN na cidade, aumentando assim, a representatividade para esse assunto nas diversas arenas públicas de debate.

- Capacitar agentes multiplicadores e conselheiros na área de SAN.

- Promover e ampliar o intercâmbio de informações entre conselhos municipais e intermunicipais.

- Divulgar as falas do representante do MDA sobre a educação do campo e a DAP para os agricultores familiares urbanos. (?)

- Adaptar as falas do representante do MDA sobre a educação do campo e a DAP para os agricultores familiares urbanos. (?)

- Exigir a participação dos agricultores na revisão do plano diretor do município, atendendo às demandas qualificadas pelas atividades agrícolas, com o objetivo de reclassificar as áreas de produção agrícola como rurais na cidade do rio de janeiro.

- Aumentar o quadro de nutricionista, por meio de concurso para servidor público municipal, visando a garantia de qualidade das respectivas ações de SAN realizadas por essa categoria profissional.

- Incluir a plantação de árvores frutíferas no plano diretor de arborização urbana que está sendo elaborado.

- Resgatar as escolas técnicas agrícolas.

- Fomentar o sistema de agroflorestas, pela utilização do saber das comunidades tradicionais.

- Fortalecer a rede de erveiras no município.

- Garantir efetiva prática da regulação de propagandas de gêneros alimentícios no município.

7. Plenária Geral

MESTRE DE CERIMÔNIA: [Início da gravação] ...Seguindo regimento interno aprovado na quarta Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional onde acontecerá a plenária de apresentação de liberação dos relatórios dos grupos de trabalho que serão apresentados e referendados não cabendo nova votação. Conforme Artigo 12 do regimento interno da quarta Conferência. Convido para compor a mesa de eleição dos delegados a Sr^a Mônica Chiffolleau, Conselheira da Rede Ecológica; Mônica Teixeira, do Instituto de Nutrição Annes Dias, da Secretaria Municipal de Saúde. Convido também a Sr^a Professora Jorginete Damiano, do Instituto de Nutrição da UERJ e a Sr^a Márcia Valéria da ANERJ, Associação de Nutricionistas do Estado do Rio de Janeiro. [Aplausos] Clarificando, é a apresentação das propostas da Mini Plenária. O que é que não será efetivado aqui? É a votação que já aconteceu nas Mini Plenárias, vocês só vão referendar o trabalho do GT. Então a gente vai estar apresentando as propostas e o grupo estará referendando o que foi construído pelo grupo de trabalho. [Inaudível]

SR^a JORGINETE: Boa tarde, só pra explicar um pouco qual será a dinâmica, a gente vai fazer a leitura do que os três Eixos consolidaram de propostas, tá? Só pra que toda a plenária tome ciência. Só esclarecendo, nas Mini Plenárias o texto final já foi fechado, tá? A ideia aqui é só de que todos tomem ciência, a gente não vai voltar novamente à votação. [Inaudível] Não. Tem algum... Alguém tá em dúvida, quer ler o regimento?

MESTRE DE CERIMÔNIA: O artigo 12? É o que fundamenta vocês.

SRª JORGINETE: Artigo 12: “Na plenária de apresentação e deliberação dos relatórios dos grupos de trabalho, o texto consolidado em cada uma das Mini Plenárias, relativas aos grupos de cada eixo temático, não será submetido a nova votação. Será apenas referendado.”

[Pausa]

SRª JULIANA: Só um momentinho aqui, por uma questão operacional, tá? Pra começar a projeção.

[Pausa]

SRª JORGINETE: Eixo 1: Avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar. Proposições: Ampliação do circuito de feiras agroecológicas, distribuindo-as de forma mais igualitária pelo território do município. Inclusão de produtores agroecológicos e urbanos nas feiras livres e mercados públicos, prevendo um percentual mínimo de participação de agricultores. Ampliação de hortas urbanas. Plano de comunicação popular, inclusive para legislação, para comunicação pública. Novos modelos de comunicação. Valorização dos aspectos culturais dos povos negros, indígenas, povos tradicionais e mulheres. E promoção do diálogo. Ampliação do acesso à DAP aos agricultores urbanos e agilidade no processo para aquisição. Criar mecanismos de interlocução, principalmente com o CONSEA, e fiscalização sobre a Secretaria de Abastecimento e Segurança Alimentar. Articulação e integração entre os Conselhos, entidades locais e movimentos sociais, mesmo os que não abordam diretamente a segurança alimentar e nutricional. Diálogo de saberes, valorizando a questão de gênero, negros, povos tradicionais e indígenas. Coletar, analisar e dar visibilidade aos dados de segurança alimentar e nutricional, principalmente envolvendo questões de gênero, negros, povos tradicionais e indígenas. Revisão do Plano Diretor, incluindo regiões também como a área rural--o Rio de Janeiro não é só urbano. Fortalecimento de ações de educação socioambiental e alimentar em espaços formais e não formais de educação, pensando sempre em envolver ações e metodologias criativas, com base nos princípios de educação popular. Atuação efetivamente intersetorial com saúde, educação, assistência e demais áreas correlatas, com viés de alimentação. Ampliação, valorização, regulação, regulamentação e capacitação do quadro de nutricionistas, cozinheiras, merendeiras e outros profissionais envolvidos com alimentação, na rede municipal (escolas, creches, abrigos). Inclusão da alimentação saudável na perspectiva da comida de verdade no projeto político pedagógico das escolas, relacionando esse conhecimento com os saberes e culturas dos povos negros, indígenas, mulheres, caiçaras e povos tradicionais. Fortalecimento do PSE, Programa de Saúde na Escola. Ampliar a assistência e extensão rural do município para os agricultores da cidade valorizando o modelo de base agroecológica, contemplando a juventude, povos negros, indígenas, mulheres e povos tradicionais. Combater sistematicamente a terceirização e precarização do trabalho. Combater o uso e o consumo de agrotóxicos, segundo as diretrizes PRONARA. Criação de bancos de sementes crioulas (produtores tem dificuldade de acessar sementes crioulas e insumos orgânicos). Criação do plano de agricultura para o município. Fomentar circuitos curtos (compra direta com o agricultor). Fazer mapeamento territorial no município para a produção e locais de comercialização de alimentos de agricultura familiar de base agroecológica. Incentivar a agricultura urbana e periurbana no município, isentando essas propriedades de pagar o IPTU. Incentivar mais cooperativas para a comercialização de alimentos de verdade. Comercializar alimentos de verdade. Melhorar o sistema de cadastro do município, da CEASA também, sobre quem são agricultores e atravessadores. Estimular o consumo de alimentos regionais, bem como de aleitamento materno para crianças nas idades iniciais. Estimular também os plantios urbanos nas áreas livres. Ofertar somente comida de verdade nos equipamentos públicos municipais. A plenária referenda então esse documento. Acho que a gente pode fazer uma

salva de palmas só pra demonstrar. [Aplausos] O Fábio pediu a palavra.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Por favor, Sr. Fábio, o Sr. poderia se dirigir aqui à frente?

SR. FÁBIO: Tudo bem? Boa tarde. Fábio, representando aqui a FARJ. Eu represento o segmento das pessoas com necessidades especiais de alimentação. Queria parabenizar aí que ficou excelente, mas eu não vi em nenhum item citado... No caso, o meu segmento não foi contemplado. Acho que tem um item ali que fala dos povos, et cetera e tal. Não seria o caso da inclusão ou onde que nós poderíamos incluir alguma coisa com relação à estratégia quanto às pessoas com necessidades especiais de alimentação?

SRª JORGINETE: Eu acho que não está previsto no regulamento nenhuma nova inclusão, mas eu acho que a gente tem que considerar a fala do Fábio e eu faço uma proposta aqui pra Plenária da gente acolher a proposta do Fábio e aí a gente formula... Se você puder formular uma proposta e depois, esta única proposta, a gente leva à votação da Plenária. Vocês concordam? [Pausa] A Kátia também pediu a palavra.

SRª KÁTIA: Nesse último item, "Ofertar somente comida de verdade nos equipamentos públicos municipais", contempla um pouco a questão que vem... que passou por aí, por moção. Mas, se a gente pensar nela de forma um pouco mais ampliada, ela tem que contemplar, também, a alimentação que estamos tendo hoje na conferência e tivemos ontem, que ela precisa ser mais cuidadosa e atenciosa às especificidades alimentares, não vai ser saído como moção, mas as pessoas que não se sentiram contempladas e, mesmo as que não tem na alimentação necessidade especial, não se sentiram tão contempladas na alimentação que foi oferecida na conferência, e a gente não vai entrar no mérito da questão mas, então, só colocando ali que aonde está "ofertar somente comida de verdade", de repente incluir alguma forma que dê essa possibilidade de abrangência da alimentação, não só comida in natura, mas, também, o que é ofertado nos espaços onde tenham sociedade e das mais diversas possíveis.

SRª JORGINETE: Eu acho que a gente pode deixar essa tarefa pra relatoria. Como é que a gente vai além de equipamento público, que é uma coisa mais dos espaços já... E a gente inclui questões de eventos. Que envolvam também... tá? [Inaudível] Então a solicitação foi que escrevam... Em, Kátia? A solicitação é que façam uma proposta pra gente passar então pra relatoria. Tudo bem? Alguém tem mais alguma questão? Muito obrigada.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Só pra democratizar uma informação aí, o município, ele já tem um plano de desenvolvimento rural. O que acontece é que ele precisa ser atualizado e ter alguma entidade, algum órgão que possa tocá-lo. Mas nós fizemos o plano municipal de desenvolvimento rural em 2004. Ele está só sem ter quem faça a aplicação dele. E, talvez, um pouco desatualizado, mas ele já existe. [Inaudível]

SRª JORGINETE: Olha só, eu vou colocar então pra Plenária. O que ele tá informando é que existe, o que o grupo, que a gente que estava discutindo, não tinha conhecimento, é que já existe um plano. Porque a gente tá falando de criação de plano, então pra mim é uma questão de mudança de redação. Não é criação e atualização, não é de mudar. Agora, a Plenária pode decidir que essas mudanças não serão feitas. Então acho que a gente entra agora em votação. Vamos entrar em votação pra decidir...

MESTRE DE CERIMÔNIA: Só um minutinho, por favor, só vou dar uma esclarecida como Secretaria Executiva de Conselhos, que acompanha todas as conferências do município. Geralmente não se muda o regimento interno. Quando há mudanças, temos colegas de outra pasta aqui, é impugnada a Conferência. Vocês estão correndo um risco muito grande fazendo isso. Peço desculpas ter saído aqui, como Mestre de Cerimônia, mas estou ocupando uma função que estou ajudando a Conferência, mas esse ato aqui tá me deixando muito tensa porque pode estar indo tudo por água abaixo por impugnação. Aqui é referendar. O que pode fazer é uma declaração da relatoria, que muito vai auxiliar na escrita, e ir passando, referendando, e show. E caminha. Tá bom? [Inaudível] Aí você cita que a

relatoria faça uma declaração pra que componha e conseguimos seguir o regimento interno, conforme cita o artigo 12.

SRª JORGINETE: Então tá, então olha só: tem uma condução aqui da gente não... Embora... Embora o nosso coração tenha vontade de acolher coisas que são importantes mas a gente manter o que a gente votou no regimento interno. Todos estão de acordo com isso? Sim. Então a única possibilidade é de adequação à relatoria, mas que não pode mudar a essência do que foi escrito.

SRª ISIS: Só mais uma parte da relatoria: as atualizações de conteúdo, por exemplo, que o Júlio agora informou, que o município já tem um plano municipal de desenvolvimento rural... É importante que vocês venham até a relatoria pra que a gente faça essa adequação conjuntamente, porque senão pode virar uma ideia da relatoria e não representar. Então, quem está sugerindo atualização de redação... [Inaudível] Jorginete. Calma aí, gente, só pra gente tentar organizar o seguinte. A Plenária entendeu que não vai haver mudança na proposta. Não é isso? Respeitar o regimento interno. [Inaudível] Não... É grupo de trabalho. [Inaudível]

SRª JORGINETE: Olha só, o que foi decidido aqui... O que foi decidido aqui é que a gente vai seguir o regimento interno, então, mesmo que a gente... Que é isso, a gente não está em todos os lugares, isso foi produzido pelo grupo que estava lá. E todo mundo teve a oportunidade de passar pelos três Eixos. [Inaudível] Não, olha só, todo mundo teve a oportunidade de passar pelos três Eixos, vamos respeitar o produto... [Inaudível] Não é isso, gente... Houve... [Inaudível] Eu posso continuar? Eu não passei a fala pra Plenária, eu vou continuar aqui porque eu acho que, se a gente perder agora o passo, vai ficar difícil. A Plenária acabou de decidir. Eu estava com uma condução de que então vamos abrir para colocar uma proposta interessante, a Plenária disse “Não”. Acabou de decidir que é pra manter o que está no regimento pra gente não colocar em risco o produto de toda essa conferência. [Aplausos] Então a Plenária decidiu, a gente não vai mais, novamente, votar. A Plenária decidiu, a gente não vai, novamente, votar e eu considero encerrado. Se alguém quiser fazer algum comentário, uma palavra breve, por favor, levante a mão e a gente passa a palavra.

SRª MIRIAN: Essa questão que o Fábio levantou. Inclusive eu estava no Eixo 3 aqui e, de manhã, foi falado que o outro Eixo que contemplaria, que é o Eixo 1, seria unido ao Eixo 3 pra gente fazer uma Mini Plenária juntas. Então nós, eu, pelo menos, fiquei aguardando isso acontecer pra fazer a proposta sobre alimentação especial, mas, infelizmente, não aconteceu. [Inaudível]

SRª JORGINETE: Eu vou consultar só o Regimento, tá? Sobre a Mini Plenária. [Inaudível]

[Pausa]

SRª JORGINETE: O nome da pessoa que é... Não, não é Isis, não... Que é do Conselho de... Secretaria dos Conselhos. É a Joyce. Está aí? [Inaudível] Depois eu queria... Tem um entendimento aqui sobre a leitura do Regimento que eu queria compartilhar com vocês... Joyce. Eu queria que você nos ajudasse aqui no entendimento aqui do Regimento, mas antes eu vou passar aqui pra Srª que pediu a palavra.

SRª ZARA: Sou a Zara, sou da AFARJ, sou conselheira estadual de saúde. O que me parece é que o Pleno não teve acesso, na votação, conhecimento, dos três eixos. Então eu não posso referendar uma coisa que eu não tive acesso à votação, que eu não me pronunciei. Agora, eu não estive nesse grupo, não votei essas propostas, então como é que agora vem pra mim referendar? Eu teria que ter conhecimento primeiro desse eixo pra depois poder, realmente, referendar, que seria o momento de eu aprovar ou não. Eu não sei se o Regimento fala isso. Que todos teriam acesso, todo o Pleno teria acesso aos três eixos, é isso... Pelo menos, conhecemos nas demais conferências.

SRª JORGINETE: Eu peço só dois minutos, só pra gente ter um entendimento aqui e eu vou botar pra Plenária aqui, que é um entendimento sobre o nosso próprio Regimento, uma diferença da interpretação aqui, tá? [Inaudível]

[Pausa]

SRª JORGINETE: Essa Plenária pode ter alguma alteração de redação, que é o caso da questão de atualizar lá o Plano, ou pode ter alguma inclusão, como é o caso de pessoas com necessidades especiais. A gente pode considerar que há consenso da Plenária sobre esta interpretação do nosso próprio Regimento? Se sentem contemplados? [Inaudível]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Aplausos. Contemplação, aplausos. [Aplausos]

SRª JORGINETE: [Inaudível] Não, olha só, não tem destaque, não é começar tudo de novo. Só se tiver alteração de alguma coisa... Ele identificou que foi... É uma informação que o grupo não tinha, de que existe um Plano. Então é uma correção dessa redação, não é tirar a proposta sobre a importância do Plano. A Morgana quer falar. [Inaudível] Eu não tenho mais nada a falar, acabamos de falar: É consenso? Aí, algumas pessoas não tiveram consenso, se algumas pessoas não tiverem consenso, não é consenso. Então... Ou a gente conversa mais cinco minutinhos... Ou a gente conversa mais cinco minutinhos pra chegar a consenso ou a gente não vai poder alterar nada. [Inaudível]

SRª MORGANA: Não. Há consenso que, agora, a gente pode alterar, agora, a gente precisa debater melhor o que alterar. O que a Ísis sugeriu agora é que ela destaque ali, em vermelho, no texto, o que vai ser alterado em cada proposta pra gente poder debater. Eu, por exemplo, não sei se eu tenho acordo em alterar a proposta incluindo esse Plano de desenvolvimento Rural feito em 2004 que ninguém nunca ouviu falar dele. [Aplausos]

SRª JORGINETE: Olha, então houve consenso da interpretação do Regimento. Ponto. Agora só tem uma questão, é: de que forma que a gente vai fazer essas alterações? Então, o que está claro aqui pra... O que a Morgana tentou... [Inaudível]

SRª MORGANA: Gente... Olha só. Se já estava no Regimento, se alguém fala “Ah, mas a gente comeu mosca”, tudo bem, o Regimento está dizendo que não pode ter destaque, que não pode... Aí, se a gente começar a ter brecha, daqui a pouco vai estar todo mundo: “Ah, mas esse aqui, aqui não, mas eu acho que tem que colocar mais isso”, então eu acho, na minha opinião, que tinha que deixar como está, como tá no Regimento, referendar, aí sim. Daí vai passar pra frente, vai pra estadual, pra nacional. Isso tudo vai ser resumido, contemplado... As propostas vão ser juntas. Eu acho que, senão, a gente vai ficar aqui até amanhã de manhã e vai ficar sempre alguém falando “Não, aquela ali, naquela... Ah, eu não entendi aquilo porque eu não tava no grupo, aquela...” Eu acho isso.

SRª JORGINETE: Olha só, se não tem um consenso, tem duas pessoas dentro da Plenária que não concordaram. Infelizmente eu não concordo, não concordo. Acho que a gente poderia, mas não posso entrar em votação. Por que isso a gente não pode aqui, a gente não tem autonomia, poder, pra fazer uma coisa que no Regimento tá dizendo que a gente não pode fazer...

MESTRE DE CERIMÔNIA: Posso fazer um esclarecimento? Esse momento é constituído no regimento interno pra que todos e todas tenham conhecimento dos trabalhos do grupo e tenham consciência do que foram construídos no grupo. É essa a Plenária que nós chamamos geral, pra vocês terem um conhecimento geral de como foi a Conferência. Seria esse o objetivo maior de quem pensou no regimento interno e aprovou, lá atrás... Clarificou pra esse momento. Então, olha só, tomar consciência do que foi feito no grupo, anotar suas dúvidas e, quando sair o delegado, talvez, levar pra Estadual mais alguma situação dessa aprofundada. Contanto que todos saiam daqui sabendo o que o Eixo 1 fez, o A e o B, o Eixo 2, o Eixo 3. Esse é o grande ganho desse momento. Ficou claro? [Aplausos]

SRª JORGINETE: Então, como eu disse anteriormente, eu lamento que foi a decisão dessa Plenária, não podemos entrar em votação, mas, então, apenas leremos e nenhuma

alteração será feita. Eu posso fazer... Eu gostaria de fazer uma sugestão, porque eu acho que a questão das pessoas com necessidades especiais não será contemplada... Dona Zara, eu gostaria de fazer uma sugestão: que pudesse ser feita uma moção sobre essa questão das necessidades especiais e aí a gente, aqui, em Plenária, a gente vai votar... [Inaudível] Então eu vou passar agora pra Mônica, que fará a leitura do Eixo 2.

SRª MÔNICA: Então, vamos lá? Estratégias em andamento para a conquista da comida de verdade no âmbito local, estadual, regional e internacional. Das propostas: Criar uma secretaria de agricultura no município no Rio de Janeiro. Solicitar repasse do Ministério da Saúde para o município atuar no incentivo à produção de alimentos orgânicos e agroecológicos como estratégia de promoção de saúde. Elaborar legislação específica para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar orgânica e agroecológica para os equipamentos de saúde e outras secretarias do município. Banir o uso de agrotóxicos na agricultura do município do Rio de Janeiro através de legislação municipal específica. Elaborar legislação específica para banir a aquisição de gêneros alimentícios transgênicos e agrotóxicos nas compras institucionais da Prefeitura e do município do Rio de Janeiro. Taxar, controlar e fiscalizar a comercialização de agrotóxicos no município do Rio de Janeiro até a total proibição. Retomar o oferecimento, nas escolas do município, das aulas de técnicas agrícolas, ampliando o conceito para abranger a educação alimentar e nutricional. Fazer funcionar o programa já existente, educando com hortas do FNDE nas escolas da rede municipal. Criar a Câmara Temática de Comunicação do Consea-Rio. Propor a elaboração de um projeto de lei que proíba a venda de guloseimas em caixas das lojas bem como fiscalização, pela Vigilância Sanitária, da lei existente que proíbe venda de alimentos em farmácia. Elaborar mapeamento de equipamentos públicos de SAN no município para possível reaproveitamento em ações de SAN. Elaborar metodologia de observatório para monitorar e avaliar as estratégias de SAN no município. Transformar o decreto do circuito carioca das feiras orgânicas em lei para garantia da manutenção da política pública. Descentralizar a compra de gêneros alimentícios do município. Articular os movimentos que atuam, militam, em SAN no município como Rede CAU, MPA, feiras de reforma agrária, organizações de consumidores, que seria compra direta com os agricultores, valorização e apoio de circuitos curtos de produção e consumo. Criar um plano de comunicação sobre educação alimentar e nutricional, com orientações práticas para o cotidiano, por meio de mídia alternativa (cartilha). Então usar a parceria do Consea-Rio e FioCruz para elaboração, veiculação de vídeos por WhatsApp, Facebook e outras redes, ou seja, veículos de comunicação. Estimular a participação dos jovens nas conferências através de divulgação nos espaços por eles frequentados e garantir a estrutura necessária para sua presença. Revisar o Plano Diretor para inclusão de área agrícola no município do Rio de Janeiro. Ocupar canteiros de espaços públicos para plantar. Promover o acesso aos cursos de extensão e pós-graduação existentes voltados para os povos tradicionais. Garantir SAN para povos tradicionais que plantam. Divulgar os produtos, alimentos, produzidos pelas populações tradicionais. Criar espaços que favoreçam a educação alimentar e nutricional, ampliar a articulação com o programa Saúde na Escola, estratégias de saúde da família, núcleo de apoio à saúde da família e outras estratégias que já realizam a educação alimentar e nutricional. Criar espaços de referência de SAN no núcleo agrícola no terreno da EMATER-COMLURB, em Campo Grande. Retomar a Fazenda Modelo como um espaço de referência de SAN no município. Combater a medicalização dos alimentos. Garantir o cumprimento da Lei 11.947 de 2009 em relação à compra dos trinta por cento da agricultura familiar, monitorando a qualidade dos alimentos ofertados, à exemplo do realizado pela Prefeitura de São Paulo, pela Lei Municipal 16.140 de 2015. E seria a moção de representação para a assinatura da Política Municipal de Alimentação e Nutrição, pela adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e mudança do

Plano Diretor. [Aplausos]

[Pausa]

SRª MÔNICA: Júlio, já contemplou? Assim... Mas vou botar aqui pra todo mundo: o Júlio estava questionando a questão da medicalização dos alimentos. As pessoas, assim, todo mundo conseguiu entender o que poderia significar isso? É aquela ideia hoje, assim, que todo mundo tá lá... Ah, tudo está, por parte, capsulado, em forma de pílula. E hoje vem com essa direção. De olhos de peixe, olhos... Enfim. E a gente entende que a ideia é a gente poder estar comendo. Poder, já que é comida de verdade, vamos consumir esses alimentos pra obter o que a gente quer. E aí, essa é a ideia da medicalização, quando fala.

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Bom, gente. Em relação ao Eixo 3, nós trabalhamos numa metodologia diferente dos Eixos 1 e 2, por isso que o trabalho está sendo apresentado de uma outra forma. Então, Eixo 3: Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, SISAN. Considerando as reflexões ocorridas nas pré-conferências, como pode ser respondida a pergunta: Qual é o SISAN que queremos? O Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional que integre as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional com ampla divulgação para todos os Cariocas e que construa o Plano Municipal elaborado com a participação popular. Enfim. E aí, nós continuamos. A adesão do município ao SISAN ainda é um desafio. Apesar de termos o CONSEA e a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional funcionando, sendo necessária ainda a LOSAN, que depende de uma decisão das autoridades, já foram realizadas ações de sensibilização para que, com a vontade política, possam fazer a adesão na Conferência Estadual. A implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Municipal gera compromissos para todos os setores envolvidos na Segurança Alimentar e Nutricional, que devem ser assumidos acima dos interesses políticos, que implica em pensarmos o município em todas as suas dimensões, inclusive dando atenção aos produtores rurais urbanos, mudando a cultura, o pensamento cosmopolita, em benefício de políticas públicas que priorizem a agricultura familiar. Bom, e os nossos principais desafios, caracterizados em propostas: Sensibilizar e convencer as autoridades, Prefeito e Vereadores, da importância da Segurança Alimentar e Nutricional. Garantir a aprovação da LOSAN junto à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Implantar uma ação pedagógica da Segurança Alimentar e Nutricional junto à Secretaria Municipal de Educação, Hortas Cariocas, contatos diretos com a terra, inclusão no Currículo Escolar das técnicas agrícolas, melhor aproveitamento dos alimentos, prato colorido, atenção à alimentação nas creches. Implementação e integração das quatro políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, Política Nacional de Alimentação Escolar, Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Integração das ações e trabalho intersetoriais dos diversos conselhos. Cumprimento da Lei do PNAE, estendendo o abastecimento de alimentos pelos agricultores familiares e urbanos aos diversos órgãos públicos. A gente já tem a redação da Lei Orgânica aprovada pela Procuradoria Geral do Município. E a previsão da CAISAN, dessa instância, a CAISAN, que já está contemplada na nossa LOSAN. E outras... Na ausência da adesão pelo Executivo, utilizar o Legislativo como ponte junto ao Prefeito para aprovar a adesão. Nossas conferências já forneceram indicadores para a construção do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. Fomentar a oferta de produtos orgânicos nos diversos bairros do município. Necessidade de ampliar o número de atores para a discussão das políticas de SAN, aumentando a representatividade do assunto nas diversas arenas públicas de debate. Capacitar agentes multiplicadores e conselheiros na SAN. A necessidade de uma maior troca de informações entre os Conselhos municipais. Colocar as falas do representante do MDA sobre educação no campo e ADAPI para os agricultores familiares e urbanos. Exigir a participação dos agricultores na revisão do Plano Diretor do município, as demandas que atendam as atividades agrícolas na cidade

do Rio com o objetivo de reclassificar as áreas com produção agrícola como as rurais. Aumento do quadro de nutricionista concursado para garantir a qualidade das ações de SAN pertinentes à categoria profissional. Incluir a plantação de árvores frutíferas no Plano Diretor de Arborização Urbana que está sendo elaborado. Resgatar as escolas técnicas agrícolas. Fomento do sistema de agroflorestas e utilização do saber das comunidades tradicionais. Fortalecer a rede de erveiras do município. Aumentar a regulação de propagandas de gêneros alimentícios. Fim. [Aplausos] [Inaudível] Bom, é só pra informar que esse trabalho do grupo 3 gerou também uma moção de repúdio em relação ao descumprimento da Lei que decorre sobre a oferta, a compra direta dos trinta por cento da agricultura familiar. Na alimentação escolar.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Agradeço à composição da mesa, desfaço e convido...

SR^a JORGINETE: Só um momento... [Inaudível] Então, só pra esclarecimento, as moções serão lidas pela próxima mesa. A gente vai desfazer essa mesa, nosso papel foi só da leitura das propostas que vieram das Mini Plenárias, as moções serão encaminhadas para a próxima mesa, então... Quem ainda não encaminhou pra organização, por favor, pode organizar. Só queria agradecer aos trabalhos de todos, nos subgrupos. Queria agradecer também o esforço dos relatores. Que conseguiram consolidar, sem muito intervalo, e trazer a consolidação aqui pra nossa contemplação. Muito obrigada. [Aplausos]

MESTRE DE CERIMÔNIA: Agradeço à mesa a sensibilidade, a democracia e o respeito ao Regimento Interno e convido para a Plenária Final.

8. Plenária Final

MESTRE DE CERIMÔNIA: Agradeço à mesa a sensibilidade, a democracia e o respeito ao Regimento Interno e convido para a Plenária Final. O tema será: Eleição, Delegados e votação das Moções. Convido a compor a mesa o Sr. Francisco Caldeira, Presidente do Consea-Rio e representante da Rede CAU. Sr. Júlio César Monteiro de Barros, Secretário Geral do Consea-Rio e da SMAC. Sr^a Márcia Valéria da ANERJ. E Sr^a Glauce Amaral de Magalhães, Secretária Executiva do Consea-Rio. [Aplausos]

[Pausa]

SR. FRANCISCO CALDEIRA: Boa tarde, pessoal. Só ouvi a voz da Margarida. Não sei porque [risos]. Estamos iniciando a nossa Plenária Final da 4^a Conferência, um momento de encerramento e de dizer da importância do trabalho de Conferência. Muitas pessoas não se sentiram contempladas, mas houve uma divulgação dos Eixos e de como seriam dadas essas discussões. E isso, como eu digo sempre, é um processo continuado. O Consea-Rio estará lá todos os meses com suas reuniões. Quem tiver alguma colocação, por favor, façam-se presentes ao Consea-Rio para que possamos começar a discutir. Acho que a democracia contempla tudo isso, inclusive esses momentos de discordância. A diversidade de pensamento é que nos faz caminhar. Vamos apresentar aqui as moções que saíram de vários seguimentos e dizer que essa história de Conferência é somente um processo continuado. Estamos nos preparando para a Conferência Estadual que acontecerá aqui mesmo nesse espaço em agosto, não é Rinaldo? Nos dias 13, 14 e 15 de agosto teremos a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional que nos prepara para a Conferência Nacional. Nós estamos conseguindo realizar esse momento, e isso foi muito difícil para muitas pessoas, precisou de muita dedicação para que seja realizado. Quero agradecer a todos vocês para participação e colaboração. Obrigado e boa tarde! [Aplausos]

SR^a GLAUCE MAGALHÃES: Estamos no momento de apresentação e leitura das moções. Chegou aqui a moção da Juventude Agroecológica da Rede CAU, falando sobre alimentação saudável de verdade. Alguém tem mais alguma outra moção para apresentar?

Tem um artigo no Regimento Interno que fala sobre a apresentação das Moções. A moção de repúdio da Juventude Agroecológica da Rede CAU. Alimentação saudável, de verdade: Escolas e Projetos têm acesso a isso? Muitas escolas não levam em consideração a compra de 30% de alimentos orgânicos, saudáveis, do agricultor familiar. Projetos da Prefeitura do Rio estão dando lanches industrializados, com transgênicos, corantes, que fazem muito mal a todos os adolescentes que participam das atividades, prejudicando todos que consomem esses alimentos. Muitas escolas não têm comida de verdade, não sabemos de onde vem, não sabemos se compram na região, nem do agricultor familiar. Pelo que sabemos não se cumpre a lei 11.947/2009, que fala sobre a alimentação de verdade, saudável, do lugar onde moramos, do agricultor que podemos conhecer. Não se fala sobre isso na escola, a alimentação da escola não é assunto do dia-a-dia, e somos nós que comemos. Conhecemos escola noturna que oferece biscoito salgado com todinho ou suco de caixinha, e outras tantas combinações ruins. Mas aí vem a questão: de onde vem e será que faz bem? Esses produtos prejudicam a nossa saúde, tem transgênicos que fazem mal, e com certeza não é algo de verdade, plantado com carinho e por quem não prejudica a natureza. A Lei 11.947/2009 tem que ser cumprida! Queremos: que as escolas do município realizem a compra de alimentos da agricultura familiar, sem burocracia. Mais fiscalização em escolas e projetos para ver se a lei está sendo cumprida. Mudança no lanche que é dado pelos projetos sociais da Prefeitura do Rio, com inclusão de frutas e não somente alimentos industrializados. Criação de hortas nas escolas. Esta é a moção apresentada pela Juventude da Rede CAU e assinada exatamente por quarenta pessoas.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Alguém ficou com alguma dúvida do teor da moção? Então podemos encaminhar a votação? Por favor, quem aprova a moção, por favor, levanta o braço. [Pausa] Quem não aprova levanta o braço [Pausa]. Abstenção? Então fica aprovada a moção de repúdio.

SRª GLAUCE MAGALHÃES: Nova moção de repúdio direcionada aos gestores municipais. Quem formulou foi um grupo do eixo 3. Moção de Repúdio a fatos que ocorrem o descumprimento da lei nº 11.947/2009. Considerando a lei nº 11947, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, fortalece a agricultura familiar. Considerando a ação pedagógica do ensino da SAN que advém deste Programa PNAE. Considerando a concentração de recursos em poucos fornecedores empresas em desenvolvimento aos centenas de produtores do Município do Rio. Considerando a falta de apoio por parte do município às ações das organizações de produtores. Os participantes da 4ª COMSAN do Rio de Janeiro em sessão no dia 17 de junho de 2015, reunidos em plenária, repudiam as seguintes ações do governo que ocorrem na aplicação da lei 11947/2009. Falta de divulgação ampla e de critérios únicos para as chamadas públicas em termos de composição de preços dos produtos. Falta de relação entre preços estabelecidos para compra e os custos de produção. Inadequação dos cardápios escolares com a sazonalidade dos alimentos produzidos pela agricultura familiar. Dificuldades na emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) por má interpretação da lei não aceitando a condição de agricultor urbano. Falta de assistência técnica para atender aos agricultores. Essa moção foi assinada por vinte e oito pessoas. [Aplausos]

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Ficou clara a leitura? Quem aprova essa moção de repúdio, por favor, levanta o crachá ou a mão. [Pausa] Quem é contra essa moção? [Pausa]. Abstenções? Então a moção fica aprovada.

SRª GLAUCE MAGALHÃES: Nova moção de repúdio destinado ao Governo Brasileiro, quem propõe é Defensores do Planeta. Moção de repúdio ao Governo Brasileiro pelo uso da chamada “agricultura climaticamente inteligente” que, na verdade, se trata de mais uma falácia para prejudicar os nossos agricultores, solo, água, saúde, meio ambiente, pelas grandes corporações e o Banco Mundial. Na verdade esta “agricultura climaticamente

inteligente” está sendo vendida como um novo produto que freará para sempre as mudanças climáticas. Na verdade, é mais uma forma de agricultura industrial com agrotóxicos, transgênicos, contaminação, saque dos recursos naturais, mais exploração da terra, dos povos e dos agricultores e agriculturas, ou seja, mais uma forma de negar o direito a uma comida de verdade. Essa moção foi assinada por trinta e uma pessoas.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Ficou claro pra todo mundo o teor da moção? Então, moção de repúdio ao Governo Brasileiro. Quem é à favor da moção, por favor se manifeste. [Pausa] E quem é contra, por favor. [Pausa] Alguém se abstém de votar? [Pausa] Duas abstenções. Então a moção fica aprovada. Vamos à próxima.

SRª GLAUCE MAGALHÃES: Nova moção de repúdio ao Governo Brasileiro. Defensores do Planeta, a instituição proponente. Moção de repúdio ao Governo Brasileiro pelo uso do transporte, estoque e incentivo à importação de agrotóxicos, substâncias altamente tóxicas, que vem contaminação no solo, água, alimentos, saúde, meio ambiente e os agricultores brasileiros. Exigimos que o Governo Brasileiro cumpra os acordos, convenções, protocolos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, tais como: Convenções de Roterdã, Basiléia e Estocolmo, e convenções das Nações Unidas, diretriz nº 7 do Plano Nacional de SAN. Essa moção foi assinada por trinta e seis pessoas.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Muito bem, ficou claro pra todo mundo a intenção do repúdio ao Governo Brasileiro? Quem é a favor de que a moção seja aprovada? [Pausa] Ok. Quem é contra a aprovação dessa moção? [Pausa] Alguma abstenção? [Pausa] Então fica mais uma moção de repúdio aprovada. [Inaudível]

SRª GLAUCE MAGALHÃES: Mais uma moção de repúdio. O destinatário é a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o Comitê Olímpico, a instituição proponente é a Rede Carioca de Agricultura Urbana. Moção de repúdio às violências perpetradas contra a comunidade da Vila Autódromo. Originalmente uma comunidade de pescadores e pescadoras, a Vila Autódromo tem resistido sistematicamente à remoção desde 1963. Hoje, em decorrência de um plano de reestruturação urbana extremamente verticalizado, e que tem como objetivo maior a realização dos Jogos Olímpicos, e não a vida da população, a comunidade tem sofrido diversos ataques, sensibilizando, inclusive, a imprensa internacional. A Vila Autódromo possui vasta diversidade de frutas... de origem frutífera e plantas alimentares, além de uma horta urbana coletiva. Assim como a Vila Autódromo, outras regiões produtivas e de origem tradicional da cidade tem sido impactadas pela especulação imobiliária, tornando a realização da comida de verdade algo mais distante da população carioca. Nós da 4ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional repudiamos veementemente estas ações. Na cidade que queremos, a Vila Autódromo fica. Esta moção foi assinada por trinta e uma pessoas. [Aplausos]

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Muito bem, então essa é mais clara. Tá mais fácil de... Todo mundo entendeu a moção? Vila Autódromo, ali perto do Rio Centro. Quem é que aprova a moção? Por favor levantem, se manifestem... [Pausa] Quem é contra? [Pausa] E alguma abstenção? [Pausa] Então, mais uma moção de repúdio aprovada. Só de repúdio, né? Não tivemos nenhuma... Fica então aprovada... Essas eram... [Inaudível] Tem mais uma? Pode fazer chegar aqui à mesa, por favor?

SRª GLAUCE MAGALHÃES: Gente, deixa eu perguntar pra Plenária... Tem duas moções sendo terminadas, sendo finalizadas, a gente pode abrir quinze minutos para as pessoas beberem água, comerem um lanche e voltarem e assinarem a moção. Gente, quinze minutos contados no relógio. No meu relógio, vocês sabem que eu sou rigorosa. Quinze minutos.

[Pausa]

SRª GLAUCE MAGALHÃES: Gente, então, vamos lá. A primeira moção é uma moção de apelo, o destinatário é a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a Câmara Municipal dos

Vereadores. A entidade proponente é a 4ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Apelamos para a pronta aprovação... Ih, Mônica... [Risos] Mordi minha língua, Mônica. [Inaudível] Desculpa aí... [Inaudível]

SRª MÔNICA: Então, gente, é assim: a gente acabou fazendo a moção porque a gente tinha já falado como proposta. Vamos lá. Apelamos para a pronta aprovação, assinaturas e mudanças respectivamente: da Política Municipal de Alimentação e Nutrição, que é a PMAN, da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, LOSAN, para adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e alteração do Plano Diretor do município do Rio de Janeiro para reconhecimento de área rural no município.

SRª GLAUCE MAGALHÃES: Recebeu trinta e seis assinaturas. Todo mundo entendeu?

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Pessoal, vamos dar um foco aqui, como diz o outro: Foca em mim. Olha só... [Risos] A moção então é de apelo à Prefeitura e à Câmara de Vereadores para que se dê um andamento mais breve possível a tudo que a gente discutiu aqui hoje. É uma moção de apelo. [Inaudível] Quem é à favor da moção, por favor, Levantem o braço. [Pausa] Quem é contra essa moção, por favor, se manifeste. [Pausa] E alguém se abstém? [Pausa] Então, essa moção de apelo fica, então, aprovada. Temos agora duas moções, foram três agora entregues, nesse intervalo. Vamos passar à votação... Acho que nenhuma de repúdio agora, mais, né? [Inaudível] É. Vamos passar para a próxima. Glauce, apoio.

SRª GLAUCE MAGALHÃES: Moção de apoio, não tem destinatário e não tem entidade proponente. Estimular a oferta de alimento saudável e adequado, valorizando a forma de alimento de liberdade... forma de alimento de verdade às pessoas com necessidades alimentares especiais, intensificando a luta para a garantia dessa prática, sobretudo nos espaços públicos. Querem que eu leia de novo? Melhor, né? Estimular a oferta de alimento saudável e adequado, valorizando a forma de alimento de verdade às pessoas com necessidades alimentares especiais, intensificando a luta para a garantia dessa prática, sobretudo nos espaços públicos. Essa moção foi assinada por trinta e quatro pessoas.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Ok? Então, moção de apoio, então não tenho destinatário e também não tenho entidade proponente. Mas me pareceu, assim, que o texto está claro. Todo mundo entendeu o que é que... [Inaudível] É da AFARJ? A AFARJ que é o proponente? [Inaudível] Certo, eu conheço já, é colega nossa. Então a AFARJ, né? E ela tem algum destinatário especial, não? [Inaudível] Destinatário: Poder Público. Então tá, é uma moção que a AFARJ está fazendo de apoio ao Poder Público, todo mundo ciente? Quem é à favor de que a moção seja aprovada, por favor, se manifeste. [Pausa] Ok, obrigado. Quem é contra a aprovação da moção, pode se manifestar. E alguém se abstém? Também não? Ok, então temos mais uma moção aqui, de apoio, aprovada. Vamos passar então à última moção.

SRª GLAUCE MAGALHÃES: Essa é uma moção de apelo. Destinatário: a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Sr. Prefeito e Secretarias. Entidade: ANERJ. Ofertar a comida de verdade, a alimentação saudável e adequada nos equipamentos e eventos públicos como garantia de direito de todo cidadão, principalmente as pessoas com necessidades alimentares especiais na cidade do Rio de Janeiro. Essa moção foi assinada por vinte e oito pessoas.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Ok, então. À favor da moção, por favor, podem se manifestar. [Pausa] Contra? [Pausa] E abstenção, alguma? [Pausa] Então muito bem, então foi aprovada essa última moção. Aprovadas então as moções, todas que foram... Oito, né? Sete ou oito, não sei. A gente passaria agora então à questão das eleições dos delegados pra conferência. Seria bom eu dar uma lida de novo aqui no artigo que fala sobre a eleição de delegados, é bom? Dar uma relembração, né? É o artigo 22, o capítulo 7. Da eleição dos

delegados à 4ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro. Artigo 22: a 4ª COMSAN-Rio enviará delegados para a 4ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, 4ª CESANS, eleitos pelos participantes inscritos da 4ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município, considerando os seguintes critérios: Primeiro critério: Ser Conselheiro atuante no Conselho Municipal. Segundo: Participar de organizações e movimentos sociais relacionados à segurança alimentar e nutricional. Terceiro: Participar de organizações de agricultores. Quarto: Representar a diversidade de territórios e regiões no âmbito municipal. Cinco: Representar os portadores de necessidades alimentares especiais. Sexto: Representar organizações do movimento de mulheres. Sétimo: Representar organizações do movimento de jovens. Oitavo: Representar os diversos setores de governo. E o nono, que foi aquele destaque que o Conti fez ontem: Representar por cota, por raça, etnia e povos e comunidades tradicionais. O artigo 23 diz que os candidatos a delegados à 4ª SISEAN serão apresentados pelos seguimentos referidos no artigo 22 e eleitos na Plenária Final, que é essa que a gente tá, aqui e agora. Parágrafo único: Por ordem dos mais votados, serão eleitos os titulares e os candidatos que obtiveram o maior número de votos. E suplentes, os que obtiveram menor número de votos. Ok? Quer fazer primeiro... Então são oito delegados da Sociedade Civil, quatro delegados do Governo. [Inaudível] O Governo, praticamente já houve um consenso. A gente já... [Inaudível] A gente tem cinco pessoas do Governo presentes aqui. Então ficou quatro titulares, aqui um suplente, né? Então ficou como delegado titular, então, a Subsecretária Jurema Batista. A Gerente de Segurança Alimentar Aydee. A Mônica, Conselheira nossa também, e este que vos fala, eu aqui. De suplente então ficou... Quem ficou? A Glauce Magalhães. Kátia Perobelli, que é... Ela teve que sair agora há pouco. Ela é da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário. Adriano e mais um suplente que a gente...

SRª JOYCE ANDRADE BRAGA: Com licença, a Maria Cristiane é a suplente indicada para a Aydee, tá? Que é do... Sétima CDS.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Beleza, então ficou fechado isso já. Então a parte de Governo não teve muito... muita coisa. E agora, então, a gente vai passar, então, à eleição dos delegados da Sociedade Civil. Existe alguma entidade que vai apresentar candidatos à eleição? AFARJ. [Inaudível] Vamos aproveitar esse... [Inaudível] Fala. UERJ. [Inaudível] Peraí, vamos lá... AFARJ, UERJ, AMUIG, Rede Carioca, AMUCANTI... O senhor... Jornal Abaixo Assinado de Jacarepaguá... Ação da Cidadania... [Inaudível] Da senhora é?... AMACA... [Inaudível] Vamos lá, Ação da Cidadania, AMACA, AMUIG, já foi. AMUIG já foi. O senhor é?... [Inaudível] Não entendi... [Inaudível] Fundação Xuxa Para Jovens... [Inaudível] CEM... CEM, aquele que eu fui lá, isso... C-E-M. [Inaudível] Xuxa. Fundação Xuxa Meneghel, é isso? [Inaudível] Faltou um, não faltou, Marcinha? Deixa eu dar uma lida aqui. Olha só. Pessoal, pode ser que faltou alguma, presta atenção: AFARJ, UERJ, AMUIG, AMUCANTI, Rede Carioca, Jornal Abaixo Assinado de Jacarepaguá, Ação da Cidadania, AMACA, Ilê Aira, Fundação Xuxa, CEM. [Inaudível] Faltou a sua? MNU. MNU. [Inaudível] Você quer falar, Bernadete? [Inaudível]

SRª BERNARDETE MONTESANO: Então, pessoal, os jovens se reuniram ontem e eles tiraram a representação deles. O candidato é o Lucas e a fundação é Tamires, é suplente dele.

SR. FÁBIO BITTENCOURT: Bom, pessoal, só pra deixar um esclarecimento. Nós temos uma orientação do Nacional em que todos os seguimentos devem... [Inaudível] Orientação, não é obrigatório, mas é orientação que vem sendo seguida rigorosamente, pelo menos as últimas conferências, enquanto nós temos ido. Então, mesmo que haja um maior número de candidatos que o número de vagas, nós temos, em primeiro, que lembrar que os segmentos devem ser representados, então, muitas vezes, você tem dois candidatos para um determinado seguimento. Mas por isso que existe a votação ou um acordo. Então, só queria lembrar no intuito de facilitar a nossa eleição. Então, pelo que eu contei aí, são

parece que doze candidatos e oito vagas, não é isso? Só que, alguns seguimentos aqui, fica mais fácil escolher, até porque só tem um candidato. Agora, aqueles que tiverem mais de um candidato... É uma sugestão: sentem, conversem, tentem chegar a um acordo. Se não chegar, aí a gente vai partir pra votação. É apenas um comentário.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Muito bem. Sim?... Oi.

SRª BERNARDETE MONTESANO: Gente, estou desorientada... É só pra nível de sugestão, fazendo valer, né? O Regimento. É que, quando a pessoa se apresentar, que não apresente a pessoa, mas a sua experiência e como que essa organização ou grupo vem tratando esse tema. Tá bom? Então é assim: não é a pessoa que a gente vai, na verdade, escolher, né? É todo um referencial que representa aquela pessoa.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Muito bem. Então, pela ordem, a gente vai pedir agora que as entidades que são candidatas tomem o microfone e apresentem aí a sua justificativa e apresentem a sua instituição. Pela ordem aí, o primeiro é qual?

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Eu só gostaria de ler todas as instituições pra, enfim, ver se não faltou nenhuma. É: AFARJ, UERJ, AMUIG, AMUCANTI, Rede Carioca, Jornal Abaixo Assinado de Jacarepaguá, Ação da Cidadania, AMACA, Ilê Aira, MNU, Núcleo da Juventude Agroecológica da Rede Carioca e o CEM. Todo mundo contemplado? Ok, então, podemos dar início às apresentações. AFARJ.

SR. FÁBIO BITTENCOURT: Muito obrigado. Estou aqui, meu nome é Fábio Bitterncourt, eu sou da Associação dos Falcêmicos e Talassêmicos do Rio de Janeiro. Está presente aqui a minha Presidente, Zaira Costa. Somos Conselheiros do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro. AAFARJ... A doença falciforme, da qual representamos, ela, talvez, não seja do conhecimento de vocês, mas é uma doença genética, uma anemia, ela é ainda um pouco desconhecida, é uma luta que a gente tem no dia a dia, e nós representamos aqui o seguimento das pessoas com necessidades especiais. Bem claro. Seguimento de pessoas, não é a doença falciforme. Nós temos celíacos, nós temos pessoas que tem outros tipos de necessidades especiais e nosso trabalho é exatamente no sentido de que nós possamos, realmente, levar esse seguimento, pra essas pessoas, uma melhor qualidade de vida e garantir, realmente, que a alimentação saudável chegue. Alimentação que, nós temos perfeita consciência, que não é só pra elas. É pra todos os seguimentos da sociedade. Então, nós já estamos aqui no CONSEA já há algum tempo. E, com certeza, gostaríamos de nos candidatar a ir para a Estadual e, quiçá, para a Federal, no sentido, exatamente, de que a nossa luta. Luta por esse seguimento. Haja uma representação cujo... E alerta mais uma vez, o próprio CONSEA, ele fala que esse seguimento está tendo... deve ter uma atenção especial. Então ele sugere, orienta, que haja uma representação, não só dessa aí, mas essas outras que são contempladas. Então essa é a minha justificativa para que nós possamos entrar. Você quer complementar alguma coisa, Zaira?

SRª ZAIRA COSTA: Nós estamos fazendo uma pesquisa, fizemos uma anterior com a UERJ, e participamos de um congresso internacional sobre alimentação e saúde e foi provado que a pessoa com doença falciforme, antes de qualquer remédio... Que até o que está fazendo efeito agora é o hidróxido-ureia... Ela precisa de uma alimentação básica, saudável. E isso, a nossa população aqui do município do Rio de Janeiro, a maioria das pessoas com doença falciforme está abaixo da linha de pobreza. E a gente não pode inserir qualquer projeto porque, segundo a informação quando nós fomos apresentar o projeto, não tem nenhum referencial de legislação que fale sobre isso. Então é nosso interesse que a nossa proposta vá até a Conferência Nacional. Para que possa garantir, para essa população, uma qualidade de vida melhor. A maioria conhece a doença falciforme, pra passar aquela crise de dor, só passa com morfina. Mas se a gente puder evitar que essa população atinja esse grau de sofrimento, a gente tem que respaldar com uma alimentação adequada. Obrigada. [Aplausos]

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Tá bom, pessoal, então a AFARJ representa o

seguimento das pessoas portadoras de necessidades alimentares especiais, o inciso nº 5. Só pra poder a gente dinamizar um pouco, a gente vai pedir pra restringir dois minutos a apresentação da entidade que está se candidatando. A próxima então? [Inaudível] Ah, sim. E, evidentemente, a pessoa que for apresentar a instituição vai também citar o nome dos Conselheiros que estão disputando a vaga à Delegado, das pessoas. Então a segunda, na ordem, vai ser qual? A... UERJ. A AFARJ é o Fábio de titular e D. Zaira de suplente. É Zaira ou Zaíra? Zaira. UERJ. Jorginete, por favor. Dois minutos.

SRª JORGINETE: Só uma questão de esclarecimento: Suplente? Porque eu não me articulei com ninguém pra suplente, eu estava... [Inaudível] Não, né?... [Inaudível] Da entidade, ok, nada de suplente. [Inaudível] É isso... Os menos votados, ok. Tudo bem. Bom, eu sou Jorginete, então, da UERJ, eu sou do Instituto de Nutrição aqui. Eu sou membro do Conselho, represento a UERJ no Consea Municipal. E o Instituto de Nutrição, por sua... por seu caráter de responsabilidade, tanto na formação quanto de pesquisa e extensão, a gente tem uma atuação grande na Segurança Alimentar. Em pesquisas, como a AFARJ falou, que a gente tem parcerias pra pesquisa, nesse seguimento e em outros, na formação dos alunos, parcerias com movimentos sociais na área de Segurança Alimentar. A gente tem sediado, alguns de vocês já devem ter participado de outros eventos nesse espaço, enfim. Eu acho que a UERJ está... Mais uma vez, a gente já participou de outras conferências, municipais, estaduais e até nacionais. Eu acho que a gente pode contribuir levando as questões da nossa cidade para o estado e pra Conferência Nacional, se for o caso. E também serve de formação. Porque a nossa participação nesses espaços sempre contribui pra nossa formação também. [Aplausos]

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Muito bem. Então, Jô, então a UERJ tá entrando... A gente não tem aqui uma... um critério de Instituição de Ensino e Pesquisa... Não estava... Porque eu acho que seria o que a UERJ entraria. Então a UERJ entra no quesito dois, não é isso? Participar de organizações e movimentos tradicionais da SAN. Vai entrar nesse... [Inaudível] E no um, porque é conselheira também. [Inaudível] Pela ordem então, a próxima será, Marcia?... AMUIG.

SRª ROSILDA MOREIRA: Meu nome é Rosilda, sou Presidente da Associação de Mulheres, AMUIG, Associação de Mulheres da Ilha do Governador. Meu interesse em participar da Conferência Estadual é encaminhar proposta para o bem estar e uma boa alimentação para as mulheres. [Aplausos]

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Muito bem, então a AMUIG, ela entra como representação de uma organização de movimentos de mulheres, no item seis. Então, até agora, não conflitou nenhuma representação. Márcia, o próximo então será?... AMUCANTI. AMUCANTI é Conselheira do Consea, então entra também nesse quesito de ser Conselheira atuante.

SRª MARGARIDA FROUF: Olá, boa tarde. Sou Margarida, Presidente da Associação de Mulheres e Amigos de Cavalcanti no Brasil. A gente realiza um projeto de mulheres chamado Cozinha Criativa. Esse projeto, ele é feito já há quatro anos e a intenção desse projeto é fazer o reaproveitamento dos alimentos. A gente tirou isso aí como uma referência pelo SESC, o Banco de Alimentos de Madureira. Este Conselho conhece o trabalho feito pela AMUCANTI porque nós, numa SAN, nós, na semana Carioca, nós estivemos aqui, oferecemos do suco ao aperitivo final, a alimentação pelo projeto da AMUCANTI. Obrigada. [Aplausos]

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Obrigado, Margarida. Você vai disputar, então, por seguimento de Associação de Mulheres. E como Conselheira também. [Inaudível] Obrigado, Margarida. O próximo, então, Márcia?... Rede Carioca.

SRª VALDIRENE MILITÃO: Boa tarde. Meu nome é Valdirene Militão, eu faço parte da Rede Carioca de Agricultura Urbana e, a nossa intenção de estar lá representando é de todos os agricultores que são invisíveis, dizem que não existem agricultores aqui no Rio

de Janeiro, eu quero dizer que nós conseguimos certificar dois quintais. Então a primeira horta orgânica certificada aqui no Rio de Janeiro, nós fazemos parte, estamos juntos, conseguimos a Feira da Freguesia, então, assim: a nossa ideia é estar sempre mostrando que em pequenos espaços podemos ter qualidade de vida. Se nós estamos pensando em comida com qualidade, primeiro nós temos que pensar em tudo aquilo que faz jus àquilo. Nós temos que ter casa, nós temos que ter qualidade de vida pra assim nós podermos ter uma alimentação de qualidade, porque o simples fato de ter uma vida saudável, não é só na alimentação. Tem todo um contexto. Então, assim... fica dada a candidatura. [Aplausos]

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Então você vai entrar no seguimento de Organização de Agricultores? Sr. Meirelles... [Inaudível] Desculpa? [Inaudível]

SR^a. MÔNICA CHIFFOLEAU: Então é isso, a Rede Carioca, ela tem mais de vinte grupos de organizações... Trinta? Trinta grupos. Então a gente esteve falando isso, articulando, para fortalecer a rede e mesmo, por exemplo, eu sou Conselheira e faço parte da Rede Carioca, também da Rede Ecológica, então, assim... O coletivo que nos representa, maior, é da Rede Carioca. Então a gente esteve falando para articular alguns candidatos. Então, além da Valdirene, a gente tem outros que vão se apresentar agora.

SR^a MORGANA: Sou Morgana, sou integrante da Rede Carioca de Agricultura Urbana. [Inaudível] Só pra me apresentar. Eu também sou candidata como representante da Rede.

SR. RENAN: Meu nome é Renan, eu sou Professor de Sociologia, atuo também na Rede CAU, faz tempo que eu atuo também em outras redes de agroecologia. Gostaria de fazer coro ao que a Mônica falou que a Rede CAU é uma rede muito grande, são mais de trinta grupos, é uma rede que cada vez desponta mais porque a questão da agricultura dentro da cidade é um ponto importantíssimo, a gente acha. Se a gente olhar pra Campo Grande, pra Vargem Grande, em todos esses lugares a gente tem representação. E a gente está, também, despontando na questão das feiras. É de mostrar isso. Que existe uma agricultura na cidade e que é importante e que, por detrás da Rede, tem uma grande gama de movimentos que a gente tá representando, que não se trata só de meia dúzia de pessoas, mas que são muitas outras pessoas.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Então, o candidato, então, da Rede CAU seria? O nominal, a pessoa? É Renan, você? [Inaudível] Mas vocês vão botar quatro candidatos, é isso? [Inaudível] Tá bom. O próximo, então, pela ordem aqui, é o Jornal Abaixo Assinado de Jacarepaguá. Sr. Meirelles, por favor.

SR. MEIRELLES: Muito obrigado. Nós queremos colocar a nossa candidatura no sentido do trabalho que o jornal vem desenvolvendo há dez anos em Jacarepaguá com relação à agricultura familiar. Temos também os problemas das comunidades como Vila Autódromo, Curicica, Vila União, com relação à desapropriação e à retirada deles da terra. Então, é um trabalho que vem se desenvolvendo a muito tempo. O jornal é a forma que nós encontramos de conseguir penetrar nas comunidades, em locais onde a milícia não deixa a gente entrar. Então nós temos a condição de exercer um trabalho técnico e objetivo. Fui Diretor da EMATER, fui o Diretor da Secretaria de Cultura, em 1996, 1998. Então a gente tem um conhecimento, não profundo, não técnico em base, mas a gente sabe o que é que é preciso para o homem da terra. Ontem eu fiz uma sugestão de encaminhar. Se você eliminar qualquer tipo de imposto com relação aos produtores de agricultura familiar. Lamentavelmente, eu não vi isso, no Eixo 3, colocado. Como também somos à favor de que seja delimitada uma área urbana rural, aqui na cidade do Rio de Janeiro. Que ela existe, mas, por decisão política, ela foi apagada do mapa. Tanto existe que tem produtor rural aqui. Então, nós queremos participar dessa luta e encaminhar o nosso trabalho, inclusive, visitando os vereadores, inserindo-os na luta nossa com relação à alimentação perfeita, alimentação de verdade e uma nutrição sadia pras nossas crianças, nosso povo de um modo geral. Muito obrigado. [Aplausos]

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Então, o Jornal, ele foi enquadrado aqui como organizações relacionadas à Segurança Alimentar. O inciso nº 2. O próximo então pela ordem seria... AMACA.

SRª PETRINA ANDRADE: Não gosto de falar ao microfone, mas, fazer o quê. Bom, gente, meu nome é Petrina. Sou Presidente da Associação de Moradores e Amigos de Cavalcanti e Adjacências. Uma grande surpresa saber que só eu represento uma associação de moradores. Porque nós da associação de moradores é que verdadeiramente ouvimos o povo. Nas comunidades somos nós que somos procurados pelo povo pra trazer até a gente as suas queixas, as suas reclamações, as suas lamentações. Nós conhecemos, nas nossas comunidades, as verdadeiras necessidades, inclusive a de uma alimentação de verdade. Eu estou aqui em nome de um povo que eu questionei muito, no grupo que eu estava, e consegui até que adicionassem, em um dos trechos, a palavra “Entidades”, que ultimamente vem sendo muito esquecida e que são as pessoas que, realmente, conhecem e entendem o problema do povo, da verdadeira população necessitada. Obrigada. [Aplausos]

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: D. Petrina, só um instantinho. A AMACA está representando qual seguimento aqui? [Inaudível] Mas Associação a gente não tem aqui no Regulamento. Então ela entra como “Diversidade de territórios e regiões no âmbito municipal”. Pode ser por aí? Tá bom assim? [Inaudível]

SRª EMÍLIA: Desculpa retornar à questão do Regimento, porque a gente está vendo a Mesa sempre se remeter a essa listagem que tem no artigo 22, mas, no nosso entendimento, eles são critérios a serem considerados, o que não significa que, pra cada item, um, dois e três, é referente a uma vaga da Conferência. [Inaudível] Ok, então esse entendimento é comum. Ok.

SRª MORGANA: Nesse sentido, quando a Rede Carioca apresentou vários candidatos, não quer dizer que a gente tá querendo competir entre nós mesmos pra ver quem vai ser o representante. A ideia é que a gente tenha um maior número de representantes da Rede dentre os delegados inscritos. A gente não se articulou pra competir entre si. Não é um candidato de cada movimento. [Inaudível]

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Ação da Cidadania. D. Glorinha, por favor.

SRª GLÓRIA: Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria Pela Vida. Começou em 93 com o Betinho e o pessoal, e tem o Natal Sem Fome. E tem vários comitês, Da Ação, no Rio e também outros estados. Então a gente se bate pela... contra a fome em geral, agora, o Natal Sem Fome a gente desativou um pouco. A gente faz cursos pra incentivar o pessoal não só a ganhar as coisas, mas ter condições de trabalhar e ganhar. Encaminhamos também pra Bolsa Família, que, em vez de ter uma vez só por ano, tem todo mês. E a gente está até reativando o Fórum de Segurança Alimentar. A gente tem uma reunião geral lá, todo mês, e depois a gente está articulando, depois dessa reunião, ter o Fórum de Segurança Alimentar que é super importante, porque é o braço do povo, né? Nós temos o Conselho, que é super importante, mas, levar as coisas do Conselho pro pessoal dos Comitês. Aí não sou só eu, tem vários. Estou aqui hoje representando, mas tem muitos Comitês. [Aplausos]

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Obrigado, D. Glorinha.

SRª SUSANA MOREIRA PADRÃO: Não sei se no meio do processo... Porque me deixou confusa a posição deles. Eu entendi que nós temos mais entidades e movimentos sociais que querem participar em relação às vagas. Eu, a princípio, acho justo que todos estejam representados, todos os movimentos sociais. Então, o que é que pode acontecer, se eles são cinco candidatos, se eu eleger um pra votar, dentre todos, eles podem se pulverizar e nenhum deles ser eleito. Porque eu votar na Morgana, o outro vai votar... Aí eles terem menos votos e eles acabam não tendo a sua... Ou seja, não sei se vocês tem que repensar... Não sei se eu entendi mal, mas eu entendo que eles podem pulverizar os votos e todos ficarem com poucos votos. Não sei se isso está correto. [Inaudível]

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Pessoal, olha só: eu acho até uma questão importante a

gente seguir, vamos prosseguir com a apresentação, depois a gente traz à luz essas dúvidas e esses esclarecimentos. Pra ficar bem claro antes do processo de votação. Isso vai ser garantido.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Ok, então, pela ordem aqui, a próxima instituição é Ilê Ashe Aira Serenti.

SR. REINALDO ARAÚJO: Boa tarde a todos e a todas, meu nome é Reinaldo Araújo, eu sou Conselheiro municipal pelo movimento negro, mas a minha instituição é uma instituição religiosa, eu sou um líder religioso das comunidades afro. O Ilê Ashe Aira Serenti, ele mantém um trabalho também social. Trabalho muito com jovens, né? Capacitando-os na questão de dança da cultura afro e, de forma, até assim, mesmo sendo instituição religiosa, eu separo a parte social. Então, na minha casa eu congrego os quarenta jovens, quem já teve oportunidade de vir a eventos do Consea-Rio já viu eles trabalhando, e capacitando eles pra eles poderem ter um sustento. E muitos vão lá, às vezes, porque não tem nem o que comer em casa. São evangélicos e tudo, mas, não tem o que comer, então eu dou o alimento que, desde a minha militância, em 1980, lá na comunidade da Vila Cruzeiro, eu aprendi que a gente, pra falar de Deus e religião, não é possível falar praquela que passa fome. Então eu faço um trabalho intensivo, não chamo ninguém pra minha religião, que religião, pra mim, é uma questão muito íntima, é a roupa que nos cabe. Não tem uma religião melhor que a outra. Tem aquela que você se sente bem e tem que se ter o respeito entre elas, que somos todos irmãos. Então, aqui, no município do Rio, eu vim convidado, que eu também sou Conselheiro estadual pelas Comunidades de Terreiro, e aqui eu entrei na vaga de movimento negro, porque tem o Anderson que, infelizmente, ele não pode estar aqui, que foi pra Delegacia, por questões de intolerância religiosa, ele estava aqui até o momento. Então, no estabelecimento dele, lá no centro dele, tem um trabalho nosso afro, que é o Charles Nelson. Que é um coreógrafo afro que faz um trabalho ali na Lapa. Então quem quiser conhecer um pouco do meu trabalho com os jovens, eu convido todos na sexta-feira agora, teremos o 3º Encontro Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais em Mesquita. Então, vão estar sendo apresentados especiarias de cada cultura, e a parte também cultural. [Aplausos]

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Inclusive obrigado pela ajuda que você deu pra gente aqui durante. Foi imprescindível a colaboração que você deu pra gente aí, obrigado. Então a próxima, antepenúltima aqui, agora, é: MNU.

SR. MARCELINO CONTI: Bom queridos, MNU é o Movimento Negro Unificado, nós estamos na pista aí lutando desde 1978, são trinta anos de... Trinta e sete anos. Trinta e sete anos de briga, buscando a igualdade racial. MNU foi quem propôs o Estatuto da Igualdade Racial, foi brigando que conseguiu, através da CONEB, que é Congresso dos Negros e Negras do Brasil, provocar o Governo Federal pra que isso fosse colocado enquanto Lei e temos brigado pra que sustentem a nossa Secretaria. O tempo inteiro a Secretaria de Igualdade Racial tem sido ameaçada de corte, no nível de Ministério, pra ser rebaixada a um Departamento qualquer. Então, nessa caminhada nossa do MNU a gente conseguiu formar a Associação dos Quilombos do Estado do Rio de Janeiro. E estamos na luta pela regularização de. Hoje nós temos vinte processos de regularização. Eu estou acompanhando esse processo como antropólogo, sou antropólogo, trabalho na UFF e a gente tem trabalhado bastante nesses processos, ou em rede ou diretamente dentro desses quilombos, trabalhando. Um exemplo grande, aqui perto da gente, foi o Sacopã, que foi a nossa equipe lá da UFF que conseguiu o laudo antropológico, conseguiu regularizar, Fábio Reis e Lobão. Eu fazia parte dessa equipe também. Pedra do Sal é uma briga nossa muito grande e, outra briga, que tá muito séria pra gente, é Marambaia. São comunidades que estão sendo ameaçadas o tempo inteiro de despejo, de retiradas e de diminuição de espaços. E, sem terra, não tem quilombo. Sem território não tem quilombo. E o quilombo, ele se auto-sustenta. A definição de quilombo sempre foi essa, de um lugar que é afastado, um

lugar que consegue, a partir dali, ter toda autonomia. O quilombo é quase um Estado. Ele independe dos outros. E a gente tá brigando pela segurança e a soberania alimentar desses quilombos. Essa é a nossa briga. [Aplausos]

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Obrigado, Conti. O penúltimo agora, o Núcleo de Juventude Agroecológica.

SR. LUCAS JALES: Olá, meu nome é Lucas Jales, faço parte do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo do CRAS Cecília Meirelles, de quinze a dezessete, também faço parte da Juventude Agroecológica, da Rede CAU. E eu quero levar pra Conferência Estadual que eu acho isso muito errado: a gente ter uma horta lá no nosso projeto, tem aqui algumas fotos, a gente fala sobre alimentação saudável, a gente está lutando por isso, mas o lanche ser esse lanche aqui. Não sei se dá pra vocês verem esse lanche aqui, industrializado, transgênicos. E, pô, isso pega muito mal. Também... [Aplausos] Entendeu? Não adianta a gente estar querendo uma alimentação saudável, mas o nosso lanche ser industrializado, fora as escolas. E também acho que eu tô representando os adolescentes, porque eu acho que os adolescentes tem voz pra estar em conferência, eles tem atitude pra estar aqui, assim como eu também estou, representando eles. Eu acredito que poderia ter mais como eu aqui, representando as instituições que tem juventude. E eu queria também levar isso, também, pra Conferência Estadual. E é isso. Minha energia. Eu só quero que [aplausos] venha a ter um futuro melhor, com uma alimentação melhor, tanto nas escolas e nos projetos como também na casa de cada um aqui. É isso aí.

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Valeu. Inclusive a gente queria destacar aqui a participação de vocês na pré-conferências, achamos que vocês deram um show aí, foi super bacana. Obrigado aí, viu, gente? E, por fim, o CEM. Centro Educacional Multicultural. É isso, acertei?

SR. MARCELO: Isso mesmo. Meu nome é Marcelo, estou representando essa instituição que está na Favela da Penha, ali no Grotão. Temos ali vinte... Na serra da Misericórdia. Temos ali vinte e seis hectares. Estamos educando e habilitando os jovens a plantar nesses vinte e seis hectares. É um lugar que tem agricultura. Dizem que não tem agricultura no Rio, mas tem sim, e temos vinte e seis hectares e estamos buscando ocupar esses hectares com os jovens. Porque ali eles vão sair do tráfico, vão poder ter o seu sustento. E nós estamos ali pra isso. Entendeu? E ainda participamos da Feira de Olaria, temos uma barraca que dois jovens vão começar a ir, serão feirantes junto com a gente. E somos coordenadores também da feira, tentando... É uma feira nova, tem um ano. Estamos tentando aumentar ela e divulgar mais pra Zona Norte que são poucas feiras. E não tem o hábito de comer orgânicos, muitos dos que tem, vão pra Zona Sul, e hoje eles podem ficar no próprio bairro. [Aplausos]

SR. JÚLIO CÉSAR BARROS: Beleza, Marcelo. Eu já estive pessoalmente lá no Grotão e vi, o trabalho é super bacana. Bom, pessoal, apresentadas essas entidades, eu queria fazer aqui uma pausa e eu queria fazer um agradecimento à nossa Secretaria Executiva: à Glauce, ao Adriano, à Marly, ao pessoal da Secretaria Executiva dos Conselhos, [aplausos] eu vou pedir uma salva de palmas pra eles. A Glauce está aqui hoje nas últimas, ela veio pra cá de SAMU, não foi táxi, foi o SAMU que trouxe ela pra cá hoje, tá no sufoco. Joyce, que tá aqui também, da Secretaria Executiva, então eu não podia deixar de agradecer a eles. Muito bem, e aí, por uma questão até de ética, como é uma eleição da Sociedade Civil, eu vou pedir então que nosso Presidente faça a condução dessa votação e apuração de votos e tal... E gostaria de agradecer a todos a paciência por terem me ouvido. Hortas Cariocas tem lá no Facebook, se as pessoas quiserem curtir lá, receber... Não tem nada de Prefeitura em Hortas Cariocas, o pessoal que é contra a Prefeitura, não tem nada. Ali são dicas de adubação verde, de hortas em pequenos ambientes. Então vocês podem curtir lá, a gente tá sempre colocando aí algumas dicas de sustentabilidade, lá no Facebook. Muito obrigado a todos, eu vou me retirar da Mesa e vou desejar uma boa votação a todo mundo,

meu Presidente aqui, uma boa condução da reunião. Agradecer, achei que a Conferência foi fenomenal e vamos nos encontrar brevemente, se Deus quiser. Muito obrigado, pessoal.
[Aplausos]

SR. FRANCISCO CALDEIRA: Olha, depois de moções, de apresentações, agora vem as emoções. [Risos] O negócio é bacana, né? Aqui pela apresentação e pelas candidaturas, nós temos quatorze candidatos pra oito vagas. Quer dizer que nem todos que se candidataram serão eleitos. Acho que as pessoas que não forem contemplados com um voto hoje pra serem representantes do Consea-Rio junto ao Consea Estadual, se sintam também contemplados por participar dessa discussão, e dessa construção desse momento de conferência. Então é isso. Acho que... Pedir à Marcia pra me ajudar aqui que, com a sua experiência, pode me ajudar muito mais aqui. Eu acho que tem alguns seguimentos que tem candidatura única. E a Rede Carioca, como sempre, o pau vai comer aí, entendeu? A realidade é essa, entendeu? Vamos ver como vai ser essa estória. Márcia, por favor.

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Olha só: a compreensão que se está tendo, até agora, do regimento, é exatamente aquilo que foi informado, falado, até agora. Mas eu acho que precisa maior esclarecimento da candidatura da Rede. Porque quando vocês falaram “a Rede” e vários candidatos, quando vocês colocam como uma única entidade e vários candidatos, vocês estão colocando dentro de uma representação individual. Então é importante a gente compreender a capacidade de representação da Entidade de cada pessoa. É isso mesmo? Acho que apareceu uma dúvida ali até da Susana, Susana está retornando agora... E isso não ficou muito claro. Então, já que não é uma representação específica de cada entidade que compõe a Rede, né? Então é pelo potencial de representação de cada um de vocês. Mas isso precisa ficar mais claro na pessoa, porque, senão, pode haver bastante prejuízo nessa apresentação, foi isso que eu compreendi da dúvida na questão da Susana. É um risco, pode dar certo como pode não dar. Então, eu gostaria de propor que ficasse mais claro essa questão dos candidatos que estão representando a Rede. Entre jovem da Rede e Rede, deu perfeitamente pra gente entender a motivação, mas a questão da Rede ficou meio confusa.

[Pausa]

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Olha só gente, só pra ficar claro: cinco minutos. Então tá bom.

[Pausa]

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Gente, vamos recompor a Plenária, a gente tem que encerrar essa Conferência em, no máximo, quinze minutos. Porque a gente tem que entregar o auditório.

SR. FRANCISCO CALDEIRA: Gente, depois das confabulações, chegamos aqui, queremos uma proposta aqui do companheiro a respeito dos candidatos. Por favor.

SR. RODOLFO: Olá, boa tarde. É que são oito candidatos, são mais do que oito candidaturas. Então, cada um, se for levantar o crachá, vai ter o risco de uma pessoa levantar mais do que oito vezes a opção de candidato, então a minha sugestão é que a gente numere os candidatos de um até doze, treze, quatorze, o que for... E cada um escreve no crachá o número e entrega aqui. Depois pega os crachás e soma. Aí cada crachá só pode ter oito votos. [Inaudível] Não, cada um escreve oito opções no crachá, o candidato vai ser numerado de um a quinze, cada um escreve no crachá oito opções de... [Inaudível]

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Gente, olha só: foi feita uma proposta. Quem apoia a proposta do Rodolfo? [Pausa] Quem não apoia a proposta do Rodolfo? [Pausa] Por contraste, venceu a proposta por pessoa e por levantamento de crachá, é isso? Ok, podemos iniciar o processo de votação? O esclarecimento que foi solicitado à Rede, como vocês articularam? [Inaudível]

SRª MORGANA: A gente decidiu então que a única candidatura pela Rede de Agricultura Urbana vai ser a minha, eu sou Morgana, [aplausos] sou historiadora, sou parceira do Consea-Rio já faz uns quatro anos, atuando na Câmara Temática Permanente

1, ajudando as ações relacionadas a políticas públicas e governança, tenho estudado Segurança Alimentar e Nutricional já há algum tempo, me apropriado desse tema, tenho uma atuação forte lá na Rede, atuando na área de Comercialização e estou ajudando a organizar o Encontro Nacional de Agricultura Urbana que vai acontecer aqui, na UERJ, no mês de outubro. Acho que é isso só, pra esclarecer que a gente chegou a esse acordo.

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Ok. Então, vou fazer uma leitura dos candidatos, ver se a compreensão é essa. Pela AFARJ, Fábio. Pela UERJ, Jorginete. AMUIG, Rosilda. Pela AMUCANTI, Margarida. Pela Rede CAU, Morgana. Pelo Jornal Abaixo-Assinado de Jacarepaguá, Meirelles. Pela AMACA, Petrina. Ação da Cidadania, Glorinha. Ilê Aira, Reinaldo. MNU, Conti. E CEM, Marcelo. É isso? [Inaudível] São candidatos à eleição para Delegados da 4ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade do Rio de Janeiro... [Inaudível] [Pausa]

SRª JORGINETE: Não é questão de ordem mas eu gostaria de falar. Quando foi colocada quatro candidaturas da Rede CAU também a candidatura do Francisco que é Presidente do Consea-Rio. Eu acho que vai ser de entendimento de toda a Plenária que é muito importante ter como delegado o Presidente do Consea Municipal na Conferência Estadual. Eu gostaria que reconsiderassem e recolocassem a candidatura dele.

SR. FÁBIO BITTENCOURT: Aos Presidentes dos Conselhos está assegurada a presença na Conferência Nacional, como delegado.

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Pessoal, por favor. São candidatos à eleição para Delegados pela Sociedade Civil: AFARJ, pela representação do Fábio. Rede CAU, Morgana. UERJ, Jorginete. AMUIG, Rosilda. AMUCANTI, Margarida. Jornal Abaixo-Assinado de Jacarepaguá, Meirelles. Então, por favor, correção aí, gente. Meirelles. Ação da Cidadania, Glorinha. AMACA, Petrina. CEM, Marcelo. Ilê Aira, Rinaldo. MNU, Marcelino Conti. Núcleo da Juventude Agroecológica CRAS Cecília Meirelles, Lucas Jales. Ok? Podemos iniciar... [Inaudível]

SRª ZAIRA COSTA: Questão de esclarecimento, só: E os suplentes? A suplência vai ficar como?

SRª MÁRCIA VALÉRIA: Como está no Regimento Interno desta Conferência, aprovado ontem, a suplência fica com os candidatos menos votados. Os Delegados titulares serão os mais votados e os menos votados constituirão a suplência. [Inaudível]

SR. MARCELINO CONTI: Queridos, assim... Eu estava até conversando com o Fábio ali, eu estava vendo a orientação pra Nacional, e na orientação da Nacional tá garantido a Presidência do Consea Estadual. [Inaudível] Para o Estadual, a gente precisava garantir isso no nosso Regimento. [Inaudível] Não tá. Nós temos que garantir agora. Nós temos que garantir a presença do Francisco agora, queridos. Viu? [Inaudível] O regimento da Estadual vai ser aprovado essa semana ainda. Mas não está constando no Regimento da Estadual, eles já passaram pra cá, a vaga por população. E aqui, o município do Rio de Janeiro tem doze vagas de Delegados. Nessas doze vagas, a gente deve contemplar o nosso Presidente. [Inaudível]

SRª ISIS LEITE: Gente, só pra tentar ajudar, eu espero conseguir... [Inaudível] São oito vagas pra Delegado. Logo, a gente precisa indicar oito vagas para suplência, então, ao todo, estarão dezesseis nomes em votação para a Conferência Estadual. A Márcia traz uma informação de que a Estadual só vai arcar com os custos dos Delegados, não é isso? De todo modo, a gente precisa tirar dezesseis nomes. Oito titulares, oito suplentes. Na lista atual de candidaturas, a gente tem somente doze pessoas, mais o Francisco que a Plenária, acho que encaminhou o nome, ou vai encaminhar, a Márcia vai colocar isso em questão, mas hoje a gente tem doze nomes ou treze. Ou seja, ainda vão faltar três nomes. O que eu quero dizer mais claramente é o seguinte: a Rede CAU, que tinha quatro, que virou polêmica, pode colocar os quatro pra votar. Ou o Fábio, da AFARJ, que quando apresentou a AFARJ apresentou o seu nome e o da D. Zaira... Ou seja, a gente precisa de, pelo menos,

mais três nomes pra compor a votação, ou cinco, pois vai ser de ordem mais votado pra menos votado. Não é isso? Só esse esclarecimento.

SR. MARCELINO CONTE: Então, amados, eu estou aqui com o Regimento aprovado na Comissão Organizadora no dia vinte e oito de maio. E, realmente, não consta mesmo a vaga pro Presidente. Então eu... Questão de ordem, Mesa, pode? Propor então a candidatura do nosso Presidente do Conselho Municipal, já garantir a vaga dele, e nós vamos então votar as outras sete vagas. [Aplausos] Ok? É uma proposta.

SR^a. AYDEE VALÉRIO: Quando a companheira coloca que precisamos de dezesseis nomes, isso é em tese, porque o Conselho Estadual vai bancar os oito titulares, isso não significa que os suplentes serão contemplados. O suplente só vai ser contemplado se aquele titular não aparecer. [Aplausos] Isso, né? Então tem que ficar claro que quem tá indo são os oito titulares. E “se” tiver algum problema entram os suplentes. [Inaudível]

SR^a MÁRCIA VALÉRIA: Mas, isso, não aprovamos no Regulamento. O Regulamento tá claro no sentido de como se procederá à eleição dos delegados, por isso nós estamos valorizando esses esclarecimentos nesse momento. Então, assim: nós temos um grande prejuízo às conferências municipais, é porque, infelizmente, o estado do Rio de Janeiro não tem uma posição oficial quanto às regras da Conferência. O que a gente tem é uma contribuição de vários Conselheiros que fazem parte da Comissão Organizadora e que vieram apresentando algumas informações, como as coisas estão andando pelo Conselho Estadual. Mas, infelizmente, ainda não houve o decreto do Governador que constituísse marco legal dessas ações. Desses documentos. Então, isso vai trazer um prejuízo em relação a todas as outras Conferências Municipais. Mas, mesmo assim, o que é que se conseguiu ter de informação do estado, que é uma informação pautada pelas vagas disponibilizadas pelo Consea Nacional, esse sim, com marcos legais, pela sua Conferência, foi o número de vagas disponibilizadas ao estado do Rio de Janeiro. E, dentre essas vagas disponibilizadas ao estado do Rio de Janeiro, pelos censos populacionais, se chegou, pela cidade do Rio de Janeiro, a doze vagas, respeitando a proporcionalidade de constituição do Consea. Um terço, Poder Público, dois terços, Sociedade Civil. Então, por isso, doze vagas, oito da Sociedade Civil. O que se está tentando garantir, ao falar de suplência em relação às oito vagas, é que, efetivamente se ocupem as oito vagas destinadas ao Rio de Janeiro. A gente não pode prever o futuro, na impossibilidade de alguém. Claro que a discussão na cidade do Rio de Janeiro, ela está bastante madura e eu acredito que, na medida do desejo de cada Delegado eleito, não vai querer faltar a esse evento. Que é mais um ponto de conquista pras nossas representações. Mas a gente garante os suplentes pelo regulamento dessa forma. Então, assim: eu acho que o que falta agora é a gente já ter então definido: é consenso dessa Plenária a eleição do Francisco com uma vaga titular? Para delegado? [Inaudível] A questão é a seguinte, a proposta do Conti foi votarmos mais sete, então, preciso saber se é consenso a eleição do Francisco. Então, é consenso a eleição do Francisco como uma vaga? [Pausa] Ok. Então... Bom, gente, podemos dar início ao processo de votação dos demais candidatos. Vamos lá... Vocês desejam incluir mais nomes pra completar os suplentes? Tá, então quais são os nomes? Preciso disso rápido... [Inaudível] Enfim, não há extrema necessidade da gente preencher toda a suplência. Vocês concordam? Porque, na verdade, o que está em jogo aqui são oito Delegados titulares, suplência é um acaso. Que a gente tenha um, dois, três, quatro acasos, eu consigo entender, mais oito é demais pra minha cabeça. Mas enfim. Podemos começar? Quem vota no Fábio? Eu preciso de alguém pra contar esses votos. Encerrada a votação, candidato Fábio. Vinte e sete votos para o Fábio. Valdirene. Valdirene, levanta, por favor. Valdirene representando a Rede CAU. Vinte votos para Valdirene. Renan, representando a Rede CAU. Vinte e três votos para o Renan. Morgana, representando a Rede CAU. Trinta e dois votos para a Morgana. [Aplausos] Jorginete, representando a UERJ. Jorginete, venha aqui pra frente, por favor. Trinta e oito votos para a Jorginete. [Aplausos] Rosilda, representando a AMUIG. Vinte e dois votos para a Rosilda. [Aplausos] Margarida,

representando a AMUCANTI. Levanta, Margarida, todo mundo sabe quem é a Margarida? Vinte e quatro votos para a Margarida.[Aplausos] Meirelles, Jornal Abaixo-Assinado de Jacarepaguá. Vinte e seis votos para o Meirelles.[Aplausos] Glorinha, Ação da Cidadania. Levanta, Glorinha. Vinte e seis votos para a Glorinha. [Aplausos] Petrina, representante da AMACA. Dezoito votos para a Petrina. Marcelo, representante do CEM. Trinta e quatro votos para o Marcelo. [Aplausos] Rinaldo, representante do Ilê Aira. Dezoito votos para o Rinaldo. Conti, representante do MNU. Trinta e quatro votos para o Conti. [Aplausos] Lucas Jales, representante... [Aplausos] [Risos] Gente, por favor, só pra poder prosseguir a votação. Quarenta votos para o Lucas. [Aplausos] Uh-hu! Bom gente, vou fazer a leitura. Francisco, representante da Rede CAU, titular um. Fábio, vinte e oito votos. Valdirene, vinte votos. Renan, vinte e três votos. Morgana, trinta e dois votos. Jorginete, trinta e oito votos. Rosilda, vinte e dois votos. Margarida, vinte e quatro votos. Meirelles, vinte e seis votos. Glorinha, vinte e seis votos. Petrina, dezoito votos. Marcelo, trinta e quatro votos. Rinaldo, dezoito votos. Conti, trinta e quatro votos. E Lucas, quarenta votos. Vamos proceder rapidamente a... [Inaudível] Olha só, pessoal... Nós temos primeiro delegado eleito, Francisco, Presidente do Consea-Rio. Delegado nº 2, Lucas, com quarenta votos. Delegado 3, Jorginete com trinta e oito votos. Delegados 4 e 5, Conti e Marcelo, eleitos com trinta e quatro votos. Delegado nº 6, Morgana, eleita com trinta e dois votos. Delegado nº 7, Fábio, eleito com vinte e oito votos. Agora, temos um empate para a oitava posição. Meirelles, vinte e seis votos, Glorinha, vinte e seis votos. [Inaudível] Pois é, agora a gente precisa ver aqui no Regimento Interno. Artigo 24 do Regimento Interno: São critérios para desempate, primeiro: Prevalecerá o candidato do gênero com o menor número de representação. [Inaudível] Bom, até a sétima vaga, temos duas mulheres e cinco homens, portanto, em função de ser o primeiro critério de desempate, “Prevalecerá o candidato do gênero com o menor número de representação”, integra a oitava posição, com vinte e seis votos, Glorinha, representante da Ação da Cidadania. [Aplausos] Dessa forma, Meirelles constitui o primeiro suplente. [Inaudível]

SR. FRANCISCO CALDEIRA: Gente, em virtude do horário, estão encerradas as votações. Estamos encerrando nossa 4ª Conferência, registrando aqui a presença do Vereador Brizola Neto, abrilhantando aqui a nossa Conferência. Obrigado a todos pela presença e pela participação.

9. Moções

Moção de Apelo

Destinatário: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Ao Sr. Prefeito e Secretarias

Entidade Proponente: ANERJ

Ofertar comida de verdade e alimentação saudável e adequada nos equipamentos e eventos públicos como garantia de direito de todo o cidadão, principalmente as pessoas com necessidades alimentares especiais na cidade do Rio de Janeiro.

28 signatários.

Moção de Apoio

Destinatário: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Ao Sr. Prefeito e Secretarias

Entidade Proponente: AFARJ

Estimular a oferta de alimentação saudável e adequada, valorizando a forma de alimento de verdade às pessoas com necessidades alimentares especiais, intensificando a luta para a garantia dessa prática sobretudo nos espaços públicos.

34 signatários.

Moção de Repúdio

Destinatário: Ao Governo Brasileiro

Entidade Proponente: Defensores do Planeta

Moção de Repúdio ao Governo Brasileiro, pelo uso, transporte, estoque, incentivo e importação de agrotóxicos substâncias altamente tóxicas, que vem contaminando nosso solo, água, alimentos, saúde, meio ambiente e os agricultores brasileiros.

Exigimos que o Governo Brasileiro cumpra acordos, convenções, protocolos e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, tais como: convenções de Roterdã, Basileia e Estocolmo, Convenções das Nações Unidas.

Diretriz 7 – Plano Nacional de SAN.

36 signatários.

Moção de Repúdio

Destinatário: Governo Brasileiro

Entidade Proponente: Defensores do Planeta

Moção de Repúdio ao Governo Brasileiro pelo uso da chamada “Agricultura Climaticamente Inteligente” quando na verdade se trata de mais uma falácia para prejudicar nossos agricultores, solo, água, saúde e meio ambiente pelas grandes corporações e o Banco Mundial, na verdade esta “agricultura climaticamente inteligente” está sendo vendida como um novo produto que freará para sempre as mudanças climáticas, é na verdade mais uma forma de agricultura industrial, agrotóxicos, transgênicos, contaminação, saque dos recursos naturais, mais exploração da terra, dos povos e dos agricultores e agricultoras ou seja mais uma forma de negar o direito a uma comida de verdade.

31 signatários.

Moção de Repúdio

Destinatário: Gestores Municipais

Entidade Proponente: Grupo do eixo 3

Moção de Repúdio a fatos que ocorrem o descumprimento da lei nº 11.947/2009.

Considerando

A lei nº 11947, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, fortalece a agricultura familiar.

A ação pedagógica do ensino da SAN que advém deste Programa PNAE.

A concentração de recursos em poucos fornecedores empresas em desenvolvimento às centenas de produtores do Município do Rio.

A falta de apoio por parte do município às ações das organizações de produtores.

Os participantes da 4ª COMSAN do Rio de Janeiro em sessão no dia 17 de junho de 2015, reunidos em plenária, repudiam as seguintes ações do governo que ocorrem na aplicação da lei 11947/2009

1. Falta de divulgação ampla e de critérios únicos para as chamadas públicas em termos de composição de preços dos produtos.
2. Falta de relação entre preços estabelecidos para compra e os custos de produção
3. Inadequação dos cardápios escolares com a sazonalidade dos alimentos produzidos pela agricultura familiar
4. Dificuldades na emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) por má

interpretação da lei não aceitando a condição de agricultor urbano.

5. Falta de assistência técnica para atender aos agricultores.
28 signatários.

Moção de Repúdio

Destinatário: Entidade Proponente: Juventude Agroecológica da Rede CAU – Rede Carioca de Agricultura Urbana

Alimentação saudável, de verdade: Escolas e Projetos têm acesso a isso? Muitas escolas não levam em consideração a compra de 30% de alimentos orgânicos, saudáveis, do agricultor familiar. Projetos da Prefeitura do Rio estão dando lanches industrializados, com transgênicos, corantes, que fazem muito mal a todos os adolescentes que participam das atividades, prejudicando todos que consomem esses alimentos. Muitas escolas não têm comida de verdade, não sabemos de onde vem, não sabemos se compram na região, nem do agricultor familiar. Pelo que sabemos não se cumpre a lei 11.947/2009, que fala sobre a alimentação de verdade, saudável, do lugar onde moramos, do agricultor que podemos conhecer. Não se fala sobre isso na escola, a alimentação da escola não é assunto do dia-a-dia, e somos nós que comemos. Conhecemos escola noturna que oferece biscoito salgado com todinho ou suco de caixinha, e outras tantas combinações ruins. Mas aí vem a questão: de onde vem e será que faz bem? Esses produtos prejudicam a nossa saúde, tem transgênicos que fazem mal, e com certeza não é algo de verdade, plantado com carinho e por quem não prejudica a natureza. A Lei 11.947/2009 tem que ser cumprida!

Queremos:

- Que as escolas do município realizem a compra de alimentos da agricultura familiar, sem burocracia;
- Mais fiscalização em escolas e projetos para ver se a lei está sendo cumprida;
- Mudança no lanche que é dado pelos projetos sociais da Prefeitura do Rio, com inclusão de frutas e não somente alimentos industrializados;
- Criação de hortas nas escolas.

40 signatários.

Moção de Apelo

Destinatário: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Ao Sr. Prefeito e Secretarias
Entidade Proponente: ANERJ

Ofertar comida de verdade e alimentação saudável e adequada nos equipamentos e eventos públicos como garantia de direito de todo o cidadão, principalmente as pessoas com necessidades alimentares especiais na cidade do Rio de Janeiro.
28 signatários.

Moção de Apelo

Destinatário: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Câmara Municipal de Vereadores
Entidade proponente: 4ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

Apelamos para a pronta aprovação, assinaturas e mudanças respectivamente: Política Municipal de Alimentação e Nutrição (PMAN); Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) para adesão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e alteração do plano diretor do município do Rio de Janeiro para reconhecimento de área rural no município.

36 signatários

Moção de Repúdio

Destinatário: À Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e ao Comitê Olímpico

Entidade Proponente: Rede Carioca de Agricultura Urbana

Moção de Repúdio às violências perpetradas contra à comunidade de Vila Autódromo. Originalmente uma comunidade de pescadores e pescadoras, Vila Autódromo tem resistido a sistemáticas ações de remoção, desde 1963. Hoje, em decorrência de um plano de reestruturação urbana extremamente verticalizado, e que tem como objetivo maior a realização dos jogos olímpicos e não a vida da população, a comunidade tem sofrido diversos ataque, sensibilizando, inclusive a imprensa internacional. Vila Autódromo possui vasta diversidade de origens frutíferas e plantas alimentares, além de uma horta urbana coletiva. Assim como Vila Autódromo outras regiões produtivas e de origem tradicional da cidade tem sido impactadas pela especulação imobiliária, tornando a realização da comida de verdade algo mais distante para a população carioca, Nós, da 4ª Conferência Municipal de SAN, repudiamos veementemente estas ações. Na cidade que queremos, Vila Autódromo fica.

34 signatários